

# TRAVESSIA



**CEM**  
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

revista do migrante 86

Publicação do CEM - Ano XXXII, nº 86, Maio - Agosto/2019



## DOSSIÊ ABDELMALEK SAYAD DOSSIÊ MIGRAÇÕES E SAÚDE

**Bolivianos**

**Caribenhos**

**Haitianos**

**Abdelmalek Sayad**

**Políticas migratórias**

**Trabalho**

**Saúde**

**Mercosul**

# **TRAVESSIA - Revista do Migrante**

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

## **Diretor do CEM**

Paolo Parise

## **Editor Chefe**

José Carlos Pereira - CEM/MISSÃO PAZ

## **CONSELHO CIENTÍFICO**

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),  
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP),  
Francisco Nunes (Casper Líbero), Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)  
José Jorge Gebara (UNESP), Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires),  
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA e CEMI/Unicamp),  
Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar), Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar),  
Sidney Antonio da Silva (UFAM), Heinz Dieter Heidemann (USP),  
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica – MILANO)

## **COMITÊ EDITORIAL**

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFES), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),  
Carlos Freire Silva (USP), Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (UNESP-Rio Claro),  
Érika Pires Ramos (USP), Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/Unicamp),  
Gustavo Dias (UNIMONTES), Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ),  
Léa Francesconi (USP), Luis Felipe Aires Magalhães (PUC-SP),  
Margarida Maria de Andrade (USP), Marilda Aparecida de Menezes (UFABC),  
Neusa de Fátima Mariano (UFSCAR), Odair da Cruz Paiva (UNIFESP),  
Patrícia Villen (UNICAMP), Rosana Baeninger (Nepo/IFCH/Unicamp),  
Rosemeire Salata (UNESP/Car), Sidnei Marco Dornelas, cs (CEMLA)  
Tatiana Waldman (Museu da Imigração), Verônica Pessoa (UFCG)

## **COLABORADORES**

Yara Sílvia Tucunduva, Dirce Trevisi P. Novaes (PUC-SP)

## **CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS**

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade  
01514-000 - São Paulo / SP - Brasil  
Fone: (11) 3340-6952

[travessia@missaonspaz.org](mailto:travessia@missaonspaz.org)

[cem@missaonspaz.org](mailto:cem@missaonspaz.org)

[www.missaonspaz.org](http://www.missaonspaz.org)

**Capa** - Sergio Ricciuto Conte  
[sergioricciuto@gmail.com](mailto:sergioricciuto@gmail.com)  
[www.sergioricciutoconte.com.br](http://www.sergioricciutoconte.com.br)

**Impressão** - Max Editora e Impressões Digitais Ltda - (11) 3379-7046

# SUMÁRIO

Apresentação ..... 03  
*José Carlos Alves Pereira*

## DOSSIÊ ABDELMALEK SAYAD

Colonização de ontem e imigração de hoje: crítica pós-colonial de Abdelmalek Sayad ao Estado-nação ..... 07  
*Miles Reding*

A revolução copernicana de Abdelmalek Sayad..... 39  
*Sidi Mohammed Mohammedi*

O acesso ao trabalho de imigrantes na Região Metropolitana de Londrina-PR: divergências e convergências ..... 47  
*Liria Maria Bettiol Lanza; Julia Ramalho Rodrigues*

## DOSSIÊ MIGRAÇÕES E SAÚDE

De migrante para migrantes: o caso do serviço psicossocial da Missão Scalabriniana da Paz ..... 65  
*Berenice Young*

Política pública de saúde à população em situação de rua: trajetória dos modos de sua organização na cidade de São Paulo ..... 85  
*Danielle Davanço; Nivaldo Carneiro Junior*

Saúde e migrações internacionais bolivianas no Brasil: revisão integrativa de literatura..... 97  
*Érico Francisco Vieira Ibiapina*

## ARTIGOS

As potencialidades da perspectiva qualitativa nas pesquisas sobre as identidades sociais e os projetos de mobilidade ..... 121

*Lidiane M. Maciel; Gisele Maria Ribeiro de Almeida*

A presença de imigrantes caribenhos em condição de irregularidade em São Paulo..... 139

*Fernando Neira Orjuela*

Regularização migratória e segurança: a criação do acordo sobre “Residência do Mercosul” ..... 157

*Caio da Silveira Fernandes*

A exemplo da edição de *Travessia*, Ano XXXII, nº85, esta edição traz textos que estabelecem um diálogo com a obra de Abdelmalek Sayad, pesquisador fundamental nos estudos sobre o fenômeno migratório, e sobre as realidades sociais, culturais, políticas e econômicas dos migrantes como protagonistas desse fenômeno.

Na verdade, a presente edição de *Travessia* traz dois dossiês e três artigos que, aparentemente, considerando o seu conjunto, não dialogam entre si. Mas, no fundo, o leitor perceberá que há uma ideia geral, espécie de coluna dorsal que os perpassa e apresenta questões teóricas e metodológicas, como mobilidade humana, colonialismo, política. Isto é, formas de trazer à tona e compreender questões centrais - quase sempre invisibilizadas e, assim, mantenedoras de relações de poder - que permitem abordar as realidades dos migrantes e os processos sociais que os produzem, mas que também são produzidos por eles; que os marginalizam, mas também das suas resiliências e capacidades organizativas.

No dossiê Abdelmalek Sayad, os trabalhos debatem uma perspectiva teórico metodológica que agrega à perspectiva econômica outras chaves de análise como a questão colonial, étnica, racial, cultural e psicológica, antes negligenciadas, mas centrais para a percepção dos processos de marginalização, para a compreensão das capacidades de resiliência, agência e organização dos migrantes.

Os respectivos textos de Miles Reding (*Colonização de ontem e imigração de hoje: crítica pós-colonial de Abdelmalek Sayad ao Estado-nação*); Sidi Mohammed Mohammedi (*A revolução copernicana de Abdelmalek Sayad*) fazem ecoar as ideias, conceitos e metodologias utilizados por Sayad no debate com a academia francesa. Como sociólogos franceses percebiam e interpretavam a relação entre imigração, Estado e República? Como Sayad percebia e interpretava essas mesmas questões, agregando a elas a questão colonial que, para ele, continuava a orientar o Estado e a República franceses determinando, em boa medida, o corolário das políticas migratórias e incentivando formas de comportamento social anti-imigrantes. Além disso, Sayad aponta para o silêncio da academia em relação à questão colonial e os seus reflexos perniciosos na política migratória, bem como no comportamento social anti-imigração na França. O texto de Liria Maria Bettiol Lanza e Julia Ramalho Rodrigues (*O acesso ao trabalho de imigrantes na Região Metropolitana de Londrina-PR: divergências e convergências*) busca identificar divergências e convergências, na perspectiva dos migrantes, sobre o acesso ao trabalho na região metropolitana de Londrina-PR, destacando elementos de discriminação e negação de direitos expressos em regras institucionais e informais que mediam o acesso, a permanência e as possibilidades de mobilidade social a partir da inserção no mercado de trabalho.

O dossiê Migrações e saúde também traz questões de teoria e método - apresentando sujeitos migrantes invisibilizados, muitas vezes convertidos em população em situação de rua; trabalhadores que “andam pelo mundo” – e contribui para o debate sobre conceitos clássicos como o de “fluxo migratório”. Além disso, esse dossiê traz questões sobre saúde, trabalho, moradia, resiliência e agência dos migrantes, expressas, muitas vezes e não sem contradições, nas redes de migrantes e nas redes informais de proteção social mobilizadas por eles. Os textos de Berenice Young (De migrante para migrantes: o caso do serviço psicossocial da Missão Scalabriniana da Paz); Danielle Davanço e Nivaldo Carneiro Junior (Política pública de saúde à população em situação de rua: trajetória dos modos de sua organização na cidade de São Paulo); e Érico Francisco Vieira Ibiapina (Saúde e migrações internacionais bolivianas no Brasil: revisão integrativa de literatura) abordam desde questões que perpassam posturas fenomenológico-existencial que orientam práticas profissionais de saúde com determinados grupos, passando por uma “psicologia da migração”; organização do processo de atenção à saúde para a população em situação de rua na cidade de São Paulo, no contexto do SUS, sendo que parte dessa população tem trajetórias e experiências na migração; até o mapeamento de trabalhos sobre a composição do campo de estudos sobre a relação entre saúde e migrações bolivianas contemporâneas no Brasil, a partir do método de revisão integrativa de literatura.

Já os respectivos artigos de Lidiane M. Maciel e Gisele Maria Ribeiro de Almeida (As potencialidades da perspectiva qualitativa nas pesquisas sobre as identidades sociais e os projetos de mobilidade); Fernando Neira Orjuela (A presença de imigrantes caribenhos em condição de irregularidade em São Paulo); e Caio da Silveira Fernandes (Regularização migratória e segurança: a criação do acordo sobre “Residência do Mercosul”) abordam questões específicas entre si, como potencialidades e desafios do uso de entrevistas qualitativas e descrições etnográficas como ferramentas de apreensão das realidades dos migrantes; caracterização de migrantes caribenhos em condição de indocumentação na cidade São Paulo; e indagações sobre possibilidades de mudanças de concepção no trato da migração internacional na América do Sul no início dos anos 2000, ou a manutenção do paradigma de segurança nacional agasalhado em novas roupagens políticas. Uma questão pertinente é “como o Mercosul se tornou o centro desse debate”?

Ademais, esses artigos também apresentam problemas teóricos e metodológicos que possibilitam mergulhar mais fundo, seja nas relações institucionais seja nas relações de sociabilidade cotidiana que expressam mudanças nos processos migratórios e o seu consequente desafio à formulação de novas metodologias e conceitos que consigam captá-las, interpretá-las e apresentar suas mudanças e continuidades.

A arte da capa, criada por Sérgio Ricciuto Conte, propõe, nas palavras do próprio artista, uma “composição sobre o ser humano migrante. Possibilidades e barreiras. Muros que se tornam galhos, espaços micro e macro. A arte é evocativa da vida como cardápio de descobertas e saudades”. Trata-se das ambivalências, contradições, desafios e esperanças vivenciadas pelos migrantes como sujeitos cada vez mais necessários à produção de riquezas materiais e culturais, mas negados como pessoas de direitos na sua condição humana. Mesmo em um solo calcinado pela hegemonia do capital e as suas indústrias do descarte, trata-se de utopias que alimentam e inspiram a produção de novos conhecimentos e saberes; trata-se de uma síntese das diversas formas de lutas por reconhecimento e justiça social que podem denunciar as velhas e novas formas de opressão e também afirmar o protagonismo dos migrantes e possibilidades de novas histórias, novos personagens, novas práticas, novo ordenamento jurídico e social. Boa leitura!





# Colonização de ontem e imigração de hoje: crítica pós-colonial de Abdelmalek Sayad ao Estado-nação\*

*Miles Reding\*\**

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas quatro décadas, a França tem se engajado em um debate contencioso sobre a reconciliação da diferença étnica e da pluralidade cultural com os valores republicanos. Os acadêmicos se envolveram nessa controvérsia pública, desde o início, entrando na briga com ativistas, especialistas e intelectuais públicos. O debate envolve o que tem sido chamado de “consenso neorrepublicano”, referindo-se a um presumido entendimento comum de pertença e cidadania nacionais, remetendo a uma tradição política que surgiu, pela primeira vez, durante a Revolução Francesa<sup>1</sup>. Ao pensar sobre a vida francesa após o império, e onde antigos súditos coloniais e suas famílias se encaixam na sociedade, políticos e intelectuais se posicionaram dentro de uma estrutura consensual de que a nação francesa era e deve ser uma República democrática na qual todos os cidadãos eram livres e iguais, porque todos incorporavam valores fundamentais semelhantes (liberdade individual, liberdade de expressão, Estado laico e de Direito, por exemplo). O neorrepublicanismo não ficou isento de críticas. Nos anos 1980, quando, argumenta-se, surgiram críticas ao consenso neorrepublicano, escritos de intelectuais, como Michel Wieviorka, enfatizaram o racismo em relação aos norte-africanos e oeste-africanos, em particular como indicativo da incapacidade das instituições republicanas atuais de aderirem aos parâmetros ideológicos incorporados no consenso. A imigração era, portanto, uma lente comum através da qual os intelectuais enquadravam suas críticas ao neorrepublicanismo. No entanto, apesar da presença de alguma oposição manifestada ao consenso neorrepublicano, como a de Wieviorka, ainda havia um corpo maior de comentaristas sobre imigração que abordaram a política de imigração e o *status* dos imigrantes dentro da estrutura do consenso neorrepublicano<sup>2</sup>.

Os autores, apresentados como representativos, de textos críticos sobre imigração ao consenso neorrepublicano têm sido, em grande parte, de origem não-imigrante. Mas, os próprios imigrantes também têm se envolvido

---

\* Tradução e revisão técnica: José Carlos Alves Pereira, CEM – Centro de Estudos Migratórios

\*\* Departamento de História da Northwestern University - University Fellowship

intelectualmente com a questão da imigração. Um participante da crítica ao consenso neorrepblicano, na década de 1980, foi o sociólogo argelino Abdelmalek Sayad. Na vanguarda de sua preocupação com a visão dominante de pertencimento e cidadania nacional, estava a condição de imigrante na França. Sayad dedicou sua carreira acadêmica a entender essa condição e, ao fazê-lo, emergiu como um dos pioneiros da sociologia da imigração<sup>3</sup>. A contribuição acadêmica de Sayad para esse campo o levou, além das reivindicações da ciência social objetiva, a tomar posições sobre questões públicas que afetam a situação dos imigrantes e, assim, oferecer uma voz moral ao lado de suas investigações científicas. Descrito por um amigo como um *“homme-frontière”*, ele estava situado entre o que foi chamado de *“intelectual singular”*, cuja voz principal é a do cientista social, e uma voz moral de envolvimento público, tipificada primeiro por Emile Zola e, posteriormente, por Jean Paul Sartre<sup>4</sup>. Seu projeto era duplo: por um lado, entender e articular a experiência vivida dos migrantes argelinos e, por outro, criticar as forças de dominação na sociedade que tiveram efeitos particularmente adversos em grupos-alvo - incluindo os migrantes argelinos. Foi no contexto desse papel que ele formulou sua crítica ao consenso neorrepblicano, em que a problemática da imigração estava na frente e no centro. Portanto, este artigo tem como objetivo apresentar as reflexões de Sayad sobre a imigração em relação à nação republicana e também apontar Sayad como um participante ativo no debate intelectual sobre o relacionamento do Estado-nação com a imigração.

O ensaio se desdobra em várias seções. Primeiro, descrevo o contexto social, político e intelectual em que Sayad operou, para fornecer uma noção do clima em torno do debate sobre imigração na França pós-colonial e a resposta intelectual a essa problemática: o consenso neorrepblicano. Depois, focarei, mais especificamente, sobre como cientistas sociais franceses, em particular, abordaram a imigração em relação à questão nacional. Esta seção apresentará detalhes concretos das várias formas de neorrepblicanismo na academia. Colocarei, simultaneamente, as análises sociais de Sayad relativas à imigração e ao Estado-nação frente a outras interpretações sociológicas, a fim de revelar a singularidade da posição de Sayad e demonstrar a natureza do seu envolvimento intelectual. Como um intelectual, Sayad foi motivado a direcionar suas energias para uma esfera institucional específica de poder, e, para ele, essa era a Academia. Embora ele não visasse explicitamente nenhum pensador social em particular, os escritos de Sayad refletiam um interesse manifesto em influenciar o discurso acadêmico em torno da imigração e seu relacionamento com a nação republicana.

Depois de examinar as correntes gerais do pensamento social em torno da imigração pós-colonial na França, volto a uma análise mais profunda dos principais elementos da posição de Sayad em relação ao neorrepblicanismo e à questão da imigração. Primeiro, Sayad afirmou que o tratamento da imigração pela França revelou a natureza excludente e, por extensão, idiossincrática

de todos os estados-nação. O segundo elemento principal de seu argumento postulava que o Estado-nação francês, em particular, estava corrompido porque a República estava, inextricavelmente, ligada à sua história colonial. Como consequência, as forças de dominação aos súditos coloniais moldaram as maneiras pelas quais instituições, administradores e cidadãos republicanos interagem com os imigrantes pós-coloniais. Considero essa posição fundamentalmente divergente do consenso neorepublicano. Embora pretendesse que seus escritos funcionassem como um comentário geral sobre as conexões entre migração e Estado-nação, Sayad construiu análises sociais sobre sua experiência profundamente pessoal conectada à migração franco-argelina.

Por isso, emprego os termos “Estado-nação” e “República” como uma reflexão do fato de que a análise social de Sayad sobre o Estado-nação não é apenas uma crítica geral a todos os sistemas de Estado-nação mas, também é, necessariamente, crítica ao sistema republicano francês. Além de iluminar as realidades exclusivistas e neocoloniais da República, Sayad interpretou as respostas dos imigrantes ao sistema republicano como uma reiteração das táticas de resistência anticolonial. Portanto, também vejo a sociologia do Estado-nação de Sayad como uma continuação de sua agenda intelectual de longo prazo que começou durante a Guerra da Argélia: entender e combater as relações de dominação, das quais o colonialismo era uma manifestação extrema.

Ao situar Sayad na história intelectual francesa do final do século XX, este artigo aborda a historiografia da imigração pós-colonial na França, com ênfase particular no tratamento acadêmico das respostas dos intelectuais à imigração. Embora os estudiosos da imigração tenham examinado em profundidade as políticas do multiculturalismo e como o ativismo dos imigrantes funcionou, eles foram mais lentos em abordar, de frente, as dimensões intelectuais da controvérsia da imigração. Alec Hargreaves, por exemplo, examinou como a visibilidade de não europeus na França reformulou a cultura política, reformulou as linhas partidárias e criou uma enorme ansiedade, por parte dos franceses, sobre como reconciliar o multiculturalismo com os valores republicanos tradicionais do universalismo. Ele, juntamente com Gérard Noiriel, também mapeou práticas discriminatórias, anti-imigrantes, relacionadas a emprego, moradia e policiamento. Hargreaves ainda chamou a atenção para o envolvimento cultural e político da “segunda geração” como parte de suas estratégias de reconhecimento<sup>5</sup>. Richard Derderian enfatizou as maneiras pelas quais a “segunda geração” aproveitou ao máximo as novas formas de mídia de massa para ganhar visibilidade<sup>6</sup>. A antropologia urbana de Paul Silverstein das comunidades de imigrantes argelinos em Paris é rica em detalhes sobre as expressões políticas e culturais mais amplas analisadas por Hargreaves e Derderian, além de evidenciar como a marginalização e a liminaridade criaram um espaço para a construção de identidades híbridas<sup>7</sup>. No âmbito dessas pesquisas foram feitas poucas articulações entre imigração, multiculturalismo e vida intelectual. Minha análise da sociologia de Sayad sobre o Estado-nação revela que os imigrantes também encontraram expressão através do engajamento intelectual.

As pesquisas citadas também não colocam as questões sobre migração e multiculturalismo dentro de um momento histórico amplamente definido. A história da França de Emile Chabal, após a década de 1970, é, no entanto, uma exceção importante à falta geral de pesquisas históricas nesse período. Chabal argumenta, convincentemente, que um ressurgimento republicano, o que ele identifica como um “consenso neorrepublicano”, é o tema abrangente através do qual devemos entender a França pós-colonial como uma época. Segundo seu relato, imigração, multiculturalismo e pós-colonialismo foram as forças motrizes que motivaram os atores públicos na França a buscar um consenso neorrepublicano.

Uma redescoberta do republicanismo apaixonado - articulada de várias formas - substituiu a era das grandes ideologias que definiram a era do pós-guerra. Nesse sentido, Chabal argumenta que o lugar do intelectual não perdeu sua importância na França, como tem sido frequentemente argumentado. Em vez disso, enquanto os intelectuais na era do pós-guerra se definiam em relação ao comunismo, liberalismo ou em relação a uma via intermediária, os parâmetros do discurso intelectual após a década de 1970 mudaram predominantemente para o neorrepublicanismo<sup>8</sup>. Este artigo destaca o argumento de Chabal, mostrando que grande parte do trabalho sociológico mais importante sobre imigração e questões de multiculturalismo foi conduzido dentro dessa estrutura neorrepublicana. É por isso que emprego o termo “neorrepublicanismo”. Chabal está certo ao apontar Michel Wieviorka e Nicolas Bancel, estudiosos do pós-colonialismo, como algumas das vozes mais importantes das ciências sociais para comentar, criticamente, sobre o modelo neorrepublicano. Mas, argumento que Abdelmalek Sayad também foi uma voz consequente. De fato, minha análise deixará claro que a crítica de Sayad à ideia republicana de Estado-nação foi ainda mais abrangente do que a de Wieviorka<sup>9</sup>.

Este artigo também dialoga, em particular, com a atual historiografia sobre Sayad. A pesquisa histórica mais significativa, até o momento, inclui a de “Abdelmalek Sayad e a dupla ausência”, de Emmanuel Saada, e uma biografia coescrita por Jammet, Montlibert e Yacine-Titouh. O trabalho anterior forneceu informações cruciais sobre a metodologia de Sayad, particularmente sobre a natureza interdisciplinar de sua sociologia (uma combinação de sociologia, antropologia e etnologia). Saada também detalhou os principais elementos das contribuições teóricas de Sayad para os estudos de imigração. Sua teoria da “dupla ausência” (um termo que ele nunca empregou diretamente) explicou a condição do imigrante em termos de liminaridade: como imigrantes, os indivíduos nunca pertenceriam totalmente ao país da imigração; como emigrantes, eles também nunca seriam totalmente divorciados do país de origem. Por fim, Saada se voltou para a análise de Sayad sobre o Estado-nação, argumentando que ele chegou a essa categoria de análise mais tarde em sua carreira. Ela elucidou a afirmação de Sayad de que o estudo da relação entre migração e Estado-nação revelou as maneiras multifacetadas pelas quais o Estado-nação reproduz a exclusão de não-nacionais em vários níveis sociais, jurídicos e institucionais<sup>10</sup>.

O presente artigo leva a análise de Sayad sobre migração e o Estado-nação a um passo adiante, mostrando que a sua linha de raciocínio teve implicações mais profundas para o debate nacional na França, durante as décadas de 1980 e 1990, sobre a forma futura da República. Ao usar sua experiência em imigração, como uma lente através da qual pudesse desconstruir o Estado-nação, ele fez uma importante contribuição ao discurso intelectual na França pós-colonial, mesmo que tal contribuição não fosse, necessariamente, bem-vinda pela comunidade intelectual específica a que se dirigia, a Academia.

Outro grande estudo sobre Sayad, é o de Jammet et al. É principalmente biográfico e enfatiza as experiências de Sayad durante a Guerra da Argélia. Ao limitar a narrativa à vida de Sayad antes de chegar à França, a monografia exclui, necessariamente, muita discussão sobre as principais contribuições intelectuais que Sayad fez às discussões francesas sobre imigração e nacionalidade. Os autores fazem bem em refletir sobre a maneira pela qual a Guerra da Argélia moldaria a agenda sociológica de Sayad: ele veria os imigrantes argelinos como as últimas vítimas do domínio francês sobre grupos subalternos; e em seus escritos sobre o Estado-nação prestaria muita atenção em como os legados do colonialismo moldaram as relações da República com os imigrantes pós-coloniais<sup>11</sup>. É por isso que vejo nos escritos de Sayad sobre o Estado-nação uma clara continuação de seu projeto intelectual anticolonial de longo prazo. Seus próprios objetivos intelectuais se encaixavam perfeitamente com o desenrolar da problemática da imigração na década de 1980.

## 2 O “PROBLEMA” NACIONAL DA IMIGRAÇÃO E A RESPOSTA DA ACADEMIA

O contínuo fraco desempenho da economia coincidiu com o aumento da visibilidade sobre os imigrantes - especialmente destacado pelo fato de que seus filhos estavam começando a atingir a idade de maturidade. Durante um período de crise, as ansiedades francesas - sejam econômicas, culturais ou identitárias - foram projetadas em imigrantes não europeus na forma de xenofobia, racismo, discriminação e, cada vez mais, islamofobia<sup>12</sup>. Na década de 1980, diante do pano de fundo da insegurança socioeconômica generalizada, uma problemática centrada no pluralismo cultural, gerado pela imigração, tornou-se um dos dilemas políticos, sociais e intelectuais que a França pós-colonial enfrentava.

A problemática da imigração foi recebida com uma variedade de respostas. Por meio de protesto e expressão cultural, os norte-africanos de “segunda geração” (comumente conhecidos como *Beurs*) afirmaram publicamente seus direitos como cidadãos e seu “direito à diferença”. Eles exigiram participação igual na política e na economia, direitos iguais e o direito de ser francês, ao mesmo tempo em que abraçavam uma herança cultural específica. Essa agenda encontrou sua articulação mais clara através do movimento antirracista conhecido como *SOS-Racisme* que realizou sua primeira e mais famosa marcha

em 1983<sup>13</sup>. O ativismo imigrante certamente abalou também a cultura política da nação. No mesmo ano em que a *SOS-Racisme* realizou a chamada *Marche des Beurs*, o partido de extrema-direita de Jean-Marie Le Pen, o Front National (FN), concorreu a escritórios locais com um programa descaradamente racista, xenófobo e alcançou considerável número eleitoral. Temendo por sua sobrevivência política, a direita dominante cooptou os princípios fundamentais adotados pela FN: a pluralidade cultural era considerada um anátema para a República; os grupos de imigrantes (leia-se: não europeus) que, aparentemente se recusavam a assimilar, tinham o direito de serem diferentes, mas deviam exercer esse direito em seu país de origem. Se os políticos de direita insistiram amplamente que os imigrantes não europeus não poderiam e não desejavam assimilar (e que, portanto, deveriam ser repatriados), a posição da esquerda era de que poderia haver um lugar para imigrantes pós-coloniais na República. No entanto, a esquerda estava dividida quanto a seguir ou não um programa assimilacionista ou a articular uma agenda que daria espaço à pluralidade cultural. Essas divisões políticas, que se formaram em torno do que foi denominado “efeito Le Pen”, permanecem na França até hoje<sup>14</sup>.

Uma cristalização clara do debate sobre o multiculturalismo foi manifestada nas reformas propostas ao Código de Nacionalidade, introduzidas em 1986. Após anos de discussão entre especialistas, em 1993 a Assembleia Nacional aprovou uma nova lei exigindo que os filhos de imigrantes solicitassem a nacionalidade francesa ao atingir a idade de maturidade. Embora essa lei fosse posteriormente revogada, sua aprovação sinalizou uma profunda mudança nas concepções francesas de pertencimento nacional. Ao não conceder nacionalidade automaticamente a qualquer pessoa nascida na França, a reforma rompeu com pouco mais de um século de lei de nacionalidade e implicou um novo senso de dúvida sobre a capacidade da República de integrar, totalmente, novos membros, independentemente da origem, na comunidade nacional<sup>15</sup>. Em outras palavras, foi o resultado final da “etnização” da nação francesa que começou durante o processo de descolonização da Argélia<sup>16</sup>.

As perguntas sobre a pertença nacional levantadas pela imigração sugeriram um novo foco na vida intelectual francesa. Questão essa que demanda mais pesquisas. A nação estava mais uma vez na vanguarda das preocupações dos intelectuais. Régis Debray e Alain Finkelkraut explicitaram suas preocupações em manter a verdadeira essência da República diante de uma multiplicidade de dilemas nacionais como imigração, integração europeia, desindustrialização, “americanização” e globalização<sup>17</sup>. Ao enfrentar esses desafios, os intelectuais se apegaram ao fato de que a França, há muito, era vista como o berço do Estado-nação moderno. Um retorno ao republicanismo ofereceu aos intelectuais franceses, de várias ideologias, uma saída do terreno intelectual nebuloso que parecia definir a condição pós-moderna<sup>18</sup>. Essa ampla corrente intelectual alcançou as ciências sociais, convidando um grande número de sociólogos franceses a se envolver, dentre eles, é claro, Abdelmalek Sayad, embora este seja de origem argelina.

Como intelectual singular, cuja agenda envolvia uma esfera específica de poder, Sayad dirigia seus olhos às ciências sociais francesas. Sua sociologia do Estado-nação operava, tanto como uma crítica à nação republicana quanto como um incentivo aos colegas acadêmicos, para pensar além do consenso neorrepublicano que predominava na academia francesa e na vida pública. Principalmente, ele convocou outros pensadores sociais a questionar a imigração e a questão da pertença nacional de uma maneira que levasse em consideração profundidade, nuances e história. Uma sociedade e seus indivíduos devem, ele escreveu,

interrogar a lei da nacionalidade e sua história, não apenas o elo entre a evolução interna da ideia e a realidade da nação (e da nacionalidade em que ela é expressa), mas também - algo que não foi feito sistematicamente - o elo entre, primeiro, a colonização ... e depois a imigração (SAYAD, 1991, p.310).

Ele criticou outros cientistas sociais por não verem essa articulação e suas consequências para a natureza do Estado-nação francês. Além disso, ele criticou os colegas sociólogos por sua aparente incapacidade de ver o racismo e a marginalização como subprodutos inextricáveis do Estado-nação. Sua preocupação em efetuar mudanças no discurso acadêmico pode ser mais facilmente compreendida se avaliarmos as opiniões de outros sociólogos relevantes que exerceram considerável influência no debate sobre imigração, incluindo François Dubet, Jacqueline Costa-Lascoux, Dominique Schnapper e Michel Wieviorka.

Em muitos aspectos, é reduutivo insistir em uma clara divisão política e ideológica entre Sayad e os outros sociólogos mencionados acima. É verdade que Costa-Lascoux, Dubet, Sayad e Wieviorka frequentemente representavam perspectivas esquerdistas e que Schnapper compartilhava da política liberal e antimarxista de seu pai, Raymond Aron. Mas, essas categorias não ajudam, necessariamente, a nossa compreensão dos aspectos altamente fluidos, através dos quais esses pensadores sociais abordaram a imigração vis-à-vis à questão nacional. No entanto, no republicanismo como base para entender a imigração na sociedade, há uma clara divergência entre Sayad e os outros sociólogos aqui apresentados. Embora o último grupo reconhecesse e frequentemente criticasse o tratamento dado pela sociedade francesa aos imigrantes, eles pararam de questionar os méritos intrínsecos do Estado-nação ou, mais especificamente, a República. Em vez disso, o que eles viram não foi que a República estava marginalizando por desígnio (uma posição, como veremos, assumida por Sayad), mas que novos grupos de imigrantes estavam sendo marginalizados e estigmatizados por membros individuais da sociedade devido à questões socioeconômicas e sistêmicas que afetavam todos os países da sociedade

francesa. Eles localizaram as causas da estigmatização, marginalização e racismo na sociedade, não necessariamente no Estado-nação. Costa-Lascoux, por exemplo, observou que

O acúmulo de situações de frustração e conflito, sentimento de insegurança e o medo de um futuro incerto promovem o desenvolvimento do racismo. Desemprego, insuficiência de programas de assistência social, degradação de moradias em bairros que tendem a se tornar guetos, falhas na educação ou na formação profissional são geradoras de ressentimento ... Lógica discriminatória é algo que serve para oferecer uma explicação universal para toda a miséria, com a simplicidade de uma visibilidade simbólica: alguns sinais exteriores, alguns particularismos são suficientes para justificar a hostilidade, seja qualificada como “heterofobia”, “*Otherism*” ou mais frequentemente racismo. Atos de discriminação são disfarçados como atributos de uma ideologia de diferenciação negativa (COSTA-LASCOUX, 1989, p. 99).

Essa visão “de baixo para cima” do sentimento anti-imigrante na sociedade foi ecoada por Dubet, que, como Wieviorka, acreditava que muitos dos “problemas” resultantes da imigração tinham muito mais a ver com desindustrialização e fragmentação social do que supostas barreiras culturais entre a população cristã branca da República e a população muçulmana árabe<sup>19</sup>. O trabalho de Schnapper sobre o assunto não enfatizou problemas de racismo e xenofobia. Ela reconheceu aspectos problemáticos das relações entre cidadãos franceses e imigrantes ou cidadãos recém-naturalizados, principalmente os norte-africanos. No entanto, ela observou que a xenofobia da década de 1980 foi menos intensa em comparação com a xenofobia da década de 1890 e, especialmente, da década de 1930<sup>20</sup>. O racismo e a xenofobia franceses, portanto, não influenciaram fortemente sua análise da imigração e da nação. Em vez disso, concentrou-se em entender a relação entre “ideias sobre a nação” e “realidades concretas” da nação<sup>21</sup>. Ela acreditava que tal análise introduziria novas perspectivas sobre como refazer os sistemas de integração na França pós-colonial. Assim, onde esses sociólogos podem ter diferido em perspectiva e abordagem analítica, eles compartilhavam um paradigma semelhante: as questões sistêmicas referentes à imigração e à nação poderiam ser tratadas nos limites de uma estrutura republicana. Eles acreditavam que uma República revigorada, com instituições reformadas e revitalizadas atuaria como um baluarte significativo contra o racismo e a xenofobia anti-imigrante de certos franceses. Em outras palavras, esses sociólogos podem ser colocados dentro do campo do “republicanismo transformador”, para usar o termo de Chabal, enquanto a análise de Sayad sobre o Estado-nação sugeria que as ciências sociais deveriam ir além do domínio do discurso republicano para abordar as questões levantadas pela imigração<sup>22</sup>.



Dubet e Wieviorka acreditavam que uma República reformada, com um Estado mais forte e um saudável equilíbrio de multiculturalismo e universalismo, poderia reverter os efeitos socioeconômicos negativos dos problemas econômicos da França pós-1970. Costa-Lascoux compartilhava dessa opinião no sistema republicano, mas estava, como Sayad, mais preocupado com o fato de a concepção francesa de Estado-nação ter desempenhado um papel na exclusão e maus-tratos a imigrantes<sup>23</sup>. Ao contrário de Sayad, porém, ela não considerou que a nação republicana fosse inerentemente falha. Em vez disso, ela acreditava que a República se tornaria mais flexível e aberta a pessoas de fora se a Europa se integrasse, pois previa que uma identidade pan-europeia começaria a se desenvolver e eclipsaria, significativamente, as identidades nacionais<sup>24</sup>. Schnapper, por outro lado, comemorava claramente a capacidade do modelo republicano de integrar novos cidadãos. Ela fez referência explícita ao Le Creuset francês, do historiador Gérard Noiriel, ao discutir o papel significativo que a imigração desempenhou na formação do tecido da moderna nação francesa<sup>25</sup>. A “*Marche des Beurs*” não era, para ela, meramente sintomática do dilema de imigração da França pós-colonial; foi também uma demonstração clara de norte-africanos de “segunda geração” usando políticas republicanas para fazer suas reivindicações. Como ela escreveu, as demandas de “‘particularistas’ são baseadas em princípios universais. É em nome dos direitos do homem que eles exigem a construção de mesquitas (SCHNAPPER, 1991, p.11-13)”. Schnapper afirmou que, como membro da Comissão da Nacionalidade, ela testemunhou expressões semelhantes de republicanismo ao ouvir os testemunhos individuais dos cidadãos. A “ideia de nação” permaneceu, assim, um ponto de referência comum para cidadãos de várias origens étnicas e culturais<sup>26</sup>. Apesar de seu otimismo distinto, Schnapper, no entanto, insistiu que as instituições republicanas precisavam ser reformadas e revitalizadas para promover melhor o processo de integração social. É preciso reavaliar a “ideia de nação” francesa, a fim de reafirmar os valores tradicionais de participação política e social de todos os cidadãos, além de reconhecer a nova importância da “competência técnica e burocrática”, atributos que ela acreditava que todos os cidadãos deveriam possuir para facilitar o “desenvolvimento de sociedades produtivistas (SCHNAPPER, 1991, p.351)”.

Apesar de suas opiniões, muitas vezes críticas e sombrias sobre a República, as críticas de Dubet, Costa-Lascoux, Schnapper e Wieviorka nunca foram totalmente negativas. Eles ofereceram soluções e todos usavam retórica pró-republicana em seus escritos, um movimento comum em textos sociológicos, dado o clima político do período. Em nenhuma passagem emerge um sentimento pró-republicano nos escritos de Sayad. Em vez disso, Sayad procurava abordar, frequentemente, a lógica problemática contida no republicanismo. Em seu trabalho, ele criticou pontos de vista de sociólogos, como os descritos acima, por sua invisibilidade comum em relação à questão da imigração. De fato, em muitos de seus escritos, ele criticou, explicitamente, outros sociólogos, trabalhando na França, por sua incapacidade de ver a questão da imigração de maneira

holística<sup>27</sup>. Ele afirmou que sociólogos como Costa-Lascoux, Dubet e Wieviorka só podiam ver a imigração do ponto de vista da sociedade de imigração, e denominou qualquer sociologia que assim o fizesse de “ao mesmo tempo parcial e etnocêntrica” (SAYAD, 2004, p. 29).

Na opinião de Sayad, a tendência dos sociólogos franceses a uma visão “parcial” da imigração significava que eles não seriam capazes de ver o vínculo entre a imigração pós-colonial e o passado colonial. Suas críticas a outros cientistas sociais na França, por sua ignorância em relação ao colonialismo, se mostraram bem fundamentadas, pois seu argumento sobre a conexão entre o colonialismo e o dilema da imigração contemporânea ocorreu em um momento em que o passado colonial estava amplamente ausente do discurso acadêmico. Costa-Lascoux, Dubet, Schnapper e Wieviorka foram todos representativos da ausência do colonialismo no discurso acadêmico contemporâneo a Sayad. Suas reticências em incluir a discussão do colonialismo em suas críticas sociais é vista pelo uso seletivo que fizeram do trabalho de Sayad em seus próprios escritos. Dubet, por exemplo, em sua discussão sobre o grau de assimilação dos imigrantes de “segunda geração”, apontou a naturalização como um teste, em boa medida, decisivo, confiável. De acordo com sua análise, os filhos de imigrantes argelinos, em particular, optaram pela nacionalidade francesa, não apenas porque isso apresenta menos desafios legais para eles do que para seus pais, mas também porque o processo de naturalização significa maior crise de identidade para imigrantes de primeira geração do que para os de segunda geração. Ele citou o argumento de Sayad sobre a traição à herança que os argelinos sentem quando obtêm a nacionalidade francesa. Curiosamente, ele exaltou o fato de Sayad atribuir essa luta pela naturalização ao legado e impacto do colonialismo no presente<sup>28</sup>. Essa seria uma seção de seu texto na qual poderia ter mencionado o poder colonial se tivesse concordado com a tese de Sayad sobre a articulação entre a política neocolonial e imigração. Contudo, este foi subestimado ao longo do trabalho de Dubet. Wieviorka rejeitou completamente a noção de que o contexto pós-colonial apresentava alguma semelhança com o período colonial<sup>29</sup>. “Estamos longe”, escreveu ele, “de um colonialismo que é ao mesmo tempo condescendente e ampliado por seu princípio de inferiorização dos povos colonizados” (WIEVIORKA, 1992, p. 19). Seu trabalho de ampla leitura, *La France raciste*, não considerou os estudos de Sayad - uma ocorrência rara nos estudos franceses produzidos após os anos 1980, relacionados à imigração.

Schnapper, por sua vez, viu muito o que admirar no trabalho de Sayad. Seu relato histórico de imigração na França fez referência explícita à pesquisa de Sayad sobre as “três eras” da imigração argelina. Como consequência, ela abordou a questão do colonialismo de frente. No entanto, ela tirou conclusões bastante diferentes das de Sayad sobre as ramificações precisas que o colonialismo teve na trajetória da imigração argelina. Em particular, ela deu ênfase às maneiras pelas quais a experiência colonial facilitou a assimilação dos norte-africanos:

É preciso lembrar que magrebes, entre os quais, deve-se concordar que existe uma certa “distância cultural” maior que a existente entre espanhóis ou entre italianos, têm visto, por duas ou três gerações, uma aculturação – parcial como toda aculturação é, mas real – à sociedade moderna através da colonização (SCHNAPPER, 1991, p.159).

Aqui, ela parece ter quase identificado o sistema colonial como uma força de integração positiva, mas sua análise também reconheceu as dimensões objetivamente negativas do colonialismo francês. Mesmo assim, ela sugeriu que os traumas associados ao passado colonial poderiam, a longo prazo, resultar no fortalecimento dos laços entre cidadãos franceses e argelinos que se estabeleceram na França, argumentando que “verdadeiros conflitos são conflitos familiares” (SCHNAPPER, 1991, p. 166). Não surpreendentemente, Sayad ofereceu uma perspectiva diferente sobre os vínculos entre colonialismo e imigração. Como veremos, grande parte dessa diferença tem a ver com o fato de que, para pensadores como Schnapper, o colonialismo era um conflito enraizado no passado, enquanto, para o Sayad, o colonialismo havia encontrado um novo lar na dinâmica da imigração pós-colonial.

A pesquisadora do CNRS, Costa-Lascoux foi, como Schnapper, mais receptiva ao trabalho de Sayad. No entanto, ela adotou a estratégia de subestimar o legado colonial e evitou mencionar partes da análise de Sayad, nas quais ele fazia conexões entre as políticas colonialista e neocolonialista. No que diz respeito à moradia, por exemplo, ela destacou as disparidades nas condições de vida entre os imigrantes (especialmente os argelinos) e os demais grupos da população. Ela citou as observações de Sayad sobre a habitação dos trabalhadores migrantes argelinos como uma fonte confiável de informação, mas não integrou suas análises das práticas habitacionais colonialistas em seu próprio trabalho. De fato, ao enfatizar que o “Estado, sendo o fiador da solidariedade nacional” (COSTA-LASCOUX, 1989, pp. 73-74), precisava liderar a tarefa de instituir políticas habitacionais equitativas; ela mesma, ao sugerir que o Estado tinha deveres paternalistas em relação às comunidades de cor, projetou o que Sayad definiria como uma lógica neocolonialista<sup>30</sup>.

Apesar das distinções destacadas acima, havia áreas nas quais todos esses sociólogos encontravam um terreno comum. Certamente ninguém aqui tentou argumentar que a ansiedade da sociedade francesa em relação às recentes ondas de imigração (particularmente a imigração do Magrebe) era defensável. Costa-Lascoux e Wieviorka insistiram que mudanças radicais fossem feitas para que novos grupos de imigrantes se integrassem bem, enquanto Dubet e Schnapper acreditavam que Magrebes já estavam assimilados e que, com melhorias nas instituições e na economia, a integração socioeconômica seguiria naturalmente. Sayad, por sua vez, certamente queria ver uma mudança na condição dos imigrantes na França, mas seus escritos sobre o Estado-nação sugeriram que, dada a profundidade da lógica da exclusão em uma estrutura nacionalista,

implementação de reformas não poderiam resolver um problema, que era mais do que simplesmente dependente de questões socioeconômicas atuais. Assim, permaneceu uma divisão ideológica distinta entre o sociólogo argelino e os sociólogos franceses: uma crítica abrangente do neorrepblicanismo, por um lado, e, por outro, um firme compromisso com o ideal republicano, apesar dos dilemas atuais. As seções seguintes analisam os elementos específicos da oposição crítica de Sayad ao neorrepblicanismo.

### 3 ESTADO-NAÇÃO REPUBLICANO: UM MODELO DEFEITUOSO

A oposição de Sayad ao republicanismo francês surgiu, pela primeira vez, em sua análise crítica do que ele considerava a lógica de exclusão dos sistemas de Estados-nação. Na sua opinião, a tendência do Estado-nação de reproduzir a exclusão destaca a disfuncionalidade inerente aos Estados-nação, em geral, e o modelo republicano em particular. Por meio de suas análises socioeconômicas, ele tentou provar como o Estado-nação fabrica um “outro” em busca da ordem nacional e da solidariedade social<sup>31</sup>. A marginalização e a alteridade, ele argumentou, são produtos e não efeitos colaterais infelizes de estruturas nacionalistas. Uma análise do discurso jurídico, político e social revelou a Sayad que o Estado-nação precisa de seu oposto diametral e, finalmente, o descobre na figura do imigrante como o “outro”. Se Edward Saïd sustentou que os súditos imperiais (particularmente os árabes) existiam como um “outro” na imaginação imperial europeia, então os imigrantes de Sayad tornaram visível essa oposição binária entre europeus e não europeus<sup>32</sup>. Ele argumentou que o Estado-nação produz o outro como imigrantes, a fim de consagrar sua legitimidade. Ou seja, como os Estados-nação solidificam sua razão de conferir direitos a seus nacionais, esses mesmos direitos devem, necessariamente, ser negados a não-nacionais, ao outro. Não pode haver uma “ordem nacional” sem uma hierarquia clara entre os cidadãos (que se beneficiam com a inclusão política) e os imigrantes (que enfrentam exclusão política). Em seu artigo de 1984, “État, nation et immigration”, Sayad estabeleceu uma conexão entre seus argumentos a respeito da posição do imigrante no Estado-nação com as análises de Hannah Arendt sobre judeus alemães. Para ser um imigrante, ele escreveu,

... é, durante toda a vida, ser negado de participar do mais fundamental dos direitos, o direito dos nacionais, o direito a ter direitos, o direito a pertencer a um órgão político, a ter um lugar nele, uma residência, uma verdadeira legitimidade. Ou seja, o direito, em última análise, de ser capaz de dar um significado e uma razão às ações, pensamentos e existência de alguém; o imigrante não está em posição de se apropriar de seu passado e futuro, de ter poder sobre sua própria história (SAYAD, 1984, p. 296).

Em “As origens do totalitarismo”, Arendt (1951) mostrou que a perda de direitos políticos pelos judeus era um precursor necessário para sua total desumanização e, finalmente, para sua aniquilação<sup>33</sup>. Embora Sayad não tenha traçado um paralelo exato entre judeus alemães durante o Holocausto e imigrantes pós-coloniais na França, a passagem acima ilustra os efeitos da lógica excludente do Estado-nação: a negação de direitos políticos aos imigrantes pode levar a inúmeras formas de exclusão. A alusão a Arendt foi, portanto, feita para enfatizar que o ato de exclusão política traz consequências de longo alcance para os grupos subalternos afetados. Ao enquadrar sua análise dessa maneira, Sayad questionou sobre até que ponto o modelo republicano poderia realmente defender sua promessa de direitos humanos universais.

Além de sublinhar as falhas morais da República, o tratamento de Sayad da distinção criada entre “nacionais” e “não nacionais” levou-o a revelar a disfuncionalidade do modelo republicano. Assim como sua sociologia da imigração implicava descompactar os muitos paradoxos incorporados no sistema de migração, sua sociologia do Estado-nação também expunha a natureza paradoxal dessa construção política<sup>34</sup>. Pois mesmo que o Estado-nação tenha uma tendência natural à criação de divisões binárias, e isso possa parecer essencial para sua sobrevivência, essa estratégia de diferenciação realmente acaba sendo autodestrutiva. Na opinião de Sayad, o hábito instintivo do Estado-nação de atrair imigrantes não garante permanentemente a ordem nacional. De fato, a própria presença de pessoas sem direitos dentro da nação abre questões incômodas sobre a real estabilidade da comunidade nacional. Segundo Sayad, o processo de romper a ordem nacional começa quando os imigrantes se tornam assertivos quanto à resistência à exclusão. Ele apontou o protesto público dos imigrantes contra a ação do governo de expulsar imigrantes, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, como um excelente exemplo do que a comunidade nacional consideraria “comportamento herético” (SAYAD, 1999, pp. 36-39). Quando os imigrantes começam a se envolver em comportamento “herético”, afirmando seu direito a ter direitos, recusando-se a ser provisórios, colocando “outros modos possíveis de relação”, a ordem nacional é colocada em uma situação de crise. Como “herege”, o comportamento dos imigrantes “contradiz e prejudica a consciência comum (common consciousness)” que foi estabelecida por membros da sociedade dominante<sup>35</sup>. Sayad utilizou, de forma significativa, a noção durkheimiana de uma “consciência comum”. Ele pegou o que Emile Durkheim acreditava ser uma função positiva da integração social e sugeriu que a consciência comum da nação opera como um veículo poderoso para excluir aqueles que não pertencem automaticamente à nação<sup>36</sup>. Sua análise, portanto, indicou que, embora o sistema de Estados-nação pareça funcionar sem problemas, a máquina quebra quando suas contradições internas são reveladas. A República não pode incluir e excluir simultaneamente, e é por essa razão que Sayad impôs

severos limites ao poder da República de promover a solidariedade social. Ao apresentar tal argumento, Sayad desafiou uma tradição sociológica francesa, em curso já há um século e que defendia o conceito republicano de nação, iniciada, principalmente, com as análises de Durkheim sobre solidariedade social<sup>37</sup>.

Nos escritos subsequentes, produzidos no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, Sayad voltou à questão do Estado-nação, analisando, em particular, discursos sobre nacionalidade e naturalização. Ele argumentou que o processo de naturalização, ao possibilitar que imigrantes se candidatem à cidadania, necessariamente, destaca a tentativa bastante natural de converter um estrangeiro permanente em um membro de boa-fé do país. Do ponto de vista jurídico, a naturalização é uma “verdadeira operação da magia sociopolítica ... transformando em naturais” aqueles que são “não naturais” devido às suas origens estrangeiras<sup>38</sup>. Assim, em sua opinião, a política do multiculturalismo representava um debate contencioso sobre como chegar a um acordo com aqueles que, tendo sido figurativamente colocados fora do Estado-nação por algum tempo, agora estão exigindo direitos como cidadãos naturalizados.

O foco de Sayad na naturalização coincidiu com o período em que o destino da “segunda geração” se tornou um ponto-chave da disputa política. Como observado acima, foi no final dos anos 1980 que os políticos de direita e de esquerda começaram a expor a ideia de que não seria mais prudente conceder, automaticamente, a cidadania aos imigrantes de “segunda geração” ao alcançarem a maturidade. Tal movimento poderia, segundo os argumentos, dar aos imigrantes de “segunda geração” o direito de escolher sua nacionalidade (uma justificativa supostamente humanitária oferecida pela esquerda), ou poderia ser um meio conveniente de repatriar famílias inteiras de imigrantes, caso não conseguissem se integrar completamente (uma preocupação principalmente à direita)<sup>39</sup>. Na opinião de Sayad, essas reformas propostas ao Código de Nacionalidade representavam uma tentativa de regular o processo “extraordinário” de reconciliar a existência de um grande número de membros “não naturais” da nação. “De fato”, escreveu Sayad,

as demandas da ordem política garantem que existam apenas dois modos de existência política dentro da nação. Um é o modo “natural” que é autoevidente e específico aos “naturais” ou nacionais da nação e, em casos muito extremos, o modo do cidadão “naturalizado”. O outro é um modo extraordinário que escapa à “ortodoxia” nacional e que, por si só, é basicamente ilegítimo e, portanto, requer um processo intenso e contínuo de legitimação (SAYAD, 1993, p. 31).

Aqui Sayad revelou a natureza paradoxal e, portanto, disfuncional do Estado-nação: para que a comunidade nacional se unisse, era necessário marcar os imigrantes como pessoas de fora - aqueles que são membros “não naturais”

da comunidade. O Estado-nação não pode, então, cometer uma reviravolta e converter aqueles marcados como “não naturais” em cidadãos “naturalizados”, pois isso contradiz a lógica interna da ordem nacional. A abertura da discussão sobre como integrar os imigrantes realmente exacerba o problema, pois introduz um novo conjunto de dilemas sociopolíticos. Como ele escreveu,

longe de resolver o paradoxo da imigração, como seria de esperar, e longe de garantir ou completar a plena integração dos imigrantes na sociedade francesa e na nação francesa, a naturalização ... tende, ao contrário de toda expectativa, a perpetuar os problemas da imigração. A naturalização “exacerba” os “problemas da imigração” porque os “converte” em não apenas “problemas dos imigrantes” (que, segundo o texto, podem ser ignorados), mas em “problemas de identidade com a nação ou problemas nacionais relativos a grupos” de nacionais (SAYAD, 2004, p.225).

Dentro de uma estrutura nacional, o que é tecnicamente um processo jurídico simples rapidamente se transforma em uma controvérsia que força o envolvimento de todos os aspectos do governo e de toda a cidadania. A análise da naturalização de Sayad parece ter explicado como o processo de imigração estabelece um caminho para conflitos sobre a identidade nacional. Isto é, sua análise explica como a hostilidade em relação aos imigrantes poderia emergir em uma sociedade elogiada por observadores externos por sua suposta falta de conflitos raciais ou étnicos.

Sayad foi capaz de mostrar como a intensificação do racismo e da xenofobia nas décadas de 1970 e 1980 foi um resultado inevitável das tensões envolvidas na naturalização de imigrantes. De fato, durante todo o processo de naturalização, os imigrantes são lembrados de que ainda não fizeram o suficiente para se integrar. A ordem nacional, escreveu Sayad, “não pode deixar de ... acusar seu ser por sua incompletude. Este ser [tem] que aprender a ser francês (SAYAD, 2004, p. 263)” através de mecanismos do Estado - particularmente a educação. Sayad problematizou as virtudes assimilacionistas do ensino médio, frequentemente consideradas as maiores forças integradoras da República, sugerindo que, por mais que muitas pessoas sejam transformadas em cidadãos, há também o efeito de marcar outras pessoas como sendo de fora devido às dificuldades envolvidas para integrá-las. Sayad também observou que imigrantes que estão se naturalizando não apenas são constantemente lembrados de sua “incompletude”, mas também são vistos com profunda suspeita e se tornam alvos fáceis de estereótipos e escárnio. Do ponto de vista dos membros anti-imigrantes da sociedade dominante, os cidadãos naturalizados, que transgrediram a sagrada fronteira entre nacional e não nacional, devem ter adotado o “francês” por razões duplicadas. Como os cidadãos estrangeiros não pertencem naturalmente à ordem nacional, eles devem ter escolhido

ser franceses por um motivo oculto. Suspeita-se de enganar o sistema e não cumprir suas obrigações (pagar impostos, cumprir seu serviço militar) enquanto colhe todos os benefícios da naturalização. Enquanto isso, acredita-se que sua verdadeira lealdade esteja com seu país de origem<sup>40</sup>. O racismo anti-imigrante é, portanto, capaz de persistir mesmo quando os imigrantes se tornam membros de pleno direito da comunidade nacional. De fato, a “conversão” de imigrantes em cidadãos “limita em si a maior probabilidade de um racismo que a alteridade nacional não pode mais justificar, mesmo aos olhos de suas vítimas” (SAYAD, 2004, p. 247). Isto é, antes, quando ambas as partes (nacionais e não nacionais) adotaram a ideia de imigração como provisória, os franceses optaram por não priorizar o enfrentamento do racismo anti-imigrante; e os imigrantes, por sua vez, toleravam tacitamente a intolerância, entendendo que sua permanência na França era puramente temporária. Mas, no período contemporâneo de Sayad, uma das partes continuava a manter, não resolvidas, crescentes questões de racismo no momento exato em que a outra parte não estava mais disposta a tolerar esse comportamento.

Identificando o Estado-nação como o principal motor da problemática da imigração, Sayad não se limitou, simplesmente, a culpar o modelo republicano pelo sentimento anti-imigrante que toma conta da França. Sua sociologia crítica do Estado-nação certamente apontou para os mecanismos incorporados por este como fonte de todas as formas de exclusão (racismo, xenofobia, “a produção do ‘outro’”, discriminação etc.) causadas aos imigrantes, e ainda apontou para as contradições inerentes a esse Estado. O Estado-nação não poderia ser, ao mesmo tempo, um produtor e um eliminador de exclusão, mas é exatamente isso que tentou fazer através do processo de naturalização. É, em parte, com base nesse raciocínio que seria impossível para Sayad conformar-se ao consenso neorrepublicano com o qual muitos sociólogos franceses se alinharam. Para Sayad, a República não era moral e tecnicamente adequada à tarefa de resolver o problema da imigração.

#### 4 “COLONIZAÇÃO DE ONTEM E A IMIGRAÇÃO DE HOJE”

A disposição do Estado-nação de excluir aqueles rotulados como “membros não naturais” da comunidade nacional, junto com os paradoxos inerentes a essa lógica excludente, era apenas um elemento da visão crítica de Sayad sobre a abordagem neorrepublicana da imigração. Outro elemento crucial de sua crítica ao Estado-nação girava em torno da compreensão das relações de dominação ou, mais precisamente, do poder colonial. Sayad procurou provar que “a colonização de ontem e a imigração de hoje” moldaram, fundamentalmente, a relação entre imigrante e Estado-nação (SAYAD, 1993, p. 31). Ele acreditava que, através da imigração, a França continuava a dominar os indivíduos das antigas colônias e do sul global de maneira mais ampla. A descolonização não havia divorciado completamente a República de seu passado colonial.



Tal visão - de que instituições, práticas oficiais e até hábitos socioculturais desenvolvidos nas colônias se enredavam nos fundamentos da própria República - é agora uma visão inteiramente convencional na historiografia francesa. Por exemplo, foi demonstrado que, após a descolonização, muitos ex-burocratas coloniais obtiveram posições administrativas no governo francês<sup>41</sup>. No que diz respeito à questão das moradias de imigrantes, em particular, isso geralmente resultava na reprodução de práticas de controle habitacional vigentes no período colonial. Essas políticas visavam gerenciar a população por métodos que seriam considerados inaceitáveis se aplicados a cidadãos “nascidos naturais”, como vigilância e regras rígidas de conduta para os inquilinos<sup>42</sup>. As práticas policiais também foram importadas das colônias. A forma como o Estado lida com os tumultos nos *banlieues* [subúrbios] (um tema frequente nos anos 1980 e especialmente nos 1990) tinha semelhança com métodos de policiamento pesado para os quais os assuntos coloniais eram um alvo<sup>43</sup>.

Hoje, existe um consenso generalizado entre a comunidade acadêmica de que o vínculo inextricável entre império e metrópole deixou uma marca indelével nas instituições e na cultura da República. Entretanto, durante o período em que Sayad era intelectualmente ativo, a relação entre a história colonial e o dilema pós-colonial sobre imigração e o Estado-nação não era tão óbvia, nem seria um paradigma intelectual que a maioria dos estudiosos da academia francesa aceitasse na época<sup>44</sup>. A análise socioeconômica de Sayad sobre as conexões entre história colonial, imigração e nacionalidade foi, portanto, uma tentativa de tornar esse caso convincente.

A publicação da segunda edição de *L’immigration algérienne en France*, de sua coautoria, em 1984, é um produto tangível de sua agenda anticolonial ao longo da vida. Em meio a um debate contencioso sobre imigração, ele despertou novamente os fantasmas do passado colonial e revelou o vínculo inextricável entre o poder colonial e a história da imigração argelina na França. Foi um movimento vigoroso em um momento em que a sociedade francesa raramente discutia a história colonial<sup>45</sup>. O livro tinha um amplo escopo. Ao prosseguir nos estágios da imigração argelina na França, passou por registros estaduais, códigos legais, decretos governamentais, relatos jornalísticos, literatura e testemunhos de migrantes individuais. Como resultado, o estudo foi ao mesmo tempo político, sociológico, antropológico e etnográfico. Essa monografia é relevante aqui por causa do que nos diz sobre o entendimento de Sayad acerca do modo como o império republicano moldou a migração e como a dinâmica entre o império e a migração mais tarde afetou questões sobre o relacionamento dos imigrantes com a comunidade nacional.

A monografia traçou a história da migração argelina desde suas primeiras raízes coloniais até a era contemporânea. O primeiro capítulo, que abordou como as políticas coloniais projetaram um sistema de migração, é um reflexo do que Sayad descobriu ao estudar o campesinato argelino com Pierre Bourdieu. De fato, a maneira pela qual Sayad descreve os interesses coloniais em conflito com

o “espírito camponês”, pré-capitalista, ecoou o que Bourdieu e Sayad escreveram no *Le Déracinement*, publicado em 1964<sup>46</sup>. Ele definiu a emigração argelina como o produto de “duas forças” - a “força atrativa” da França metropolitana e a “força repulsiva” gerada por condições coloniais deletérias<sup>47</sup>. Como ele anotou em outro trabalho: “A imigração argelina foi, desde o início, projetada. Mas antes que pudesse ser projetada, os argelinos já deveriam estar disponíveis para a emigração” (GILLETTE; SAYAD, 1984, pp. 18-19). Em apoio aos colonos europeus, as autoridades coloniais solicitaram terras aos camponeses argelinos e distribuíram as terras aos europeus. Ao mesmo tempo, os colonos europeus introduziram um sistema capitalista moderno na Argélia, um sistema incompatível com o sistema de produção pré-capitalista dos argelinos muçulmanos. Incapazes de se adaptar rapidamente a essas mudanças econômicas, os camponeses sem terra e empobrecidos se voltaram para a migração como principal meio de obter renda<sup>48</sup>. Sayad argumentou que, ao criar as estruturas que permitiriam o desenvolvimento da migração, tornando os argelinos dependentes de oportunidades na indústria francesa para sua subsistência, o sistema colonial fortaleceu as relações desiguais de poder entre colonizadores e colonizados. Ondas mais recentes de imigração argelina revelaram o domínio duradouro da França sobre a Argélia, mesmo na era pós-colonial:

O período entre 1962 - 1981 ilustra a relação de dominação que está no coração de todos os fenômenos migratórios atuais: entre, por um lado, o país de imigração, o país dominante e, por outro, o país de emigração, o país dominado (GILLETTE; SAYAD, 1984, p. 102).

Sayad concluiu seu trabalho com uma nota sobre o que a sua narrativa sobre imigração argelina elucidada em relação aos debates sobre imigração que ocorreram na França naquele momento. Na sua opinião, a sociedade francesa continuava discutindo a imigração com relativa ignorância das circunstâncias que a provocaram. Ele insistia que era preciso aceitar o fato de que o sistema colonial - atores metropolitanos e estaduais coloniais, empregadores metropolitanos e coloniais - construiu ou “projetou” o deslocamento dos argelinos para a metrópole. Dados os efeitos deletérios que o colonialismo teve no desenvolvimento econômico e nacional da Argélia, os migrantes argelinos se tornaram tão “apátridas” quanto os refugiados discutidos nas Origens do totalitarismo de Arendt. Eles não puderam retornar à sua terra natal, embora os líderes políticos da França e da Argélia insistissem que deviam, e não puderam ser totalmente integrados à República devido à lógica de exclusão do Estado-nação. O discurso na França precisava ir além do “mito do retorno”. Como ele disse, “o surgimento de novas gerações e os efeitos da crise econômica demonstram claramente que o tema de um retorno massivo está doravante no campo do mito e que a coragem política exigiria o fim desse discurso ambíguo”(GILLETTE; SAYAD, 1984, p. 256).

Para Sayad, os métodos republicanos tradicionalmente empregados na integração de imigrantes não limpam a lousa de todos os abusos do passado engendrados pelo colonialismo. O sistema republicano não poderia ser o ímpeto por trás do dilema da imigração e a chave para resolver a crise. Nos escritos subsequentes, Sayad analisou mais de perto a relação entre imigrantes e nacionalidade, mostrando que o processo pós-colonial de naturalização não emancipou migrantes anteriormente colonizados, mas foi o resultado final do processo de dominação dos dominados. A relação entre franceses e argelinos foi, segundo Sayad, um excelente exemplo da colonização interna de imigrantes pelo Estado-nação. Voltando à questão da naturalização, Sayad argumentou que, além de transformar o “não natural” em um “natural”, a naturalização operava como demonstração de força, uma forma de coerção branda por parte do Estado-nação. “Naturalização é”, escreveu ele, “um ato de anexação ou de anexado, por um lado, e de se deixar anexar, por outro - e poucos desses atos são tão abrangentes ou tão totais” (SAYAD, 2004, p.228). O uso do termo “anexação” sugere que o imigrante, de maneira menos evidente, foi colonizado pelo Estado. Depois que o imigrante é colonizado ou “anexado”, conclui-se que o Estado-nação deve legitimar seu domínio sobre o ex-imigrante que se tornou cidadão. Segundo Sayad, o Estado-nação executa essa estratégia, em parte, através do discurso legal. Como ele disse, “todo o vocabulário de honra (dignidade, privilégio, mérito, obrigação etc.) reaparece constantemente em tudo o que é dito sobre nacionalidade e naturalização, e esse é um vocabulário ético, e não político” (SAYAD, 2004, p.228). Isso significa que, durante todo o processo de naturalização, o Estado-nação mostra um chauvinismo manifesto, pois o sistema jurídico confere ao ex-imigrante e a seus filhos a “qualidade” e a “dignidade” de serem franceses, uma alta “honra” que ambas as partes devem reconhecer. Sayad fez questão de destacar a natureza distintamente “ética” desse discurso, porque era vital para o seu argumento que os leitores entendessem as maneiras pelas quais os remanescentes de uma era supostamente passada - a era do colonialismo e a “missão civilizadora” - infiltraram-se em aparelhos de Estado pós-colonial. Em um sistema de dominação que ele chamou de “violência suave” (emprestando o termo de Bourdieu), as negociações da França com estrangeiros representavam “todas as imbricações que unem a colonização de ontem e a imigração de hoje, sendo uma continuação da outra” (SAYAD, 2004, p.230)<sup>49</sup>.

Além de focar na linguagem mobilizada nos discursos sobre naturalização, Sayad também analisou o processo de transformar imigrantes em franceses - “integração” - que ele acreditava ser uma manifestação de como os tentáculos da história colonial se aprofundavam não apenas nas instituições pós-coloniais, mas na sociedade francesa pós-colonial como um todo. Ele observou que o uso generalizado do termo “integração” em vez de “assimilação” significava uma estratégia discursiva destinada a criar distância entre o passado colonial e o presente pós-colonial. No entanto, por mais que “assimilação” tenha sido ridicularizada por suas pretensões colonialistas, o ato de assimilação cultural

é, no entanto, “comemorado hoje no estado atual e por causa de seus efeitos contemporâneos (a assimilação de imigrantes), e continua a ser elogiado como primariamente, ou mesmo especificamente, virtude francesa” (SAYAD, 2004, p.219). Era paradoxal, em sua opinião, que os observadores da imigração pós-colonial não conseguissem problematizar a noção de que alguém pode e deve desejar se tornar francês - que a concepção de democracia e direitos humanos da República é universal e que, portanto, todos deveriam querer participar dela; que isso poderia ter semelhança com o tipo de chauvinismo republicano que forneceu ao Império uma causa de domínio conveniente<sup>50</sup>. Em sua análise da política de integração, ele também enfatizou que, assim como seria errado pensar que o Estado é a única entidade envolvida na naturalização e integração de novos cidadãos, é igualmente falacioso pensar que o poder colonial, por mais manifesto que seja, é meramente uma questão do Estado. Pelo contrário, a totalidade da sociedade dominante - a comunidade nacional - desempenha um papel ativo na afirmação de poder de natureza colonial sobre os imigrantes. Assim como vários órgãos institucionais do Estado exercem o poder por meio de formas de “violência suave”, o mesmo acontece com os cidadãos.

Segundo Sayad, esse ato de “violência suave” foi decretado principalmente pela cultura. Durante algum tempo, ele pensou sobre a ideia de que a cultura era a principal arma da demonstração de força da sociedade dominante sobre os imigrantes, muitos dos quais anteriormente eram súditos coloniais. Já em 1979, Sayad produziu um artigo sobre a elaboração de formas discretas de poder escondidas sob a superfície de trocas culturais entre imigrantes e a sociedade dominante. Ele argumentou que, como forma de “violência simbólica”, a cultura justifica a reivindicação da sociedade dominante de superioridade sobre os dominados. A sociedade dominante, civilizada e avançada, pede que o “outro” se civilize sob os termos definidos pelo grupo dominante. Uma vez civilizados (no contexto pós-colonial, isso ocorre quando o imigrante é naturalizado), a sociedade dominante pode discutir maneiras pelas quais os franceses podem se beneficiar ao aprender sobre as heranças culturais dos imigrantes que eles integraram com sucesso em sua sociedade<sup>51</sup>.

No início dos anos 1980, quando a “segunda geração” [de imigrantes] se tornou mais ativa na esfera cultural, Sayad deve ter achado adequado revisar argumentos anteriores que ele fez sobre o relacionamento da cultura com o poder colonial. Falando em uma conferência em 1984, na qual um grupo de especialistas de toda a França se reuniu para discutir a questão do pluralismo cultural, ele criticou vigorosamente a sociedade francesa pelo que percebia ser um etnocentrismo pouco velado:

Enriquecei-vos das vossas diferenças mútuas”, afirma um poeta, mas apenas sob a condição de ignorar que, por um lado, tudo é rico e tudo se torna rico quando nós [europeus] colocamos as mãos sobre ele e, por outro lado, que só podemos alimentar a riqueza dos outros!

Isso é etnocentrismo quando você realmente olha para ele! ... Tendo sido suficientemente seguros de si e de sua cultura (que é a única cultura “legítima”, mesmo quando eles concordam em falar da boca para fora do relativismo cultural), só então é a ocasião apropriada para ser tolerante, acolhedor, benevolente, liberal, em outras palavras condescendentes - “vá ao povo”, vá à cultura “popular”, vá à cultura dos imigrantes ou ... às culturas que vieram da imigração, etc.; aquela que é apenas uma forma disfarçada, eufemizada e moralizada e, sobretudo, intelectualizada, portanto cultivada, do racismo - e, em uma palavra, “relativista” (ou seja, na aparência, o oposto total do etnocentrismo) (SAYAD, 1984, p.18).

A referência feita no início, “enriquecei-vos” (“enriquecer-se de suas diferenças!”), vem de uma famosa declaração feita pelo poeta francês Paul Valéry em referência à situação colonial na Argélia. Jeanne Scelles, uma ativista cristã que buscou uma aproximação franco-muçulmana durante a Guerra da Argélia, posteriormente se apropriou dessa citação para admoestar colegas franceses a “enriquecerem” do contato com argelinos muçulmanos<sup>52</sup>. Sayad, no entanto, argumentou que esse contato só poderia ser mantido enquanto os franceses fossem a força dominante e os argelinos os dominados. Ao fazer essa referência, Sayad traçou um paralelo entre as relações de poder envolvidas na cultura e no império e o período contemporâneo, argumentando que a mesma forma de dominação cultural era vista na França, dirigida a imigrantes das antigas colônias - especialmente argelinos.

A crítica de Sayad ao Estado-nação consistia em dois elementos principais. O primeiro dizia respeito aos mecanismos de exclusão que são incorporados aos sistemas de Estado-nação com o objetivo de delinear facilmente entre “nacional” e “não nacional”. Essa distinção entre cidadão e “estrangeiro” é fundamental para a “ordem nacional”. Portanto, qualquer tentativa (por naturalização e integração, por exemplo) de desfocar as linhas entre quem naturalmente pertence ao corpo político da nação e quem não joga o sistema em desordem. Para Sayad, era por isso que a República era moral e tecnicamente incapaz de assumir a tarefa de resolver os “problemas” trazidos pela imigração. Apesar de suas reivindicações declaradas de universalismo e tolerância, a República apresentava todos os defeitos inerentes a qualquer Estado-nação. Além disso, a República Francesa foi um caso singularmente problemático na história dos Estados-nação modernos por causa de seu passado colonial. O segundo elemento da sociologia crítica de Sayad sobre o Estado-nação, portanto, se encaixou em sua preocupação ao longo da vida com os efeitos do colonialismo e, mais tarde, da imigração, nos povos subjugados. Ele afirmou que a história do colonialismo francês na Argélia sublinhou as relações de dominação vinculadas a todos os sistemas de migração. Através da migração, a nação da imigração é capaz de

exercer poder sobre a nação da emigração e seu povo. No contexto francês, isso significava que os imigrantes pós-coloniais, especialmente os argelinos, eram submetidos ao domínio francês. Sayad chamou atenção particular para os processos de naturalização e integração, a fim de revelar que a República não podia virar completamente a página de sua história colonial.

## 5 ATIVISMO IMIGRANTE COMO RESISTÊNCIA ANTICOLONIAL

Segundo Sayad, imigrantes pós-coloniais entendiam perfeitamente que os conflitos entre franceses e norte-africanos, durante a era colonial, tinham ramificações para a situação contemporânea na metrópole. No contexto pós-colonial, esses conflitos sobre identidade, pertença nacional e autonomia para grupos subalternos chegaram ao auge no movimento Beur, que envolveu a chamada “segunda geração” cujos pais haviam emigrado do Magrebe. Entre os acadêmicos franceses, a resposta típica à luta por reconhecimento de Beur foi considerar as demandas da “segunda geração” dentro do contexto da cultura política da Quinta República. Em outras palavras, os pensadores sociais franceses desejavam ver seu comportamento através do prisma do neorrepublicanismo. Sayad resistiu vigorosamente a essa estrutura analítica e, em vez do paradigma neorrepublicano de seus colegas, analisou o comportamento da “segunda geração” dentro de uma estrutura anticolonialista. Assim, reformulou toda a luta de Beur como uma nova fase da luta anticolonial de longa data dos norte-africanos.

Ele queria que os leitores adquirissem um senso do comportamento imigrante, não em termos de malevolência inerente. Antes, procurou mostrar como era possível ver os imigrantes e seus descendentes como atores colocados em uma condição de liminaridade perpétua, respondendo a configurações neocoloniais de poder, às quais ele se referiu, sucintamente, como “dupla alienação” e “dupla dominação”<sup>53</sup>. Ou seja, os imigrantes são transformados em “franceses na realidade e também na lei”, mas são transformados em franceses “não como os outros” porque ainda carregam os apelidos de “argelinos”, “árabes”, “Beur” ou “segunda geração”. “A sociedade argelina, enquanto isso, vê os emigrantes como remanescentes argelinos, além de não serem “como os outros: como também são parcialmente franceses, ou seja, foram ‘alterados’” (GILLETTE; SAYAD, 1984, p.218-9). Ao chegarem a um acordo com a convivência com o Estado-nação, Sayad explicou que os imigrantes devem negociar essa “dupla ausência” ou “alienação”, o impulso da França e a atração da Argélia.

A relação dos imigrantes com a França e a Argélia também é prejudicada por causa das relações de dominação existentes: o governo francês e até membros comuns da sociedade dominante tentam exercer influência sobre os imigrantes através de várias manifestações do chauvinismo nacional expressas no discurso jurídico, mídia nacional ou discurso cotidiano, por um lado, por outro, o governo

argelino continua a dominar os “seus” emigrantes sob os auspícios de que está ajudando as “vítimas” de novas formas de dominação colonial<sup>54</sup>. Além disso, a necessidade de se constituir em uma comunidade nacional, construída sobre a lógica da exclusão, cria entre os imigrantes uma profunda crise de identidade. Se eles não podem pertencer totalmente à comunidade dominante, devem construir do zero uma estrutura igualmente poderosa de pertencimento, com seu próprio vínculo social, seu próprio senso comum<sup>55</sup>.

De acordo com Sayad, as comunidades imigrantes adotaram identidades alternativas como uma maneira de resistir às reivindicações da sociedade dominante e sua hegemonia sociocultural. A linguagem empregada em suas análises sobre as respostas dos imigrantes ao tratamento lhes dado pela sociedade francesa revela que a principal preocupação de Sayad com relação à questão da pertença nacional estava mostrando como a política de identidade dos imigrantes estava, fundamentalmente, preocupada em resistir à dominação, uma luta “simbólica” que era antissocial, colonial por natureza. Neste ponto, Sayad delineou vários campos de resistência: cultural ou identitária, legal (em sua resistência à naturalização), política (em seu ativismo) e às vezes violenta (em protestos contra a brutalidade policial).

Sayad identificou duas grandes construções de identidade que surgiram da busca de um sentimento alternativo de pertencimento. Uma alternativa, que criou uma ansiedade severa na França nos anos 1980 foi, é claro, o Islã<sup>56</sup>. Sayad argumentou que, ao unir-se a uma religião, indivíduos da comunidade imigrante muçulmana, cuja cultura havia sido colonizada pelos franceses, acreditam que podem começar a reverter os efeitos das formas de dominação passadas e presentes<sup>57</sup>. Visto sob essa luz, o Islã operava como uma “força de resistência para preservar uma identidade ameaçada ... uma ‘nacionalidade’ substituída ou compensada” (GILLETTE; SAYAD, 1984, p.199). Outro construto de identidade importante era o “Beur”. Os membros da “segunda geração” não apenas abraçam essa identidade, transformando a experiência da alteridade em algo que vale a pena comemorar, mas também afirmam sua identidade com o objetivo de ganhar legitimidade na sociedade. De fato, sua construção de identidade opera como uma rebelião contra a sociedade dominante<sup>58</sup>. Dado o estreito envolvimento de Sayad com as atividades culturais e intelectuais da comunidade de imigrantes argelinos, podemos supor que ele viu a busca da “segunda geração” por identidades únicas como estratégias positivas para resistir à hegemonia da sociedade dominante<sup>59</sup>.

A luta dos imigrantes argelinos contra a dominação foi, segundo Sayad, também manifestada de maneira legal. Ele argumentou que os argelinos resistem em aceitar a nacionalidade francesa não porque tenham uma disposição inerente a desviar-se, mas porque veem a naturalização dentro de uma luta de longo prazo contra o colonialismo francês. A realidade do domínio francês sobre a Argélia garante que a naturalização seria um processo agonizante para os imigrantes argelinos<sup>60</sup>. Então, Gillette e Sayad observaram,

Como eles [argelinos] investiram a nacionalidade com um significado e um simbolismo (que podem ser sociais, culturais, religiosos, míticos e, portanto, políticos ou até raciais) que se estendem muito além da dimensão meramente jurídica, eles não podem considerar a naturalização - ou seja, uma mudança de nacionalidade - como um mero processo administrativo (GILLETTE; SAYAD, 1984, p. 245).

Vê-la como um “mero processo administrativo”, “chegaria mais tarde, em outro contexto e com outra geração de imigrantes e filhos de imigrantes” (SAYAD, 1993, p. 29).

Sayad observou, também, que era naquele contexto de conflitos sobre a nacionalidade que a resistência política não violenta e violenta deveria ser entendida. A chamada “*Marche des Beurs*” era de fato uma manifestação contra o racismo francês, mas ele argumentou que, mais fundamentalmente, esse ativismo político precisava ser entendido como resistência contra novas formas de dominação, produtos da história colonial<sup>61</sup>. Os Beurs se posicionaram na esfera política entendendo que eles eram os “produtos e vítimas” de uma “dupla história”, um passado mutilado no qual seus antepassados tinham a nacionalidade francesa imposta a eles e, simultaneamente, uma “negada e proibida” nacionalidade - nacionalidade argelina<sup>62</sup>. Sayad argumentou que, assim como na era colonial, é preciso antecipar que a resistência da “segunda geração” contra o domínio francês, às vezes, também se torna violenta. Mais concretamente, os Beurs relegados aos subúrbios da cidade percebem a agressão policial como uma tentativa de afirmar o controle sobre o território ao qual os moradores marginalizados reivindicaram. A “segunda geração” exige um certo grau de autonomia sobre os espaços que eles controlam e, se necessário, recorrerão à violência para garantir sua autonomia:

Graças a uma espécie de vingança irônica por parte da história, são aqueles que foram e ainda são a primeira e a última vítima das ideologias nacionalistas de “sangue e solo” que agora estão sendo forçados, a fim de realizar sua identidade, a criar do zero seu “solo”, seu “sangue”, sua “língua”, sua “etnia” ... sua “cultura” ou todos os critérios “objetivos” que podem servir como “provas” de sua identidade e razões por reivindicar essa identidade. O paradoxo, finalmente, se completa quando terminamos com uma espécie de “nacionalismo sem nação” ou “patriotismo sem pátria” ou “territorialidade sem território”. Isso pode levar à demanda por um território e à realocação dentro do que ainda é um território impossível (SAYAD, 2004, p.258).



Ao descrever primeiro a estigmatização que os imigrantes, de primeira e “segunda geração”, experimentam e, em seguida, explicar as respostas dos imigrantes a essa estigmatização, Sayad estava, finalmente, buscando lançar a problemática da imigração e os conflitos sobre o multiculturalismo dentro de uma narrativa de longo prazo: primeiro, colonialismo e, mais tarde, neocolonialismo (ou o domínio do subalterno através de um sistema de imigração cuidadosamente projetado). Para Sayad, criticar a ordem nacional para a reprodução do sistema colonial também serviu como uma maneira de alcançar uma maior compreensão dos problemas que a comunidade de imigrantes argelinos enfrenta. Em sua opinião, os imigrantes argelinos lutavam com forças de dominação, bem como com uma experiência de vida terrivelmente paradoxal. Os imigrantes de “segunda geração” são especialmente conscientes dessa contradição porque são franceses por lei e ainda enfrentam discriminação e exclusão devido às origens de seus pais. Ele insistiu que, à luz dessas circunstâncias, antagonizar comunidades imigrantes parece inerentemente injustificado. Ao escrever durante o debate sobre a reforma do Código da Nacionalidade, perguntou como alguém poderia “criticar toda essa classe de cidadãos ‘naturalizados no nascimento’ e ‘aproximadamente franceses’ por sua falta de entusiasmo, por não demonstrar grande ânimo em possuir a nacionalidade francesa? E, acima de tudo, como podemos criticá-los por usar a naturalização para fins puramente utilitários, em prol das vantagens (eles imaginam) que isso poderia lhes dar, e sem qualquer compromisso patriótico ou mesmo apaixonado? (SAYAD, 2004, p.253)” A negação de pertencimento nacional, ele insistiu, não deve ser vista como prova de “algum instinto ruim da parte deles”. Pelo contrário, esses comportamentos podem ser explicados “se os vemos como os efeitos da estigmatização sistemática (SAYAD, 2004, p.255)”.

## 6 CONCLUSÃO

Abdelmalek Sayad entrou na vida acadêmica durante a Guerra da Argélia, ministrando cursos em Argel, ao mesmo tempo em que seus compatriotas travavam uma insurreição na cidade em um conflito que passou a ser conhecido como a “Batalha de Argel”. Essa luta sangrenta marcou uma virada séria na opinião pública sobre a guerra. Frantz Fanon, por exemplo, deixou seu cargo na administração colonial em 1956 e dedicou-se totalmente à causa da FLN<sup>63</sup>. Sayad, inicialmente optando por não tomar parte no conflito, decidiu participar de um sindicato estudantil composto por anticolonialistas moderados<sup>64</sup>. Sua oposição ao colonialismo permaneceu pacífica. A partir desse ponto, tentou usar a sociologia, e não a violência, como uma arma contra o poder colonial e, posteriormente, pós-colonial.

Este artigo procurou acrescentar nuances ao entendimento acadêmico de como a posição de Sayad sobre o colonialismo influenciou suas reflexões sobre o Estado-nação. Sua intervenção no debate sobre a questão da imigração

e da nação foi o produto de uma agenda intelectual de longo prazo, marcada indelevelmente pelas experiências pessoais de Sayad com o colonialismo e a luta anticolonial. Sayad sempre entendeu que seus estudos sobre imigração argelina eram uma continuação do trabalho de campo que ele conduziu com Pierre Bourdieu sobre os camponeses da Cabília durante a guerra. Refletindo, mais tarde, em sua vida sobre sua escolha de fazer da imigração seu campo de foco, ele disse:

Para mim, trabalhar com a população argelina que emigrara para a França, que residia na França, era uma maneira de redescobrir os camponeses que eu conhecia ao longo do meu trabalho sociológico na Argélia rural; eles foram transformados em trabalhadores da indústria francesa. Portanto, eu não estava tão longe das minhas origens e dos meus primeiros objetos de estudo (SAYAD; 2002, p.88).

O relacionamento íntimo de Sayad com a imigração e os imigrantes deixou uma profunda impressão em sua sociologia do Estado-nação.

Em 1998, dois anos após a entrevista, acima citada, ele faleceu. A homenagem a Sayad foi instantânea, mas exatamente o que dele deveria ser lembrado permaneceu obscuro, pois aqueles que estavam mais próximos a ele ofereciam interpretações variadas do significado último do trabalho de sua vida. Este artigo teve como objetivo mostrar que, em primeiro lugar, Sayad deve ser lembrado como um anticolonialista. Sua sociologia da imigração e a crítica do republicanismo que ela engendrou devem ser colocadas no contexto da compreensão de Sayad, em sentido restrito, da relação franco-argelina e, em um sentido mais amplo, dos padrões de dominação refletidos em todas as relações entre o Norte e o Sul global.

Pode-se identificar a visão de mundo de Sayad e sua missão como intelectual, mais facilmente, considerando o grande *corpus* de seus escritos no contexto histórico. Levando em consideração todas as suas ideias sobre nacionalidade e imigração, fica claro que Sayad propôs uma crítica de longo alcance ao Estado-nação. Mais do que, talvez, qualquer outro observador da imigração na França durante sua vida, Sayad insistiu na ideia de que estigmatização e marginalização foram costuradas no tecido do Estado-nação. A marginalização do “outro” era necessária para que o Estado-nação tivesse um senso de lógica e para que uma comunidade nacional bem integrada se formasse. Ele argumentou que em sociedades dominantes, como a França, o Estado-nação é inerentemente neocolonial em seu exercício de poder, mesmo após a descolonização.

Sua reprodução de argumentos anticoloniais até o período pós-colonial coloriu sua oposição à virada neorrepública da França no final do século XX. O ceticismo absoluto de Sayad em relação ao sistema republicano foi revelado no contexto de sua crítica geral ao Estado-nação mostrada ao longo desse

texto. Ao contrário de outros sociólogos, não havia uma “solução” discernível apresentada nos escritos de Sayad. Essa ausência de uma solução viável, casada com várias análises mordazes, sugere uma considerável dúvida de sua parte de que a problemática da imigração poderia ser resolvida dentro da estrutura nacional existente na França. Examine a história da República em sua totalidade, disse Sayad a seus leitores, e veremos que as relações de dominação produzidas pelo colonialismo estão profundamente entrelaçadas no tecido da nação. Ele identificou a Argélia como um laboratório para aperfeiçoar o uso da migração na transformação dos povos dominados em capital humano. O fluxo de migrantes que se desenvolveu a partir da conexão franco-argelina não apenas serviu para fortalecer o poder colonial, mas também garantiu que as relações desiguais de poder perdurassem na era pós-colonial. Além disso, Sayad argumentou que, como as ideias sobre a nação e seus cidadãos evoluíram nessa história, a integridade da República está profundamente comprometida, a ponto de as reformas nas instituições existentes parecerem insustentáveis. Mais do que apenas um estudioso da imigração, Sayad também foi um representante significativo das críticas pós-coloniais que, juntamente com as ideias neorrepúblicas, gradualmente se infiltraram nos intensos debates sobre a identidade nacional que predominavam a vida intelectual francesa no final do século XX.

## NOTAS

<sup>1</sup> O termo “neorrepúblico” é usado por Emile Chabal para descrever a cultura política da França pós-1970. Ele é usado ao longo deste artigo como uma ferramenta analítica útil para entender o ambiente político e intelectual que forma o pano de fundo deste artigo. Veja Chabal, *Uma República dividida*.

<sup>2</sup> *Ibid.*

<sup>3</sup> Saada, “Abdelmalek Sayad and the Double Absence.”

<sup>4</sup> Temime, “Un homme-frontière,” 28-36.

<sup>5</sup> Hargreaves, *Immigration, “Race” and Ethnicity in Contemporary France*; Noiriel, *The French Melting Pot*.

<sup>6</sup> Derderian, *North Africans in Contemporary France*.

<sup>7</sup> Silverstein, *Algeria in France*.

<sup>8</sup> Chabal, *A Divided Republic*.

<sup>9</sup> *Ibid.*, 193-197.

<sup>10</sup> Saada, “Abdelmalek Sayad and the Double Absence,” 39-43.

<sup>11</sup> Jammet, Montlibert, and Yacine-Titouh, *Abdelmalek Sayad*, 88-111.

<sup>12</sup> Schor, *Français et immigrés en temps de crise*, 32-76.

<sup>13</sup> Hargreaves, *Immigration, “Race” and Ethnicity in Contemporary France*, 141-147.

<sup>14</sup> Herman Lebovics, *Bringing the Empire Back Home*, 115-142.

<sup>15</sup> Weil, *Qu’est-ce qu’un français?*, 177.

<sup>16</sup> Shepard, *The Invention of Decolonization*, 101-135.

<sup>17</sup> Chabal, *A Divided Republic*, 32-54.

<sup>18</sup> For a summary of the multiple intellectual quandaries produced by “postmodernity,” see

<sup>19</sup> Dubet, “SOS-RACISME;” *Immigrations*, 45-50. Wiewiorka and Bataille, *La France raciste*, 9-10, 25-37.

- <sup>20</sup> Schnapper, *La France de l'intégration*, 139-144.
- <sup>21</sup> *Ibid.*, 17.
- <sup>22</sup> On "transformative republicanism" see Chabal, *A Divided Republic*, 9-10.
- <sup>23</sup> Costa-Lascoux, *De l'immigré au citoyen*, 70.
- <sup>24</sup> *Ibid.*, 150-152.
- <sup>25</sup> Schnapper, *La France de l'intégration*, 11-13.
- <sup>26</sup> *Ibid.*, 344.
- <sup>27</sup> Sayad, "Etude de l'immigration algérienne en France," 2-6.
- <sup>28</sup> Dubet, *Immigrations, qu'en savons-nous?*, 85-86.
- <sup>29</sup> On Wieviorka's critique of republicanism, see Chabal, *A Divided Republic*, 193-197.
- <sup>30</sup> *Ibid.*, 78, 76. For Sayad's analysis of immigrant housing, see Sayad, "Le foyer des sans-famille."
- <sup>31</sup> Meu uso do termo "outro" coincide com o modo como é empregado nos escritos de Edward Saïd. O próprio Sayad não usou o termo, optando por termos como "não nacional" ao indicar alteridades de imigrantes. Veja Saïd, *Orientalismo*.
- <sup>32</sup> Saïd, *Orientalism*, 75-100.
- <sup>33</sup> Arendt, *The Origins of Totalitarianism*, 293-297.
- <sup>34</sup> Para uma análise completa da avaliação de Sayad sobre a condição do migrante, consulte Saada, "Abdelmalek Sayad and the Double Absence," 36-39.
- <sup>35</sup> *Ibid.*, 306-307.
- <sup>36</sup> Sobre a análise de Durkheim em relação a "common consciousness," veja Durkheim, *The Division of Labor in Society*, 111-122.
- <sup>37</sup> Christophe Charle, por exemplo, observou que a formulação de políticas republicanas com apoio universitário foi fundamental para a sobrevivência da República nas décadas de 1880 e 1890. Veja Charle, *Naissance des "intellectuels."* Veja também Hughes, *Consciousness and Society*, 57-59.
- <sup>38</sup> Sayad, "Naturels et naturalisés," 26.
- <sup>39</sup> Hargreaves, *Immigration, "Race," and Ethnicity in Contemporary France*, 171-176.
- <sup>40</sup> Sayad, "Naturalization," 247.
- <sup>41</sup> Kristin Ross, *Fast Cars, Clean Bodies*, 8-12; Lebovics, *Bringing the Empire Back Home*, 58-83.
- <sup>42</sup> Amelia Lyons, *The Civilizing Mission in the Metropole*, 115-140.
- <sup>43</sup> Abdellali Hajjat. "Rébellions urbaines et déviances policières."
- <sup>44</sup> Afinal, os estudos pós-coloniais não haviam sido introduzidos na França até o final dos anos 90. Veja Blanchard e Bancel, *Culture post-coloniale*.
- <sup>45</sup> Stora, *La gangrène et l'oubli*.
- <sup>46</sup> Gillette and Sayad, *L'immigration algérienne en France*, 17; Bourdieu and Sayad, *Le Déracinement*, 15-27.
- <sup>47</sup> Gillette and Sayad, *L'immigration algérienne en France*, 18-19.
- <sup>48</sup> As evidências para essa mudança estrutural na economia argelina são substanciadas pelos historiadores Neil MacMaster e Benjamin Claude Brower. Veja MacMaster, *Colonial Migrants and Racism*; Brower, *A Desert Named Peace*.
- <sup>49</sup> *Ibid.*, 230. O termo "violência suave" se origina da análise de Bourdieu da "violência simbólica" relativa à dominação cultural na sociedade. Veja Bourdieu, *La Distinction*.
- <sup>50</sup> Para uma excelente discussão sobre a "missão civilizadora" da França durante a era imperial, consulte Conklin, *A Mission to Civilize*.
- <sup>51</sup> Sayad, "Les usages sociaux de la 'culture des immigrés.'"
- <sup>52</sup> Scelles-Millie, *Algérie*.

<sup>53</sup> Gillette and Sayad, *L'immigration algérienne en France*, 217.

<sup>54</sup> *Ibid.*, 219.

<sup>55</sup> *Ibid.*, 198-199.

<sup>56</sup> Sayad, "L'Islam 'immigré'."

<sup>57</sup> *Ibid.*, 118-122.

<sup>58</sup> Sayad, "Le mode de génération des générations 'immigrées,'" 169; "Naturalization," 237

<sup>59</sup> Sayad, em conjunto com outros estudiosos magrebes, instituiu uma Associação de Pesquisa, Informação, Documentação e Animação (Research Association of Berber Information, Documentation, and Activities). Sayad foi presidente dessa associação nos anos em que esteve na ativa (aproximadamente de 1985 a cerca de 1998, época da morte de Sayad). A associação se esforçou para promover a cultura berbere, organizando conferências sobre pesquisas relacionadas aos Magrebe morando na França e divulgando o trabalho de notáveis artistas berberes. Para obter informações sobre as atividades da vida de Sayad, me beneficieei de uma edição especial sobre Sayad, produzida pela revista *Migrance*. Veja *Migrance* no. 14 (maio de 2004),

[http://www.generiques.org/wp-content/uploads/2007/12/Migrance\\_14.pdf](http://www.generiques.org/wp-content/uploads/2007/12/Migrance_14.pdf).

<sup>60</sup> Sayad, "Naturalization," 232-235.

<sup>61</sup> Gillette and Sayad, *L'immigration algérienne en France*, 245.

<sup>62</sup> *Ibid.*, 246.

<sup>63</sup> Le Sueur, *Uncivil War*, 165-190.

<sup>64</sup> Yacine-Titouh, Jammet, and Montlibert, *Abdelmalek Sayad*, 34-44.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **The Origins of Totalitarianism**. New York: Meridian Books, 1951.

BLANCHARD, P.; BANCEL, N. **Culture post-coloniale, 1961-2006: traces et mémoires coloniales en France**. Paris: Autrement, 2011.

BOURDIEU, P.; SAYAD, A. **Le Déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie**. Paris: Ed. de Minuit, 1989.

BOURDIEU, P. **La Distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Ed. de Minuit, 1979.

BROWER, B. C. **A Desert Named Peace: The Violence of France's Empire in the Algerian Sahara, 1844-1902**. New York: Columbia University Press, 2011.

CHABAL, E. **A Divided Republic: Nation, State and Citizenship in Contemporary France**. New York: Cambridge University Press, 2015.

CHARLE, C. **Naissance des "intellectuels": 1880 - 1900**. Paris: Ed. de Minuit, 1990.

CONKLIN, A. **A Mission to Civilize: The Republican Idea of Empire in France and West Africa, 1895-1930**. Stanford: Stanford University Press, 1997.

COSTA-LASCOUX, J. **De l'immigré au citoyen**. Paris: La Documentation française, 1989.

DERDERIAN, R. **North Africans in France: Becoming Visible**. New York: Ed. Palgrave Macmillan US, 2004.

- DUBET, F. "SOS-RACISME: et la revalorisation des valeurs." *Esprit* 132, no. 11: 42–48, France, 1987.
- DURKHEIM, E. **The Division of Labor in Society**. New York: Free Press, 1997.
- GILLETTE, A.; SAYAD, A. **L'immigration algérienne en France**. Paris: Entente, 1984. Second Edition.
- HAJJAT, A. "Rébellions urbaines et déviances policières: Approche configurationnelle des relations entre les 'jeunes' des Minguettes et la police (1981-1983)". **Cultures et conflits** 93, no. 3, 11-34, 2014.
- HARGREAVES, A. **Immigration, "Race," and Ethnicity in Contemporary France**. London: Routledge, 1995.
- HUGHES, H. S. **Consciousness and Society: The Reorientation of European Social Thought, 1890-1930**. New York: Vintage Books, 1977.
- LEBOVICS, H. **Bringing the Empire Back Home: France in the Global Age**. Durham, NC: Duke University Press, 2004.
- LE SUEUR, J. D. **Uncivil War: Intellectuals and Identity Politics during the Decolonization of Algeria**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.
- LYONS, A. **The Civilizing Mission in the Metropole: Algerian Families and the French Welfare State during the Decolonization**. Stanford: Stanford University Press, 2013.
- MACMASTER, N. **Colonial Migrants and Racism: Algerians in France, 1900-62**. New York: MacMillan Press Ltd/St. Martins Press, 1997.
- NOIRIEL, G. **The French Melting Pot: Immigration, Citizenship, and National Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996. Translated by Geoffroy de Laforcade.
- ROSS, K. **Fast Cars, Clean Bodies: Decolonization and the Reordering of French Culture**. Cambridge, MT: Mit Press, 1995.
- SAADA, E. "Abdelmalek Sayad and the Double Absence: Toward a Total Sociology of Immigration." **French Politics, Culture, and Society** 18, no.1, 28-47, 2000.
- SAÏD, E. **Orientalism**. New York: Pantheon, 1978.
- SAYAD, A. "An Exemplary Immigration." In: \_\_\_\_\_. **The Suffering of the Immigrant**. Cambridge; Malden, Mass, 2004. Translated by David Macey.
- SAYAD, A. "**Etude de l'immigration algérienne en France, étude comparative de cas spécialement choisis en raison de leur pertinence structurale**". Paper presented at the Centre de sociologie de l'éducation et de la culture. Paris, Dec: EHESS, 1979.
- SAYAD, A. "La culture en question." In. CAMILLERI et al. *L'immigration en France: le choc des cultures: actes du colloque "Problèmes de culture posés en France par le phénomène des migrations récentes," mai, 1984*, 9-26. L'Arbresle.
- SAYAD, A. "L'Islam 'immigré.'" In> CAMILLERI, C. et al. **L'immigration en France**. L'Arbresle: Centre Thomas More, 1987.
- SAYAD, A. "Le mode de génération des 'générations immigrées.'" **L'homme et la société**, 111, no. 1: 155–74, 1994. <https://doi.org/10.3406/homso.1994.3377>.

- SAYAD, A. 1980. "Le foyer des sans-famille." **Actes de la recherche en sciences sociales** 32, no. 1: 89–103, 1980. <https://doi.org/10.3406/arss.1980.2082>.
- SAYAD, A. 1979. "Les usages sociaux de la 'culture des immigrés.'" **Langage et société** 9, no. 1: 31–36, 1979. <https://doi.org/10.3406/lisoc.1979.1199>.
- SAYAD, A. 1991. "L'ordre de l'immigration entre l'ordre des nations." pp. 291-311. In. \_\_\_\_\_. **L'immigration, ou, les paradoxes de l'altérité**. Brussels: De Boeck/Editions universitaires, 1991.
- SAYAD, A. **La double absence**: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré. Paris: Seuil, coll. "Liber", 1999.
- SAYAD, A. 2004. "Naturalization." pp. 225-263. In. \_\_\_\_\_. **The Suffering of the Immigrant**. Cambridge;Malden, Mass, 2004. Translated by David Macey.
- SAYAD, A. "Naturels et naturalisés." **Actes de la recherche en sciences sociales** 99, no. 1: 26–35, 1993. <https://doi.org/10.3406/arss.1993.3059>.
- SAYAD, A. "The Three Ages of Immigration." pp.28-62. In. \_\_\_\_\_. **The Suffering of the Immigrant**. Cambridge: Malden, Mass, 2004. Translated by David Macey.
- SAYAD, A. "The Weight of Words." pp.216-224. In. \_\_\_\_\_. **The Suffering of the Immigrant**. Cambridge: Malden, Mass, 2004. Translated by David Macey.
- SAYAD, A.; ARFAOUI, H. **Histoire et recherche identitaire**: suivi d'entretien avec Hassan Arfaoui. Saint-Denis: Edition Bouchène, 2002.
- SCELLES-MILLIE, J. **Algérie, dialogue entre christianisme et islam**. Paris: L'Harmattan, 2003.
- SCHNAPPER, D. **La France de l'intégration**: sociologie de la nation en 1990. Paris: Gallimard, 1991.
- SCHOR, R. **Français et immigrés en temps de crise**: 1930-1980. Paris: L'Harmattan, 2004.
- SILVERMAN, M. **Facing Postmodernity**: Contemporary French Thought on Culture and Society. London - New York: Routledge, 1999.
- SHEPARD, T. **The Invention of Decolonization**: the Algerian War and the Remaking of France. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2006.
- SILVERSTEIN, P. A. **Algeria in France**: Transpolitics, Race, and Nation. Bloomington: Indiana University Press, 2004.
- STORA, B. **La gangrène et l'oubli**: la mémoire de la guerre d'Algérie. Paris: La Découverte, 1991.
- TEMIME, E. "Un homme-frontière." Special issue. **Migrance** 14, no. 1: 28-36, 2004.
- WEIL, P. **Qu'est-ce qu'un français?**: histoire de la nationalité française depuis la Révolution. Paris: Gallimard, 2002.
- WIEVIORKA, M.; BATAILLE, P.; JACQUIN, D. **La France raciste**. Paris: Seuil, 1992.
- YACINE-TITOUH, T.; JAMMET, Y.; MONTLIBERT, C. **Abdelmalek Sayad**: la découverte de la sociologie en temps de guerre. Nantes: Éditions Cécile Defaut, 2013.

## RESUMO

Este artigo examina as análises críticas do sociólogo Abdelmalek Sayad sobre o Estado-nação. Produzida nas décadas de 1980 e 1990, a crítica de Sayad ao Estado-nação consistiu em dois elementos principais: o primeiro foi desconstruir a lógica excludente e, por extensão, paradoxal do Estado-nação; o segundo foi revelar como o colonialismo moldou a dinâmica do poder incorporada ao sistema republicano. Os escritos de Sayad são comparados com outras análises socioestatais produzidas ao mesmo tempo na França, a fim de esclarecer a singularidade e a natureza de longo alcance da crítica do sociólogo argelino. Sua oposição ao Estado-nação como construto sociopolítico foi total e, por extensão, também a oposição ao neorrepblicanismo francês. O artigo também sugere que o envolvimento de Sayad no debate sobre imigração e nação foi um produto de sua agenda intelectual anticolonial de longo prazo.

**Palavras-chave:** imigração, nação, cidadania, pós-colonialismo, história

## ABSTRACT

This article examines late sociologist Abdelmalek Sayad's critical analyses of the nation-state. Produced during the 1980s and 1990s, Sayad's critique of the nation-state consisted of two major elements: the first was to deconstruct the exclusionary and by extension paradoxical logic of the nation-state; the second was to reveal how colonialism shaped the dynamics of power embedded into the republican system. Sayad's writings are compared to other socio-analyses of the nation-state produced at the same time in France in order to shed light on the uniqueness and far-reaching nature of Sayad's critique. His opposition to the nation-state as a socio-political construct was total, and by extension, so was his opposition to French neo-republicanism. The article also suggests that Sayad's engagement in the debate over immigration and the nation was the product of his long-term anti-colonial intellectual agenda.

**Keywords:** immigration, nation, citizenship, postcolonialism, history



# A revolução copernicana de Abdelmalek Sayad\*

*Sidi Mohammed Mohammédi\*\**

## 1 INTRODUÇÃO

Após a morte de Abdelmalek Sayad em 1998, vários colóquios foram organizados em sua homenagem. Em junho de 2006, um colóquio internacional foi organizado em Paris pela Associação de Amigos de Abdelmalek Sayad, sob o título: “Atualidade do pensamento de Abdelmalek Sayad”. Segundo os organizadores, “(...) [este colóquio] não tem como objetivo somente falar de sociologia, história ou demografia da migração; [os participantes] também estão lá para testemunhar [sua] amizade à Abdelmalek Sayad. A associação tem explicitamente este objetivo: reunir aqueles que conheceram Abdelmalek, que estavam ligados a ele por uma razão ou outra, que eram sensíveis a sua inteligência, a clareza e precisão de sua linguagem, sua bondade (...)” (DE MONTLIBERT, 2010, p.11).

Um ano depois, em junho de 2007, outro colóquio internacional foi organizado em Argel sob o título: “A emigração argelina para a França: um caso exemplar. Em homenagem a Abdelmalek Sayad (1933-1998)”. Neste colóquio, “cada um dos textos apresenta(...), através de objetos, de disciplinas e diferentes sociedades, a mesma experiência e a mesma abordagem que esboçou Abdelmalek Sayad através do estudo “exemplar” da imigração Argelino na França (...)” (CHACHOUA, 2012, p. 09).

Finalmente, um último colóquio foi organizado em nosso centro, CRASC, em maio de 2013, sob o título: “Abdelmalek Sayad, Migrações e Globalização”. Neste colóquio, nosso objetivo principal era o de confrontar

as teorizações de (...) Abdelmalek Sayad com os novos dados sobre migração na era da globalização. O principal questionamento deste simpósio foi o de saber em que medida essa herança conceitual, desenvolvida com base no estudo da emigração-imigração argelina para a França, poderia ajudar a entender e interpretar a evolução atual da migração de argelinos, e também outras experiências migratórias, levando-se em consideração a dimensão global do fenômeno (MOHAMMEDI, 2014, p. 09)<sup>1</sup>.

---

\* Tradução: Carolina Velloza Ferreira (CEM - Centro de Estudos Migratórios.); Revisão técnica: José Carlos Alves Pereira (CEM - Centro de Estudos Migratórios.)

\*\*Centre de Recherche en Anthropologie Sociale et Culturelle (CRASC), ALGERIA.

Não queremos aqui oferecer outra apresentação da obra de Abdelmalek Sayad, muito menos uma “síntese”, mas compartilhar uma leitura de um artigo fundamental que revolucionou a pesquisa sobre migração; porque há artigos científicos que só podemos descrever como fundamentais no sentido de que eles anunciam uma grande mudança em um dado campo de pesquisa, isto é, uma mudança radical no modo de pensar e trabalhar dos cientistas neste campo. Em outras palavras, ele anuncia uma “revolução científica” se usarmos a expressão de Thomas Kuhn.

O artigo de A. Sayad em questão é intitulado “Uma nova perspectiva para abordar o fenômeno migratório” (SAYAD, 1973). Inicialmente, apresentaremos uma leitura temática deste artigo apontando suas partes fundamentais. Em seguida, apresentaremos algumas lições metodológicas e epistemológicas que podem ser extraídas dele. Finalmente, tentaremos apresentar A. Sayad como sociólogo “artesão intelectual”, figura tão rara e importante nestes tempos de segmentação da profissão do sociólogo.

## 2 UM ARTIGO FUNDAMENTAL

2.1 - O que torna “fundamental” este artigo sobre “Uma nova perspectiva para abordar o fenômeno migratório”? Inicialmente, A. Sayad faz uma análise crítica da literatura existente sobre o fenômeno migratório. Esta literatura é dominada por um ponto de vista unilateral: o da sociedade de acolhimento. A literatura econômica se propõe a discutir, prioritariamente, os imigrantes como mão de obra para trabalho e os “custos” e “benefícios” dessa imigração. A literatura sociológica, por sua vez, lida com os “problemas de integração” dos imigrantes, primeiro através do trabalho, depois através de outras atividades sociais (sindical, política, etc.).

A. Sayad também critica o uso não inocente do termo “migração” que, sob o disfarce da neutralidade, às vezes se refere à “imigração” ou “emigração”. Por isso, é necessário, segundo Sayad, realizar uma “revolução copernicana” no campo do estudo do fenômeno migratório. Essa revolução consiste em levar em conta “(...) todas as referências que precisam ser feitas ao sistema socioeconômico e ao sistema cultural (como podem ser descritos e analisados hoje) das sociedades de origem” (SAYAD, 1973, p.52). Em outras palavras, é preciso levar em conta os fatores negligenciados pela literatura dominante neste campo de pesquisa.

2.2 - Para aplicar essa nova perspectiva, Sayad toma como exemplo a imigração argelina na França. Para entender essa imigração “em todos os seus estados”, devemos entender sua sociedade de origem “em todos os seus estados” também, isto é, a sociedade rural e sua história argelina.

A história social dessa sociedade é governada por um mecanismo social semelhante ao da economia capitalista (espírito de cálculo econômico, atitude

específica em relação ao mundo e ao tempo). Este mecanismo não é o resultado de uma evolução interna desta sociedade, mas foi introduzido, de forma violenta, pela colonização.

Essa introdução de uma nova ordem socioeconômica acabou por desintegrar a velha ordem social e cultural da sociedade rural argelina e a emigração, uma “solução de extrema necessidade” (SAYAD, 1973,p. 52)<sup>2</sup>, não era concebível sem essa desagregação.

2.3 - Mas essa emigração não é homogênea. Ela reflete, à sua própria maneira, as metamorfoses de sua sociedade de origem: o estado dessa sociedade informa o tipo de emigração.

O primeiro tipo dominante, segundo Sayad, até os anos 1950 e até mais tarde, pode ser chamado de “emigração de preservação”. Esta emigração não tem outra função senão preservar a comunidade camponesa. O camponês-emigrante é apenas um delegado de seu grupo de origem para realizar uma “missão” precisa: preservar o patrimônio familiar e, se possível, ampliá-lo. Se ele tiver sucesso nessa missão e, além disso, cumprir e preservar os valores camponeses e não ceder às seduções da vida urbana, ele receberá elogios de sua comunidade, caso contrário será apenas condenado e estigmatizado.

No entanto, essa comunidade não é mais a mesma devido a vários fatores de mudança: trabalho remunerado, especialmente na França, intercâmbio monetário, padrões de consumo urbano, escolaridade, etc. Surge, então, um novo tipo de emigração, uma emigração não para a sobrevivência do grupo original, mas para dele se emancipar, uma emigração não para perpetuar o trabalho agrícola e a autoridade familiar, mas para emancipar-se dela. Em uma palavra, passamos da “emigração-preservação” para “emigração-emancipação”.

2.4 - Através deste novo tipo de emigração, a relação é invertida entre ela (emigração) e sua sociedade de origem: antes esta sociedade estava submetendo a emigração a seus imperativos, agora cumpre com os imperativos da emigração porque essa migração se torna a grande, senão a única, fonte de seus recursos.

Como exemplo dessa inversão, A. Sayad descreve a relação entre a unidade familiar da sociedade de origem e a emigração: no passado, a unidade familiar antecede a emigração e a orienta para garantir, em última instância, sua própria continuidade; mas agora essa mesma emigração, e através do trabalho assalariado e seu espírito calculado, “corrói os próprios alicerces da antiga solidariedade [familiar]” (SAYAD, 1973,p. 55) e desenvolve o individualismo no seio da sociedade de origem. Melhor ainda, desenvolve também uma “unidade de substituição”, isto é, um grupo familiar artificial, sob a autoridade de um “substituto” que administra os fundos enviados pelos emigrantes. Isso inverte o equilíbrio de poder entre a sociedade de origem e a emigração: o emigrante dependia de sua sociedade de origem e agora é ela quem depende dele, ainda que ele seja “subproletário urbano” (SAYAD, 1973,p. 55).

2.5 - Este é, basicamente, o conteúdo deste artigo fundamental de A. Sayad. Além de fazer um chamado por uma mudança radical na maneira de pensar e estudar o fenômeno migratório. Insistindo na consideração da sociedade de origem, e não apenas na de recepção, ele aplica essa nova perspectiva ao caso da emigração argelina para a França em relação à sua sociedade de origem e seu impacto sobre essa sociedade. Assim, como Copérnico, que realizou uma revolução na astronomia colocando a terra em seu devido lugar, A. Sayad realizou sua revolução na sociologia da migração, colocando a sociedade de origem em seu devido lugar. Essa nova perspectiva será desenvolvida mais tarde em seu famoso artigo “As três ‘eras’ “da emigração argelina para a França” (SAYAD, 1977).

### 3 DOS ENSINAMENTOS DE METODOLOGIA E DE EPISTEMOLOGIA

Várias lições de metodologia e de epistemologia, podem ser extraídas deste trabalho de A. Sayad.

3.1 - Primeiro de tudo, como tratar a literatura existente em um determinado campo de pesquisa, nesse caso o campo de estudos sobre o fenômeno da migração. Embora seja de importância primordial conhecer a literatura anterior sobre o assunto em estudo, porque nunca somos os primeiros a estudá-lo, esse conhecimento permanece inútil se não pudermos identificar o (ou os) problema (s) subjacente (s) desta literatura. Levantar estudos anteriores, uns sob os outros, pode ser um trabalho importante para um arquivo, mas é um grande erro confundirmos o trabalho de arquivo com o trabalho de pesquisa que começa, precisamente, onde para o trabalho de arquivamento.

3.2 - A segunda lição é dar a si mesmo uma problemática depois de tomado conhecimento sobre a problemática do (s) outro (s) na revisão da literatura. Assim como pesquisadores que nos antecederam, porque temos que nos situar na história de nossa disciplina, precisamos de um ponto de vista geral que orienta nossos questionamentos e nossa pesquisa. O erro aqui é fazer uma pergunta, geralmente parcial, ou pior, “às cegas”, como se ela fosse uma problemática. Uma problemática é construída com base nos conhecimentos adquiridos numa disciplina em questão e com base no contínuo confronto desse conhecimento com os dados sobre o fenômeno estudado, por definição sempre em mutação.

3.3 - Após a revisão crítica da literatura, depois de ter encontrado sua própria problemática, é preciso buscar os mecanismos que governam o funcionamento do fenômeno estudado. Portanto, é melhor usar como princípio o método genético, isto é, o recurso à história da sociedade em questão e buscar os elementos que intervieram na gênese do fenômeno e no seu processo de mudança.

Outro método importante de buscar tais mecanismos é o método comparativo: por comparação diacrônica, ou seja, comparando a mesma sociedade em dois períodos históricos diferentes; ou por comparação sincrônica, isto é, comparando duas sociedades diferentes no mesmo período histórico.

Finalmente, há o método tipológico, geralmente negligenciado, mas muito importante. Esse método, ou seja, a construção de “tipos”, situa-se em uma posição intermediária entre os dados brutos coletados no momento descritivo da pesquisa e os conceitos elaborados ou simplesmente utilizados no momento teórico desta mesma pesquisa. Bem construídos, esses “tipos” possibilitam estabelecer um pouco de ordem na realidade que parece caótica e, assim, preparar uma interpretação adequada dessa realidade.

3.4 - A última lição que podemos aprender com este artigo de A. Sayad, não menos importante, é o da escrita científica. A forma do texto deve seguir o modelo clássico da dissertação, isto é, incluir uma introdução, um corpo e uma conclusão. A linguagem do texto deve ser simples, clara e concisa. A terminologia utilizada, isto é, os termos técnicos específicos da disciplina, devem ser controlados e a *fortiori* dos conceitos utilizados, porque não há mais prejuízo para a compreensão de um texto científico que a confusão teórica. Finalmente, a escolha dos dados a serem usados para apoiar as teses ou argumentos apresentados deve ser criteriosa e bem estudada. Pouco importa o tipo desses dados, quantitativos ou qualitativos, o sociólogo profissional utiliza ambos. O mais importante é se assegurar de bem fundamentá-los metodológica e empiricamente, e se preocupar também com a precisão de seu uso na apresentação científica.

## 4 ABDELMALEK SAYAD: ARTESÃO INTELECTUAL

Então, aqui estão algumas lições que podemos tirar deste artigo de A. Sayad. Mas seu trabalho abrange quase quarenta anos. É uma verdadeira mina sociológica!

Outras lições podem ser aprendidas também de suas qualidades humanas e de como elas influenciaram ou orientaram sua prática sociológica. Infelizmente, as indicações biográficas são raras nessa área. Mas, as existentes, assim como os depoimentos das pessoas que o conheceram, o apresentam como um homem modesto; atento aos outros; disponível, especialmente para os estudantes; perseverante em seu trabalho apesar de todos os seus sofrimentos de saúde.

Sobre o seu trabalho como sociólogo, podemos dizer que A. Sayad personificou essa figura amada por W. Mills (MILLS, 1967) e retomada por J.-Cl. Kaufmann que apresenta da seguinte forma:

Para combater o “empirismo abstrato” da produção de dados brutos e do formalismo metodológico, assim como a teoria “livresca” e a especialização limitada,

Wright Mills toma como modelos os grandes autores clássicos e defende uma figura que não lhe parece de forma alguma ultrapassada: a do “artesão intelectual”. O artesão intelectual é aquele que sabe dominar e personalizar os instrumentos que são o método e a teoria, em um projeto concreto de pesquisa. Ele é tudo ao mesmo tempo: um homem do campo, um metodólogo e um teórico, e não se deixa dominar pelo campo, pelo método ou pela teoria. Porque permitir-se ser dominado desta forma “é ser impedido de trabalhar, isto é, de descobrir uma nova engrenagem na máquina do mundo (KAUFMANN, 2004, p.12)<sup>3</sup>

Esta figura do artesão intelectual, rara nestes tempos de segmentação e especialização, deve ser reavaliada, nem que seja em tempos de formação, para não perder o vínculo com a tradição clássica da sociologia, mas também para revalorizar a nossa “tradição nacional da sociologia”.

## 5 CONCLUSÃO

Abdelmalek Sayad, o artesão intelectual, por seu trabalho prodigioso e suas qualidades humanas, é um exemplo para nós. O seu desconhecimento entre seu povo, nós, argelinos, mas também entre pesquisadores do sul, é inaceitável, para não dizer imperdoável. Mas o que podemos fazer a esse respeito?

A primeira coisa é divulgar o máximo possível o seu trabalho para o público universitário, incluindo estudantes, através de cursos, trabalhos práticos, artigos, bibliotecas, seminários, jornadas de estudo, colóquios, mas também através da tradução, que continua a ser uma via incontornável.

Outro trabalho importante é a exploração do arquivo de A. Sayad que está disponível hoje. Vários objetivos podem ser almejados: publicação e edição de textos inéditos, traçar a história das principais obras, etc. Talvez o maior mérito desse trabalho em arquivo seja o de poder ver de perto a prática sociológica de Sayad.

O último projeto nesta área, e talvez não o fim, é o da pesquisa. Devemos continuar o trabalho científico de A. Sayad sobre emigração, aqui, do ponto de vista da “sociedade de origem”, e ver o que acontece com o fenômeno da migração sob novas condições e os efeitos dessa emigração, assim como fez A. Sayad neste artigo fundamental.

Para concluir, podemos dizer que a continuidade da obra de A. Sayad é um dever, senão uma dívida que devemos honrar com este homem que contribuiu tanto com a sua sociedade e com a sua emigração.

## NOTAS

<sup>1</sup> (...) les théorisations d'Abdelmalek Sayad avec les nouvelles données sur les migrations à l'heure de la mondialisation. Le questionnement principal de ce colloque [était] de savoir dans quelle mesure cet héritage conceptuel, élaboré sur la base de l'étude de l'émigration-immigration algérienne en France, pourrait permettre de comprendre et d'interpréter l'évolution actuelle de la migration des Algériens, et également les autres expériences migratoires en tenant compte de la dimension mondiale du phénomène » (MOHAMMEDI, 2014, p.09).

<sup>2</sup> As palavras ou frases entre colchetes no texto se referem ao artigo de Sayad.

<sup>3</sup> «Pour combattre l' "empirisme abstrait" de la production de données brutes et du formalisme méthodologique, ainsi que la théorie livresque et la spécialisation bornée, Wright Mills prend pour modèles les grands auteurs classiques et prône une figure qui ne lui semble nullement périmée : celle de l' "artisan intellectuel". L'artisan intellectuel est celui qui sait maîtriser et personnaliser les instruments que sont la méthode et la théorie, dans un projet concret de recherche. Il est tout à la fois : homme de terrain, méthodologue et théoricien, et refuse de se laisser dominer ni par le terrain, ni par la méthode, ni par la théorie. Car se laisser ainsi dominer "c'est être empêché de travailler, c'est-à-dire de découvrir un nouveau rouage dans la machine du monde" » (KAUFMANN, 2004, p.12).

## REFERÊNCIAS

DE MONTLIBERT, C. et all. **Actualité de la pensée d'Abdelmalek Sayad**. Casablanca : Editions Le Fennec, 2010.

CHACHOUA, K. (dir.). **L'émigration algérienne en France : un cas exemplaire**. En hommage à d'Abdelmalek Sayad (1933-1998). Alger : CNRPAH Ed., 2012.

MOHAMMEDI, S. M. (coord.). **Abdelmalek Sayad, migrations et mondialisation**. Oran : CRASC Ed., 2014.

SAYAD, Abdelmalek. "Une perspective nouvelle à prendre sur le phénomène migratoire : 'l'immigration dans...' peut être pensée comme étant, initialement et essentiellement, 'une émigration vers...' ". **Options méditerranéennes**, n° 22, décembre 1973.

\_\_\_\_\_. " Les trois 'âges' de l'émigration algérienne en France ", **Actes de la recherche en sciences sociales**, vol. 15, 1977.

MILLS, Wright. **L'imagination sociologique**. Paris : Maspero, 1967.

KAUFMANN, J. C. **L'entretien compréhensif**. Paris : Armand Colin, 2004.

## RESUMO

Abdelmalek Sayad morreu em 1998. Ele é considerado hoje como o fundador da sociologia contemporânea da migração. Desde a sua própria imigração, Sayad não parou de fazer trabalhos sobre a comunidade argelina na França em várias áreas: história, política, religião, economia, etc. Além disso, e desde os seus trabalhos na Argélia, na década de 1950, ele foi um grande pesquisador de campo. Por último, mas não menos importante, é notável a sua vigilância epistemológica na revisão do próprio *status* da migração como um objeto sociológico articulado às relações entre as sociedades de origem e as sociedades de acolhimento. É essa vigilância epistemológica que queremos destacar, em primeiro lugar, apresentando um artigo fundamental de A. Sayad, que revolucionou a pesquisa sobre migração. Em seguida, apresentaremos algumas lições metodológicas e epistemológicas que podem ser extraídas deste artigo. Finalmente, tentaremos apresentar A. Sayad como sociólogo, “artesão intelectual”, figura tão rara e importante nestes tempos de segmentação da profissão do sociólogo.

**Palavras-chave:** Migração; Abdelmalek Sayad; Argélia.

## ABSTRACT

Abdelmalek Sayad died in 1998. He is considered today as the founder of the contemporary sociology of migration. Since his immigration himself, he has worked constantly on the Algerian community in France through several entries: history, politics, religion, economy, etc. Also, and since his work in Algeria in the 1950s, he was still the great field investigator. Finally, and it is not least of qualities, is his epistemological vigilance in reviewing the status of migration as a sociological object linked to relations between societies of origin and host societies. It is this epistemological vigilance that we want to highlight in the first place by presenting a fundamental article of A. Sayad that has revolutionized research on migrations. Then we will present some methodological and epistemological lessons that can be drawn from this article. Finally, we will try to present A. Sayad as an “intellectual artisan” sociologist, figure as rare and as important in these times of segmentation of the sociologist’s profession.

**Keywords:** Migration; Abdelmalek Sayad; Algeria.



# O acesso ao trabalho de imigrantes na Região Metropolitana de Londrina-PR: divergências e convergências

*Liria Maria Bettiol Lanza\**  
*Julia Ramalho Rodrigues\*\**

## 1 INTRODUÇÃO

A temática da migração tem ocupado lugar de destaque frente às mudanças econômicas, políticas e sociais que afetam os países de forma generalizada. Todavia, não sendo um fenômeno recente, questões como os contextos restritivos das políticas migratórias, sobretudo dos países centrais no capitalismo, têm contribuído para uma alteração de fluxos no sentido Sul-Sul, em que o Brasil também está inserido. Assim, conforme Villen (2015, p. 253), uma das características marcantes de imigrantes é “a necessidade imediata, extrema e ininterrupta de trabalhar”, o que demarca a permanência da categoria trabalho enquanto necessária nas problematizações acerca dos mesmos.

Ao enfatizar o trabalho, corrobora-se com Harvey (2011) quando discute a atual segmentação geográfica dos mercados, associando a escassez de trabalho com a mobilidade dos trabalhadores e do capital. Diante disso, as migrações devem ser analisadas ao mesmo tempo como um processo e um produto social dessas relações, bem como são fundamentais para a perpetuação da dinâmica capitalista. Posto isso, afirma o autor que “a força de trabalho potencial, tem gênero, raça, etnia e tribo ou se divide pela língua, orientação sexual e crença

---

*\* Assistente social e docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina/PR. Doutora em Serviço Social (PUC SP); líder do grupo de pesquisa (CNPq) “Serviço social e saúde: formação e exercício profissional” e coordenadora da pesquisa “Trajetórias de imigrantes nos territórios: a construção do acesso as políticas de Seguridade Social” que conta com financiamento da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná. E-mail: liriabettiol.j@gmail.com*

*\*\* Assistente social, bolsista (CAPES) a nível de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina/PR. Membro do Grupo de Pesquisa (CNPq) “Serviço social e saúde: formação e exercício profissional” e da pesquisa “Trajetórias de imigrantes nos territórios: a construção do acesso as políticas de Seguridade Social”. E-mail: ramalhorodrigues.julia@gmail.com*

religiosa, e tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho” (HARVEY, 2011, p. 57). Estudos acerca do mundo do trabalho no Brasil já apontavam para essa configuração (ANTUNES, 2005) e com a chegada recente de novos imigrantes adensam velhos problemas (VILELA; COLLARES; NORONHA, 2015) que se entrecruzam no que diz respeito ao acesso ao trabalho desses homens e mulheres. Ademais, a busca pelo trabalho produziu uma “desconcentração” dos imigrantes no país, anteriormente presentes, principalmente, nas capitais e metrópoles, e que agora também podem ser encontrados no interior do país.

Desde 2012, a Região Metropolitana de Londrina-PR tem recebido imigrantes de fluxos diversificados, o que representa um desafio qualitativo, tanto para os estudos quanto para as ações de inserção social e acesso aos direitos desses homens e mulheres. Nesse sentido, as reflexões apresentadas partem da centralidade do trabalho e seus desdobramentos, objetivos e subjetivos, no contexto de crise econômica porque passa o Brasil, desde 2015, imerso na crise estrutural do capital de que fala Mézaros (2009).

Os eixos analíticos propostos neste texto são as divergências e convergências em relação ao trabalho e identificadas a partir da realidade laboral dos informantes da pesquisa “Trajetórias de imigrantes nos territórios: construção do acesso às políticas de Seguridade Social” e que possibilitou entrevistas com imigrantes: um haitiano que trabalha na construção civil; um bengalês que atua no setor de couro e um colombiano que é proprietário de um estabelecimento comercial no setor de alimentação. Já as mulheres entrevistadas foram: uma haitiana que trabalha como treinadora em um frigorífico de abate de aves e uma bengalesa que se encontrava desempregada. A escolha dos sujeitos teve como critério, a representatividade dos mesmos junto aos demais imigrantes de sua nacionalidade, buscando além de suas opiniões e experiências particulares, aspectos coletivos dos grupos<sup>1</sup>.

A fim de cumprir o objetivo proposto, o artigo foi estruturado em duas seções. Na primeira, a temática do mundo do trabalho foi apresentada, procurando problematizar as transformações em seu interior, bem como as limitações em torno da problematização dos imigrantes enquanto classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2009). A segunda seção foi subdividida entre as divergências e convergências, vistas como similaridades, nas reflexões dos imigrantes sobre o trabalho. Sendo assim, nas considerações finais, os resultados apontados auxiliam na identificação das dificuldades, desafios e resistências necessárias de inserção qualificada e digna dos imigrantes trabalhadores no Brasil, a partir da região estudada.

## 2 TRABALHO E IMIGRAÇÃO: ENTRE O IMAGINADO E O VIVIDO

*“porque estou aqui ainda em serviços gerais, isso não é discriminação? Me fala o que preciso mais fazer? Se eu fui lá, pegando a prova junto com todo mundo, quando a gente passou na prova, você falou que tá cancelado a vaga, depois de um mês eu vejo as pessoas na vaga trabalhando, que significa isso?” (Trabalhadora Haitiana)*

A escolha do depoimento como epígrafe dessa seção evidencia a particularidade do trabalhador imigrante nos territórios laborais. A discriminação e os mitos em torno dessa força de trabalho, se reatualiza cotidianamente, posto suas raízes profundas, como se verá a seguir. Antes de mais nada, é preciso pontuar que, para os imigrantes recentes, sujeitos desse estudo, o trabalho é um fator determinante na sua vida, mesmo que outras necessidades ou aspirações estejam presentes em seus discursos, como habitação digna, acesso ao ensino superior e, entre outras, sua ausência ou precariedade são limitadores objetivos à todas elas. Não há saída ou outra possibilidade para esse grupo, senão a inserção no mundo do trabalho. Por isso, parece redundante apontar que, qualquer trabalho e qualquer salário são as condições impostas a esses trabalhadores. Atributos como disposição, dedicação, capacidade de aprender e adequação às normas e rotinas sobrepõem-se as inúmeras habilidades profissionais que trazem de seus países originários e que, muitas vezes, são ignoradas e desperdiçadas no Brasil.

As causas desses fatos relacionados ao trabalho dos imigrantes, exaustivamente conhecidas e similares em todo o globo, são também de ordem geral. Marx e Engels (2000) tematizaram acerca do processo de subordinação do trabalho ao capital, expresso na questão social. A crescente divisão social do trabalho e a distribuição desigual da riqueza socialmente produzida no capitalismo afetam a força de trabalho e os países conforme sua posição mundial na economia. De tal modo que inúmeras estratégias obtiveram sempre o mesmo objetivo ao longo da história: o aumento da produção, e conseqüentemente seu lucro e o controle da força de trabalho. Em escala global, as últimas décadas do século XX e o primeiro quadrante do século XXI, no contexto da acumulação flexível e da reestruturação produtiva (HARVEY, 1998), produziram profundas alterações na esfera econômica – como a sua financeirização –, e no mundo do trabalho em sua totalidade. A flexibilidade da produção, produtos, consumo, mercados e da própria organização do trabalho intensifica a mobilidade humana (AGUILAR et al., 2018), que é constituinte do modo de produção capitalista em suas bases escravocratas, colonialistas e imperialistas.

Não há nenhuma novidade no processo como um todo, isto é, a mobilidade, a migração do capital e do trabalho está reconfigurando as espacialidades da economia global, os perfis, conteúdos e subjetividades dos homens e mulheres que trabalham, mas sua atualidade está na transformação das identidades sociais, em particular devido às mudanças provocadas pela ênfase na informação e no conhecimento, diferentemente do que predominava até então, quando o centro geográfico da economia se assentava nas matérias-primas e bens de capital (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 83).

O pensamento do autor é oportuno para problematizar a complexidade nas análises atuais acerca do trabalho e da classe trabalhadora. Ao tratar de forma genérica os diferentes países originários dos imigrantes dessa pesquisa,

parte-se de um ponto comum que é sua origem latina e caribenha. Nesse sentido, recorre-se à Brandão (2017, p. 8) na explicação do porquê, nesse continente, não foi possível uma “plena constituição da escala nacional”, ou seja, a constituição de seus Estados-nação.

Segundo essa interpretação, o caráter restrito, parcial e de incompletude das forças produtivas nacionais, com uma oferta ilimitada de mão de obra destituída de direitos, que formava uma massa marginalizada nos espaços urbanos precarizados, dentre outras características da condição periférica-dependente, e tornava esses espaços nacionais quase meros prolongamentos e apêndices do espaço econômico dos países desenvolvidos (BRANDÃO, 2017, p. 8).

O colonialismo com suas diversas formas de expropriação da riqueza e uso da violência marca a história de muitos países latino-americanos e do Caribe. A migração pode ser entendida nesses marcos como um dos produtos dessas relações opressoras entre metrópole e colônia. Políticas migratórias ativas dos Estados, ordenando, selecionando e disciplinando a mobilidade humana foram uma realidade intransponível nesses territórios durante muitos anos.

No entanto, como enfatizava Sayad (1998), pela migração podemos entender a vida social. Assim, a direção dos fluxos migratórios SUL-SUL, reflexo da geopolítica mundial orquestrada pelas finanças internacionalizadas, é emblemática. Se, por um lado, o Brasil como sociedade receptora, ao longo de sua história não resolveu questões dorsais como a racial e o desemprego, figurando-se como um Estado de direito abstrato para a maior parte de sua população – visível pela concentração de renda e riqueza, fonte da permanente desigualdade social –, por outro, nos últimos anos passa a receber imigrantes provenientes de países com condições econômicas, políticas e sociais similares ou inferiores, conforme salientou Villen (2015), e que tem o trabalho como determinante em seu cotidiano.

Alguns autores se ocuparam em analisar o mundo do trabalho na atualidade (ANTUNES, 2009; THOMAZ JUNIOR, 2009) e a dificuldade da classe trabalhadora de se organizar em torno de um projeto radical que vislumbre outra ordem social, mediante aspectos como a própria lógica de acumulação atual que potencializa a exploração, sucumbe a atividade produtiva em prol de finanças, assim como captura a subjetividade do trabalhador (ALVES, 2000) frente à nova organização do trabalho. Todos esses elementos afetam o trabalhador imigrante de forma particular. Retomando Sayad (1998), embora o imigrante seja antes de tudo uma força de trabalho, ele não se parece em nada com os outros. O pensamento do autor não reduz a condição genérica de “força de trabalho”, mas indica outras esferas da vida social que são barreiras para seu efetivo pertencimento de classe. Uma primeira delas remete à própria visão economicista sobre o imigrante que retira dele suas dimensões política e subjetiva.

A venda da força de trabalho como condição primeira à reprodução deve ser mediada por outras vertentes desses trabalhadores. Muitos imigrantes, possuem compromissos econômicos com entes queridos (familiares, parentes e amigos) que ficam em suas regiões de origem. Os haitianos, sobretudo, demonstram isso. São famílias separadas, além da educação, alimentação e saúde dependentes dos que aqui estão, como expressa o depoimento de uma mulher imigrante *“Você vai ver que eu deixei esses quatro filhos lá, você vai me dar um caminhão de comida, cada vez que eu vou comer pensando que ele [não] tá comendo muito lá.... que eu vou aceitar?”*. São territórios de guerra e perseguição, que os pressionam e os impedem de refutar a superexploração. Dessa forma, são imigrantes proibidos de voltar à sua terra natal e por isso, apesar de suas precárias condições de vida e trabalho no Brasil, é comum a chegada de novos imigrantes, familiares ou não, já que em muitos desses países, a vida se torna insuportável, bem como um trânsito migratório que não cessa. Sayad (1998) alertava para esse duplo do imigrante e suas consequências, sobretudo, quanto à sua provisoriamente definitiva. Nunca pertencer a lugar algum, os vínculos rompidos e as susceptíveis ofensivas do capital sobre o trabalho diante da crise estrutural impedem qualquer filiação duradoura. Ao mesmo tempo, as redes sociais os conectam com outros imigrantes no mundo todo, fazendo circular informações acerca da moeda, dos postos de trabalho disponíveis, dos salários, dentre outros, e assim retroalimentam os fluxos.

Esse parece ser o caso da região estudada. Embora figure entre uma das mais ativas economicamente no Paraná, com saldo positivo de empregos com carteira assinada, muitos imigrantes encontram dificuldades de serem contratados. Todavia, é uma rota atrativa, mas que também sofreu os impactos da crise política e econômica que se agravou no país desde 2014, expressa na queda de aproximadamente 09% do produto *per capita* brasileiro no período de 2014 a 2016 (BARBOSA FILHO, 2017). Empresas foram fechadas, postos de trabalho perdidos, queda no consumo, entre outros, afetaram a empregabilidade da população de forma geral. Diante disso, muitos imigrantes deixaram a região. Mas, paradoxalmente, outros chegaram. De acordo com Saris (2018), há cerca de 780 imigrantes com carteira assinada nas cidades da Região Metropolitana de Londrina, sendo que na cidade sede, Londrina, foram identificados 239 haitianos, 23 colombianos e 19 bengaleses na mesma condição laboral. À semelhança dos achados da pesquisa, Saris (2018) apresentou histórias bem sucedidas de empregabilidade, mas também relatos de exploração e esgotamento físico e mental de trabalhador.

Na realidade investigada, mantém-se a perspectiva marxista de que adequadas condições objetivas de vida são fundamentais para qualquer perspectiva de mudança e transformação social. Nesse sentido, nota-se uma crescente pauperização da vida social desses homens e mulheres, quer seja pelas péssimas condições de habitação (casas com maior número de moradores que a capacidade habitacional) e de trabalho, fome e adoecimento. Em relação a esse

último ponto, os estudos evidenciam uma prevalência de doenças relacionadas ao trabalho. De oito mulheres haitianas empregadas que acessaram os serviços de saúde, seis exerciam atividades de esforço físico e com jornadas de trabalho extensas, como serviços de limpeza; frigorífico/desossa, além de depoimentos que permitem afirmar a existência de sofrimento mental, a ser melhor investigado (PESQUISA TRAJETÓRIAS, 2018).

Pode-se replicar que esses fatos também assolam os trabalhadores brasileiros, o que infelizmente é correto. No entanto, os fluxos migratórios em estudo, aos quais dedicamos maior profundidade, são portadores de traços étnicos, matrizes religiosas e culturais distintas de imigrações anteriores como a europeia na primeira metade do século XX. Do ponto de vista dos haitianos, apenas para exemplificar, reconhecidos por terem sido o primeiro projeto de constituição e independência de uma nação negra, são perturbados com o racismo sistêmico do Brasil. Diante disso, além da condição de imigrante, por si só estigmatizada, são imigrantes negros e sofrem os efeitos da lógica de inferioridade desse grupo em um país (Brasil) que não foi capaz de romper com a sua própria desigualdade racial histórica. Em estudo recente (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2018), identificou-se um aumento expressivo dos imigrantes “de cor preta e parda” que se inseriram no mercado formal de trabalho entre os anos de 2010-2017. No entanto, somente 4,4% foram classificados como qualificados em detrimento de 72,1% na mesma condição que eram de “cor branca”.

Por fim, embora seja uma imigração modesta, com menos de 1% de presença no país, a imigração atual possui particularidades que merecem ser melhor analisadas, envolvendo os interesses nacionais tanto do ponto de vista do Estado como do Mercado, sendo que o último tem relação direta com a inserção social e o acesso aos direitos sociais, sobretudo aos de Seguridade Social, conforme reflexões anteriores (BETTIOL LANZA; SANTOS; RODRIGUES, 2016). Dito isso, a entrada dos imigrantes vindos da periferia do sul global, legalmente permitida (autorizações e vistos), mas socialmente negligenciada pelos poderes públicos, a torna presa fácil da voracidade do capital em qualquer escala e território, como se verá na próxima seção em que, as cidades de médio e pequeno porte também passaram a fazer parte das rotas migratórias no Brasil e passaram a recompor as antigas imigrações, porém altamente diversificadas.

### 3 ACESSO DOS IMIGRANTES RESIDENTES AO TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA/PR

Considerou-se oportuno apresentar uma caracterização dos atuais fluxos migratórios na Região Metropolitana de Londrina. De forma geral, confirmou-se a tendência nacional de fluxos migratórios diferenciados, não brancos, majoritariamente empobrecidos e diversos cultural e religiosamente. A fim de focar no objetivo proposto nesse artigo, apresenta-se somente os dados que dizem respeito ao trabalho. Sendo assim, pode-se aferir que os imigrantes que

acessam o trabalho são majoritariamente homens (67,5%), jovens em idade produtiva (entre 29 e 59 anos) e a maioria atribuiu a busca por trabalho como o maior motivo da imigração (50%), seguido de outras alternativas que têm relação imediata com a primeira (melhores condições de vida com 23,75%; questões políticas/econômicas com 23,75%).

No que se refere às dificuldades vivenciadas pelos imigrantes, cerca de 45% dos sujeitos afirmaram que o idioma se apresenta como uma das principais dificuldades, seguido de “sem dificuldades” (22,5%), e, questões relacionadas ao trabalho, suas condições e seu acesso (20%).

Dos imigrantes entrevistados, 51,25% estavam inseridos no mercado de trabalho e destes; cerca de 85,36% possuíam registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e indicaram os frigoríficos de abate de aves (36%) como responsável pelos vínculos formais. Os demais se concentraram em trabalhos considerados como sendo de pouca qualificação, como pedreiros ou serventes, empregadas domésticas, auxiliares de produção e manutenção, dentre outros. Aqueles que estão na informalidade, concentram-se no desenvolvimento de atividades como coletores de materiais recicláveis e vendedores ambulantes. O maior número de desempregados é de haitianos residentes em municípios de pequeno porte da Região Metropolitana de Londrina.

Ao considerar os elementos indicados acima, pode-se afirmar que, embora sua representatividade numérica seja residual comparada com as metrópoles e capitais do país, os dilemas e obstáculos relacionados à inserção dos imigrantes ao mercado de trabalho formal mantém a mesma lógica. Na tentativa de aprofundar alguns desses elementos, conforme os eixos analíticos propostos, o foco das reflexões passou a ser divergências e convergências percebidas nas vivências dos imigrantes em relação ao trabalho.

### *3.1 As divergências entre os imigrantes no acesso ao trabalho*

Partindo de uma compreensão da imigração na perspectiva marxista, a qual compreende o trabalho e seus determinantes econômicos como centralidade neste processo, entende-se necessário pensar a constituição das classes sociais no modo de produção capitalista. Desta maneira, um dado divergente identificado nas entrevistas foi a percepção dos imigrantes referente a sociedade brasileira e seu próprio processo migratório definido a partir de uma classe social. Nota-se que a diferença se sobressai em relação ao imigrante colombiano específico que se declara proprietário, possuindo seu próprio negócio, em contraponto com um imigrante haitiano que trabalha na construção civil, e, dois entrevistados, em frigorífico, sendo uma mulher haitiana e um homem bengalês. Mesmo que o trabalho se apresente como a principal causa da imigração para todos os entrevistados, a divergência em relação à condição de classe social fica em evidência quando se refere às políticas públicas e também às próprias condições de trabalho dos imigrantes.

A dificuldade de homogeneização em torno dos interesses classista pode ser explicada a partir das reflexões de Antunes (2011, p. 19) em torno da classe trabalhadora latino-americana. Para ele, “é importante destacar um traço particular na constituição da classe trabalhadora em nosso continente, muito diferente dos países de capitalismo central e hegemônico”. Deve-se ressaltar que, o autor já indicava a necessidade de ampliar o conceito, tendo em vista as mudanças no mundo do trabalho. O que interessa pontuar é que os sujeitos de pesquisa reproduzem diversas maneiras de pensar a divisão da sociedade, sendo apenas uma delas a de classe, convivendo lado a lado com classificações por merecimento, pelas relações de poder, sendo o patriarcado melhor evidenciado. Dito de outra forma, ao contrário de uma pretensa consciência de classe que entende que as dimensões da divisão internacional do trabalho afetam a todos e demandam uma ação em escala global, os depoimentos reproduzem modos e pensamentos do discurso dominante do colonizador como a própria percepção do imigrante como um “outro”, um não-nacional que, portanto, é inferior e não possui os mesmos direitos.

“A desossa é o setor mais horrível do mundo/.../ os brasileiros não tão querendo desossar/.../. De um fator para eles, o haitiano tá precisando trabalhar, jogar eles em qualquer setor ficou bom, porque ele precisa trabalhar. Mas só que eles não pensam que haitiano são humanos também, o que os brasileiros temem, os haitianos podem temer também” (Imigrante haitiano operário em um frigorífico de abate de aves).

O contexto do relato acima permite identificar que dentro do próprio conjunto dos trabalhadores se repete a lógica mercantil em relação aos imigrantes e ao trabalho. A semelhança do estudo de Nunes (2018) sobre os imigrantes haitianos em Cascavel/PR, pode-se constatar a reprodução do ideário de inferioridade entre os trabalhadores brasileiros em relação a trabalhadores imigrantes, principalmente em relação aos que estão em postos de contratação, treinamento e supervisão das atividades produtivas. Como mão de obra barata e disponíveis, imigrantes são expostos e testados em situações laborais desumanas e comprometedoras da sua saúde física e mental.

Assim, esses trabalhadores não nacionais, que estão empregados e elevam as estatísticas nacionais de inserção no mercado de trabalho formal, estão desprotegidos e à mercê da própria sorte. Os empregadores, em geral, por sua posição de classe, se interessam pelo imigrante por questões óbvias, como será indicado no que diz respeito ao informante imigrante empregador. No entanto, deve-se pontuar que, um dos efeitos da crise econômica que o país atravessa dialoga com a precarização das condições de trabalho.



Pensadas no conjunto, tanto a PEC do teto dos gastos públicos (PEC 241 ou PEC 55), quanto a reforma trabalhista e a anunciada reforma da previdência social, tidas como “caminhos” para a reversão da crise (BARBOSA FILHO, 2017), formam um todo articulado que favorece a superexploração e a desproteção do trabalhador em âmbito geral, o que impõe também aos trabalhadores uma desorganização para proteger não só os postos de trabalho, mas a proteção social que consagra direitos trabalhistas e sociais em uma perspectiva integral com garantias de pleno acesso à saúde; segurança de garantia de renda como preconiza a política de assistência social, e seguridade social. No entanto, a lógica apresentada na análise do trabalho se reproduz no que diz respeito as demais políticas públicas. Como nexos explicativos, permanece intocada a relação entre o imigrante como um “estrangeiro” e um “não nacional”, conforme Sayad (1998) ao identificar a dupla ausência desses homens e mulheres nos diferentes territórios por onde circulam.

Nesse sentido, a forma ou a institucionalidade da política migratória estatal revela outro aspecto das relações de poder entre os Estados, mas também questões profundas como os ideários de justiça social e de democracia. Cabe notar que tais ideários são burgueses e, portanto, necessitam ser radicalmente ressignificados, pois são fundamentais no debate sobre direitos sociais. Posto isso, o debate acerca da classe social dos imigrantes pode deseconomicizar e repolitizar o debate sobre imigração, considerando o caráter de duplicidade que envolve o corpo e o espírito do imigrante e, assim, permitir vislumbrar traços do colonialismo e conseqüentemente do racismo, no interior da classe trabalhadora, que devem ser melhor examinados.

Outra questão, identificada como divergente, foi a baixa inserção das mulheres ao mundo do trabalho, fato compreendido a partir da divisão sexual do trabalho que efetiva a exploração do capital de forma mais intensa nas mulheres. Nesta lógica, se reafirma a posição social que as mulheres ocupam, sendo direcionadas para atribuições no âmbito privado da vida social como os trabalhos domésticos e, em contraponto, aos homens cujos trabalhos lhes atribuídos estão na esfera pública (KERGOAT, 2009). A partir dos dados coletados pela pesquisa, as mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho representam cerca 31%, sendo que todas estas possuem registro na Carteira de Trabalho. Porém, se faz importante sinalizar que as ocupações destas imigrantes se dão principalmente no âmbito doméstico, serviços gerais de limpeza, frigoríficos de abate de frango, além de trabalhos vinculados ao mercado de cuidado, especialmente cuidados com crianças, enfermos ou pessoas idosas.

Porém, há um agravante cultural apresentado pelos imigrantes entrevistados, visto que, em sua maioria, historicamente, as mulheres participam do projeto migratório enquanto um projeto familiar, ainda que não sejam protagonistas diretas da migração. Contudo, os dados da presente pesquisa ilustram uma alteração no perfil das mulheres, uma vez que 48% delas, sujeitas desta pesquisa, vivenciaram o fluxo migratório sozinhas, tendo como objetivo principal

o trabalho. Assim, se deslocando sem acompanhante e não tendo o objetivo da reunião familiar, essas mulheres se apresentam, no caso em análise, como protagonistas. Porém, mesmo a realidade das mulheres migrantes estando em constante movimento e alteração, elas ainda sofrem, cotidianamente, diversas formas de expressões de violência de gênero, machismo, discriminação sexual etc. típicas das sociedades patriarcais e da divisão sexual do trabalho.

Os sujeitos desta pesquisa apresentaram compreensões ancoradas na religião acerca do papel da mulher na sociedade, em relação ao trabalho e a própria família. Nesse sentido, a responsabilização das mulheres no âmbito privado interfere diretamente no acesso ao trabalho, visto que, em sua maioria, elas não possuem convivência social com brasileiros e, em consequência, resulta maior dificuldade para o aprendizado do idioma português. A haitiana informante desta pesquisa relatou que há certas ocupações de trabalho destinadas para a mulher, que corresponde a trabalho no âmbito doméstico e do cuidado, uma vez que *“a mulher não pode ficar fazendo esse movimento [contrair o abdômen para carregar peso], porque a mulher vai ficar grávida, entendeu? A mulher não só trabalha, mas gera filho”* (Imigrante haitiana trabalhadora em frigorífico abatedouro de aves).

Ainda neste sentido, as migrantes notaram as diferentes faces de vivência do que é “ser mulher” a partir da experiência migratória, visto que o papel social da mulher no Brasil se difere ao Haiti e em outros países. Assim, as mulheres migrantes possuem um arsenal de estratégias de vivência em sociedades patriarcais, nas quais elas têm impedida ou bloqueada a sua participação social, tendo que se adaptar, de diversas maneiras, à vida laboral e doméstica, como mulher.

Porém, a partir da fala daquela imigrante haitiana, percebe-se que o trabalho se sobrepõe a quaisquer outras questões para os imigrantes na sociedade brasileira, visto que o principal objetivo deles é a inserção no mercado de trabalho. Desta forma, as mulheres se submetem às precárias condições de trabalho, com o objetivo de garantir respostas para às suas necessidades básicas e de sua família que, quase sempre, aguarda o envio de remessas, especialmente em dinheiro.

Um dos aspectos que chama atenção é que as duas mulheres entrevistadas apresentaram críticas mais contundentes em comparação aos depoimentos masculinos que, por sua vez, ressaltaram certa cordialidade diante de conflitos. As problematizações de algumas das dificuldades, tanto de inserção, no caso da bengalesa, em que são realçadas diferenças estéticas e culturais das mulçumanas em relação às brasileiras quanto de permanência, caso da haitiana que não só denuncia práticas discriminatórias, exposição aos riscos e adoecimento dos imigrantes haitianos pelo trabalho (movimentos repetitivos e serviços de limpeza que exigem bastante articulação e flexão dos membros), mas também ações políticas de defesa dos imigrantes e de suas condições de trabalho são indicativos de uma face da migração feminina que articula economia e política no contexto das relações de gênero e da imigração.

Nesse sentido, a convivência com brasileiros e até com imigrantes na esfera do trabalho os auxilia no processo de integração à sociedade brasileira; sua percepção da nova sociedade; apreensão do idioma e costumes brasileiros. Dito isso, as redes de apoio e solidariedade entre os imigrantes apresentam-se como um recurso para estes sujeitos enfrentarem as vicissitudes da vida cotidiana, sendo também mediadoras para o acesso aos direitos sociais e também ao trabalho.

### *3.2 As convergências vivenciadas pelos imigrantes no acesso ao trabalho*

Os dados apontaram que, enquanto convergências entendidas como aspectos recorrentes nas entrevistas, a Região Metropolitana de Londrina, alvo do estudo, é reconhecida pelos imigrantes pela sua dinamicidade econômica e oportunidades de inserção no mercado de trabalho, além da concentração de redes migratórias nos municípios de pequeno e médio porte.

No cenário internacional, o Brasil tem se destacado como o principal exportador de carne de frango, sendo o segundo no mundo que mais produz esta carne (ABPA, 2018). Segundo dados do Relatório anual da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o estado do Paraná é o responsável por 37,20% da quantidade de abate de carne de frango de todo o país, sendo que também se apresenta na primeira posição entre os estados que mais exportam esta carne, deixando Santa Catarina e Rio Grande do Sul em segunda e terceira posição, respectivamente (ABPA, 2018). Neste sentido, a Região Metropolitana de Londrina se destaca com a presença de cerca de seis frigoríficos de abate de aves, nos municípios de Arapongas, Jaguapitã e Rolândia.

Além desta possibilidade, o desenvolvimento da construção civil e do agronegócio, sobretudo na produção de grãos (UTFPR, 2017; AGUILAR et al., 2018), também destacam a região de Londrina no cenário nacional como potencializadora para o futuro dos imigrantes. No que se refere a oferta de vagas de trabalho nas cidades desta Região, o setor de serviços, de indústria de transformação, de construção civil e agropecuária representam a variação mais positiva de oferta de emprego no mês de janeiro de 2019 (RAMBALDUCCI; SONOMURA, 2019).

Dessa forma, fica evidente que as oportunidades de trabalho e renda são determinantes no projeto migratório dos imigrantes recentes na Região e de um movimento de reforço à interiorização das migrações. Assim, reafirma o trabalho e sua oferta como fator principal para a estabilização da Região enquanto um polo de recepção destes imigrantes. Porém, também é preciso considerar que para os imigrantes recém-chegados, a presença de redes migratórias já consolidadas nestes municípios auxilia no processo de migração, da própria adaptação e da inserção no mercado de trabalho, como o sujeito haitiano desta pesquisa relatou:

O Paraná não paga tão bem quanto São Paulo. Mas, emprego não falta e as pessoas estão vindo... a pessoa pode chegar em São Paulo ficar um ano ou seis meses sem fazer nada, sem conseguir um emprego. Mas, aqui é difícil a pessoa ficar dois meses sem trabalhar, pouco que seja, a pessoa acha alguma coisa pra fazer, um fala com o outro e é isso que atrai os haitianos aqui (Imigrante haitiano entrevistado pela presente pesquisa).

A presença das redes migratórias são de suma importância e apoio para

possibilitar a vinda e a estabilização destes imigrantes, mas também mantêm os limites inerentes à condição de classe – que possui recursos mínimos para ajudar, geralmente dividindo o que já é escasso, ou seja, não é suficiente para garantir a permanência desses imigrantes no país (VILLEN, 2015, p. 257).

Além disso, para compreender o processo de interiorização, por meio dos estudos de Mamed (2016), há de se reconhecer a grande contribuição das empresas do interior brasileiro interessadas na mão de obra barata e qualificada do migrante, no sentido em que muitos empregadores foram até o Acre e ao Amazonas, estados de maior entrada dos haitianos, para contratar esta mão de obra e, de certa forma, ficar responsável pelo deslocamento desses imigrante até a Região Sul e Sudeste deste país<sup>2</sup>.

No que diz respeito as inserções no mundo do trabalho, a haitiana e o haitiano entrevistados creditaram a condição de desempregados como uma responsabilidade individual por motivos como: dificuldades com o idioma português; ausência de “adaptação” aos costumes locais e questões valorativas. Cabe notar que a imigrante haitiana enfatiza, em seu discurso, a condição do ser imigrante e as relações raciais no Brasil. Percebe-se que, ao particularizar as razões do emprego ou do desemprego, os imigrantes se afastam da perspectiva de classe e dos conflitos nela contidos. Embora reconheçam a crise econômica do Brasil, imediatamente reportam-se a atributos ou eventos pessoais que envolvem imigrantes como sustentação para as dificuldades enfrentadas no acesso ao trabalho.

Todavia, embora as informações diversas sobre a empregabilidade dos imigrantes, é mister ampliar as análises no contexto atual de desemprego estrutural global e no Brasil. Polito (2019) amparado nos dados da Pnad contínua/IBGE, demonstrou que em 2018 havia 12,8 milhões de pessoas desempregadas, número 90,3% superior ao ano de 2014. Da mesma forma, Saris (2018) ao publicizar os dados das autorizações sobre visto de trabalho no Brasil, no período de 2011 a 2016, demonstra uma queda, sendo no primeiro ano, 66.033 autorizações temporárias e 2.660, permanentes e, no último, 27.298 e 1.360

respectivamente. A morosidade dos órgãos oficiais na concessão dos vistos deve ser incluída no conjunto das exposições referentes à inserção e condições de trabalho, já que a indocumentação os empurra à informalidade e à condições análogas ao trabalho escravo.

Insiste-se que, do ponto de vista da relação entre trabalho e imigração, os dados sintéticos podem ocultar uma face perversa do “trabalho a qualquer preço” e em qualquer condição; ainda revela uma fratura entre a classe trabalhadora e suas frações nacionais, bem como entre os trabalhadores imigrantes, naturalizando situações de exploração ou desproteção sob o julgo do “não nacional”.

Um aspecto semelhante ainda pode ser evidenciado quanto a adaptação imediata e incondicional dos imigrantes as exigências do trabalho. Mesmo sendo especializados, os trabalhadores ocupam postos de trabalho inferiores às suas qualificações, bem como expressam a necessidade de colaboração com o empregador para garantia do emprego, já que “são imigrantes e precisam trabalhar”, discurso unívoco dos informantes dessa pesquisa.

Para esses trabalhadores e trabalhadoras, adaptação incondicional significa o abandono de sua condição humana, notadamente no que diz respeito à saúde. Conforme Silva (2011) em estudos sobre trabalho e imigração na França, também neste país estudos comprovaram que os imigrantes em geral estavam mais expostos que os trabalhadores franceses à riscos à saúde, como a manipulação de produtos químicos.

A impossibilidade de ausência para consulta médica, mediante a suspensão desse serviço em muitas empresas brasileiras, soma-se a implacável tolerância à dor física e mental. Do ponto de vista da saúde, corrobora-se com pesquisas que apontam que os imigrantes tendem a ser saudáveis mediante as exigências postas pela própria migração (BETTIOL LANZA et al, 2018). No entanto, o adoecimento no processo de inserção no país de acolhimento tem sido recorrente. Aspectos como alimentação e trabalho foram indicados pelos informantes como justificativas para o acesso à saúde. Tomando como referência o estudo de Silva (2011), na realidade estudada há uma simbiose entre saúde mental e o trabalho.

Os sintomas físicos como dores musculares, problemas respiratórios e do aparelho digestivo podem ser identificados como resposta de um corpo físico que nunca para e ignora seus sinais, mas ao mesmo tempo, a subjetividade do imigrante e de seu corpo espiritual e político se desdobram em adoecimento mental, embora não seja permitido a ele, sequer, mencioná-lo. Categorias como apagamento ético, desfiliação e instabilidade social<sup>3</sup> (SILVA, 2011) também podem ser aplicadas à esses trabalhadores, bem como uma semelhança com as próprias problematizações de Sayad (1998) sobre os efeitos do exílio na construção da subjetividade do imigrante argelino.

Desse movimento emerge a autorresponsabilização dos próprios trabalhadores pela ausência do trabalho, que pode ser identificada em relação ao conjunto da classe trabalhadora. São muitas faltas que possuem e os tornam

empregáveis. No caso dos informantes da pesquisa, ser mais obediente que os brasileiros; realizar mais e múltiplos trabalhos; não se queixar e aceitar passivamente qualquer norma ou solicitação pelo empregador ou chefe imediato foram recorrentes, inclusive pelo empresário imigrante quando ressalta a preferência pelo funcionário imigrante ao brasileiro, já que os primeiros aceitam “melhor” as ordens e alterações nas rotinas laborais. A autorresponsabilização, portanto, articula o medo da demissão com a destituição do ser político.

Sob a simultaneidade da sedução e da coação, a adesão a uma servidão voluntária, na qual a subjetividade está profundamente envolvida, é apontada como consequência final [...] Essa servidão expressaria não só a renúncia aos próprios valores e desejos, mas também a aceitação passiva da submissão servil como única alternativa de sobreviver no contexto fixado pela dominação neoliberal (SILVA, 2011, p.475).

Sendo um imigrante, o contexto acima adquire novos contornos acerca da sua dimensão política. Impedido de acessar os direitos políticos legalmente, mas como componente de seu ser integral, a sua condição de “não nacional” inibe ou torna frágil tal exercício. Primeiro porque o próprio imigrante teme se expressar, posto que não se ilude quanto à sua vulnerabilidade e, em segundo, porque também são negligenciados pelos diversos setores: público, populares e sindicais. Afirma-se isso com base nas informações dos próprios imigrantes quanto ao acolhimento dos mesmos pelas entidades sindicais, pelos próprios movimentos sociais e pelo Estado, conforme já indicado. À margem dos espaços decisórios coletivos, governamentais e não governamentais, suas condições objetivas de vida e trabalho, sua provisoriade definitiva, poderiam os imigrantes falar? Seria possível no novo território o reestabelecimento de sua dimensão política do ponto de vista coletivo?

Não há pretensão de responder a tais questões, posto que são novas tarefas de pesquisa. Algumas hipóteses permitem indicar que o movimento da despolitização da vida social presente na sociedade brasileira, como um todo, contribui e se adequa ao silenciamento dos imigrantes, no sentido de que justificaria sua não implicação na participação da vida política em sentido ampliado. Outra hipótese é que a coletivização, como um dos componentes da condição humana, não tem na política o seu ponto de partida, mas sim na fé, provocando novas e profundas análises sobre a problemática das religiões e religiosidades no campo da migração. Por fim, a sociabilidade dos imigrantes caminha para a endogenia em contraponto da necessária construção de espaços e ações comuns, entre brasileiros e imigrantes, que possam avançar no sentido do que nos une e não naquilo que nos separa.

## 4 CONCLUSÕES

A força de trabalho do imigrante continua representando importante papel na dinâmica capitalista global. Assim, as direções e rotas migratórias fazem parte da mobilidade do trabalho e são determinantes na instalação dos migrantes nos territórios. Todavia, a sua vinculação à classe trabalhadora nacional ainda é um desafio a partir da presença de convergências e divergências encontradas nos dados da pesquisa em curso. Mais, as reproduções de ordem patriarcal representam um fator importante para a análise do acesso das mulheres imigrantes ao trabalho e as condições que se submetem, uma vez que, perpassado pela divisão sexual do trabalho, as mulheres vivenciam duplas jornadas de trabalho e oportunidades de inserção no mercado de trabalho no âmbito doméstico ou vinculado ao mercado de cuidados.

Foi possível identificar também aspectos como a autorresponsabilização dos imigrantes, bem como sua adaptação imediata e incondicional a todo e qualquer trabalho que, não raras vezes, os tornam vulneráveis à superexploração e ao adoecimento físico e mental, com impactos na própria condição social, sendo a dimensão e o exercício político dos mesmos bastante afetados. Por fim, a pesquisa permitiu refletir acerca dos imigrantes como parte da classe que vive do trabalho mas que, ao mesmo tempo, agrega aos desafios já postos para a unidade classista outros que têm, nas particularidades do trabalhador imigrante, necessidades de investimento tanto teórico como prático, o que implica em maior publicidade da presença dos imigrantes recentes no Brasil em seus múltiplos territórios tanto do ponto de vista público como dos movimentos sociais e das entidades políticas e de defesa do trabalho.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este artigo publiciza resultados parciais da Pesquisa “Trajetórias de imigrantes nos territórios: construção do acesso às políticas de Seguridade Social” do Grupo de Pesquisa do CNPq “Serviço Social e Saúde: formação e exercício profissional”. Conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 por meio da concessão de bolsa, além do apoio financeiro da Fundação Araucária no projeto de pesquisa citado.

<sup>2</sup> Porém, com a recente intensificação do fluxo migratório venezuelano, este processo de interiorização tem sido estimulado pelo próprio governo brasileiro. Por meio de uma iniciativa de uma parceria do governo federal com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e também instituições da sociedade civil, em abril de 2018 se iniciou a estratégia de interiorização dos imigrantes venezuelanos pela Operação Acolhida, que visa a promoção da transferência de venezuelanos da região Norte do Brasil, porta de entrada destes imigrantes, para outras cidades do país, como Brasília, Cuiabá, Manaus, Porto Alegre, São Paulo. Esta operação é planejada a partir de oportunidades de

inserção no mercado de trabalho, e o fortalecimento de redes de acolhimento das cidades de destino, estruturação de abrigos de acolhimento. (ONUBR, 2018). Segundo a ONU/BR (2019), cerca de 5 mil venezuelanos já fizeram parte deste processo de interiorização.

<sup>3</sup>De forma geral, o apagamento ético se relaciona com a competição; medo; perda de confiança e dignidade. Desfiliação, por sua vez, envolve a perda de vínculos e a mínima resistência e, por fim, a instabilidade social que envolve a fragilidade dos direitos sociais. Para aprofundar: ver SILVA (2011).

## REFERÊNCIAS

- ABPA. **Relatório Anual 2018**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/setores/avicultura/publicacoes/relatorios-anuais/2018>> . Acesso em: 20 mar 2019.
- AGUILAR, D.T. et al. Trabalho, classe e imigração. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS E ESTUDOS MIGRATÓRIOS, n. 1, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2018. p. 452 – 469.
- ALVES, G. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho**: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo. São Paulo, Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. 1ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Rev. Estudos avançados**, v. 13, n. 89, p. 51 – 60, jan./abr. 2017.
- BETTIOL LANZA, L.M et al. Os imigrantes internacionais na região metropolitana de Londrina: os mitos e os fatos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, n. 16, Vitória. **Anais do XVI ENPESS “Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social”**. Vitória/ES: ABEPSS/CFESS, 2018.
- BETTIOL LANZA, L.M.; SANTOS, A.B.; RODRIGUES, J.R. Imigração, território e as políticas de seguridade social. **Argumentum**. Vitória, v. 8, n. 3, p. 54 - 66, set/dez 2016.
- BRANDÃO, C.A. Crise e rodadas da neoliberalização. **Cad. Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 43 - 69, jan./abr. 2017.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil**. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho; Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.
- HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-75.



- MAMED, L.H. Haitianos no Brasil: da entrada indocumentada pela Amazônia à inserção precarizada no mercado laboral. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 78 - 90, set./dez. 2016.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 9 ed. São Paulo: Global, 2000.
- MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo [et al.]. São Paulo: Boitempo, 2009.
- NUNES, L.A.G. **Migração e Trabalho**: O caso dos haitianos em Cascavel/PR. Londrina, 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2018.
- ONU/BR. **Agências da ONU continuam a apoiar o governo brasileiro na interiorização de venezuelanos**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencias-da-onu-continuum-a-apoiar-o-governo-brasileiro-na-interiorizacao-de-venezuelanos/>> . Acesso em: 20 mar. 2019.
- ONU/BR. **Interiorização renova sonhos e cria oportunidades para mais 5 mil venezuelanos no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2019/03/19/interiorizacao-venezuelanos-sonhos-oportunidades/>> . Acesso em: 20 mar. 2019.
- POLITO, R. **População desocupada é quase o dobro do que era em 2014**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://valoreconomico.com.br>> . Acesso em: 28 mar. 2019.
- RAMBALDUCCI, M; SONOMURA, W. M. **Acompanhamento e análise mensal do mercado de trabalho nas principais cidades da região metropolitana de Londrina (referência dez. 2018)**. Londrina, 2019. Disponível em: <[www.utfpr.edu.br/londrina/...londrina/...regiao-metropolitana/relatorio](http://www.utfpr.edu.br/londrina/...londrina/...regiao-metropolitana/relatorio)>. Acesso em: 14 fev. 2019.
- SARIS; S. A força de trabalho que vem de longe. **Jornal Folha de Londrina**, Londrina, 14 maio 2018. Folha Geral, p. 5.
- SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo, Cortez, 2011.
- THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI** (Limites explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). 2009. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2009.
- UTFPR. Universidade Tecnológica do Paraná. **Nota à imprensa**. Londrina, 2017. Disponível em: <[www.utfpr.edu.br/londrina/...londrina/...regiao-metropolitana/relatorio](http://www.utfpr.edu.br/londrina/...londrina/...regiao-metropolitana/relatorio)>. Acesso em: 19 set. 2018.
- VILELA, E.M; COLLARES, A.C.M; NORONHA, C.L.A. Migrações e trabalho no Brasil: fatores étnico-nacionais e raciais. **RBCS**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 19 – 43, fev. 2015.
- VILLEN, P. O estigma da ameaça ao emprego pelos periféricos na periferia: crise e imigração no Brasil. **RUA**, Campinas, v. 1, n. 21, p. 247 – 264, nov. 2015.

## RESUMO

Desde 2012, a Região Metropolitana de Londrina-PR tem recebido fluxos de imigrantes de diferentes nacionalidades em seu território, tendo seu dinamismo econômico e social uma das justificativas para constante presença dos mesmos. A partir da pesquisa em curso desde 2016, é possível inferir que tais fluxos estão vinculados a posição do estado do Paraná em termos de acesso ao trabalho, que tem no referido universo de pesquisa, diversos frigoríficos de abate de aves, bem como a construção civil como geradores potenciais de emprego, mesmo em contexto de crise econômica. O objetivo do artigo foi identificar as divergências e convergências na ótica de imigrantes acerca do acesso ao trabalho na Região Metropolitana de Londrina-PR. Para isso, a pesquisa contou com recursos quanti e qualitativos, combinados entre 108 formulários aplicados a imigrantes, quatro entrevistas em profundidade com imigrantes haitianos, um homem e uma mulher, um casal de bengaleses e um colombiano.

**Palavras-chave:** haitianos, bengaleses, colombianos, mundo do trabalho, divergências, convergências.

## ABSTRACT

ince 2012, the Metropolitan Region of Londrina-PR has received flows of immigrants of different nationalities in its territory, having its economic and social dynamism, one of the justifications for their constant presence. From the research in progress since 2016, it is possible to infer that such flows are linked to the position of the state of Paraná in terms of access to work, which has in the said research universe, several slaughterhouses for poultry, as well as civil construction as potential job generators, even in the context of an economic crisis. The objective of the article was to identify the divergences and convergences in the perspective of selected immigrants regarding access to work in the Metropolitan Region of Londrina-PR. To this end, the survey relied on quantitative and qualitative resources, combined between 108 forms applied to immigrants, four in-depth interviews with Haitian immigrants, a man and a woman, a Bengali couple and a Colombian.

**Keywords:** Haitians, Bengali, Colombians, world of work, divergences, convergences.

# De migrante para migrantes: o caso do serviço psicossocial da Missão Scalabriniana da Paz

*Berenice Young\**

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto aborda sobre o Serviço Psicossocial (SPs) do Eixo Saúde da Missão Scalabriniana da Paz, ou Missão Paz, primeiro serviço gratuito de acompanhamento psicológico, pensado para todo tipo de migrantes que buscam essa instituição dedicada ao trabalho de acolhimento e integração. Relata-se o contexto do seu início, esboçando-se os primeiros serviços “psi”; seus pressupostos teórico-metodológicos, entre os quais o olhar e o fazer com base no concreto vivido; seu funcionamento e definições pertinentes; as situações observadas na sua prática; os desafios e as palavras finais.

Esta é uma tentativa de sistematização de uma prática, apoiada em publicações prévias (YOUNG, B., 2014b; YOUNG, B.; SILVA, E., 2018), e um trabalho não publicado<sup>2</sup>. Ademais, almeja-se seguir difundindo o serviço para migrantes, que possam necessitar dele, e para profissionais que trabalham com esta população, visando ações mais articuladas.

## 2 O INÍCIO

O serviço de “psi”, serviço de psicologia, nasceu da iniciativa de uma psicóloga peruana<sup>3</sup>, para a qual tornar-se imigrante foi de tal magnitude (da qual, como a maioria dos migrantes, não tinha a mínima ideia) que empreendeu a tarefa de criar uma ponte entre o que foi e o que era, entre o que deixou e o que encontrava, entre o Peru e o Brasil, entre passado e presente. Empreitada que também mostrou fazer sentido na vida profissional, ajudando outras pessoas a seguirem seus percursos e a construírem suas próprias pontes<sup>4</sup>. Processo vivencial amadurecido ao longo do tempo.

---

\* Psicóloga pela “Universidad Peruana Cayetano Heredia”, Mestre em Psi. Social e Doutora em Psi. Escolar e do Desenvolvimento Humano, ambos pela Universidade de São Paulo e iniciadora do Serviço Psicossocial na Missão Paz. “E mail”: berenice98@uol.com.br.

Em 1998, ela tomou contato com a Pastoral Católica Latino-americana do Migrante<sup>5</sup>, para divulgar um trabalho de intervenção de Biodanza<sup>6</sup> com migrantes. Ciente da inexistência de atendimento psicológico especializado para migrantes no serviço público, ou outros de acesso livre e gratuito (pela experiência própria, das seis pessoas migrantes com as quais estava trabalhando e outras com as quais tinha conversado), propôs criar um serviço de acompanhamento psicológico de caráter voluntário. A proposta foi aceita em 2001.

O Centro Pastoral do Migrante (CPM), instituição que representava a Pastoral Latino-americana do Migrante, acolheu o serviço de “psi” na Missão Scalabriniana. Esta, na época da acolhida da proposta, era formada pela Associação de Voluntários para a Integração do Migrante (AVIM)<sup>7</sup>, o Centro de Estudos Migratórios (CEM) e as paróquias das coletividades nacional-linguísticas (italiana e “latino-americanas”: chilena, boliviana, paraguaia e peruana, até esse momento<sup>8</sup>).

A Missão Scalabriniana é gerenciada pela Congregação Católica dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos), cujo objetivo foi o de acompanhar os emigrantes italianos no seu êxodo aos Estados Unidos da América, desde o final do século XIX, mais precisamente desde 1887, e, depois, estendendo os seus serviços aos migrantes de outras nacionalidades, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, ou do ano de 1960. No caso da Missão Scalabriniana da Paz, todos os serviços oferecidos estavam na sede da Rua do Glicério 225, Liberdade, local de sua matriz até hoje (2019), a Igreja Nossa Senhora da Paz. Em 2012, depois de um processo de unificação, ela tomou o nome de Missão Paz (MP)<sup>9</sup>, acrescentando ao nome do Centro Pastoral do Migrante - CPM, o termo “Mediação” e passando a ser o Centro Pastoral e de Mediação do Migrante - CPMM.

Assim, o serviço de “psi” começou no início de agosto de 2001 para o público do Centro Pastoral dos migrantes - CPMe, na semana seguinte, para o público da AVIM, que, mais tarde, seria transformada em Casa do Migrante. Tanto no CPM, quanto na AVIM, o serviço era disponibilizado para os migrantes internos nacionais como para os migrantes internacionais.

Tratava-se de um serviço voluntário e gratuito de acompanhamento psicológico especializado para esse público. Já em 2013, o serviço de “psi” foi integrado à estrutura formal da Missão Paz, no Eixo Saúde, o qual faz parte das estruturas do atual CPMM – Centro de Pastoral e Mediação dos Migrantes, antigo CPM. .

O que se dava em matéria de atendimento da saúde mental, psicológica e emocional de migrantes e refugiados eram internamentos ou atendimentos pontuais para casos críticos da parte de alguns equipamentos públicos. Porém, não era algo estabelecido nem regularmente realizado no SUS. Pois, no meio das dificuldades e lutas que significaram criar esse sistema, parecia haver um entendimento de que era universal somente para alguns brasileiros, aspecto ainda vigente em 2015: “Consolidar uma política a partir do reconhecimento

da existência da intolerância, discriminação e xenofobia trouxe o debate sobre a dificuldade da universalidade do SUS para além da imigração” (CARNEIRO Jr. et al, 2018). Como se menciona nesse texto e no de Gaeta et al (OPAS, 2017), alguns avanços foram alcançados com o movimento que se formou em prol do atendimento à saúde de migrantes e refugiados, e teve como corolário a criação da Política Municipal para Imigrantes e Refugiados para a cidade de São Paulo. Porém, o cuidado mental e psicológico sempre foi o mais delicado, muito mais em se tratando de populações de outras regiões do planeta, com línguas e sistemas de compreensão da realidade (cultura) diferentes. E, ao mesmo tempo, tão importantes para a compreensão das vivências dos migrantes. Esse serviço começou a ser oferecido por iniciativas das chamadas organizações da sociedade civil ou projetos específicos de universidades.

A seguir veremos um quadro dos primeiros serviços “psi” gratuitos. Cabe registrar que nele não parecem as associações humanitárias e de assistência social judaicas que começaram a oferecer este serviço para pessoas chegadas após a segunda guerra<sup>10</sup>.

**Quadro 1** - Primeiros serviços gratuitos de atendimento psicanalítico, psicológico, psicopedagógico ou psiquiátrico para migrantes e refugiados na cidade de São Paulo

1996	Atendimento a crianças retornadas, filhas de <i>dekasséguis</i> <sup>11</sup> , por parte de psicólogas da comunidade nipo-brasileira que, amadureceram no Projeto Kaeru para esse mesmo público (NAKAGAWA, K., 2018, p. 13).
1997→	Ambulatório Transcultural do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade São Paulo para atendimento a refugiados, em parceria com Caritas-ACNUR <sup>12</sup> e em resposta ao pedido da Secretaria Estadual de Saúde. Serviço clínico e psicoterápico gratuito, apoiado no tripé: assistência, ensino e pesquisa (SANTANA, C.; LOTUFO. 2004, pp 165; 169). Na atualidade, continua com o nome de “Programa de Psiquiatria Social e Cultural do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas- USP” <sup>13</sup> aberto aos migrantes em geral.
1998-2002	Sociedade das Crianças- Atendimento psicológico e psicopedagógico para crianças filhas de <i>dekasséguis</i> deixadas no Brasil, atendido por cinco psicólogas nipo-brasileiras, falantes de japonês e português e com alguma vivência no Japão (NAKAGAWA, K., 2018, p. 14).
2001→	Serviço Psicossocial do Centro Pastoral do Migrante da Missão Paz para todo público migrante, apresentado nesse texto com maior enfoque.

2002-2003	Espaço <i>Tadaimá</i> constituía a reformulação do Projeto <i>Taidamá</i> , iniciado um ano antes, para pessoas <i>dekasséguis</i> , retornadas do Japão que não conseguiam se recolocar no mercado de trabalho ou que tinham perdido seus empregos. Ele substituía a ótica de gestão de pessoal pela escuta psicanalítica, que possibilitava ouvir a voz dessas pessoas silenciadas pelos sofrimentos (CARIGNATO, T., 2004, pp 230-238).
2003-2009	Projeto do Serviço de Orientação Intercultural E/I Migração do Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo criado e coordenado pela Dra. Sylvia Dantas De Biaggi, baseado no tripé ensino, prática e pesquisa, para todo tipo de migrante. Esse Projeto trazia como novidade o olhar da Psicologia Intercultural e o trabalho de preparo a futuros emigrantes (DANTAS, 2012 p. 195-197).
2006→	Projeto de Extensão e Cultura Psicanálise e Imigração: Grupo Veredas Coordenado pela Profa. Dra. Miriam Debieux Rosa, do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Esse projeto é iniciado na Casa do Migrante (CARIGNATO, T.; ROSA, M.; BERTA, S, 2006, p. 94), onde concentrou sua ação por dez anos, oferecendo aos migrantes ali abrigados um espaço de elaboração e criação de laços sociais no novo contexto <sup>14</sup> .
2008→	Projeto <i>Kaeru</i> de atendimento psicológico e psicopedagógico a crianças retornadas filhas de <i>dekasséguis</i> , regularmente matriculadas em escolas públicas na cidade de São Paulo, realizado por uma equipe especialmente preparada para esse público (NAKAGAWA, K., 2018, p. 15).
2010→	Projeto Ponte, do Instituto Sedes Sapientiae, que tem como eixos principais o atendimento clínico e o estudo da temática do estrangeiro, na articulação entre imigração e psicanálise <sup>15</sup> .

### 3 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

#### 3.1 A vivência

A vivência refletida e elaborada psicologicamente constitui uma ferramenta de conhecimento importante para o trabalho com outros que compartilhem de experiências semelhantes.

Esse foi o caso da psicóloga fundadora do SPss que tentou aproveitar sua própria bagagem vivencial, lugar social e posição existencial, para compreender outros migrantes. Mesmo não colocado explicitamente, este aspecto está

presente na maioria dos profissionais, pesquisadores e estudiosos do campo da migração, que vivenciaram ou vivenciam a experiência da migração em qualquer das suas formas e não só nos primeiros pesquisadores, como observara Carignato (CARIGNATO, T.; ROSA, M.; PACHECO, A., 2002, p. 7).

Por exemplo, Koltai o expressa assim:

É com a oferta que se cria a demanda. A minha é a da minha estrangeiridade. Não por acaso, minha clínica é uma verdadeira “Torre de Babel”, em que conflui o sofrimento das segundas, terceiras ou quartas gerações de imigrantes. Imigrantes vindos de todas partes do mundo, que aqui apartaram fugindo de algo e procurando um futuro para sua descendência (KOLTAI, 2000, p. 147).

Dantas também coloca:

Interessante notar que o grupo de profissionais da Orientação Intercultural é composto por pessoas que compartilham do perfil para o qual esse serviço é voltado, tendo, portanto, uma experiência intercultural concreta de vida (DANTAS, 2012, p. 197).

Não se trata, apenas, dos fatores motivacionais por trás da escolha como disse Carignato na introdução do seu livro sobre as migrações entre Brasil e Japão: “Quando um descendente de imigrantes se propõe a investigar problemas relativos a migração, (...), não pode deixar de considerar que, na base das suas interrogações, existe uma história pessoal e familiar (CARIGNATO, 2002b, p. 25).

Trata-se de uma opção que, também, tem um aspecto político: *abrir espaço para um olhar e um fazer com base no vivido*, presente na postura pedagógica do educador Paulo Freire, matriz teórica inspiradora que abre espaço para a perspectiva migrante no trabalho com imigrantes e agrega ao saber teórico-prático, o vivencial. Pela proximidade com o campo de ação, esta perspectiva exige um cuidado maior (psicoterapia, supervisões, conversas com pares), para não cair em identificações cegas e deixar de perceber a alteridade (esse outro diferente que surpreende, questiona, estranha e força a questionar-se). Deste modo, e usando as palavras de Carignato, um trabalho assim é o resultado de um processo de elaboração psíquica (CARIGNATO, 2002b, p. 25) e existencial.

### 3.2 A Psicologia da Migração

Por ser a migração um “fato social completo” que, não pode ser compreendido por uma única ciência, aqui se usa a definição de Sayad por considerá-la igualmente aplicável:

(...) a imigração é um “fato social completo”, única característica, aliás, em que há concordância na comunidade científica... todo o itinerário do imigrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro entre inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e psicologia social, e até mesmo das ciências cognitivas, antropologia em suas diversas formas (...), linguística e sociolinguística, ciência política, etc. Por certo, a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento no espaço físico... Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos... (SAYAD, 1998, p. 15).

A Psicologia vem mostrando interesse crescente por esta área interdisciplinar da migração e constrói uma área temática sobre a base dos estudos de psicólogos de diversas abordagens teórico-metodológicas que atuam no campo. Esses profissionais tentam compreender como e por que os migrantes sentem, atuam e tomam decisões nos seus projetos de vida, em diversos contextos sociais, e as decorrências psíquicas do processo migratório nas vidas deles, nas dos seus grupos de referência (família, amigos etc.) e nos grupos de “recepção” ou sociedades “de acolhida”. As pesquisas daí decorrentes surgiram no amplo campo dos Estudos da Migração no contexto de outras abordagens teóricas (História, Geografia, Antropologia, Sociologia, Economia, Demografia, Direito).

A psicologia da migração sustenta que a experiência migratória coloca a pessoa em uma situação de crise específica, pelas rupturas com seus referenciais: afetivos, culturais, linguísticos, geográficos, etc., pela impossibilidade de vivenciar o luto consequente, pela urgência de ter de aprender a viver em um meio para o qual não foi preparada. Processo mais difícil quando a migração é forçada.

Uma brevíssima referência às diversas abordagens teórico-metodológicas da Psicologia atuante no campo da Migração são:

- A Psicologia Intercultural foi pioneira ao tratar da imigração esboçando conceitos e definições tomados da Antropologia e Sociologia e dando assim, uma nomenclatura específica a esta área. Ela entende a migração como um encontro entre culturas, “busca-se o universal a partir da compreensão do particular” (DANTAS, 2012, p. 113);
- A Psicanálise ajuda a compreender a subjetividade e dinâmica intra, inter, e trans subjetiva da pessoa, família, grupos migrantes e sociedades de recepção;
- A Psicologia dos Grupos fornece elementos de reflexão, pesquisa e trabalho ao interior dos grupos “minoritários” e “majoritários” (migrantes ou refugiados e sociedades de acolhida, respectivamente), e ajuda a entender o que se passa entre eles;



- Abordagens fenomenológicas e existenciais focalizam a migração no seu caráter fenomênico e situacional do ponto de vista das próprias pessoas, iluminando as sutilezas de como esta realidade se apresenta no aqui e agora;
- Abordagens comportamentais cognitivas ajudam a esclarecer os modos como as pessoas expressam, reforçam e ressignificam as contingências sociais e auxiliam no treinamento de habilidades culturais.

A denominação do serviço de “Psicossocial” tentou dar ênfase ao contexto social no qual cada história pessoal e familiar do seu público estava inserida, bem como à particular condição deles como migrantes, pela problemática que esta situação implica. Esta forma de focalizá-los salientou a dinâmica que se dava entre eles e o contexto, tomando-os como sujeitos ocupantes de lugares sociais particulares (YOUNG, 2014b).

Nesta ação, a profissional salienta um cuidado clínico horizontal, no qual a pessoa migrante é vista como uma participante central num fazer que perderia sentido se ela não estivesse presente e que supõe um reconhecimento da sua importância numa situação de interlocução. Portanto a escuta é dialogada, dialógica.

A escuta dialógica é um procedimento que implica uma atitude de total disposição, observação e diálogo com alguém que demanda ser atendido, em uma ambiência tal que essa pessoa seja considerada uma interlocutora válida para o sucesso desse processo comunicativo, intercultural e terapêutico. Esse total se dispor da(o) profissional significa uma suspensão das suas próprias necessidades, ciente que está numa relação de cuidado. As verbalizações diálogos e silêncios pela parte da(o) profissional visam o espaço para a troca e o esclarecimento do que está sendo comunicado.

No caso das pessoas em trauma ou estados pós-traumáticos, que falavam laconicamente, relatando fragmentos com um olhar distante ou eram tomadas num pranto que não lhes permitia articular palavra, essa escuta dialógica tomava a forma de um acolhimento que dissesse sem dizer: “O que é que você quer, do que você precisa?”. Oferecia-se um silêncio receptivo, no qual a emoção pudesse se exprimir e depois falava-se o estritamente necessário. Talvez essas pessoas precisassem de uma testemunha das injustiças sofridas e dos horrores presenciados; alguém em quem depositar a memória, num lugar onde elas não tinham história. Por outro lado, dar nome à coisas inomináveis poderia tirar essas pessoas desse momento cristalizado.

### *3.3 Como funciona*

O SPss funciona com a psicóloga da equipe, presente, dois dias por semana, e com a colaboração de psicólogos voluntários, entre os quais a equipe Veredas, coordenada pela Dra. Miriam Debieux Rosa. Ressalta-se que esta foi a primeira

a unir-se ao trabalho na CdM em 2006. Além deles, participam e participaram vários outros profissionais ao longo do tempo: Silvia Regina Viodres-Inoue: setembro de 2016 até o momento presente; Renata Reali: fevereiro/2019 até o momento presente; Ong Habitare, coordenada pela Dra. Tereza Marques de Oliveira, no ano de 2018; Mariana Cipullo das Neves: novembro /2016 até janeiro/2018; Liazid Benarab: fevereiro/2016 até dezembro de 2017; Sergio Paik: participou no período de abril-outubro/2017; Eugênia Corrêia: participou no período de setembro a dezembro de 2015; Cristiane Izumi Nakagawa: participou de março a setembro de 2015; Gustavo de Oliveira: participou no período/2013 a junho/2014. Também há psicólogos e psicanalistas em atuação nas próprias instituições parceiras, fora do local da MP<sup>16</sup> e contatados pela coordenação do Eixo Saúde<sup>17</sup>.

O público atendido pelo serviço é constituído por: imigrantes; solicitantes de refúgio; migrantes nacionais que moram no território; em menor número, migrantes retornados<sup>18</sup> e alguns agentes da instituição<sup>19</sup>. Para efeito do atendimento aos migrantes, convém considerar as seguintes definições:

- Migrante (voluntário) é quem escolhe e decide migrar. É um termo genérico e se refere a muitos tipos de migrantes;
- Migrante forçado é quem migra para livrar sua vida do perigo e sem esse perigo, talvez não migrasse. Neste caso, o processo migratório se mostra mais difícil, porque não houve escolha, nem tempo de preparo;
- Solicitante de refúgio é quem quer a condição jurídica de refugiado.

Essas pessoas, muitas vezes, são encaminhadas por outras(os) profissionais da equipe que, geralmente, fazem os primeiros atendimentos e observam sua possível necessidade do serviço, por estarem muito sensíveis, terem sofrido algum trauma ou apresentarem uma característica que lhes faz pensar que seriam “perfil” para o SPs. Porém, é comum que pessoas encaminhadas dessa maneira não apareçam ou cheguem uma única vez. Encaminhamentos de pessoas que já passaram pelo serviço são mais eficazes, porque, em geral, são pessoas interessadas ou necessitadas de um psicólogo e por alguém que recomenda. Outro tipo de encaminhamento menos frequente é o de instituições parceiras ou outros contatos de instituições públicas (por exemplo, escolas) que sabem da existência do serviço.

Mais uma forma é a demanda que surge quando a psicóloga pergunta para as pessoas, na sala de espera, “o que desejam” e nota que elas não falam português e, sim, outra língua na qual podem se comunicar. Essas pessoas, em geral, pedem informações já passadas em português, mas numa velocidade que eles não entenderam<sup>20</sup>. Então, repassa-se a eles as informações já dadas, porém, em um ritmo mais devagar, tendo em conta o país e a região da qual eles vêm, tentando fazer uma ponte entre esse lugar de origem, ou de trânsito, e a cidade de São Paulo de Brasil. Pode-se cognominar isso de “uma ação de mediação cultural”.

Portanto, as atividades específicas realizadas pelo Serviço Psicossocial no CPMM (Centro de Pastoral e Mediação para os Migrantes) incluem: escuta dialógica em entrevistas de acolhimento ou iniciais (individuais, casal ou família) que, não poucas vezes, constituem uma intervenção única, às vezes com caráter de “triagem”, quando há uma demanda de avaliação; orientação e mediação intercultural, muitas vezes focalizadas no trabalho (individuais ou grupais); psicoterapia breve (individual, casal ou família. A psicoterapia compreende de 4 a 5 sessões); psicoterapia de tempo maior (individuais); intervenções familiares; intervenção grupal: Grupo de Acolhida (GA) na CdM<sup>21</sup> em sessões de 01h00 a 01h30’, dependendo de serem individuais ou grupais, geralmente agendadas com antecedência.

Unem-se aquelas ações à participação mensal nas reuniões da Rede de Cuidados em Saúde para Migrantes e Refugiados, iniciada no fim de 2012 pela coordenação do Eixo Saúde, da Missão Paz, junto a profissionais e instituições parceiras e à realização de eventuais atividades de apoio: supervisão, oficina de treinamento (Eixo Trabalho da Missão Paz), participação em oficinas grupais para gestantes (Eixo Serviço Social da Missão Paz), seminários sobre a temática (Diálogos no CEM – Centro de Estudos Migratórios/Missão Paz).

Os atendimentos são realizados em espanhol, português e inglês para as modalidades individual, casal e família; e em francês no GA, com a ajuda de intérpretes dessa língua quando necessário<sup>22</sup>. Na medida do possível, prefere-se usar a língua materna, ou outra conhecida pela pessoa migrante, nos atendimentos, especialmente se essa pessoa é recém-chegada que não se expressa em português como opção de técnica, porque: (1) expressar sentimentos, emoções e ideias numa língua requer um conhecimento aprofundado da mesma, habilidade que a maioria do público não tem; (2) falar a própria língua constitui um elemento de reestruturação para essas pessoas e facilita a comunicação no grupo familiar migrante, consideração também apoiada por Monardez (1994), o qual encontrou que a história familiar e valores culturais de famílias chilenas eram conhecidos e compartilhados quando se falava a língua de origem. Porém, respeitou-se a preferência por falar em português, como aconteceu com filhos de migrantes nascidos ou crescidos no Brasil.

Antes de trazer algumas das situações observadas no decorrer do serviço, é conveniente esclarecer que a migração não é um fato de curta duração, mas um processo que, como bem sabem psicólogos e historiadores, pode envolver várias gerações. E que, nos primeiros momentos, segundo estudos transculturais, em média nos dois primeiros anos (BERRY et al, 1992; SLUZKI, 1979), gera profundas mudanças na pessoa: insegurança, medos diante dos numerosos “desconhecidos”, confusão (de tempo e espaço, pois se vive, minimamente, em dois mundos): aceleração/hiperatividade ou, pelo contrário, depressão e estados de contemplação, euforia pelo novo como um turista, ou a tristeza profunda do exílio como uma ferida aberta, além de diversas manifestações físicas de estresse<sup>23</sup>. Por tudo isto, a(o) migrante, principalmente na fase inicial, é uma pessoa em situação de vulnerabilidade pelo próprio processo que vivencia.

## 4 SITUAÇÕES OBSERVADAS

As pessoas migrantes precisam agir em uma sociedade que desconhecem e para a qual não foram preparadas. Eles aprenderam a língua, códigos culturais, história, geografia de outro país. Esta característica, além do processo psicológico já referido, constitui uma situação específica que os diferenciam e os colocam em desvantagem perante os não migrantes.

Muitas vezes essas pessoas não fizeram uma “escolha consciente” para emigrar ou, especialmente, pelo Brasil como destino de sua migração<sup>24</sup>. O que conhecem do país (Brasil) se limita a estereótipos veiculados pela mídia (“país do Futebol, do Carnaval”) e, em alguns casos, sua migração parece um “salto no vazio” (YOUNG, 2014<sup>a</sup>), pois há muito de idealização e de sonho nas motivações que os trouxeram até aqui, como também considera Silva (1997; 2006). Outras vezes, os “fantasmas” dos quais fogem são uma decorrência de uma multiplicidade de fatores: econômicos, psicossociais, históricos e políticos. Nos casos de migrantes forçados por situações muito concretas, a “escolha”, na maioria das vezes, é feita por terceiros, sejam redes de tráfico humano ou instituições humanitárias. Assim, o despreparo também implica o desconhecimento das vicissitudes próprias do processo migratório.

Não poucas vezes, a migração é um empreendimento familiar, apoia-se em quem terá possibilidade de sucesso e de ajudar ao grupo familiar (o mais preparado, inteligente, valente ou destemido).

A migração afeta a quem migra, ao grupo que o recebe e com o qual convive, e ao grupo deixado. Na pessoa migrante, há a tendência de congelar o tempo-espaço passado na memória, acreditar que tudo segue como quando ela(e) estava lá (no local de origem ou de procedência). No(s) grupo(s) receptor(es) prevalece a imagem de migrante como miserável, que “rouba trabalho” e precisa adotar a cultura e valores da sociedade local, deixando os seus para trás (assimilação<sup>25</sup>). No(s) grupo(s) de referência deixado(s), há o sentimento de que a pessoa que migrou os abandonou.

Observam-se problemas decorrentes do tipo de trabalho desenvolvido. Por exemplo, nas oficinas de costura, ter de conviver com pessoas desconhecidas no próprio quarto é uma situação nova, não conhecida no país de origem e incômoda para muitos deles; a intensificação dos ciúmes entre casais, quando não dispõem de um ambiente de privacidade; a interferência do patrão no cuidado da saúde dos costureiros e na criação dos filhos, não disponibilizando tempo para a atenção de ambos aspectos.

A ideia de retorno se manifesta de formas distintas em diversos momentos da vida dessas pessoas: desejo de desistir da migração; de visitar os seres e paisagens queridas; impossibilidade de se separar do local de origem ou o sentimento de que esse é o melhor lugar para se morrer. No caso dos solicitantes de refúgio, raramente a manifestam, o que pode expressar uma

estratégia de ocultamento visando conseguir o refúgio, ou ainda a confusão própria do momento e o silenciamento desse desejo pela impossibilidade real de consegui-lo.

Os imprevistos (acidentes, mortes, doenças) que acontecem na vida dessas pessoas têm um peso maior que nos não migrantes, por estarem sem a rede de proteção social que significa a família e os seres queridos. Exemplos vistos recorrentemente são a culpa que lhes gera não poder haver-se “despedido” de um familiar que morreu e o desamparo real que vivenciam no caso deles atravessarem doenças terminais ou graves.

Nas pessoas sobreviventes, chama atenção a força de caráter, principalmente naqueles que são os primeiros a emigrar nas suas respectivas famílias (YOUNG, B. 2014<sup>a</sup>). Porém, alguns se culpam por terem sido a única pessoa do grupo (familiar, de amigos etc.) a sobreviver às catástrofes.

A origem da violência que muitos sofreram está associada às guerras, às crises sócio econômicas e políticas às quais essas guerras estavam ligadas e as retroalimentavam. Além disso, também há uma vinculação direta às violências afetivas, simbólicas ou socioeconômicas dos grupos sociais submetidos a processos históricos, políticos, culturais e econômicos de inclusão marginal (MARTINS, 1997) ou exclusão/inclusão (SAWAIA, 2001).

É necessário dizer que ter testemunhado o assassinato de seres queridos, como aconteceu com alguns deles, é uma dor difícil de ser superada e, para alguns, dá início a um luto permanente e que faz do seu exílio “uma marcha infinita de sofrimento” (FACUNDO-NÁVIA, 2014). Essa ferida foi expressa de formas diversas: episódios de insônia e dores de cabeça, dificuldade e resistência à aprendizagem da língua local, impossibilidade de realizar projetos, uso de bebidas alcoólicas (YOUNG, 2014b).

As perdas que esses migrantes sofreram estão relacionadas à rede social da família e seres queridos; à paisagem conhecida; ao contexto cultural e simbólico; ao “*status*” social que tinham, no caso dos migrantes voluntários<sup>26</sup>. No caso dos migrantes forçados, relacionam-se também às perdas de familiares, às vezes assassinados; à ruptura dos laços sociais decorrente das guerras; expressa em sentimentos ambíguos para com o país e o lar e às perdas materiais, como a destruição de cidades, imóveis e documentos, para mencionarmos as mais comuns.

Em geral, o contato com brasileiros é pouco ou superficial, se mantendo a percepção de não serem escutados nem compreendidos na sociedade local e por isso preferindo a companhia dos pares (do próprio país ou outros migrantes). No entanto, houve casos nos quais, pelo contrário, se deu pouco contato com os pares. Isto obedeceria às diversas estratégias de aculturação usadas<sup>27</sup>, como o receio de que pessoas do próprio país possam pertencer a grupos dos quais eles fogem e constituir uma ameaça à própria integridade (nos migrantes forçados).

Seja porque a migração também consiste na reconstrução de uma rede social no país de acolhida, o qual é um processo longo (SLUZKI, 1997), ou pelo vínculo social frágil observado em alguns, as situações de solidão pelas quais as pessoas migrantes passam parecem ser maiores que as das não migrantes.

Aqueles migrantes comprometidos com causas sociais nos seus locais de origem expressam solidariedade com os grupos mais desfavorecidos no local de imigração (pessoas negras ou em situação de rua, por exemplo).

Para vários daqueles que estavam abrigados, as pessoas em situação de rua, na cidade de São Paulo, pareciam constituir uma assombração que se rejeitava e temia ao mesmo tempo. Ademais, figuravam como o último nível de uma ladeira abaixo que eles suspeitavam ter iniciado.

Observou-se grande facilidade para aprender a língua portuguesa na maioria dos imigrantes chegados a partir de 2012, data do início do oferecimento de cursos de língua portuguesa gratuitos<sup>28</sup>, e principalmente naqueles vindos da África. Isto poderia ser compreendido pelo valor dado à língua como meio de inserção no trabalho e na vida social local e pelo fato de eles já serem previamente bilíngues ou trilingues no próprio país.

Para os chegados antes de 2012, que não tiveram oferta gratuita de cursos, e principalmente para os hispano-americanos, não se observou facilidade, nem interesse para o aprendizado da língua, com a consequência de uma limitada inserção trabalhista e social<sup>29</sup>. Pareceria haver um entendimento de não precisarem da língua portuguesa para o tipo de trabalho realizado (costureiros em oficinas de outros sul-americanos e vendedores ambulantes na maioria dos casos) ou de descartarem a possibilidade de uma melhora na sua inserção trabalhista e social.

Tanto em um como noutro grupo, naqueles em que essa facilidade não se apresentou, pareceu observar-se, os fatores: (1) gênero e ocupação prévia - pessoas encarregadas do “mundo privado”, que faziam trabalho no lar nos seus países de procedência (geralmente mulheres), manifestaram uma certa resistência ao aprendizado da língua; (2) nível de escolaridade - pessoas analfabetas ou com pouca escolaridade pareceram manifestar-se inseguras e resistentes para a aprendizagem formal e escolarizada da língua (oferta apresentada). Não raro, estes fatores se apresentaram associados.

#### *4.1 Casais migrantes*

A diferenciação por gênero se faz presente desde o início da migração. Geralmente, mulheres se ocupam dos vínculos afetivos, expressam luto pela ruptura ou descontinuidade dos mesmos e se ocupam com sua preservação futura (criam as famílias transnacionais). Homens tendem a se ocupar dos vínculos instrumentais concretos para a sobrevivência (trabalho).

O membro que demandava suporte antes da migração (afetivamente mais dependente) espera continuar a recebê-lo e aquele que o oferecia se vê sobrecarregado por ter de ocupar-se de muito mais na situação presente de migração, o que desequilibra a relação.

Há dificuldades nos “casais mistos”: um imigrante, outro não; um imigrante de primeira geração e outro descendente, devido a diferentes referenciais culturais<sup>30</sup>.

## 4.2 Famílias migrantes

Como a decisão de migrar não é tomada por igual por todos os membros da família, aquele que a tomou (geralmente pai ou mãe, ou o cônjuge homem) se sente culpado pelas dificuldades encontradas no início da migração.

A relação de cuidado com a família (filhos, irmão, esposo) apresentou-se como característica mais ligada ao gênero feminino. Porém, também esteve presente em casais e em alguns homens. Essa função de sustento da economia emocional familiar parecia apresentar uma mudança geracional tênue e progressiva da socialização de gênero em favor de um exercício mais equitativo desta nos mais jovens (YOUNG, 2014b).

Observa-se maior distância cultural entre pais e filhos por causa dos referenciais culturais distintos: para os pais, os referenciais de seu país e cultura; para os filhos, os referenciais do Brasil, país onde crescem e se escolarizam. Porém, uma distância maior, também, referente à diferente cidadania e lugar social perante o Estado Brasileiro: pais estrangeiros, filhos brasileiros.

Os pais se manifestam confusos em relação a quais línguas e valores transmitir aos seus filhos e quase sem tempo para os educarem em razão do investimento da sua vida no trabalho para a sobrevivência da família. Paralelamente, faltam suportes familiares com quem compartilhar esse trabalho (pais-avós e irmãos-tios). Essa confusão se vê intensificada pelas orientações da escola (principalmente pública) ao não falarem a língua materna ou a língua de origem para seus filhos e, sim, o português. A maioria do público atendido na MP não emigrou com conhecimento prévio da língua portuguesa e, portanto, não poderia ser um modelo para o aprendizado dessa língua. No caso dos andinos da rubrica da costura, por exemplo, essa é uma reedição da proibição que seus pais escutaram de não falarem quéchua ou aimará para seus filhos (eles), imposição opressiva daqueles que acreditam ter uma cultura “superior” à do outro (comportamento pós-colonial); atitude que os fragiliza e faz mais difícil seu papel<sup>31</sup>.

A biculturalidade é entendida como a situação de se pertencer a dois universos culturais ou simbólicos, como é claramente o caso dos filhos de migrantes nascidos ou crescidos no país receptor “(...) filhos e netos de imigrantes que vivem entre dois mundos de referências culturais distintas em seu dia a dia, sem terem saído do país onde cresceram, mas que cruzam fronteiras culturais a partir do momento em que saem de suas residências” (DANTAS, 2012, p. 116-117). Essa realidade, não privativa deles<sup>32</sup>, é quase totalmente desconhecida por migrantes e pela sociedade brasileira. Pelo contrário, confunde-se a cultura com a cidadania com base *jus solis* (direito de nacionalidade com base no local de nascimento), os filhos de migrantes nascidos aqui são considerados simplesmente “brasileiros”, esquecendo-se que eles falam outras línguas com a família dos pais; comem outras comidas

ou “comida brasileira” com outros temperos; que seus pais respondem a outra origem e outros referenciais e que, portanto, enfrentam expectativas diversas às dos colegas brasileiros da escola e do bairro.

A citação a seguir ilustra bem a complexidade da identidade na biculturalidade:

Todos [os migrantes] trazem as constantes negociações necessárias com relação a viverem entre dois mundos culturais, e o constante trânsito entre demandas decorrentes de sua biculturalidade conforme a fase de vida pela qual estão passando, negociando ou como são percebidos por seu entorno, as expectativas externas, as lealdades para com a cultura parental, a necessidade de inserção na cultura majoritária e o que pode ser vivido como uma transgressão a uma ou outra cultura. Tais questões emergem na busca de quem são dentre universos culturais distintos. Suas identidades, atreladas à necessidade de sentirem-se pertencentes, são colocadas em suspenso a todo o momento (DANTAS, 2012, p. 198-199).

Por último, acontecem situações de inversão da autoridade familiar que poderiam ser prejudiciais para a família quando os pais acreditam não terem nada a transmitir aos seus filhos – nem a língua de origem, nem a cultura da que se procede, nem a memória e história familiar (como acontece com grupos que sofreram opressão e são alvo preferido das pressões assimilatórias), já que pelo desconhecimento da língua e dos códigos culturais locais, eles não podem cumprir a função de mediadores entre os filhos crianças e adolescentes com a sociedade (função que cumpriam no seu local de origem). Pelo contrário, os filhos na escola são demandados a representar a família como porta-vozes ante as instituições da sociedade (bancos, hospitais etc.). Como esses pais já se encontram fragilizados pelas urgências do processo migratório dos primeiros momentos; há o risco de os filhos, principalmente adolescentes, se comportarem como órfãos, mais expostos às influências do meio social, nem sempre positivas. Nestes casos, há uma fratura da transmissão entre as gerações (CARIGNATO, 2002b).

## 5 DESAFIOS

O primeiro desafio é que serviços como este contam com o principal desafio de poder atender a pessoa migrante da melhor forma, perante a diversidade da sua cultura, língua e complexidade de circunstâncias que a trazem até aqui. O que demanda abertura para o novo e o constante aprimoramento de diversas ordens; tarefa difícil, pois nem sempre contemplada no âmbito da ação institucional e, em consequência, deixada ao interesse particular e ao investimento individual da(o) profissional.



O segundo desafio é conseguir desenvolver um trabalho interdisciplinar nas equipes dentro das instituições, como transdisciplinar em rede. Para isso, também há empecilhos, pois muitas vezes nos deparamos com uma imagem cristalizada da(o) profissional psicólogo como a de um(a) clínico(a), que trataria com o não sadio, por um lado, e, por outro, como limitado na sua formação para uma ação social. Assim, este profissional é pouco requisitado quando se pensa em estratégias de acolhimento e apoio aos migrantes de forma integral.

## 6 PALAVRAS FINAIS

Pensa-se que a Psicologia no campo da migração tem muito a fazer e dizer ainda e se espera que o futuro deste serviço, assim como o de outros semelhantes, possa caminhar no sentido de um trabalho muito mais articulado com o interior da instituição e além dela, com o objetivo de colocar a perspectiva psicológica a serviço do fim comum e fazer um melhor trabalho interdisciplinar que a complexa realidade da migração requer.

## NOTAS

<sup>1</sup> O TCC do Curso de Aprofundamento em Saúde Mental, Imigração e Interculturalidade, oferecido pela UNIFESP no segundo semestre do ano 2018, coordenado pelas Dras. Sylvia Dantas e Débora Galvani, no qual a autora contou com a orientação e revisão da Dra. Carmen Lúcia Albuquerque Santana, que deu boas sugestões para o melhoramento do material utilizado como base do presente artigo. Aproveita-se este momento para expressar-lhe sincera gratidão.

<sup>2</sup> Descendente de imigrantes, tanto nacionais como internacionais. Neste último caso, gerações atrás.

<sup>3</sup> Não por acaso, o projeto de atendimento psicanalítico a imigrantes do Instituto Sedes Sapientiae se chama “Ponte”.

<sup>4</sup> Nome anterior ao de Missão Scalabriniana da Paz. “Pastoral” é a denominação que a Igreja Católica dá a cada um dos seus projetos de atuação social. No caso desse artigo, a denominação se aplica a Pastoral do Migrante.

<sup>5</sup> Biodanza é um sistema integrativo de expressão corporal, música e dança em experiências grupais. O nome foi patenteado em espanhol. Informações em <<http://www.escoladebiodanza.com.br/>>. Acesso em 9/abr/2019

<sup>6</sup> Associação que administrava o abrigo para imigrantes que, depois se dissolve e reestrutura com o nome de “Casa do Migrante”.

<sup>7</sup> Nessa ordem de aparecimento.

<sup>8</sup> <<http://www.missaonspaz.org/menu/quem-somos/historia>>. Acesso em 8/abr/2019.

<sup>9</sup> Falta devida à limitação do tempo para encontrar referências bibliográficas que apoiem este conhecimento informal.

<sup>10</sup> Decasségui é um termo que se refere ao trabalhador que tem de sair do país para trabalhar. Assim foram chamados os cidadãos japoneses ou descendentes nipo-brasileiros (nikkeis, filhos ou sanseis, netos) que, nos meados da década de 1980 começaram a ir para o Japão por trabalho.

<sup>11</sup> Nesse tempo, Caritas era a representante de ACNUR em São Paulo, dado que esta organização somente tinha sede em Brasília.

<sup>12</sup> <<https://www.facebook.com/pqsocialcultural/>>. Acesso em 9/abr/2019.

<sup>13</sup> Mais informações em <https://www.veredaspsi.com.br/> Acesso em 9/abr/2019.

<sup>14</sup> <<http://sedes.org.br/site/clinica-psicologica/projetos-da-e-na-clinica/projeto-ponte-atendimento-psicanalitico-para-imigrantes-e-migrantes/>>. Acesso em 9/abr/2019.

<sup>15</sup> Atualmente a Clínica Transcultural do Centro de Atendimento Psicanalítico da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

<sup>16</sup> A cargo da Dra. Elaine Cristina Camilo da Silva até mar/2019 e da enfermeira Gláucia Maria Rodrigues, a partir de então.

<sup>17</sup> Brasileiros retornados de migrações internacionais.

<sup>18</sup> Sejam estes voluntários ou funcionários.

<sup>19</sup> A quantidade de público que os outros serviços da MP atendem, em geral, é superior à do SPss. A demanda, a perspectiva e modo de trabalho são outras em relação a da psicológica deste serviço.

<sup>20</sup> Dispositivo grupal que oferece um espaço transicional de encontro de si, de aprendizado de si e dos outros, de suporte e apoio ante a situação de estranhamento e tenta evitar que a crise vivenciada pelo deslocamento ocasione uma total desestruturação da pessoa.

<sup>21</sup> Quando não há um profissional fluente em língua francesa na equipe, como aconteceu a maioria das vezes, com exceção de 2016 e 2017. Atualmente, realiza esse labor o estagiário em Psicologia Gustavo Crivello Cesar, anteriormente: Josefina Bondsundy (out-dez/2015-jan/2016), Bia Ribeiro (mai- jul/2015), Zuelí Guerreiro (ago/2015), Godlieve (mai/2013).

<sup>22</sup> Chamado de estresse de aculturação pela Psicologia Intercultural (BERRY et al, 1992).

<sup>23</sup> Como sustentava a Teoria dos fatores de expulsão-atração.

<sup>24</sup> Esta não só pode ser uma imposição ou ideal percebido pela sociedade local, mas uma opção ou, inclusive, uma estratégia usada pela pessoa migrante, como menciona Dantas (DANTAS, 2012, p.118).

<sup>25</sup> Em consonância com Dantas (DANTAS, 2012, p. 116).

<sup>26</sup> Aculturação se refere às formas de ressocialização na nova cultura: assimilação, separação, integração ou marginalização. Estas obedecem ao desejo ou possibilidade de manter contato com a cultura majoritária e de se preservar a própria identidade cultural (DANTAS, 2012, p. 118).

<sup>27</sup> Na Missão Paz e outras organizações da sociedade civil dedicadas ao trabalho com migrantes. Antes disso, somente Caritas, em parceria com o SESC- Carmo, oferecia o curso de português para as pessoas por eles atendidas.

<sup>28</sup> Por vezes, reduzida a uma economia e sociabilidade de gueto.

<sup>29</sup> Isto, porque: “As pessoas que foram socializadas na mesma cultura compartilham de uma “memória” e de um quadro de referência comum para a projeção das ações individuais (...) uma memória de passado e quadro de referência do futuro” Berger e Luckman, 2002 citado em DANTAS, 2012, p. 115.

<sup>30</sup> MAHER (2007) trata, excelentemente, este tema em “Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural”.

<sup>31</sup> Pois, os imigrantes, no geral, também tomam características da sociedade receptora, como se verá mais em diante.

## REFERÊNCIAS

BERRY, J.; POORTINGA, Y.; SEGAL, M.; DASEN, P. Acculturation and Culture Contact. In: BERRY, J. W. et al. **Cross-cultural Psychology: Research and Applications**. Cambridge, Cambridge U. P., 1992, p. 271- 291.

CARIGNATO, T. Apresentação: Por quê eles emigram? In: CARIGNATO, T; ROSA, M.; PACHECO, A. **Psicanálise, Cultura e Migração**. São Paulo:, Editora YM, 2002 a. p. 7-14; 55-66.

\_\_\_\_\_. O lugar do sujeito nas migrações contemporâneas: A experiência Dekasegui. In: DeBIAGGI, S.; PAIVA, G. **Psicologia, E/Imigração e Cultura Migração**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 227-248.

\_\_\_\_\_. Passagem para o desconhecido. Um estudo psicanalítico sobre migrações entre Brasil e Japão. In: De BIAGGI, S.; PAIVA, G. **Psicologia, E/Imigração e Cultura Migração**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002b: p. 25-48.

CARIGNATO, T.; ROSA, M.; BERTA, S. Imigrantes, migrantes e refugiados. Encontros com a radicalidade estrangeira. **REMHU**, Ano XIV, nº 26 e 27, 2006, p. 93-118.

CARNEIRO Jr, N. et al. A experiência da construção da política municipal de saúde para imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo (2015-2016). In: GOLDBERG A.; SILVEIRA C.; MARTÍN COVIELLO D.. (Org.). **Migração, Refúgio e Saúde**. 1ª ed. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2018, v., p. 251-260.

DANTAS, S. Saúde Mental e Interculturalidade; Orientação e Psicoterapia Intercultural In: DANTAS, S (org.). **Diálogos Interculturais: Reflexões Interdisciplinares e Intervenções Psicossociais**, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo,

2012. p. 109-132; 189-206. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos-de-pesquisa/dialogos-interculturais/publicacoes/dialogosinterculturais.pdf>. Acesso em 9/abr/2019.
- ESCOLA DE BIODANZA Disponível em <<http://www.escoladebiodanza.com.br>>. Acesso em 9/abr/2019.
- FACUNDO-NÁVIA, A. Êxodo e narrativas de sofrimento: População deslocada em Bogotá. In: SANTOS, M. et al (Org.). **Caminhos da Migração**: memória, integração e conflitos. 1ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Léo Christiano Editorial, 2014, v. 1, p. 325-338.
- GAETA, R. et al. A implantação da política municipal de saúde para imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo/SP. In: ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE & SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Inovação e Direito à Saúde na cidade de São Paulo** (2013-2016). 1ª ed. Brasília (DF), 2017, Publicações OPAS, p. 39-52.
- GRUPO VEREDAS. Disponível em: < <https://www.veredaspsi.com.br/>> Acesso em 9/abr/2019.
- KOLTAI, C. A guisa de Final. In: KOLTAI, C. **Política e Psicanálise**. O estrangeiro. São Paulo: Escuta, 2000. p. 143-149.
- MAHER, T. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural. In: CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2007, p. 67-94.
- MARTINS, J.. O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal. In: MARTINS, J. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo, Paulus, 1997, p 25-38. Fotocopia.
- MISSAO PAZ. Disponível em <<http://www.missaonspaz.org/menu/quem-somos/historia>>. Acesso em 8/abr/2019.
- MONARDEZ, T. **Identidade étnica e aculturação do emigrante chileno residente na Grande São Paulo, que emigrou após do golpe militar de 1973**: As influências da imigração no processo da construção da identidade. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1994..
- NAKAGAWA, Kyoko. **Projeto Kaeru**: 10 anos. São Paulo: Benjamin Editorial, 2018. p. 13-22.
- PROGRAMA DE PSIQUIATRIA SOCIAL E CULTURAL DO INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS Disponível em: <<https://www.facebook.com/pqsocialcultural/>> . Acesso em 9/abr/2019.
- PROJETO PONTE. Disponível em:< <http://sedes.org.br/site/clinica-psicologica/projetos-da-e-na-clinica/projeto-ponte-atendimento-psicanalitico-para-imigrantes-e-migrantes/>> . Acesso em 9/abr/2019.
- SANTANA, C.; LOTUFO-NETO, F. Psicodinâmica e Cultura- A implantação de um serviço para refugiados em São Paulo. In: De BIAGGI, S.; PAIVA, G. **Psicologia, E/Imigração e Cultura Migração**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 165-190.

SAYAD, A. Introdução e O que é um imigrante. In: \_\_\_\_\_. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998. p. 13-23.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2001. 156 p.

SILVA, S. **Costurando sonhos** – Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

\_\_\_\_\_. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados: Migrações**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 157-170, mai-ago. 2006.

SLUZKI, C. Migration and Family Conflict. **Family Process**, 18 (4), 1979 p. 379- 390.

\_\_\_\_\_. O processo de migração: um experimento natural de ruptura e reconstrução da Rede Social. In: \_\_\_\_\_. **A Rede Social na prática Sistêmica- Alternativas terapêuticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p 87- 98.

YOUNG, B. Aspectos da vivência imigratória de um grupo de sul-americanos em situação de albergue na cidade de São Paulo. In: SANTOS, M. et al (Org.). **Caminhos da Migração**: memória, integração e conflitos. 1ª ed., Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2014a, v. 1, p. 245-259.

\_\_\_\_\_. **Sul-americanos atendidos no Centro Pastoral do Migrante na cidade de São Paulo** –Resgate da memória do atendimento a oitenta e seis migrantes entre 2001 e 2004- São Paulo., Tese (Doutorado). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2014b. 118 p.

YOUNG, B.; SILVA, E. C. Organizações da sociedade civil e apoio aos imigrantes. In: GOLDBERG A.; Cássio SILVEIRA C.; MARTIN COVIELO, D. (Org.). **Migração, refúgio e saúde**. 1ª ed. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2018, v., p. 263-279.

## RESUMO

Este texto apresenta o Serviço Psicossocial (SPss) do Eixo Saúde da Missão Paz, pertencente à Congregação dos Padres Scalabrinianos, serviço de acompanhamento psicológico para todo tipo de migrantes, o contexto da sua criação (apresenta-se um quadro dos primeiros serviços “psi” na cidade de São Paulo) e seus pressupostos teórico-metodológicos, a saber: (1) a postura fenomenológico-existencial que sustenta que práticas profissionais com determinados grupos podem partir de vivências refletidas de pessoas que mantêm características semelhantes aos mesmos, dentro do qual a técnica é a escuta-dialógica, e (2) a “Psicologia da Migração”. Também se descreve uma gama ampla de situações observadas no atendimento a pessoas migrantes chegadas a São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2019. Por último, se aponta uma reflexão sobre a prática da Psicologia para além da própria instituição no qual o serviço está inserido.

**Palavras-chave:** Serviço psicossocial; migrantes - Brasil; perspectiva fenomenológico existencial; psicologia da migração.

## ABSTRACT

This text presents the Health Action Psychosocial Service from the Scalabrinian International Migration Network in the city of São Paulo, a psychological service for all type of migrants (immigrants, national ones, refugee seekers, refugees and returned Brazilian migrants), the context of its creation (it's shown a chart with the first "psy" services in the city) and its theoretical and methodological backgrounds: (1) the phenomenological and existential perspective, standing that professional practices with certain groups can start from the reflected revision of experiences of people that share similar characteristics and, in its technique: the dialogical listening and (2) the "Psychology of Migration". It's also described a broad number of situations observed in caring to migrants to São Paulo Brazil from 2001 to 2019. At last, it's point out a reflection about psychological practice beyond the same institution where the service is part of.

**Keywords:** Psychosocial service; migrant- Brazil; phenomenological and existential perspective; psychology of migration

# Política pública de saúde à população em situação de rua: trajetória dos modos de sua organização na cidade de São Paulo

*Danielle Davanço\**  
*Nivaldo Carneiro Junior\*\**

## 1 INTRODUÇÃO

A rua é a cidade vivida, o lugar em que as relações sociais ficam escancaradas, isto é, onde as desigualdades, as contradições e os conflitos de nossa sociedade emergem. Desse modo, é mais do que espaço físico, configura-se, principalmente, como espaço político. Nesse cenário, a presença da população em situação de rua torna-se emblemática e vem à tona como uma questão social. Sobre isso Mautner (1995) pontua:

vivem nas sombras das grandes verticalidades nas megalópoles. Nos imensos viadutos circulam veículos onde essas pessoas da rua nunca entram. Em volta deles como que os contendo, amplas avenidas cheias de veículos, ora velozes ora parados. Eles sempre de fora. Nos viadutos quase ninguém a pé, a não ser quando exclusivamente para pedestres. O cidadão se encontra dentro e o humano de rua fora dos prédios, dos carros, dos parques, das lojas (MAUTNER, 1995, p. 47).

Quando a rua é moradia, o público e o privado se misturam e se confundem, redefinem-se modos de andar a vida e novas formas de (sobre)vivência; são criados movimentos de resistência que instituem redes de convívio e heterogêneas possibilidades de viver e ocupar a cidade.

---

\* *Psicóloga especialização em Saúde Coletiva e Atenção Primária pela Faculdade de Medicina da USP. Técnica do Centro Dia para Idosos Bom Retiro – São Paulo/SP. E-mail: danielle.davanco@gmail.com*

\*\* *Médico Sanitarista. Doutor em Medicina Preventiva. Professor da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (São Paulo/SP) e da Faculdade de Medicina do ABC (Santo André/SP). E-mail: nicarneirojr@uol.com.br*

Existem diversos entendimentos sobre população em situação de rua que são pensados e estruturados de acordo com as distintas realidades socioeconômicas, estruturais e culturais, com os referenciais teórico-metodológicos e com as escolhas políticas. Essas diferentes definições implicam a geração de diferentes políticas públicas para esse grupo populacional (BRASIL, 2013).

No Brasil a definição incorporada no Decreto Federal nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, é:

(...) grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia de sobrevivência por meio de atividades produtivas, desenvolvidas nas ruas, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados e a não referencia de moradia regular (BRASIL, 2009).

Assim, pela complexidade e dinamismo que existem nas diversas formas de estar e existir na rua é necessário:

re-significar esse conceito, que varia com a realidade de cada território. “Pessoa em situação de rua” numa cidade como o Rio de Janeiro deve ser diferente do que significa “pessoa em situação de rua” em uma cidade do Acre, por exemplo (TRINO *et al.*, 2015, p. 30).

A cidade de São Paulo tem mais de 11 milhões de habitantes (IBGE, 2010) e detém 11,5% do PIB brasileiro. É um dos polos econômicos e dinâmicos mais importantes do país. Ao mesmo tempo em que ocupa esse *status*, possui significativos perfis de desigualdade social no seu território (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2015).

A população em situação de rua é expressiva no município. Diante dessa realidade, foi editado o Decreto Municipal nº 40.232/2001, regulamentando a Lei Municipal nº 12.316/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder público em prestar atendimento a esse grupo populacional e que, para auxiliar o planejamento das ações, estabelece que o Executivo deverá realizar censo dessa população (SÃO PAULO, 2001).

Os censos da população de rua demonstram abrupto crescimento no período de 2000 a 2015:

**Quadro 1** - Número de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, 2000 - 2015.

Ano	2000	2009	2011	2015
Total	8.706	13.666	14.478	15.905

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo



No último censo, de 2015, levantou-se que as pessoas em situação de rua (15.905) eram majoritariamente do sexo masculino (88%) e com faixa etária entre 31 e 49 anos. Quanto à cor declarada, 70% se identificaram como “não brancos” (pardo, preto, amarelo, indígena). Em relação à escolaridade, 20% completaram o ensino médio. Sobre o local de origem, cerca de 30% nasceram no município de São Paulo. Chama atenção a presença de imigrantes nesse grupo (8%), a maioria oriundos de países africanos (SMADS; FIPE, 2015).

É uma realidade social que imprime desafios à atuação do Poder público, implicados por complexas determinações sociais e dinâmicas de vida. Nesse sentido, analisar as ações e políticas públicas com vistas à redução de vulnerabilidades e proteção social para esse grupo populacional, reconhecendo possibilidades e limites, traz importantes contribuições para a qualificação das práticas sociais.

Os serviços e as ações de saúde são fortemente desafiados pelas necessidades e demandas das pessoas em situação de rua, provocando revisões nos modos de organização dos seus processos de trabalho. Porém, constata-se dificuldades de diferentes ordens na relação de atendimento desse grupo pelos profissionais e serviços de saúde, ocasionando obstáculos ao acesso e inadequações na continuidade do cuidado (VARANDA; ADORNO, 2004; CARNEIRO JUNIOR et al., 2010).

Segundo Paim (2006), essa questão está fortemente ligada às desigualdades sociais existentes na nossa sociedade, refletindo no sistema de saúde, pois é possível verificar iniquidades de acesso discrepantes entre algumas regiões e nos diferentes grupos populacionais:

a igualdade no acesso aos serviços de saúde não é suficiente, ainda que necessária, para reduzir as desigualdades no adoecer e morrer entre os distintos grupos sociais. Esta distinção tem sido considerada importante na formulação de políticas públicas na perspectiva de trabalhar com a noção de necessidades diferentes entre distintos grupos sociais (PAIM, 2006, p. 42).

Dessa forma, as políticas de saúde devem ser organizadas levando em conta estratégias que busquem diminuir as iniquidades, atuando firmemente na proteção de grupos vulneráveis, como é o caso da população em situação de rua.

Todavia, Costa (2007) nos alerta que as políticas voltadas à população em situação de rua possuem, muitas vezes, dimensões conflitantes, isto é, ao mesmo tempo em que têm a prerrogativa de proteger, cuidar e reinserir socialmente essas pessoas, também apresentam outra face, em que tentam livrar a rua do risco que entendem que essa população traz.

Na perspectiva de uma política pública inclusiva, o Sistema Único de Saúde (SUS) se pauta pelo princípio ético-político da equidade, reorganizando serviços e ações que garantam acesso universal e integralidade no cuidado às demandas e necessidades dos indivíduos e/ou grupos sociais (VASCONCELOS; PASCHE, 2006).

Carneiro Junior *et al.* (1998), em um estudo que teve como objetivo identificar as condições de vida e saúde de um determinado grupo de pessoas em situação de rua, constataram que se perceber doente está relacionado com a incapacidade de se locomover e viabilizar sua sobrevivência diária, principalmente ir aos lugares de acesso a alimentação. Portanto, muitas vezes o cuidado com a saúde não é uma prioridade para esses indivíduos.

Segundo Ayres (2001), a exclusividade no controle de doenças, seja por meio de sintomas, de infecção ou de epidemias, como critério normativo de sucesso das práticas de saúde deve ser questionada, pois saúde não pode ser entendida somente como ausência de doença. Assim sendo, as escolhas de caminho para o cuidado dessa população desafiam o *modus operandi* dos processos de trabalho profissionais.

Nessa perspectiva, destaca-se, na agenda de investigação em saúde, a temática sobre as singularidades do processo saúde-doença-cuidado e a organização da atenção à saúde na população em situação de rua. Os resultados dessas pesquisas são potentes promotores para o aprimoramento das práticas de cuidado, contribuindo, desse modo, para a consolidação do Sistema Único de Saúde.

Este artigo tem como objetivo descrever as estratégias tecnoassistenciais na organização da atenção à saúde para a população em situação de rua na cidade de São Paulo, no contexto do SUS, no período de 2000 a 2017. Para tanto, realizou-se pesquisa documental e revisão bibliográfica. O que se apresenta aqui é parte do trabalho de conclusão *“Políticas públicas de saúde para população em situação de rua: um breve histórico do município de São Paulo. Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva e Atenção Primária. São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2017”*.

## 2 ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Na cidade de São Paulo as iniciativas mais direcionadas na organização de processos assistenciais para o cuidado em saúde às pessoas em situação de rua emergem no final dos anos 1990, evidenciadas por experiências em serviços de atenção primária, tendo como eixo estruturante “equidade no acesso”, expressas na flexibilidade dos fluxos técnico-burocráticos. A melhor forma de entrada dessa população no serviço foi por meio do uso do pronto-atendimento, que foi estratégico para a vinculação da população e a oportunidade de fazer o maior número de abordagens possíveis no mesmo dia do atendimento, como consulta com saúde mental, serviço social, enfermagem, entre outras (CARNEIRO JUNIOR *et al.*, 2006).

Em 2001, a Gestão municipal implanta o SUS, reorientando, desse modo, a organização da rede de atenção à saúde (SOUSA; MENDES, 2003). Também, mais adiante, ocorre a descentralização da gestão administrativa, por meio das Subprefeituras, nos territórios regionais (SÃO PAULO, 2002).

A Subprefeitura da Sé responde pela região do centro da cidade, atuando na implantação, monitoramento e articulação intersetorial de políticas e programas para as populações desse território. A população em situação de rua é, nesse cenário, um importante e emblemático grupo populacional, pressionando a atuação do Poder Público local.

Nessa perspectiva, reconhecendo a questão da iniquidade em saúde nesse grupo, a Coordenadoria de Saúde da Subprefeitura da Sé implanta, em 2003, o “Núcleo de Atenção à Saúde da População em Situação de Rua” (NASPER), coordenado por um técnico com formação em serviço social. O NASPER visava articular a rede assistencial local, organizar as demandas de abordagem às pessoas na rua, promover ações intersetoriais, criar estratégias de acesso e continuidade do cuidado, entre outros objetivos. Destaca-se nessa iniciativa a importante atuação intersetorial no cuidado à saúde mental, com acompanhamentos na rua, nos equipamentos sociais e de saúde, tendo resultados positivos de reinserção familiar e social (NASPER, 2003).

Naquele mesmo ano, soma-se às ações do NASPER a iniciativa do Centro de Saúde Escola Barra Funda (CSEBF), em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS-SP), com o “projeto piloto” de cuidado em saúde para usuários acolhidos no serviço municipal de assistência social, situado nas proximidades do CSEBF. Composto por um enfermeiro e um agente comunitário de saúde egresso da situação de rua, o projeto desenvolve ações de promoção e prevenção, como também procedimentos de enfermagem. Essa atuação facilitava e garantia o acesso aos serviços e continuidade do cuidado (CARNEIRO JUNIOR *et al.*, 2010).

Essas experiências fundamentaram, em 2004, a formulação do projeto “A Gente na Rua”, impulsionado pelas reivindicações do movimento social da população de rua. O projeto foi implantado pela SMS-SP, em parceria com o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto. O “A Gente na Rua”, estratégia assistencial baseada no modelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PAC), foi composto por enfermeiros e agentes comunitários de saúde (ACS), também oriundos de situação de rua, responsáveis pela abordagem, cuidados necessários, estabelecimentos de vínculo e garantia de acessos às Unidades Básicas de Saúde (UBS). Em 2008, foi transformado em equipes “Programa de Saúde da Família Sem Domicílio - PSF Sem Domicílio”, com a incorporação do profissional médico, inseridas em determinadas UBS (CARNEIRO JUNIOR *et al.*, 2010).

O PSF Sem Domicílio também foi implantado em outras capitais brasileiras, como Belo Horizonte e Porto Alegre. Nesse contexto, Albuquerque (2014) destaca que a implantação de uma política específica para a população em situação de rua, por meio da Estratégia da Saúde da Família, pode ser considerada como uma iniciativa acertada no favorecimento do acesso à atenção integral e inserção na rede assistencial.

Esse entendimento fundamenta-se no fato da Atenção Básica (AB) ser um nível que preconiza a “clínica ampliada e compartilhada”, contrapondo-se ao modelo centrado na doença e em atos médicos. De acordo com a Portaria Federal nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, que regulamenta a Política Nacional de Atenção Básica, a AB é a principal porta de entrada para a Rede de Atenção à Saúde e tem como princípios básicos: o vínculo, a continuidade do cuidado, a humanização, além de considerar o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural. Assim, nesse nível de cuidado estão inseridas as dimensões sociais, psicológicas e econômicas que permeiam o processo saúde-doença (BRASIL, 2012).

Em outro contexto sociourbano, na cidade de Salvador - Bahia, experiências na organização de modelos tecnoassistenciais eram desenvolvidas para o cuidado de grupos vulneráveis. Nesse caso, a atenção voltava-se aos meninos e meninas, usuários de drogas legais e ilegais, em situação de rua. Emerge então o Consultório de Rua, composto por assistentes sociais, enfermeiros, psicólogos e redutores de dano. Esse modelo, posteriormente, incorpora-se como estratégia ao enfrentamento no uso de substâncias psicoativas, no contexto da “epidemia do crack”, da Política Nacional de Saúde Mental (NERY FILHO, 2015; ALBUQUERQUE, 2014; BRASIL, 2010).

Os resultados satisfatórios produzidos nas atuações das equipes de Consultório de Rua e a necessidade da caracterização de um arranjo tecnoassistencial específico para a atenção à saúde da população em situação de rua, diferenciado do modelo Estratégia Saúde da Família, levaram à concepção do Consultório na Rua (CnaR), compondo, desse modo, as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2012).

O Consultório na Rua pode ser entendido como resultado da convergência entre as experiências do Consultório de Rua e do PSF Sem Domicílio. Essa mudança não representou apenas uma troca de nomenclatura, mas novas diretrizes estratégicas na organização da Rede de Atenção à Saúde (LONDERO *et al.*, 2014; ALBUQUERQUE, 2014).

Organizado em diferentes modalidades de acordo com a composição da equipe (médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, agentes de saúde), o CnaR passa a ser o dispositivo de cuidado que deverá olhar não apenas para a questão do uso de álcool e outras drogas, como também para as diversas vulnerabilidades associadas à vida nas ruas, realizando um atendimento integral da saúde, tendo como objetivo ampliar o acesso e a qualidade da atenção à saúde, possibilitando a inserção efetiva no Sistema Único de Saúde, que é a sua principal porta de entrada (BRASIL, 2012).

Lancetti (2015) destaca, nessa convergência de rearranjos tecnoassistenciais, que as políticas públicas destinadas tanto às pessoas em situação de rua e as de atenção aos usuários de drogas se cruzam, desafiando o trabalho das equipes de saúde. O viver na rua e o uso de drogas são dois fenômenos distintos que se interligam em determinados graus, exigindo habilidades específicas nem sempre contempladas nas formações profissionais.

Na cidade de São Paulo o modelo consultório de rua não foi implantado. A partir de 2012, temos o CnaR como principal estratégia de cuidado em saúde à população que vive em situação de rua na cidade. A estratégia segue as diretrizes da Política Nacional para População em Situação de Rua, que afirma o respeito à dignidade da pessoa humana, o direito à convivência familiar e comunitária, a valorização e respeito à vida e à cidadania, o atendimento humanizado e universalizado, o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa (BRASIL, 2009).

Em 2016, a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo lança o Documento Norteador dos Consultórios na Rua, a fim de orientar a organização e funcionamento do CnaR, visando o alinhamento conceitual de modo a instrumentalizar as ações das equipes (SÃO PAULO, 2016).

Segundo o Documento Norteador dos Consultórios na Rua (SÃO PAULO, 2016), as equipes devem trabalhar de modo itinerante nos locais de permanência da população que está em situação de rua, fazendo reconhecimento das vulnerabilidades, riscos e potencialidades do território. Isso envolve uma compreensão dos sentidos atribuídos a cada local, das relações que podem favorecer ou barrar acessos da equipe, dos atores locais e seus papéis sociais nos grupos e dos equipamentos existentes que podem ser articulados para as ações necessárias.

Um ponto importante a ser considerado no trabalho do CnaR é a sensibilidade que os profissionais das equipes devem possuir para realizar o cuidado em condições não controladas, uma vez que o atendimento não é realizado em consultórios e sim na rua. Londero *et al.* (2014) pontuam que qualquer equipamento de saúde está sujeito ao inesperado e ao não programado, porém na rua esse desafio parece impor-se de forma intensa, persistente e inusitada:

a falta de paredes. A não presença da mesa. O encontro em locais moventes. A luz do sol, o vento, o frio, o calor. A sujeira, o forte odor. A conversa sobre saúde em roda de uso de drogas. O medo da polícia e da chuva. Estranhas sensações, intempestivas alegrias. Intervenção no desejo, produção de desejo. O encontro com histórias de vida em contextos angustiantes no seu próprio desenrolar. Acontecimentos que exigem um exercício de alteridade fortemente marcado pela “transvaloração dos valores” (LONDERO *et al.*, 2014, p. 5).

A vida das pessoas que vivem nas ruas é instável e muitas vezes essa instabilidade influencia em seus desejos e vontades. Diante disso, os profissionais devem possuir flexibilidade e, com base na história e singularidade de cada sujeito, propor outros caminhos e outros meios de realizar o cuidado. Segundo Lancetti (2014):

para início da ação, precisa-se da entrega do terapeuta à causa e da sua disponibilidade para trabalhar em ambiente não protegido. [...] Psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais ou enfermeiros podem estar investidos de poder médico, vestindo avental, devidamente diplomados, até com curso de pós-graduação, mas sua ação será insignificante ou nada será se não se acharem imbuídos da atração pela loucura e pela impossibilidade e gosto de cuidar e produzir mudança. Da paixão pela diferença (LANCETTI, 2014, p. 103).

Quando se produz cuidado às pessoas de nossa sociedade que são tidas como marginais e despossuídas, o risco de cair na armadilha da objetificação do sujeito e na busca exclusiva por sucesso técnico de controle de doenças é maior, pois são vistos como pessoas desprovidos de história, valores e vontades. Nesse sentido, Ayres (2001) pontua:

cuidar da saúde de alguém é mais que construir um objeto e intervir sobre ele. Para cuidar há que se considerar e construir projetos; há que se sustentar, ao longo do tempo, uma certa relação entre a matéria e o espírito, o corpo e a mente, moldados a partir de uma forma que o sujeito quer opor à dissolução, inerte e amorfa, de sua presença no mundo. Então é forçoso saber qual é o projeto de felicidade que está ali em questão, no ato assistencial, mediato ou imediato. A atitude de cuidar não pode ser apenas uma pequena e subordinada tarefa parcelar das práticas de saúde. A atitude “cuidadora” precisa se expandir mesmo para a totalidade das reflexões e intervenções no campo da saúde (AYRES, 2001, p. 71).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de atenção à saúde do poder público para esse segmento populacional (população em situação de rua) é recente e consequência de lutas sociais, fortalecidas por iniciativas tecnoassistenciais comprometidas com o enfrentamento das iniquidades em saúde. Apesar de termos avançado e existirem diversas conquistas, grande parte das políticas públicas desenvolvidas para esse grupo carece de avaliações sobre a eficácia e efetividade do cuidado.

A população em situação de rua é heterogênea, tanto nos motivos de ida para rua, quanto nos motivos de permanência, vulnerabilidades, ciclos de vida, agravos de saúde, entre outros. Dessa maneira, as políticas devem ser capazes de propor e articular um complexo conjunto de conceitos e práticas que abarque todas as demandas presentes nesse grupo.

É necessário pensar na construção de serviços que reconheçam o outro e seus desejos “e que sejam capazes de voltar seu olhar para a diferença, [...] assumindo um posicionamento político em relação às desigualdades de oportunidades, ao mesmo tempo em que [se] luta contra a produção homogeneizante de subjetividades” (MAGALHÃES, 2015, p. 75).

Outro ponto a ser refletido é o alcance e as contradições da própria política de reinserção social, isto é, como bem aponta Castel (2013), a atuação impositiva direcionada a dispositivo de “discriminação positiva” pode ocasionar atitudes que levam a estigmatizar e/ou segregar o grupo populacional alvo.

Hoje o CnaR é o principal dispositivo de atenção e cuidado em saúde destinado a essa população. É possível notar a potência transformadora que esse trabalho pode atingir, no sentido de ser capaz de reconhecer as diversas demandas existentes, realizar formação de vínculo, estar sensível às histórias e condições de vida individuais. O modo itinerante de trabalho permite às equipes a ampliação de suas competências e o desenvolvimento de novas ferramentas que possibilitam o cuidado do outro. Ao mesmo tempo essa estratégia não deixa de apresentar limites relacionados ao efetivo acesso à rede de atenção à saúde, na ação intersetorial e na deficiência da própria formação profissional para esse trabalho, entre outros.

A ideia de pontuar algumas experiências que fizeram parte da história das políticas públicas de saúde destinadas à população em situação de rua, da cidade de São Paulo, justifica-se pela “noção de que a história das práticas sociais relacionadas a um determinado campo de intervenções é de extrema importância para a compreensão das lutas e dos processos que constituíram esse mesmo campo” (PETUCO, 2015, p. 179).

Dessa maneira, fica o desejo de que este trabalho sirva de suporte e incentivo para as necessárias próximas pesquisas sobre o tema. Tema esse que desperta na sociedade e na opinião pública ora sentimentos de compaixão e preocupação ora de repressão, preconceito e indiferença. Pois é a pobreza (in) visível enraizada no concreto da selva urbana que expõe as contradições sociais de nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, S.C. **Cuidado em saúde frente às vulnerabilidades: práticas do consultório na rua**. 2014. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 2014.
- AYRES, J.R.C.M. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.63-72, 2001.
- BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Consultório de rua no SUS**. Brasília: Ministério da Saúde; EPJN-Fiocruz, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.
- CARNEIRO JUNIOR, N. *et al.* Serviços de saúde e população de rua: contribuição para um debate. **Saúde e Soc**, São Paulo, v.7, n.2, p.47-62, 1998.
- CARNEIRO JUNIOR, N. *et al.* Organização de práticas de saúde equânimes em atenção primária em Região Metropolitana no contexto dos processos de inclusão e exclusão social. **Saúde e Soc**, São Paulo, v.15, n.3, p.30-39, 2006.
- CARNEIRO JUNIOR, N. *et al.* Estratégia Saúde da Família para a equidade de acesso dirigida à população em situação de rua em grandes centros urbanos. **Saúde e Soc**, São Paulo, v.19, n.3, p.709-716, 2010.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C. (Editores). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2013. p.25-60.
- COSTA, D.L.R. **A rua em movimento-experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. 2007. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LANCETTI, A. **Clínica peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2014.
- LANCETTI, A. **Contrafissura e plasticidade psíquica**. São Paulo: Hucitec, 2015.
- LONDERO, M.F.P *et al.* Consultório de/na rua: desafio para um cuidado em verso na saúde. **Interface - Comunic, Saúde, Educação**, Botucatu, v.18, n.49, p.251-260, 2014.
- MAGALHÃES, J.A. **Articulações territoriais: uma cartografia da atenção à população em situação de rua**. 2015. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista. Assis: UNESP, 2015.
- MAUTNER, A.V. A sombra das cidades ou vivendo dos excessos. In: MAGALHÃES, M.C.R. (Editor). **Na sombra da cidade**. São Paulo: Editora Escuta, 1995. p. 45-80.
- NASPER – Núcleo de Atenção à Saúde da População em Situação de Rua. **Protocolo do Nasper para ações de atenção à saúde para a população em situação de rua**. São Paulo: Coordenadoria de Saúde Sé; Subprefeitura da Sé, 2003.
- NERY FILHO, A. Prefácio. In: LANCETTI, A. **Contrafissura e plasticidade psíquica**. São Paulo: Hucitec, 2015. p. 15-19.
- PAIM, J.S. Equidade e reforma em sistemas de serviços de saúde: o caso do SUS. **Saúde e Soc**, São Paulo, v.15, n.2, p.34-46, 2006.



- PETUCO, D.R. Era uma vez: uma pequena história do cuidado e das políticas públicas dirigidas a pessoas que usam álcool e outras drogas. In: TEIXEIRA, M.; FONSECA, Z. (Editores). **Saberes e práticas na atenção primária à saúde: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas**. São Paulo: Hucitec, 2015.
- REDE NOSSA SÃO PAULO. **Desigualdade em São Paulo**. São Paulo: Observatório Cidadão, 2015. Disponível em: <<http://nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/Mapa-Desigualdade-2015.pdf>> . Acesso em 12 de janeiro de 2018.
- SÃO PAULO (Município). Decreto n. 40.232, de 2 de janeiro de 2001, regulamenta a Lei nº 12.316/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade em prestar atendimento à população em situação de rua e realizar censo dessa população. **Diário Oficial do Município**. São Paulo, 2001.
- SÃO PAULO (Município). Lei municipal n. 13.399, de 1 de agosto de 2002, institui as Subprefeituras na cidade de São Paulo. **Diário Oficial do Município**. São Paulo, 2002.
- SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Saúde. **Documento Norteador dos Consultórios na Rua**. São Paulo: Secretaria Municipal de Saúde, 2016.
- SMADS; FIPE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo**. São Paulo: SMADS/FIPE, 2015. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/censo/1862%20-%20PRODUTO%2015%20-%20OUT%2015.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/censo/1862%20-%20PRODUTO%2015%20-%20OUT%2015.pdf)> . Acesso em 11 de janeiro de 2018.
- SOUSA, M.F.; MENDES, A. (Orgs). **Tempos radicais da saúde em São Paulo: a construção do SUS na maior cidade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2003.
- TRINO, T.A. *et al.* Conceitos norteadores do cuidado junto à população em situação de rua. In: TEIXEIRA, M.; FONSECA, Z. (Editores). **Saberes e práticas na atenção primária à saúde: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas**. São Paulo: Hucitec, 2015. p. 27-53.
- VARANDA, W.; ADORNO, R.C.F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Soc**, São Paulo, v.13, n.1, p.56-69, 2004.
- VASCONCELOS, C.M.; PASCHE, D.F. O Sistema Único de Saúde. In: CAMPOS, G.W.S.; MINAYO, M.C.S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y.M. (Orgs). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 531-562.

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória do processo de organização da atenção à saúde para a população em situação de rua na cidade de São Paulo no contexto do SUS, período de 2000 a 2017, destacando alguns aspectos tecnoassistenciais. Para tanto, realizou-se pesquisa documental e revisão bibliográfica. A partir do final da década de 1990 é possível encontrar experiências de cuidado para a população em situação de rua, na região central do município, que tinham como estratégias diminuir as iniquidades de acesso aos serviços e ações em saúde, fortemente referenciadas no modelo Estratégia Saúde da Família. Em 2011, com a Política Nacional de Atenção Básica, surge o Consultório na Rua (CnaR), dando especificidade tecnoassistencial, sendo hoje o principal dispositivo de cuidado às pessoas em situação de rua. O CnaR tem se mostrado potente no enfrentamento das vulnerabilidades. Todavia, faz-se necessário avaliar o efetivo acesso e cuidado em saúde nas práticas do CnaR, contribuindo, desse modo, para a qualificação e consolidação do SUS.

**Palavras-chaves:** População em situação de rua; Cuidado em saúde; Políticas de saúde; Equidade

## ABSTRACT

This article intends to analyze the development of health care within SUS aimed at homeless population, from 2000 to 2017 in São Paulo city. Some assistance technical aspects were emphasized. A documentary research and a bibliographical review were carried out. From 1990 onwards, it is possible to find care experiences aimed at homeless population which target were to decrease iniquities of access to health services, as indicated by Health Family Strategy model. In 2011, as part of National Politics of Basic Care, it was created Consultório na Rua (CnaR) a kind of clinic on the street which is nowadays the main care program aimed at homeless population. CnaR has shown to be a strong means to face vulnerabilities. However it is necessary to assess the actual health care and access to CnaR practices, a way to qualify and strengthen SUS.

**Keywords:** Homeless population; Health care; Health policies; Equity

# Saúde e migrações internacionais bolivianas no Brasil: revisão integrativa de literatura

*Érico Francisco Vieira Ibiapina\**

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é produzir um estado da arte sobre a composição do campo de estudos sobre a relação entre saúde e migrações bolivianas contemporâneas no Brasil. A crítica realizada aqui se engendra na relação entre técnica, ciência e política pública. Recentemente muitas publicações científicas, Donnangelo., (1983); Alves, (1992); Goldberg, Martin, Silveira, (2015); Granada, Carreno, Natália, Ramos, (2017); Giovannella et al., (2007); Silveira, Goldberg, (2017); Silveira et al. (2016) etc., têm tomado como objeto a saúde de populações de migrantes internacionais no Brasil, relacionando-a com doenças transmissíveis específicas ou à condições socioeconômicas e sanitárias. Discutimos resultados de um exercício de revisão integrativa de literatura para problematizar a composição e desenvolvimento do campo de pesquisa que explica a relação entre saúde e migrações internacionais contemporâneas no Brasil.

A produção de um estado da arte sobre a temática objetiva problematizar a composição de um campo de estudos cada vez mais em evidência no cenário científico atual, visto que a nacionalidade da imigração em foco foi eleita devido ao acúmulo de pesquisas em saúde pública/coletiva que se debruçam sobre a população de bolivianos no Brasil, nos últimos anos, e aos problemas em saúde recorrentemente pesquisados, como a saúde da mulher boliviana, o acesso aos serviços de saúde e a tuberculose.

Apesar de as pesquisas que problematizam a relação entre saúde e migrações internacionais focarem sobre aspectos étnicos, culturais e epidemiológicos, poucos são os estudos que focalizam os determinantes sociais considerando noções ampliadas de saúde. Tais determinantes ajudam a trazer para o cenário de discussões uma atualização sobre os modos como se operacionaliza o território e o acesso à saúde, considerando a intensa mobilidade humana em âmbito global.

O exercício de revisão aqui empreendido, tem inspiração em revisões já realizadas na área como o estudo de Silveira (2014) e Granada, et al. (2017). Ademais, a revisão integrativa de literatura aqui empreendida tem como estrutura o seguinte itinerário: (1) elaboração de uma questão de pesquisa; (2)

---

\* *Mestre em Saúde Pública. Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. São Paulo, SP, Brasil*

Delimitação dos critérios de inclusão e exclusão de artigos com base na população, fenômeno de interesse e contexto da pesquisa - PICO; (3) Especificação das palavras-chave e dos descritores para busca dos artigos; (4) Busca e seleção dos artigos nas plataformas de indexação com base no título e resumo; (5) Seleção dos periódicos não indexados às plataformas de pesquisa, bem como seleção de periódicos especializados na área de migrações/mobilidade humana; (6) seleção dos artigos com base no título e resumo; (7) Leitura integral dos artigos selecionados nas plataformas de indexação e nas revistas não indexadas; (8) Montagens dos fluxogramas detalhando as etapas de seleção dos artigos e quantitativo de artigos selecionados; (9) Etapa de fichamento dos artigos; (10) organização e integração dos dados em categorias temáticas.

## 2 MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E SAÚDE PÚBLICA/COLETIVA NO BRASIL

A migração internacional é tema de grande interesse para o campo da saúde pública/coletiva, tanto por suas implicações sociais quanto sanitárias. Diferentes disciplinas científicas oferecem um ferramental teórico conceitual para análise das migrações internacionais no âmbito da saúde. Dentre elas estão a antropologia e a sociologia. Parte das pesquisas existentes no contexto nacional perpassam temáticas como: saúde da mulher imigrante, modificações do processo saúde-adoecimento-cuidado da população imigrante, interculturalidade no atendimento à saúde, adoecimento psíquico de refugiados, precarização do trabalho e saúde, entre outros. Entretanto, o campo no qual se problematiza a relação entre saúde e migração internacional contemporânea é relativamente novo no Brasil.

Falar sobre a relação entre saúde e migração internacional é algo que exige olhar atento aos múltiplos fatores inerentes aos contextos migratórios. As pessoas que emigram para outros países se defrontam com novas possibilidades de vida frente à novas condições políticas, sociais, de saúde nas regiões de trânsito e destino de sua mobilidade. Ademais, vários são os aspectos que podem influenciar as necessidades de cuidados com a saúde dos imigrantes nas sociedades de acolhimento, tais como o tipo de trabalho ao qual se submetem, a mudança climática, as condições de moradia e a mudança dos hábitos alimentares, por exemplo.

Quando falamos sobre a relação entre saúde e migrações, é importante destacar, também, que estamos nos referindo a interface entre dois campos de intensos debates contemporâneos e globais. A saúde pública, em específico, de acordo com Ianni (2005),

em seus primórdios, foi marcadamente subsidiada por muitos estudos que demonstraram as relações entre os problemas de saúde de comunidades e suas condições

de vida, compreendidas, então, essencialmente como condições sanitárias básicas, formas de alimentação e condições de trabalho (IANNI, 2005, p. 16).

Nos debruçaremos, pontualmente, sobre pesquisas produzidas nas últimas décadas, acerca do processo migratório internacional contemporâneo (Glick Schiller, Basch & Blanc-Szanton, 1992; Wimmer & Glick-Shiller, 2003). A migração é um fenômeno que foi, primeiramente, apreendido como um problema sociológico, sendo abordada a partir de clássicos da sociologia. Nessa esteira, a teoria clássica microeconômica e a teoria do capital humano apontam perspectivas analíticas no processo migratório no início do século XX, considerando como um ponto central o fluxo imigratório de trabalhadores (Sasaki & Assis, 2000). As concepções clássicas da teoria econômica, em essência, enfatizam a ação individual do ato de migrar.

Não obstante, sistemas explicativos mais recentes passaram a incorporar na análise do processo migratório as redes sociais e a família (Sassen, 1998) como elementos decisivos do ato de migrar, desconsiderando a ênfase exclusivamente sobre o indivíduo que migra em relação à uma sociedade que o assimila. De acordo com Baeninger e Souchaud, (2007, p. 04), “No caso das migrações internacionais, as novas formas de organizações socioespaciais dessas migrações passaram a ser analisadas envolvendo a articulação e circulação entre territórios”.

No que se refere às abordagens contemporâneas das migrações internacionais nos apoiaremos em estudos clássicos da abordagem transnacional (Glick Schiller, Basch & Blanc-Szanton, 1992; Wimmer & Glick-Shiller, 2003), que embasam o conceito de migração, tanto metodologicamente quanto ontologicamente, na concepção de que o processo migratório é sociopolítico, econômico e caracterizado por inter-relações globais e locais. Mais especificamente, incluem-se na abordagem transnacional sobre fluxos migratórios, a circulação global da produção e a reorganização da economia mundial (Silveira et al., 2014). Concepções contemporâneas que consideram as redes sociais na análise do processo migratório permitem maior amplitude para pensar sobre as motivações do ato de migrar e a manutenção de fluxos migratórios em um contexto globalizado e de intensa mobilidade humana (Granada, et al. 2017).

Afirmam Wimmer e Glick-Shiller (2003, p. 576) que “o nacionalismo metodológico é a naturalização do regime global de Estados-nação pelas ciências sociais”. A crítica dos autores tem fundamento, sobretudo, na forma como pesquisas ainda operam com conceitos pautados na naturalização do processo migratório e do conceito de Estado-nação, recrudescendo explicações da sociologia clássica acerca do fenômeno migratório contemporâneo. O que a analítica transnacional das migrações inaugura é justamente a ênfase sobre a manutenção e ampliação das relações sociais do migrante internacional, pautando-se na noção de campo migratório onde inserem-se os fluxos e as relações sociais transnacionais.

A complexidade e a diversidade inerentes à relação entre migração internacional e saúde são devidas, sobretudo, aos diferentes contextos inter-relacionados que caracterizam as fases do processo migratório, as características estruturais do sistema de saúde e aos aspectos interculturais. Enquanto outras áreas são amplamente exploradas no campo das migrações como sua perspectiva histórica, social e econômica, há ainda várias questões a serem investigadas e que perpassam a saúde da população de migrantes internacionais contemporâneos, assim como os serviços de saúde brasileiros destinados à essa população e, propriamente, a relação entre migração e determinantes sociais da saúde (Padilla, 2017). Para Granada,

No campo da saúde no Brasil atual, temos de considerar a questão dos diferentes deslocamentos, dado que envolvem explicações multifatoriais em que existe a circulação desde trabalhadores para os postos mais baixos do mercado de trabalho, como no caso de haitianos, ganenses, senegaleses, bengalis, bolivianos, entre outros; e migrações pendulares, como no caso dos paraguaios e moradores de zonas fronteiriças, até o caso de “fuga de cérebros” (brain drain) por meio de programas governamentais, como o Mais Médicos (GRANADA et al., 2017, p. 289).

A saúde pública no Brasil legitima-se enquanto campo de produção de práticas que envolve aspectos de proteção das necessidades humanas e abrange para além da dimensão da assistência médica, levando em consideração, na caracterização das condições de saúde,

o acesso a tecnologias, segurança alimentar, segurança habitacional, saneamento básico, água para consumo humano, adequação de políticas sobre resíduos urbanos, transporte, proteção de mananciais e florestas tropicais, produção de medicamentos e fitoterápicos, recreação, segurança pública (Vasconcelos & Adorno, 2011, p. 93).

Essa perspectiva direciona práticas pautadas na compreensão ampliada do conceito de saúde, considerando os determinantes e condicionantes sociais do processo saúde-doença e a universalidade do acesso à saúde. Para Granada et al. (2017), “pensar a imigração e suas relações com os determinantes sociais de saúde nos levaria a interrogar sobre a posição social na qual o imigrante se insere” (p. 291). Nesse momento, a questão do acesso à saúde torna-se polêmica, pois este passa a ser considerado como uma aposta política para a inclusão social e diminuição das iniquidades sociais com ênfase em ações destinadas aos grupos populacionais considerados vulneráveis como quilombolas, indígenas e imigrantes.

O contexto caracterizado pelas condições de não acolhimento das demandas dos migrantes nas localidades de destino e a constatação de que o setor da saúde organiza ações segmentadas que limitam o acesso da população de imigrantes às políticas sociais são aspectos constantemente reportados na literatura científica brasileira (Silveira et al. 2014; Giovanella et al. 2007; Santos, 2016). Além disso, a ausência de uma política intersetorial que operacionalize a assistência da demanda de saúde de imigrantes em articulação com outras políticas sociais é algo inerente à noção de vulnerabilidade do imigrante no âmbito da saúde (Zimmerman et al., 2011).

### 3 MIGRAÇÕES BOLIVIANAS CONTEMPORÂNEAS NO BRASIL E SAÚDE

No que se refere às migrações internacionais contemporâneas no cone sul, desde a década de 1980 o Brasil constituiu-se como um dos polos de atração e recepção de imigrantes vindos de países fronteiriços como a Bolívia, Paraguai, Peru e Argentina. As novas dinâmicas e fluxos de migração para o Brasil têm evidenciado questões relevantes sobre o acesso de imigrantes às políticas sociais, incluindo-se a saúde e assistência social. Nas últimas décadas, o contingente de migrantes bolivianos no Brasil adquiriu mais relevo em pesquisas acadêmicas, tanto no âmbito das ciências da saúde quanto no âmbito das ciências sociais (Pucci, 2017).

Um dos primeiros estudos sobre a população boliviana no Brasil foi conduzido na área da antropologia por Sydnei Antonio da Silva (1997), desenvolvendo tese sobre a trajetória de imigrantes bolivianos em São Paulo. Atualmente grande parte da produção especializada no campo das migrações no Brasil toma como objeto de estudo o cotidiano da população de migrantes internacionais bolivianos com base em recursos metodológicos da etnografia (Pucci, 2017; Souchaud, 2011).

Constata-se, ademais, que muitos destes trabalhos têm como objeto de estudo a investigação sobre o circuito do trabalho informal nas oficinas de costura clandestinas e as precárias condições de vida na cidade de São Paulo (Freitas, 2014; Souchaud, 2011). Apesar de São Paulo concentrar a maior porcentagem da população de migrantes bolivianos que vive no Brasil, parte dessas pesquisas também se debruça sobre a temática nas regiões de fronteira do Brasil com a Bolívia, evidenciando, principalmente, a mobilidade pendular e os padrões culturais e de acesso às políticas sociais que existem nessas regiões fronteiriças (Baeninger & Souchaud, 2007).

Goldberg, Martin e Silveira (2015) afirmam que grande parte do contingente de imigrantes contemporâneos no Brasil desloca-se de seu país de origem com a possibilidade de inserção em uma economia informal, preenchendo a necessidade de mão de obra temporária e pouco qualificada. Estes grupos populacionais geralmente trabalham e habitam em condições precárias em grandes metrópoles como São Paulo. A precariedade do trabalho e da moradia influencia também no acesso dessa população aos serviços de saúde.

Abordagens teóricas sobre a análise da saúde de imigrantes no espaço urbano foram apontadas em revisão bibliográfica por Silveira et al. (2014) de maneira a evidenciar como teorias da área de sociologia, antropologia e epidemiologia problematizam a saúde no contexto migratório. A análise feita pelos autores volta-se para a produção bibliográfica das décadas de 1990, 2000 e 2010 com o objetivo de compreender as transformações influenciadas pela mobilidade global e seus efeitos sobre a saúde. O estudo de Silveira et al. (2014) nos oferece o panorama de um amplo espectro de problemas envoltos na temática, dentre eles, o modo como a migração internacional é incorporada nas ações de saúde e como essas questões perpassam o espaço urbano.

O estudo de Souchaud e Fusco (2008) demonstra a geografia da imigração boliviana na região metropolitana de São Paulo, associando elementos da demografia com a espacialidade deste grupo na área urbana. Apesar de grande parte dos estudos acadêmicos sobre a população de bolivianos em São Paulo investigar as condições de vida nas oficinas de costura (Pucci, 2017), de acordo com Souchaud e Fusco (2008) essa especialização não deve ocultar a variedade de setores de inserção no mercado de trabalho nos quais imigrantes bolivianos desenvolvem atividades, como, por exemplo, profissionais bolivianos da área de saúde no contexto da “fuga de cérebros” da Bolívia para o Brasil.

Também ressaltamos que há uma multiplicidade étnica entre a população de bolivianos no Brasil que não pode ser ocultada, ou invisibilizada na categoria “migrante boliviano”. Silveira et al. (2016) apontam que pesquisas no âmbito da saúde e migrações contemporâneas, principalmente no que se remete aos bolivianos no Brasil constata-

perfis etnoepidemiológicos específicos a cada grupo; o incremento de iniquidades associadas às desigualdades e modos de vida e de trabalho precários, a emergência das doenças infecciosas, como a tuberculose; a transposição, pelas fronteiras, de doenças endêmicas, como a doença de Chagas; além da constatação da existência de barreiras no acesso aos cuidados de saúde SILVEIRA et al., 2016, p. 02).

#### 4 REVISÃO DE LITERATURA: MARCO TEÓRICO

A revisão de literatura, enquanto um recurso metodológico, cobre uma série de funções imprescindíveis para guiar a produção de conhecimento científico relevante para o contexto acadêmico. A revisão tem a função básica de: (1) contextualização do problema na área de estudo; (2) análise do referencial teórico (Alves, 1992). Além disso, uma boa revisão de literatura permite esclarecer lacunas e identificar pontos obscuros no campo de pesquisa abordado; auxiliar pesquisadores e outros atores sociais que trabalham com a temática; fornecer um estado da arte das publicações, assim como tornar possível avaliá-las em sua qualidade como produção científica.



Estudos de revisão permitem o levantamento de dados e mapeamentos, com o intuito de evidenciar temas, procedimentos e análises, delineamentos metodológicos e resultados passíveis de replicação para compreensão das tendências teóricas predominantes em um campo.

A revisão de literatura constitui-se enquanto método que auxilia o pesquisador no que se refere ao modo como abordar um problema. Alves (1992) aponta que

Esse esforço de elaboração teórica é essencial, pois o quadro referencial clarifica o racional da pesquisa, orienta a definição de categorias e constructos relevantes e dá suporte às relações antecipadas nas hipóteses, além de constituir o principal instrumento para a interpretação dos resultados da pesquisa (ALVES, 1992, p. 55).

Nesse sentido, a revisão de literatura é o método que possibilita pistas para a maneira como se constrói o problema, o modo como se analisa e interpreta a produção de dados. No Brasil há pouca produção de revisões de literatura sobre o tema “saúde e migração” publicada em livros e periódicos. Os trabalhos de revisão sobre esse tema são mais presentes em teses de doutorado e dissertações de mestrado, sem muita visibilidade e veiculação nas plataformas de base de dados científicos. É comum encontrarmos pesquisas que tratam como sinônimos os termos: revisão bibliográfica, revisão de literatura e levantamento de literatura, por exemplo (Vosgerau & Romanowski, 2014). As poucas revisões de literatura que existem no campo das migrações contemporâneas em interface com as ciências da saúde, muitas vezes não cumprem com o rigor metodológico que exige uma boa revisão de literatura; não são claras com relação ao método utilizado e se limitam à coleta de dados somente em plataformas de indexação.

Dentre os tipos de delineamentos metodológicos para a revisão e análise crítica de uma área da literatura científica existem: a) a revisão narrativa de literatura (Vosgerau & Romanowski, 2014); b) a sistemática (Sampaio & Mancini, 2007); c) a integrativa (Cooper, 1982). Cada tipo de revisão engendra uma maneira particular de mapear o acúmulo de conhecimento sobre um determinado campo. Portanto, cada tipo de revisão conta com um ferramental metodológico que orienta a síntese e avaliação do material bibliográfico coletado.

A revisão integrativa de literatura possibilita revisar e integrar estudos com diversas metodologias, combinando dados da literatura empírica e teórica (Cooper, 1982). Ademais, revisões com esse delineamento possuem a vantagem de promover estudos de revisão em várias áreas do conhecimento e mesmo assim, manter o rigor metodológico das revisões sistemáticas (Soares, et al., 2014).

Cooper (1982) sistematiza a revisão integrativa em cinco etapas fundamentais, são elas: (1) a formulação do problema; (2) coleta de dados; (3) avaliação dos dados coletados; (4) análise e interpretação dos dados;

(5) apresentação dos resultados. A etapa de formulação do problema está relacionada à operacionalização dos conceitos e das hipóteses do estudo. Na fase de coleta de dados envolve a população e fenômeno alvo do estudo (critérios de inclusão e exclusão). Na terceira etapa é realizado um julgamento sobre a qualidade do material colhido, caso haja artigos excluídos, as razões para a exclusão devem constar objetivamente. A quarta e a quinta etapas referem-se à síntese e análise críticas dos dados. Nessas duas últimas etapas os pesquisadores podem usar múltiplos métodos para sintetizar achados de diferentes estudos como a sumarização por categorias temáticas (Sandelowski & Barroso, 2007).

As possibilidades de extrair e sintetizar os dados dos estudos varia conforme o tipo de estudo que é coletado na revisão (Quali, Quanti e ou Quali/Quanti). No caso da síntese de artigos que compreendem ambas as tipologias de estudo, o guia proposto por Sandelowski e Barroso (2007) indica os modos como extrair e sintetizar os resultados por meio da metassíntese utilizando categorias temáticas. Nesse sentido, tanto estudos qualitativos quanto estudos quantitativos teriam seus resultados classificados em categorias que emergem durante a etapa de análise e leitura integral.

A rigor, processos de análise em revisão de literatura, que objetivam a síntese por integração de resultados qualitativos e quantitativos “*mixed research synthesis*” (Sandelowski & Barroso 2007), “qualificam” os resultados principais dos estudos convertendo-os em categorias temáticas. Uma das áreas que mais se utiliza do procedimento de revisão de literatura é a da saúde, por meio de bibliotecas especializadas em sistematizar, manter e divulgar os resultados das revisões empreendidas na área. De acordo com Almeida (2013, p. 29), “a Cochrane Library orienta com grande segurança estatística e experimental o uso da medicina baseada em evidências”. No que se refere aos critérios de exigências internacionais acerca do planejamento e validade da revisão de literatura foram desenvolvidos protocolos para revisões qualitativas e quantitativas como a metodologia do instituto Cochrane para evidência científica na área da saúde (Chalmers, 1993) e o protocolo de Joanna Briggs Institute (JBI, 2011) vinculado à Universidade de Adelaide – Austrália.

#### *4.1 Revisão integrativa de literatura: método e resultados*

A estratégia PICo (Joanna Briggs Institute, 2011) foi utilizada para orientar a formulação da pergunta de pesquisa e para delimitar os critérios de inclusão e de exclusão das publicações científicas. De acordo com essa estratégia, “P” se refere aos participantes dos estudos, “I” ao fenômeno de interesse e o “Co” ao contexto do estudo. Por meio da estratégia formulou-se a seguinte pergunta: Como a literatura científica caracteriza as condições de saúde da migração boliviana no Brasil nas últimas três décadas?

Os critérios de inclusão das publicações levantadas foram os seguintes:

- (1) Tipos de Participantes: migrantes internacionais bolivianos e profissionais envolvidos na assistência à saúde. Neste caso, artigos que compreendam, dentro da população investigada, imigrantes bolivianos, apesar de haver imigrantes de outras nacionalidades envolvidos no estudo;
- (2) fenômeno de interesse: relação entre migração boliviana contemporânea e saúde no Brasil. Incluem-se artigos que analisam dados primários sobre o estado de saúde da população boliviana no Brasil; programas e ou ações preventivas de saúde; fatores epidemiológicos; determinantes sociais, laborais, políticos, econômicos e culturais de saúde; o acesso e uso dos serviços sanitários; estratégias de comunicação e interculturalidade na assistência às necessidades, acesso e uso dos serviços de saúde;
- (3) Tipos de estudos: estudos qualitativos, quantitativos ou de metodologia quali/quant. Incluem-se artigos publicados nos seguintes idiomas: inglês, espanhol e português;
- (4) Contexto: serão considerados também artigos que investigam a saúde na região da tríplice fronteira (Brasil-Bolívia-Peru). Serão selecionados artigos que investigam a relação entre saúde e migração boliviana no Brasil nos últimos trinta anos (1998-2018).

Já os critérios de exclusão das publicações foram:

- (1) Tipos de participantes: não foram selecionadas as publicações que versam sobre quaisquer outras nacionalidades de imigrantes, ou sobre brasileiros que vivem na Bolívia;
- (2) Fenômeno de interesse: foram excluídas da seleção as publicações que não versavam sobre aspectos relacionados à saúde da população imigrante boliviana no Brasil;
- (3) Tipos de estudos: foram excluídas publicações que tratem da imigração boliviana em sua perspectiva histórica, estudos documentais e teórico-conceituais. Estudos que tratem de temáticas que não versam sobre o objeto dessa investigação;
- (4) Contexto: foram excluídos estudos publicados antes de 1988. Foram excluídos também artigos sobre o acesso da população boliviana aos serviços públicos de saúde em outros países.

Foram selecionadas quatro plataformas de indexação para o estudo. As plataformas de indexação permitem a busca bibliográfica a partir de uma base de dados especializada (Fujita, 2004). A seleção das plataformas foi realizada de acordo com o escopo e política de indexação. Para o estudo foram eleitas as seguintes plataformas expressas na Tabela 1, abaixo.

**Tabela 1:** *Descrição das plataformas de indexação de periódicos*

<b>Plataformas</b>	<b>Descrições</b>
<i>Scielo</i>	SCIELO - Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha) é um modelo para a publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos. Utiliza descritores em diferentes idiomas e foi desenvolvido para responder às necessidades da comunicação científica nos países em desenvolvimento e particularmente na América Latina e Caribe.
<i>BVS – Biblioteca virtual de saúde</i>	Plataforma coordenada pela Bireme e agrega diversas fontes de dados. Inclui as seguintes bases de dados: Lilacs, Ibecs, Medline, Biblioteca Cochrane entre outras. Utiliza os descritores DeCS em diferentes idiomas.
<i>Redalyc</i>	Sistema de Informação Científica da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal. Utiliza descritores em diferentes idiomas.
<i>REDIB</i>	É uma plataforma de agregação de conteúdos científicos e acadêmicos em formato eletrônico produzidos no âmbito ibero-americano. Utiliza palavras-chave em vários idiomas.

Fonte: Ibiapina, 2018.

#### **4.2 Procedimento de conversão das palavras-chave em descritores para busca dos artigos nas plataformas de indexação**

A linguagem de indexação de publicações em plataformas científicas conta com um conjunto padronizado de termos, os quais seguem uma regra sintática e semântica para a representação de conceitos ou termos-chave presentes nos documentos. Para compreender como as palavras-chave eleitas (migração, imigração, fronteira e saúde) poderiam se tornar descritores de busca, foi realizada uma busca de termos na DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) correspondentes a elas na plataforma da BVS. Os DeCS constituem-se

como a linguagem documentária na área de Ciências da Saúde utilizada pela base de dados LILACS para compor o vocabulário de indexação das publicações na plataforma. Na busca das palavras-chave na DeCS, foram encontrados os seguintes escritores expressos na Tabela 2, abaixo, onde: (PT = português; EN = english; e ES = espanhol).

**Tabela 2:** *Especificação das palavras-chave e descritores nos três idiomas*

Palavras-chave	Descritores (PT)	Descritores (EN)	Descritores (ES)
Migração	Migração	migration	migración
Imigração	Imigração	inmigración	immigration
Fronteira	Saúde na fronteira	Salud Fronteriza	Health borders
Saúde	Saúde	Health	Salud

Fonte: Ibiapina, 2018.

#### **4.3 Procedimento para seleção de artigos em revistas não indexadas às plataformas eleitas para o estudo**

Primeiramente foram utilizadas estratégias específicas para a busca e seleção dos periódicos especializados nos temas: migrações/mobilidade humana e saúde pública/coletiva. Nessa etapa buscamos selecionar periódicos que não são indexados às plataformas de busca que utilizamos na primeira etapa de seleção, de modo a ampliar a quantidade de artigos coletados para o estudo. A busca dos artigos foi realizada diretamente no acervo disponível nos sites dos periódicos. A estratégia de busca utilizada para seleção de artigos nas revistas especializadas em migração e mobilidade humana, assim como nos periódicos especializados em saúde pública e coletiva seguiu a estratégia AND (e), utilizando a combinação: Imigração AND Saúde.

Para a escolha de periódicos científicos especializados na área de migrações e mobilidade humana, fizemos busca nos sites especializados como: Centro de estudos migratórios Latino-americano, Centro Scalabriniano de estudos migratórios, Centros de Estudos Migratórios Scalabrinianos – Rede CEMIS, Centro de Estudos de Migrações e Relações Interculturais (CEMRI), Observatório das migrações Unicamp, Portal Cosmópolis - Instituto de Relações Internacionais da USP, Miurb-al - observatório experimental sobre as migrações internacionais nas áreas urbanas da América Latina. A consulta nos periódicos foi realizada em acervo disponível nos sites das revistas, assim como em acervo físico, disponível na biblioteca do Centro de Estudos Migratórios em São Paulo. A Tabela 3 descreve os periódicos selecionados para o estudo.

**Tabela 3:** Periódicos especializados em migração e mobilidade humana não indexados às plataformas de busca eleitas para o estudo

Periódicos	Idioma	Coleção	Disponível
Estudios migratorios latino-americanos	Espanhol e português	A partir de 1993	Impressa e online
Migraciones – Revista do Instituto Universitario de estudios sobre migraciones	Espanhol	Coleção completa	Impressa e online
Migraciones y exilios. Cuadernos de la AEMIC	Espanhol	2000-2014	online
Journal of Immigrant & Refugee Studies	Inglês	A partir de 2002	online
Revista Migrações	Português		online
Migrantes - Revista de Sociedad, Cultura, Tradición	Espanhol	A partir de 2004	Impressa e online
International migration review	Inglês	A partir de 1984	Impressa e online
Temas de antropología y migración	Espanhol	Sem informação	online
International Journal of Migration, Health and Social Care	Inglês	Desde 2009	Impressa e online
Hommes & Migrations	Francês	2009-2013	Impressa e online
Immigrants & Minorities	Inglês	2007-2011	Impressa e online
International Migration	Inglês	1988-2010	Impressa e online
Journal of International Migration and Integration	Inglês	2000-2008	Impressa e online
<u>Journal of Ethnic and Migration Studies</u>	Inglês	2006-2013	Impressa e online
Latin American and Caribbean Ethnic Studies	Inglês	2007-2009	Impressa e online
Migraciones. Publicación del Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones	Espanhol	Coleção Completa	Impressa e online

Migrations Société	Francês	Coleção completa	Impressa
People on the move	Inglês	A partir de 1987	Impressa
Caderno de Debates Refúgio, Migração e Cidadania	Português	Coleção completa	online
Revue Européenne des Migrations Internationales (REMI)	Francês	A partir de 1985	impressa
Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá	Português	A partir de 2008	Impressa e online
PÉRIPLoS. Revista de Pesquisa sobre Migrações	Português	A partir de 2015	Online
Travessia - Revista do Migrante	Português	A partir de 1988	Impressa e online

Fonte: Ibiapina, 2018.

#### *4.4 Etapa de fichamento dos artigos e extração dos achados*

Elaboramos o fichamento dos artigos com base nos seguintes tópicos: Título, objetivos, Composição da população participante do estudo, Referencial teórico, Método (delineamento do estudo, técnicas de coleta e representação dos dados), principais resultados (acesso aos serviços de saúde, caracterização do acesso), Idioma da publicação, referência do artigo.

## 5 ESTADO DA ARTE: SAÚDE PÚBLICA/COLETIVA E MIGRAÇÕES BOLIVIANAS NO BRASIL

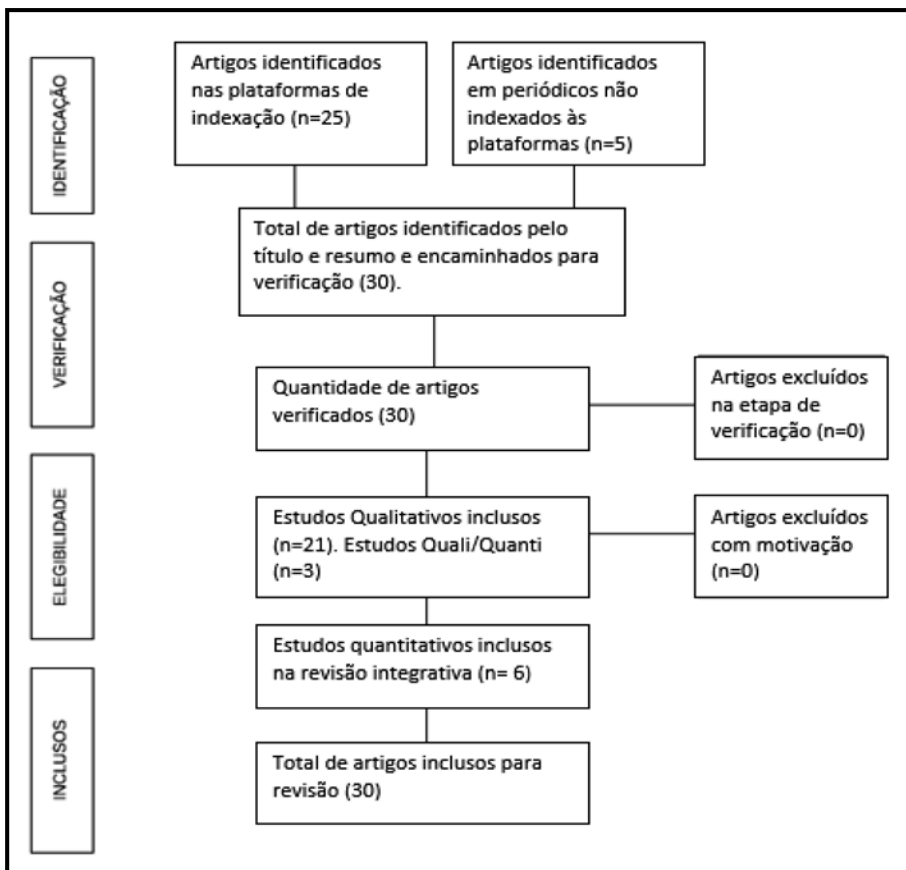
O debate aqui iniciado tem reverberações sociais na medida em que discute como as migrações internacionais são manejadas pelo Estado no âmbito da saúde pública, e contribui para uma avaliação crítica de políticas de acesso à saúde.

Apesar do aumento do número de publicações, nos últimos anos, que analisam a interface entre migrações bolivianas e saúde, o assunto ainda é muito pouco explorado. Grande parte dos estudos tem como principal população participante os(as) migrantes bolivianos(as) no Brasil e objetivam investigar enfermidades transmissíveis nessa população. Em um aspecto geral, as publicações se mostram bastante heterogêneas, tanto no que se refere as metodologias de pesquisa quanto sobre os referenciais teóricos utilizados para análise da problemática.

No processo de identificação das publicações foram selecionados 206 artigos com base no título e resumo da publicação, identificados tanto a partir de busca nas plataformas de indexação quanto a partir das revistas não indexadas às plataformas eleitas para o estudo. Deste total, foram excluídos 170 por estarem em duplicidade ou não corresponderem aos critérios de inclusão e exclusão da revisão. No processo de triagem e exclusão dos artigos, três deles foram excluídos nessa etapa por se tratar de revisões de literatura ou de bibliografia.

Como uma estratégia para aumentar a transparência do exercício de revisão, as etapas para identificação, exclusão e seleção dos artigos, em ambas as formas de busca (plataformas e revistas não indexadas), são descritas abaixo no fluxograma 1 juntamente com os resultados numéricos e a quantidade final de artigos eleitos para a revisão. As etapas do processo de seleção dos artigos nas plataformas de busca também podem ser vistas no referido fluxograma.

**Fluxograma 1:** seleção de artigos científicos nas plataformas de indexação e nas revistas não indexadas (Moher et al., 2009).





Grande parte dos autores dos estudos são filiados à instituições de ensino e pesquisa, porém há autores que possuem dupla vinculação, tanto com instituições de assistência e organizações não governamentais quanto com universidades e centros de pesquisa. Não foi encontrado nenhum trabalho com autoria de migrantes internacionais. Pode-se verificar na tabela abaixo que há uma maior concentração dos trabalhos sobre migração boliviana e saúde na Região Sudeste do Brasil, evidenciando a carência de estudos em outras regiões como as fronteiriças e na Região Norte do país.

Abaixo, apresentamos a Tabela 4 com características metodológicas dos artigos compilados, especificando numericamente os tipos de desenhos metodológicos, os instrumentos de pesquisa utilizados, a fonte de dados e participantes dos estudos.

**Tabela 4:** Características metodológicas dos artigos inclusos na revisão integrativa de literatura

Desenhos metodológicos	Artigos
	n
Qualitativos	21
Quantitativos	6
Quali /Quanti	3
<b>Técnicas Qualitativas</b>	
Entrevistas	11
Questionários	4
Relato de experiência	1
Observação participante	3
<b>Técnicas Quantitativas</b>	
Questionário/survey	2
Entrevistas	3
Documental	3
<b>Desenhos epidemiológicos</b>	
Retrospectivo	2
Estudos clínicos	1
Transversal	1
Ecológico	2
<b>Fonte de dados</b>	
Primária	22

Secundária	5
Ambas	2
<b>População incluída nos estudos</b>	
Somente imigrantes bolivianos	11
Imigrantes bolivianos e outras nacionalidades	1
Imigrantes bolivianos e população autóctone brasileira	1
Somente profissionais da saúde e ou assistência social	5
Profissionais da saúde /assistência social /segurança pública e bolivianos	4

Fonte: Ibiapina, 2018

Em suma os estudos relatam, principalmente, as dificuldades para o acesso às políticas sociais; as percepções dos profissionais de saúde sobre o atendimento às populações imigrantes; avaliações de políticas públicas em saúde ou mesmo temáticas relacionadas a morbididades de grupos populacionais imigrantes em estudos epidemiológicos.

Algumas publicações trazem argumentos que relacionam a nacionalidade e origem étnica com doenças específicas e modificação do perfil epidemiológico do Brasil. Porém nenhum artigo esclarece o que entende sobre nacionalidade, origem étnica e doença, operando de modo impreciso com tais conceituações. Desse modo, todos os estudos tratam das populações de migrantes bolivianos sem maiores especificações com relação à sua origem étnica e ou nacionalidade, tampouco relacionam às especificidades territoriais do país e especificidades da política migratória brasileira. Esse ponto já indica um problema a ser investigado/problematizado de modo mais aprofundado.

No processo de leitura integral e síntese dos resultados, os artigos foram classificados de acordo com as categorias que emergiram no processo de análise que descrevem as condições de saúde da população de imigrantes bolivianos. De modo geral, foram criadas duas grandes categorias temáticas, apresentadas em dois eixos, que auxiliam a agrupar o material bibliográfico. Apesar de dividirmos o material bibliográfico, as duas categorias têm algo em comum: incluem formas e argumentos específicos para intervenção em saúde pública no que se refere às condições de saúde do imigrante boliviano no Brasil. O primeiro eixo é o *“socioeconômico e condições de acesso à saúde”*, e agrupa as subcategorias: aspectos comportamentais, estruturais e culturais. O segundo eixo é o *“doenças transmissíveis”* e agrupa: Aspectos epidemiológicos da tuberculose; aspectos epidemiológicos da doença de Chagas; aspectos epidemiológicos na fronteira Brasil-Bolívia.

## 5.1 Eixo socioeconômico e condições de acesso à saúde

Os estudos agrupados nesse eixo versam, principalmente, sobre as dificuldades de acesso à saúde da população de migrantes bolivianos e observam as barreiras para enfrentamento de tais condições de não acesso. Dentre as dificuldades de acesso, entram fatores comportamentais, estruturais e culturais. Os fatores comportamentais estão relacionados às características individuais das pessoas, e que influenciam no não acesso aos serviços de saúde. Os aspectos estruturais se referem às condições de mobilidade da população para o acesso à saúde, às barreiras físicas de acessibilidade e também às dificuldades linguísticas no atendimento de tal demanda. Já os fatores culturais se referem, por exemplo, à língua e costumes compartilhados com a sociedade de origem e de destino.

As barreiras de acesso à saúde, no que se refere a fatores comportamentais, aparecem atreladas a hábitos alimentares, comportamentos relacionados à vida sexual e reprodutiva e à relação que o imigrante boliviano tem com o trabalho (como reportado nos estudos, o boliviano é o mais indicado para as oficinas de costura pois trabalham muitas horas, são disciplinados e aceitam ganhar pouco por tal trabalho). A formação de estratégias de prevenção em saúde foi relacionada à mudança dos fatores comportamentais em relação à saúde (Calixto, et al. 2012).

Os aspectos estruturais envolvidos no não acesso ao sistema de saúde foram os mais relatados nos estudos para explicação, principalmente, das desigualdades em saúde. No que se refere à mobilidade urbana e ao trabalho, enquanto barreira de acesso aos serviços de saúde, os estudos (Waldman, 2011; Martes & Faleiros, 2013) afirmam que, devido a localização das oficinas clandestinas e o tempo de trabalho empregado pelos bolivianos em tais oficinas, são fatores que impossibilitam a busca ou comparecimento aos serviços de saúde. A interação entre pessoal do serviço de saúde e população imigrante foi constantemente objeto de estudo e reporta principalmente a falta de preparo do pessoal do serviço de saúde para lidar com questões como preconceito e dificuldade de compreensão da demanda de saúde (Aguiar & Mota, 2014; Carneiro Junior, et al. 2017; Ferreira, Mariani & Braticевич, 2015; Silveira, et al., 2013; Carneiro Junior, et al. 2006; Steffens & Jameson, 2016). O fator cultural, predominante nas pesquisas, diz respeito à forma, tradicional de povos andinos, como as mulheres bolivianas preferem realizar o parto (Waldman, 2011; Madi, Cassanti & Silveira, 2009; Shikanai et al. 2017).

É importante destacar, que a maioria dos estudos levantados foi realizada em centros ou unidades de atendimento à saúde. Isso denota que a população investigada era vinculada à algum serviço de saúde (Waldman, 2011; Martes & Faleiros, 2013; Carneiro Junior, et al. 2017; Silveira, et al., 2013; Carneiro Junior, et al. 2006). Os estudos (Calixto, et al. 2012; Carneiro Junior, et al. 2006) se desenvolveram por meio do acesso aos imigrantes bolivianos em oficinas de costura através de agentes comunitários de saúde, o que denota a estratégia

utilizada para o acesso do pesquisador à população da pesquisa. Poucos estudos se debruçaram sobre a população boliviana que não acessa os serviços públicos e ou que não habita e trabalha nas oficinas de costura, sobretudo as clandestinas, em São Paulo.

O trabalho foi importante ponto investigado nos estudos, principalmente nas oficinas de costura (Aguiar & Mota, 2014; Carneiro Junior et al., 2006; Goldberg & Silveira, 2013; Goldberg, 2013) de um modo geral. Os estudos associavam as condições de trabalho às dificuldades de acesso à saúde ou ao adoecimento dos imigrantes bolivianos. Porém, ressalte-se que muitos dos estudos compreenderam a população de imigrantes que ocupa e trabalha em oficinas de costura clandestinas.

Também apareceram estudos que conjugavam os três fatores (Silveira et al. 2013; Weintraub & Vasconcellos, 2013). Por exemplo, o estudo de Weintraub & Vasconcellos (2013) investigou a trajetória de vida de mulheres bolivianas em São Paulo para elucidar questões relativas ao acesso à saúde, o que comportava tanto aspectos estruturais, comportamentais e culturais nas condições de saúde do imigrante internacional no espaço urbano.

Nos estudos não há especificação com relação à etnia da população de bolivianos investigada. Em termos gerais, no que tange aos referenciais teóricos utilizados para fundamentar as pesquisas, poucos foram os estudos que indicaram a teoria que os embasa para coletar dados e para a sua interpretação. Alguns estudos se basearam em teorias que explicam o fenômeno migratório referenciando autores da sociologia das migrações. Ademais, o processo de saúde-adoecimento e a conceituação de saúde não foram esclarecidas em nenhum estudo, operando de modo impreciso com tais conceitos.

Os estudos, de um modo geral, revelam a falta de uma política transversal que articulam diferentes instâncias para o cuidado integral de saúde e apontam a importância das Ongs e do Programa de Saúde da Família no cuidado à saúde do imigrante e real conhecimento do quantitativo de migrantes internacionais que vivem no Brasil. Outras publicações apontam para a importância do papel da incorporação dos imigrantes como agentes comunitários de saúde, por se constituir em uma estratégia facilitadora de acesso de imigrantes, sobretudo os sem documentos ou que trabalham em oficinas clandestinas de costura, aos serviços de saúde.

No que se refere à saúde da mulher boliviana, estudos (Waldman, 2011; Madi, Cassanti & Silveira, 2009; Santos, Drezett, Alves, 2015; Castro, Oliveira, Custódio, 2015; Silva & Ramos, 2010; Weintraub & Vasconcellos, 2013; Santos & Mesquita, 2017; Peres, 2015) mostram que o acesso aos serviços de saúde se dá, na maioria das vezes, no período de gravidez ou em casos de violência sexual ou doméstica. Outras pesquisas se debruçam especificamente sobre casos de violência sexual contra a mulher imigrante boliviana (Santos, Drezett & Alves, 2015), o que inclui também o tráfico de pessoas (Teixeira & Almeida, 2015; Cacciamali & Azevedo, 2006).

No que se refere aos profissionais de saúde, de uma maneira geral, investigou-se a questão do preconceito, da dificuldade linguística e estratégias para garantir o acesso e a comunicação (Aguiar & Mota, 2014; Carneiro Junior et al., 2006; Madi, Cassanti & Silveira, 2009; Ferreira, Mariani & Braticevic, 2015; Steffens & Jameson, 2016; Castro, Oliveira, Custódio, 2015; Silva & Ramos, 2010). Outros estudos ainda investigaram a atuação do imigrante boliviano como agente comunitário de saúde como estratégia para vencer barreiras de acesso à saúde (Goldberg & Silveira, 2013). Somente um estudo (Cacciamali & Azevedo, 2006) investigou o tema da saúde mental caracterizando a experiência dos profissionais de saúde com os fatores de dependência química na região da fronteira.

## *5.2 Eixo doenças transmissíveis*

Nesse eixo foram destacados tópicos que emergiram com a análise dos estudos: aspectos epidemiológicos da tuberculose; aspectos epidemiológicos da doença de Chagas; aspectos epidemiológicos e sanitários na fronteira Brasil-Bolívia (Marques et al. 2017; Marques, M. et al. 2014). De modo geral, os estudos epidemiológicos que investigam doenças transmissíveis na população de imigrantes bolivianos não especificam o que entendem por etnia, nacionalidade e doença. É importante problematizar tais pesquisas, pois elas embasam políticas públicas e estratégias de enfrentamento de doenças, como o próprio fechamento das fronteiras.

Juntamente com as pesquisas epidemiológicas também emergem a noção de ‘fator de risco’ relacionada com a nacionalidade da população portadora de vetores de doenças transmissíveis. Estudos epidemiológicos (Melo & Campinas, 2010; Santos, Drezett, Alves, 2015; Marques et al. 2017; Marques, M. et al. 2014; Shikanai et al. 2017; Luna et al. 2016) afirmam a noção de que há resistência do bacilo da tuberculose entre a população migrante ao tratamento realizado no Brasil, observando resultados de pesquisas realizadas, tanto em São Paulo quanto em regiões de fronteira com a Bolívia. O problema aparece quando se cola um argumento técnico-científico à uma nacionalidade específica, gerando estratégias de enfrentamento das doenças que desconSIDERAM os princípios dos direitos humanos, como o direito de migrar.

Estudos reportam que a população fronteiriça está sob maior risco de contrair doenças transmissíveis como a tuberculose ou doença de Chagas (Luna et al. 2016), pela circulação de pessoas nos espaços de fronteiras entre os países (Shikanai et al. 2017), prevendo estratégias de enfrentamento como o estudo do padrão de resistência em casos confirmados de tuberculose. Ainda foi reportado pela literatura científica que, tanto os casos de tuberculose quanto os de doença de chagas observadas na população de imigrantes bolivianos, contribuem para modificar o padrão de morbidade dessas doenças no Brasil (Marques, M. et al. 2014).

## 6 CONCLUSÃO

Tivemos o intuito de problematizar de modo mais aprofundado o fato de como as pesquisas científicas corroboram e reforçam a noção de que o estrangeiro modifica o perfil epidemiológico do país, causando implicações sociais e orientando práticas em saúde pública. Um exemplo disso, pode ser dado no policiamento sanitário utilizado nas fronteiras do Brasil com outros países da América do Sul.

De acordo com a complexidade ressaltada no início do texto sobre saúde e migrações internacionais, asseveramos a necessidade de investigações transversais que considerem aspectos mais amplos das migrações em sua relação com a saúde. Estudos longitudinais também poderiam ser uma ferramenta para compreender os problemas sociais que migrantes internacionais enfrentam ao longo de sua trajetória, e que incorporam outras variáveis no estudo como o tempo de permanência no país, as mudanças no *status* migratório, as alterações na legislação migratória no Brasil e seus impactos no acesso à saúde.

## NOTAS

<sup>1</sup> Eberhardt, Leonardo Dresch, & Miranda, Ary Carvalho de. (2017). Saúde, trabalho e imigração: revisão da literatura científica latino-americana. *Saúde em Debate*, 41(spe2), 299-312.; Bustamante, L.H.U.; Brietzke, E & Cerqueira, R. O. (2017). Estresse e migração - um olhar a partir da imigração boliviana em São Paulo. *Travessia- Revista do migrante* – Nº 80; Guerra, Katia, & Ventura, Miriam. (2017). Bioética, imigração e assistência à saúde: tensões e convergências sobre o direito humano à saúde no Brasil na integração regional dos países. *Cadernos Saúde Coletiva*, 25(1), 123-129. Epub March 30, 2017

## REFERÊNCIAS

- ALVES, A. J. A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, n. 81, p. 53-60, São Paulo, 1992.
- ALMEIDA, G. M. R. & BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: BAENINGER, R. (Org.) **Migração internacional**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Neпо/Unicamp, 2013.
- ALMEIDA, E. C. E. **A evolução da produção científica nacional, os artigos de revisão e o papel do Portal de Periódicos da Capes**. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Rio de Janeiro:, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Ciências Básicas da Saúde, 2013.
- AGUIAR, M. E. & MOTA, A. O Programa Saúde da Família no bairro do Bom Retiro, SP, Brasil: a comunicação entre bolivianos e trabalhadores de saúde. *Interface. Comunicação, saúde, educação*, 18(50):493-506, São Paulo, 2014.
- BAENINGER, R. **Migração internacional**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Neпо/Unicamp, 2013.

- BANINGER, R. & SOUCHAUD, S. Vínculos entre a migração internacional e a migração interna: o caso dos bolivianos no Brasil. **Taller Nacional sobre Migración interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas**. Brasília: Cepal, Celade, Bid, 2007.
- CALIXTO, F. M. et al.. Pró-saúde: uma resposta para a necessidade de informações de mães imigrantes na região central da cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 36 (2), 223-227, São Paulo, 2012.
- CASTRO, C. M.; OLIVEIRA, R.; CUSTÓDIO, M. C. Atenção ao parto de mulheres estrangeiras em uma maternidade pública de São Paulo. **Civitas**, v. 15, n. 2, e59-e74, abr.-jun, Porto Alegre, 2015.
- CACCIAMALI, M. C. & AZEVEDO, G. F. A. Entre o Tráfico Humano e a Opção da Mobilidade Social: os Imigrantes Bolivianos na Cidade de São Paulo - **Cadernos PROLAM/USP** (ano 5 - vol. 1), p. 129-143, São Paulo, 2006.
- CARNEIRO JUNIOR, N. et al. Bolivian migration and Chagas disease: boundaries for the action of the Brazilian National Health System (SUS). **Interface (Botucatu)**, vol.22, n.64, pp.87-96. Epub June 05, 2017. ISSN 1414-3283, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622016.0338>>. Acesso em 23 de março de 2019.
- COOPER, H. M.. Scientific guidelines for conducting integrative research reviews. **Rev Educ Res**. 52(2):291-302, 1982.
- CHALMERS, I. The Cochrane collaboration: preparing, maintaining, and disseminating systematic reviews of the effects of health care. **Ann N Y Acad Sci**. Dec 31;703:156-63, 1993.
- CARNEIRO JUNIOR, N. et al. . Organização de práticas de saúde equânimes em atenção primária em região metropolitana no contexto dos processos de inclusão e exclusão social. **Saúde e Sociedade**, 15(3), 30-39, 2006.
- VOSGERAU, D. S. R. & ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v.14, n.41, 2014.
- FREITAS, P. Família e inserção laboral de jovens migrantes na indústria de confecção. REMHU - **Rev. Interdiscipl. Mobil. Hum.**, Ano XXII, n. 42, p. 231-246, jan./jun, Brasília, 2014.
- FERREIRA, C. M. P. G.; MARIANE, M. A. P. & BRATICEVIC, S. I. As múltiplas fronteiras presentes no atendimento à saúde do estrangeiro em Corumbá, Brasil. **Saude sociedade**, vol.24, n.4, pp.1137-1150, 2015.
- FUJITA, M. S. L. A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação** - v.5 n.4 ago/04, 2004.
- GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; SZANTON-BLANC, C. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. In: N. GLICK SCHILLER, L. BASCH & C. SZANTON BLANC (Eds.), **Toward a Transnational Perspective on Migration**, New York: New York Academy of sciences, p. 1-24, 1992.
- GOLDBERG, A.; MARTIN, D. & SILVEIRA, C. Por um campo específico de estudos sobre processos migratórios e de saúde na Saúde Coletiva. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 19(53), 229-232, 2015. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0194>>. Acesso em 30 de março de 2019
- Granada, D. et al. Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 21(61), 285-296, 2017.

- GIOVANELLA, L. et al. Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do MERCOSUL na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, 23(Suppl. 2), S251-S266, 2007.
- GOLDBERG, A. Un abordaje comparativo en torno a la incidencia de la tuberculosis en inmigrantes bolivianos de Buenos Aires y São Paulo. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, 21(40), 93-106, 2013.
- IANNI, A. M. Z. Biodiversidade e Saúde Pública: questões para uma nova abordagem. **Saúde e Sociedade**, 14(2), 77-88, 2005.
- Luna, E. J. A. et al. Prevalence of Trypanosoma cruzi infection among Bolivian immigrants in the city of São Paulo, Brazil. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, 112(1), 70-74, 2017.
- MADI, M. C. C.; CASSANTI, A. C. & SILVEIRA, C. Estudo das Representações Sociais Sobre Gestação em Mulheres Bolivianas no Contexto da Atenção Básica em Saúde na Área Central da Cidade de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, 18 (Suppl. 2), 67-71, 2009.
- MARQUES, M. et al. Resistência às drogas antituberculose na fronteira do Brasil com Paraguai e Bolívia. **Rev Panam Salud Publica**. 41:e9, 2017.
- MARQUES, M. et al.. Magnitude da tuberculose pulmonar na população fronteiriça de Mato Grosso do Sul (Brasil), Paraguai e Bolívia. **Cadernos de Saúde Pública**, 30(12):2631-2642, dez, Rio de Janeiro, 2014.
- MARTES, A. C. B. & FALEIROS, S. M. Acesso dos imigrantes bolivianos aos serviços públicos de saúde na cidade de São Paulo. **Saúde y Sociedad**, v.22, n.2, p.351-364, São Paulo, 2013.
- MELO, R. A. & CAMPINAS, L. L. S. L. Multiculturalidade e morbidade referida por imigrantes bolivianos na Estratégia Saúde da Família. **O Mundo da Saúde**, 34(1):25-35, São Paulo, 2010.
- MOHER, D. et al. . Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: **The PRISMA Statement**. **Plos Medicine**. July 2009 | Volume 6 | Issue 7 | e1000097, 2009.
- PADILLA, B. Health and Migration: participative methodologies as tools to promote citizenship. **Interface (Botucatu)**. 21(61):273-84, Botucatu, 2017.
- PERES, R. G. Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para corumbá – MS. **Revista Territórios & Fronteiras**, vol. 8, n. 2, Cuiabá, 2015.
- PUCCI, F. M. S. Um balanço da produção acadêmica sobre a imigração de bolivianos em São Paulo. **Áskesis**. v.6, n.2, 139-154, 2017.
- SAMPAIO, R.F. & MANCINI, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev, São Carlos, 2007.
- SANDELOWSKI, M. & BARROSO, J. **Handbook for synthesizing qualitative research**. Brainerd: Bang Printing, 2007.
- SANTOS, F. V. The inclusion of international migrants in Brazilian healthcare system policies: the case of Haitians in the state of Amazonas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, 23(2), 477-494, Rio de Janeiro, 2016.



- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SANTOS, J.; DREZETT, J., ALVES, A. L. **Características sociodemográficas de migrantes bolivianas com gestação decorrente de violência sexual atendidas em serviço público de referência para abortamento legal – 2002-2014**. São Paulo: Reprod. Clim, 2015
- SANTOS, M. O.; MESQUITA, J. L. Observando o lado feminino da migração: mulheres bolivianas na cidade de São Paulo. **Revista Ambivalências**, V.5 • N.9 • p. 172 – 194 • Jan-Jun, 2017.
- Silveira, C. G. et al. . O lugar dos trabalhadores de saúde nas pesquisas sobre processos migratórios internacionais e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, 32 (10), Epub November, 2016.
- Silveira, C. R. et al. Processos migratórios e saúde: Uma breve discussão sobre abordagens teóricas nas análises em saúde dos imigrantes no espaço urbano. In: MOTA, A. & MARINHO, M. G. S. (Orgs.). **Saúde e História de Migrantes e Imigrantes**. Direitos, Instituições e Circularidades. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2014.
- SILVA, E. C. C.; & RAMOS, D. L. P. Interação transcultural nos serviços de saúde. **Acta bioethica**, 16(2), 180-190, 2010.
- SILVA, S. A. **Costurando Sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**, São Paulo, Editora Paulinas, 1997.
- SILVEIRA, C. et al. Living conditions and access to health services by Bolivian immigrants in the city of São Paulo, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, 29 (10), 2017-2027, 2013.
- SOARES, C. B. et al. Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 48 (2), 335-345, 2014.
- SOUCHAUD, S. Presença estrangeira na indústria das confecções e evoluções urbanas no bairros centrais de São Paulo. In: FELDMAN, S. et al. Eds. **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda, 2011.
- SOUCHAUD, S. & FUSCO, W. Diagnóstico das migrações internacionais entre Brasil, Paraguai e Bolívia. Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. **Centro de gestão e estudos estratégicos**, pp.266-295. Brasília, 2008.
- YASUDA, M. A. S. et al. Interdisciplinary approach at the primary healthcare level for Bolivian immigrants with Chagas disease in the city of São Paulo. **PLoS Negl Trop Dis**. Mar 23;11(3), 2017.
- STEFFENS, I. & MARTINS, J. “Falta um Jorge”: a saúde na política municipal para migrantes de São Paulo (SP). **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, (98), 275-299, São Paulo, 2016.
- TEIXEIRA, L. A. & ALMEIDA, L. P. O tráfico de pessoas na fronteira Brasil, Paraguai e Bolívia. **Multitemas**, número especial, p. 67-88, set, Campo Grande-MS, 2015.
- THE JOANNA BRIGGS INSTITUTE. **Joanna Briggs Institute Reviewer’s Manual**. Adelaide: Institute Joanna Briggs, 2011.
- WALDMAN, T. C. Movimentos migratórios sob a perspectiva do direito à saúde: imigrantes bolivianas em São Paulo. **Revista de Direito Sanitário**, v. 12, n. 1, p. 90-114, São Paulo, 2011.

WEINTRAUB, A. C. A. M. & VASCONCELLOS, M. P. C. "Itineraries of immigrant women in São Paulo, Brazil". *International Journal of Migration, Health and Social Care*, Vol. 9 Iss 4 pp. 203 – 212, 2013.

WIMMER, A. & SCHILLER, G. N. Methodological nationalism, the Social Sciences, and the Study of Migration. *An Essay in Historical Epistemology. IMR*, v. 37, n 3:576-610, 2003.

ZIMMERMAN, C.; KISS, L.; HOSSAIN, M.. Migration and Health: A Framework for 21st Century Policy-Making. *PLoS Med*, 8 (5): e1001034. doi:10.1371/journal.pmed.1001034. 2011.

## RESUMO

A temática dessa pesquisa engendra-se na relação entre processos migratórios internacionais e saúde pública/coletiva. O objetivo do estudo é produzir um estado da arte sobre a composição do campo de estudos sobre a relação entre saúde e migrações bolivianas contemporâneas no Brasil. Para tanto, desenvolvemos um método de revisão integrativa de literatura e orientamos a pesquisa a partir da seguinte pergunta: Como a literatura científica conceitua as condições de saúde da imigração boliviana no Brasil nas últimas três décadas? A crítica realizada aqui permeia a relação entre técnica, ciência e política pública. Recentemente um grande número de publicações científicas tem tomado como objeto a saúde de populações de imigrantes bolivianos no Brasil, relacionando-a com doenças transmissíveis específicas ou com condições socioeconômicas e sanitárias, o que reverbera em estratégias de enfrentamento do problema. O objetivo geral é problematizar a composição e desenvolvimento da literatura científica que investiga a relação entre imigração boliviana e saúde no Brasil contemporâneo. Selecionamos pesquisas científicas (quali/quantitativa) que reportam resultados de estudos realizados nas últimas três décadas (1998-2018) sobre as condições de saúde da população de bolivianos no Brasil.

**Palavras-chave:** Migração boliviana; Saúde pública/coletiva; Revisão de literatura

## ABSTRACT

The theme of this research is engendered in the relationship between international migration processes and public / collective health. The objective of the study is to produce a state of the art on the composition of the field of studies on the relationship between health and contemporary Bolivian migrations in Brazil. To this end, we developed an integrative literature review method and guided the research based on the following question: How does the scientific literature conceptualize the health conditions of Bolivian immigration in Brazil in the last three decades? The criticism carried out here permeates the relationship between technique, science and public policy. Recently, a large number of scientific publications have focused on the health of populations of Bolivian immigrants in Brazil, relating it to specific communicable diseases or to socioeconomic and health conditions, which reverberates in strategies to face the problem. The general objective is to problematize the composition and development of scientific literature that investigates the relationship between Bolivian immigration and health in contemporary Brazil. We selected scientific research (quali / quantitative) that report results of studies carried out in the last three decades (1998-2018) on the health conditions of the population of Bolivians in Brazil.

**Keywords:** Bolivian migration; Public / collective health; Literature review

# As potencialidades da perspectiva qualitativa nas pesquisas sobre as identidades sociais e os projetos de mobilidade

*Lidiane M. Maciel\**

*Gisele Maria Ribeiro de Almeida\*\**

## 1 INTRODUÇÃO

O quadro de entendimento das migrações, particularmente internas, no Brasil, foi estruturado em torno da conjugação entre movimentos migratórios e desenvolvimento econômico. No entanto, diversos autores têm apontado à limitação explicativa do modelo analítico assentado sobre os processos de industrialização como explicação dos deslocamentos: os autores parecem concordar que desde as últimas décadas do século XX ocorreram transformações profundas que tornaram mais complexo o fenômeno migratório. É nesse sentido que as separações entre teorias e conceitos, para explicar as migrações internas e internacionais, estão perdendo o sentido. Pois, o processo crescente de internacionalização da economia, os impactos para a divisão internacional do trabalho, os efeitos da reestruturação produtiva, as novas tecnologias de informação e comunicação modificaram substancialmente as relações sociais e espaciais, interferindo em deslocamentos internos e internacionais de forma superposta.

Nesse sentido, esta proposta de trabalho organiza reflexões convergentes, ainda que oriundas de duas experiências distintas de pesquisas: uma de migração interna, outra de migração internacional. Assim, desde uma perspectiva qualitativa, pretende-se discutir técnicas, conceitos e tendências produzidas no âmbito dos estudos migratórios que tiveram inserções no terreno empírico. Estas investigações têm em comum uma intrínseca relação entre teoria e pesquisa. Nos dois contextos citados, as autoras encontraram o desafio de repensar as teorias, buscando novos aportes teóricos que pudessem municiar o entendimento sobre os contextos migratórios investigados.

---

\* Pós-doutoranda, IFCH/UNICAMP

\*\* Doutora pela UFSCAR

Nosso argumento é que o uso de metodologias qualitativas, tais como entrevistas semiestruturadas, etnografias multissituadas e observações diretas, são ferramentas valiosas para a produção de dados sobre o fenômeno da mobilidade humana e são também capazes de fomentar interpretações e o desenvolvimento de conceitos fundamentados em pesquisas empíricas.

A proposta desse artigo é discutir as potencialidades do uso destas ferramentas qualitativas de pesquisa, a partir das reflexões que surgiram no âmbito de duas pesquisas de campo, realizadas por diferentes pesquisadoras. A primeira foi feita entre os anos de 2011 e 2012, com imigrantes e ex-imigrantes brasileiros/as na França (ALMEIDA, 2013) e a segunda, entre os anos de 2013 e 2016, com famílias de trabalhadores rurais migrantes no Estado de São Paulo (MACIEL, 2016). Nas duas investigações, a ida ao campo mostrou que os migrantes eram envolvidos em uma rede de interação social fundada na mobilidade entre seus locais de “origens” e “destinos”. A relação mantida com essas espacialidades alimentava projetos de mobilidade e reordenava identidades sociais anteriores.

Estes aspectos puderam ser registrados em entrevistas realizadas pelas duas pesquisas citadas e, em diversas situações, as entrevistas trouxeram elementos, por vezes, obscurecidos aos/às sujeitos/as de pesquisa e às pesquisadoras. No caso da pesquisa de Maciel, destaca-se ainda os ganhos analíticos advindos a partir da realização de uma etnografia multissituada. Os elementos oriundos a partir das entrevistas levaram as pesquisadoras a revisitar a teoria, por vezes, mostrando sua insuficiência e forçando seu desenvolvimento quando necessário (GLASER e STRAUSS, 1967).

## 2 O USO DA ENTREVISTA: BENEFÍCIOS E “RISCOS” PARA A PESQUISA SOCIAL

Ao analisar a utilização da técnica de entrevista pelas Ciências Sociais, Blanchet (2003) discorre sobre a potencialidade desse instrumental para o acesso às representações sociais e às opiniões individuais. No entanto, o autor enfatiza a relevância do próprio processo da entrevista, levando-nos a refletir sobre a situação na qual esta se realiza, instituindo um mecanismo inter-relacional de produção de discurso. Conforme argumenta o autor, assim como a “imaginação sociológica” (MILLS, 1965), a entrevista é um processo e uma ferramenta da pesquisa repleta de “mistérios” e sua validade depende, em grande parte, de um sentido que está longe de uma apreensão objetiva da realidade.

Assim sendo, para quem parte de uma perspectiva epistemológica subjetivista e recusa compartilhar com as Ciências Naturais a forma de fazer pesquisa científica, a entrevista coloca-se como um potente instrumento de pesquisa, na medida em que permite acessar a experiência vivida pelos agentes sociais, a partir de sua própria perspectiva, que se objetiva na sua narrativa. É evidente que há riscos e desafios envolvidos nestas elaborações subjetivas e

discursivas. Mas, estes nos parecem inerentes à produção de conhecimento na pesquisa social, e, ao mesmo tempo, há recursos e ferramentas metodológicas capazes de oferecer certo “controle” por parte do/a pesquisador/a.

Queiroz (1983) ressaltou os benefícios que os registros orais de depoimentos pessoais com o uso do gravador poderiam trazer às Ciências Sociais. Essa autora descreve as potencialidades da “informação viva” oriunda do próprio informante e de suas motivações como “riqueza de dados”, na medida em que dá acesso ao que “se encontra explícito” e “abre portas para o implícito” (QUEIROZ, 1983, p. 67).

Considerar que as entrevistas permitem o acesso à perspectiva dos agentes, e ver nisso um benefício, coaduna com uma orientação epistemológica que legitima as interpretações e os sentidos que os agentes conferem às suas práticas. No entanto, isso não significa que estas interpretações e estes sentidos devam ser tomados, tal como apresentados pelos/as agentes sociais, como expressão correspondente do real, ou, como diz Poupart (2010), “confundir a interpretação que os atores dão da realidade social com a realidade tal e qual” (POUPART, 2010, p. 215).

Uma forma de enfrentar este risco potencial é reconhecer a situação da entrevista e a relação que ela estabelece entre o/a entrevistador/a e o/a entrevistado/a. Isso porque os aspectos que podem tornar as entrevistas metodologicamente frágeis se referem aos seus vieses, que, segundo Poupart (2010), envolvem três níveis: 1) relacionam-se ao dispositivo de investigação, que abarcam as “deformações” geradas pelo conteúdo e pela forma das questões feitas pelo entrevistador, mas também pelas técnicas de registro (anotações ou gravador) e as circunstâncias e lugares em que se deu a pesquisa; 2) referem-se ao caráter tendencioso que pode advir da relação que se estabelece entre entrevistador e entrevistado em razão das respectivas situações sociais; 3) evocam os vieses ligados ao contexto da pesquisa, que podem afetar os discursos dos envolvidos<sup>1</sup>.

Os riscos da incorporação pela produção científica, das chamadas histórias de vida, foram destacados por Bourdieu (2011), que se mostra apreensivo diante dos pressupostos, mesmo que ocultos, inerentes a essa técnica. Isso se deve ao fato de que, segundo esse autor, há uma crença que existiria uma totalidade na experiência de vida dos indivíduos e que esta poderia ser relatada. Além disso, Bourdieu (2011) aponta que a situação da narrativa, momento da entrevista, se torna um elemento fundamental na produção de um sentido que, na avaliação do autor, é uma criação artificial. Pois, o entrevistado seleciona e organiza os acontecimentos e a experiência vivida. Um dos exemplos destacados pelo autor é a organização entre a ordem cronológica e a ordem lógica, quando os depoentes recorrem a expressões como “desde pequeno”, ou “sempre gostei de música” (BOURDIEU, 2011).

Particularmente, no que tange à compatibilização entre a história pessoal e a condição migratória, é recorrente demandar que o/a entrevistado/a fale sobre seu desejo de emigrar, sua relação com o destino. No entanto, considerando o debate acima, não podemos ignorar que estas “explicações” foram provocadas pela situação da entrevista.

Um aspecto mencionado por Poupart (2010) e discutido por Blanchet e Gotman (2012) diz respeito à entrevista como um momento de coprodução de um discurso, uma narrativa que entrevistador e entrevistado constroem conjuntamente. Blanchet e Gotman (2012) apontam que a entrevista é um instrumento privilegiado para explorar o universo das representações e das práticas sociais, a “utilização da técnica de entrevista é, dessa forma, particularmente recomendada quando se quer analisar o sentido que os atores conferem às suas práticas, aos eventos dos quais eles puderam ser testemunhas ativas” (BLANCHET e GOTMAN, 2012, p. 24, *tradução nossa*)<sup>2</sup>. Para estes autores, o valor heurístico da técnica de entrevista é garantido na medida em que esta engendra a apreensão da representação do sujeito articulada ao seu contexto de experiência. Ou seja, esta representação não está desconectada de um universo mais amplo.

Almeida (2013), em sua pesquisa de campo com emigrantes brasileiros/as, ouviu com frequência casos de negativas, em que o “sempre quis emigrar” transformou-se em “nunca” e, no lugar de “eu sempre quis sair do país”, foi dito “eu nunca pensei em sair do país”. Essa dimensão nos parece importante para reforçar o argumento de Bourdieu (2011), segundo o qual o uso das “biografias”, nas Ciências Sociais, exige a consideração dos riscos envolvidos nesta técnica e, dessa forma, a incorporação da relação complexa que se estabelece entre o indivíduo e o campo social no qual ele se insere, pois a trajetória do/a agente (o/a entrevistado/a) só poderá ser explicada em relação a este último.

Desta forma, o “sempre” quis emigrar ou o “nunca” pensei em deixar o país, passam a ser entendidos dentro das narrativas e das produções de sentido realizadas pelos/as agentes, mas que se mostram, no mínimo, insuficientes para entendermos como e porque os projetos migratórios se realizaram. Estas motivações e justificativas particulares só se explicam e se realizam na vida social dentro de um campo de possibilidades (VELHO, 1999), ou do que podemos chamar de “constrangimentos macroestruturais” que se conjugam às possibilidades individuais<sup>3</sup>.

É desta forma que podemos analisar a fala de um emigrante que foi entrevistado por Almeida (2013):

Em 2004, quando eu já estava com o documento [cidadania francesa], é, eu queria voltar pra França e eu voltei pra Lyon. Abril de 2004. [...] eu não conhecia ninguém em Lyon. Pra não falar que eu não conhecia ninguém, eu conhecia uma menina em Lyon... Quer dizer, eu não conhecia, eu conheci uma amiga Brasileira que tinha uma amiga que morava em

Lyon. Então eu desembarquei em Lyon, com 5 dias de hotel reservado, e saí em busca de uma “coloque”, de um lugar pra morar com outras pessoas. E três dias depois eu achei, fui morar com dois estudantes franceses. E aí comecei a minha primeira vida aqui em Lyon, em 2004. O começo... Eu passei os primeiros 2 meses procurando emprego e depois de 2 meses, passando pelo Quais de Rhône, eu vi um negocinho, um *affiche*, um anúncio falando assim: “eu preciso de gente que fale o português, Espanhol, Inglês e Francês”. Que eram exatamente as 4 línguas que eu falava. E aí eu fui ver, era uma agência *d'intérim* que estava contratando pra “T”. Então, em Abril de 2004, eu comecei a trabalhar pra “T” aqui em Lyon. [Marcílio, em entrevista realizada em 16/10/2012].

O risco aqui seria supor, ou superestimar a “facilidade” com a qual a realização deste projeto migratório consegue ter “sucesso”. Considerando que se trata de um imigrante que chega à cidade sem o suporte de redes de apoio, e que em dias encontra local de moradia e em semanas arruma um trabalho regular e documentado. Na narrativa do agente, há uma relação forte com a “sorte”, como Marcílio dá a entender que “por coincidência” os idiomas que o anúncio de trabalho pedia, eram exatamente os quatro idiomas que ele dominava. Porém, o cientista social deve estar atento para o fato de que não se trata de aptidões “naturais” e nem de acontecimentos fortuitos, mas, sim, de capitais econômicos e culturais. Na pesquisa de Almeida (2013), isso se evidencia no caso de Marcílio e de suas possibilidades: a posse de cidadania de país Europeu tinha o passaporte italiano por ascendência familiar; possuir uma formação superior em administração de empresas numa universidade reconhecida de São Paulo; ser poliglota, afinal não são adjetivações frequentes, mesmo em estratos sociais privilegiados, além de outros aspectos que explicam suas disposições e habilidades. Para Bourdieu (2011), estas configuram o *habitus* que se articula à relações sociais hierarquizadas e revestidas de poder.

Ocupando posições privilegiadas no espaço social, podemos considerar que Marcílio vivenciou o “projeto viver em Lyon-França” de forma extremamente “fácil” quando se compara sua trajetória com migrantes em situações de mobilidade “semelhantes”, seja porque estes não possuem documentos para ser um migrante internacional em situação regular, seja porque não dominam o idioma e códigos culturais do país de destino. Inclusive, a pesquisa de Almeida também traz casos nos quais o projeto de migração Brasil-França foi vivenciado de forma bastante distinta, com dificuldades de várias ordens e inclusive com problemas jurídico/legais no que tange à permanência no destino. A situação de Marcílio mostra-se, desta forma, peculiar tendo em vista a posse de elementos distintivos, para usar uma ideia bourdieusiana, e nem precisou recorrer a seu contato de “amiga da amiga” para arrumar moradia e trabalho. Assim, a

experiência e a narrativa de Marcílio contam uma história a partir da sua perspectiva e do sentido que lhe é inerente, mas cabe ao analista social revelar como estas experiências e narrativas articulam-se à dinâmica da vida social.

Ainda que a “história” contada pelo entrevistado seja uma criação, como diz Bourdieu (2011), a entrevista se constitui em instrumento privilegiado para que o pesquisador conduza uma “criação” que fale sobre as representações e as práticas sociais relacionadas ao tema da pesquisa. No nosso caso, o foco pode ser o projeto, a experiência da migração, a adaptação no destino, os planos de retorno etc. Mesmo que construído artificialmente pela encenação na qual se realiza a entrevista, o material que daí origina serve à análise do pesquisador, a despeito da “veracidade” e da “objetividade” das informações obtidas. Inclusive porque os “conteúdos” apresentados pelos entrevistados são contextualizados e analisados por referenciais teóricos e metodológicos capazes de “desnaturalizar” as narrativas.

No caso da pesquisa com brasileiros/as na França, as entrevistas semidirigidas foram pensadas como forma de apreender a experiência, a narrativa do migrante entrelaçada ao contexto macroestrutural, ao campo social que serve para promover e/ou obstaculizar suas possibilidades de ação. Como diz Bourdieu (2011), considerar o indivíduo sem lhe conectar à construção social que o engendra é o mesmo que tomar o trajeto do metrô como independente da estrutura da rede na qual este opera.

O/a migrantólogo/a pode ainda, ao sistematizar os dados qualitativos recuperados pelas entrevistas, produzir interpretações sobre a experiência migratória de indivíduos e grupos familiares, sendo que isso permite verificar as tendências de mobilidade ou (i) mobilidade, as mudanças nas relações sociais e familiares, os impactos para as condições profissionais ou de trabalho, investigando, igualmente, a forma como os migrantes constroem suas experiências no decorrer de suas vidas cotidianas.

No âmbito das migrações internas, estes ganhos analíticos mostram-se também destacáveis. No caso da pesquisa realizada em São Paulo por Maciel (2016), quando os migrantes concentravam-se em reconstruir suas experiências de trabalho para a pesquisadora, foi possível verificar o grande apreço que tinham pela carteira de trabalho e sua simbologia, considerando um contexto de vida anterior, no qual não dispunham deste elemento. A posse da carteira de trabalho oferecia aos migrantes estudados a condição necessária para assumirem a identidade social de “trabalhadores”. Assim, os sujeitos passavam a buscar inserção no espaço migratório de “destino” onde, para além do ganho real de renda, valorizava-se a condição de formalidade e o respeito adquirido por essa condição nos espaços de origem, quando voltavam no final de um ciclo de trabalho.

Neste mesmo sentido, na pesquisa de terreno com imigrantes brasileiros/as na França, foram encontradas, por exemplo, situações de rebaixamento profissional com perda de *status* social, sendo que a experiência migratória



mantinha-se avaliada como “positiva”, pois o “projeto” de morar na França, e essa “nova” identidade que se construía no contexto migratório, relativizava a perda da profissão e do *status* social que tinham no Brasil (e, deve-se destacar, em alguns casos, sem recompensas monetárias), em prol de outros fatores como “qualidade de vida”, e até mesmo as “mudanças” que os/as migrantes alegaram vivenciar em suas visões de mundo a partir da experiência migratória.

As entrevistas tornam-se, então, ferramentas privilegiadas para investigarmos as subjetividades dos/as migrantes, na medida em que permitem: a) a identificação de seus espaços de vida (COURGEAU, 1988); b) a reconstrução dos processos envolvidos na criação migratória e na elaboração dos projetos de migração (MA MUNG, 2009); c) o reconhecimento das dinâmicas identitárias em contextos de mobilidade (HALL, 1996).

Para Courgeau (1988), o espaço de vida engloba não apenas os lugares de passagem e de permanência, mas, igualmente, todos os outros lugares com os quais o indivíduo se relaciona, ainda que seja de forma não presencial.

Assim, quando se considera o aspecto da seletividade migratória e o reconhecimento de que diferentes perfis de migrantes possuem interesses e estratégias distintas, podemos novamente recorrer ao Bourdieu e as localizações dos/as migrantes, sejam efetivos ou potenciais, no “hierarquizado” espaço social (BOURDIEU, 1997). Além da diferenciação, essa relação espacial também remete aos espaços de pertencimento do indivíduo. Isto é, aos lugares com os quais ele trava relação e com os quais se mantém ligado, dimensão traduzida através do conceito de espaço de vida. Para Courgeau, o conceito serve para pensarmos o indivíduo e suas relações com o espaço enfatizando a dimensão coletiva (pertencimento a um grupo, a uma comunidade etc.).

O relato de Amilton para Almeida (2013) remete a esta dimensão do espraiamento do espaço de vida. O referido entrevistado contou que estava no Brasil há quase um ano, um retorno não planejado, uma vinda de emergência em função das condições de enfermidade do pai. No entanto, uma vez no Brasil, começaram a aparecer boas oportunidades profissionais (ele é fotógrafo) e, segundo seu depoimento, ele “foi ficando”, além do previsto. Porém, Amilton sabia que retornaria a França, só não sabia quando exatamente, pois havia deixado duas filhas e uma ex-mulher francesa de quem não estava ainda oficialmente separado. Ou seja, a França era, segundo sua narrativa, parte efetiva do seu espaço de vida, para dialogar com Courgeau (1988).

As pesquisas sobre migração podem contemplar as relações entre as sociedades de origem e de destino, através, por exemplo, de pesquisas multissituadas, através da etnografia ou da condução de entrevistas nos distintos “espaços migratórios”, com migrantes, retornados, ou ainda com familiares de migrantes.

As pesquisas podem ainda se beneficiar apenas por explorar esses vínculos “subjetivos” e “objetivos” de pertencimentos espaciais, buscando constituir a totalidade do “espaço de vida” desses migrantes, reconhecendo a importância

dos vínculos com a origem, tanto para decisão de permanecer no destino, como para fundamentar o retorno, ou ainda a circularidade Freitas (2014) e Togni (2014). São exemplos de investigações que fundamentam a importância da família para a realização dos projetos de migração, bem como a manutenção dos laços com a região de origem e, eventualmente, justificando o retorno.

As formas de composição e arranjos, em relação aos diferentes espaços que compõem os “espaços de vida” dos indivíduos, evocariam, por sua vez, as estratégias de pertencimentos múltiplos, o uso das novas tecnologias de informação e comunicação na conformação da experiência migratória contemporânea (DIMINESCU, 2009). Além disso, evocariam ainda os impactos para as formas de instalação na sociedade de destino, entre outros aspectos.

As relações com a sociedade de origem também guardam intimidade com as interações sociais que se estabelecem na sociedade hospedeira, evidenciando tanto os limites dessas interações quanto os impactos para o que podemos chamar de “integração” dos/as migrantes na sociedade de destino. Dessa forma, poderia ser investigado com mais rigor o uso estratégico que os migrantes podem fazer de sua condição migrante, ancorada particularmente na sua origem. Como foi identificado na pesquisa sobre brasileiros/as na França, ser “brasileiro” lá pode ser um poderoso “trunfo” para um artista ou para alguém casadouro. No entanto, não se pode esquecer que os “trunfos” não são universais. É provável que a “origem brasileira” do imigrante/estrangeiro seja valorizada em certos espaços sociais franceses e que esta assuma dimensões negativas em outros “lugares”, aspectos relacionados à distinção e que foram também analisadas por Bourdieu (2007).

### 3 O TRABALHO DE CAMPO MULTISSITUADO: A NECESSIDADE DE ETNOGRAFAR O “ESTAR AQUI” E O “ESTAR LÁ”

Alguns trabalhos, no âmbito da temática das migrações internacionais, podem ser citados como exemplos dos benefícios das metodologias qualitativas para os estudos migratórios.

Togni (2014) levou a cabo uma etnografia multissituada, realizada entre o Cacém, cidade que compõe a área metropolitana de Lisboa, e Mantena, interior de Minas Gerais. A investigação tem como foco a migração de jovens brasileiros que deixam pequenas cidades no interior de Minas Gerais, vários deles residindo em áreas rurais, para “aproveitar a vida e melhorar de vida”<sup>4</sup> através da migração para Portugal. A tese de Togni oferece análises instigantes sobre as motivações do projeto migratório, bem como reflexões sobre sexualidade, gênero e identidade que compõem as experiências destes jovens em deslocamentos e pertencimentos transnacionais.

No que tange à experiência migratória, o trabalho de Dias e Souza (2017) evidencia o potencial da pesquisa de campo para se chegar às práticas cotidianas e às táticas de “sobrevivência” do/a imigrante em condição irregular na cidade

de Londres. Os autores realizaram entrevistas semiestruturadas, fizeram uso da observação participante, interagindo em espaços sociais junto a imigrantes brasileiros/as em situação migratória irregular entre 2007 e 2014. No texto, Dias e Souza utilizam os conceitos de fronteiras, deportação, cidadania e mobilidade para refletirem sobre como imigrantes brasileiros/as em Londres engendram táticas de mobilidade na cidade, tendo em vista o objetivo de escapar do controle de fronteiras realizado por agentes da imigração no interior da Inglaterra.

Através da realização de pesquisa de campo na cidade de São Paulo e na Bolívia, Freitas (2014) investigou a emigração de trabalhadores/as bolivianos/as para São Paulo e Buenos Aires para trabalhar na indústria de confecção. A condução de entrevistas semiestruturadas junto aos/às bolivianos/as permitiu a pesquisadora construir um tipo migratório que foi denominado de “projeto costura”, capaz de articular um processo social que abarcava o investimento nos locais de origem, a aventura, o aperfeiçoamento e a mobilidade profissional.

No caso dos estudos focados nas migrações internas, o trabalho de campo de Maciel (2016) foi realizado em várias etapas, tanto no município de Matão/SP quanto em Jaicós/PI. O objeto indicava a necessidade suprema de uma análise bifocal (HIRAI, 2012) e, muitas vezes, multilocal (MARCUS, 2001), considerando que, além de Matão e Jaicós, os migrantes apresentavam em suas biografias outros deslocamentos. É o caso de migração para outras cidades do estado de São Paulo, como a própria capital paulista. “São Paulo mesmo” – em referência a cidade de São Paulo – era apresentada como um local para onde também podia se “correr”, em caso de necessidade, pois o trabalho na construção civil não era considerado menos duro que as colheitas da laranja e corte de cana-de-açúcar.

Desse modo, metodologicamente, Maciel (2016) considerou que, em situações de intensa mobilidade, o olhar bifocal se fazia necessário porque permitia descrever de que forma os migrantes construíam seus mundos particulares. Nesse sentido, as noções de “origem” e de “destino migratório” eram integradas à análise. Logo, a biografia multilocalizada facilitava:

A reconstrução analítica sistêmica desses eventos e episódios biográficos, ocorridos durante a experiência migratória, contribui para entender a natureza de tais mobilidades e identificar os efeitos e trocas na vida das pessoas que migram, e também de familiares que permanecem nas localidades de origem, cujas vidas estão ligadas a experiências migratórias. (SÁNCHEZ, 2012, p. 460. Tradução livre).

Para além da “origem” e do “destino”, como nos diz Sánchez (2012), a proposta das biografias multilocalizadas apresentava multiterritorialidades e multissituações. Potencialmente são considerados os locais em que se transcorreram os eventos ou situações, a partir dos jogos de poder ali desenvolvidos.

Marcus (2001) esclarece que, em uma economia capitalista baseada em um sistema mundial, as investigações podem ser realizadas de maneira a considerar várias pontas de uma rede mais ou menos integrada de relações sociais. Assim, os estudos multilocais constroem, sobretudo, uma narrativa sobre o sistema mundo.

A etnografia multissituada é um exercício de mapear um terreno, sua finalidade não é a representação holística, nem gerar um retrato etnográfico do sistema mundo em sua totalidade. Mas, fixa que qualquer etnografia de uma formação cultural em um sistema mundo é também uma etnografia do sistema que, portanto, não pode ser entendida só em termos do que é colocado em cena convencional da etnografia unilocal, supondo realmente que o objeto de estudo seja a formação cultural produzida em diferentes localidades e não necessariamente as condições de um grupo particular de sujeitos (MARCUS, 2001, p.113. Tradução livre)<sup>5</sup>.

A abordagem multilocal tem sido, então, desenvolvida por vários estudiosos cujas preocupações se voltam para as migrações, a circulação dos objetos, processos globais e locais e produção cultural no mundo contemporâneo.

Marcus (2001) aponta que é possível realizar certas modalidades de construção de etnografias multilocais a partir do acompanhamento de pessoas, objetos, metáforas, conflitos, tramas ou histórias e alegorias. Para nós, na construção deste artigo, os trabalhos de Grasmuck e Pessar (1991), como citado por Marcus (2001), servem de fonte inspiradora para a construção de uma sociologia das migrações.

Afirmando que “seguir pessoas” é um campo de amplas potencialidades para a sociologia das migrações, Marcus (2001) nos aponta como esse processo social pode ser capturado a partir de todas estas outras dimensões citadas. Pois isso acontece também na ordem do seguir os objetos, sendo material e também simbólico, considerando que no processo migratório é bastante comum a circulação de signos através das tramas e narrativas que podem ser produzidas sobre eles.

Nos estudos migratórios, seguir histórias de vida pode nos oferecer elementos sobre a dinâmica social, como sugerido por Marcus (2001): “as histórias de vida revelam justaposições de contextos sociais mediante uma sucessão de experiências narradas individualmente, que pode ser desconhecida no estudo estrutural de processos deste tipo” (MARCUS, 2001, p.121. Tradução livre)<sup>6</sup>.

Hirai (2012) oferece-nos outro exemplo das potencialidades desse trabalho, mostrando-o em seus estudos sobre migrantes mexicanos nos Estados Unidos:

Ao ter uma vida transnacional que lhes permite incorporar simultaneamente tanto a sociedade de origem com a de destino, os migrantes podem ocupar um posicionamento como subalterno nos países receptores e outro, por sua vez, como novos líderes políticos econômicos em seus lugares de origem (HIRAI, 2012, p. 106. Tradução livre)<sup>7</sup>.

Há, então, a produção de sujeitos multissituados. Assim, reconstituir uma trajetória por meio de uma entrevista biográfica multissituada sempre implica o trabalho da memória daquele que entrevistamos, nos colocando frente ao desafio da produção de discursos sobre a trajetória do entrevistado, como já citado no tópico anterior.

A partir da pesquisa empírica de Maciel (2016), foi possível verificar que a migração de piauienses para São Paulo e, atualmente, para o interior de São Paulo, se insere em um movimento maior e dinâmico que engloba múltiplas trajetórias familiares. Trata-se de um processo desencadeado há, pelo menos, três gerações de migrantes, atravessado por mudanças econômicas e sociais em âmbito nacional e regional.

Para captar toda a dinâmica deste processo social, foi necessário fazer idas e vindas ao campo. Foi necessário reconstruir múltiplas vezes as mesmas trajetórias em diferentes momentos da pesquisa de campo e construir a análise de modo a não as individualizar, relacionando-as entre si, considerando também que o tempo ou a distância dos eventos constrói, reconstrói e destrói as lembranças.

A construção da multissituacionalidade migratória pode ser realizada na pesquisa de referência, através de um instrumento de pesquisa biográfico. Assim, Battagliola et al (1993), no que se refere aos estudos biográficos, à apresentação de uma história de vida e à uma análise biográfica, permite acessar relações sociais para além das particularidades contadas pelo sujeito, mostrando eventos e instituições que ora tomam grande valor social ora entram em decadência. Nesse sentido, como demonstram as análises sobre a influência de um casamento, sobre processos migratórios ou a escolha de uma espacialidade.

Os autores Bacellar e Lima (1990) apontam que, no que se refere ao estado do Piauí, e as perdas migratórias durante a segunda metade do século XX; a capital do estado, Teresina; e a outras cidades, cujo desenvolvimento era maior, a migração era prioritariamente feminina. Já entre os homens, os espaços migratórios que mais se destacam depois dos anos 1970 foram a Microrregião Norte e Centro-Oeste do Piauí, além de cidades dos respectivos estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, neste último, especialmente para a sua capital, Belo Horizonte. Nesse período, a migração destinava, sobretudo, à procura de trabalho na construção civil. As estadas eram realizadas na casa de familiares já moradores daquelas localidades ou na própria obra, o que impossibilitava a ida de mulheres e filhos.

Nos anos 2000, verificou-se a intensificação das migrações direcionadas do Piauí ao interior do estado de São Paulo. As idas e vindas para a realização das diversas safras agrícola desse estado, tais como corte de cana-de-açúcar e colheita da laranja, foram destacadas como as atividades mais importantes entre os migrantes. É nesse contexto que se inseriu a pesquisa de campo multissituada e biográfica nas cidades de Picos e Jaicós, no Piauí, e Matão, em São Paulo.

O entendimento do processo migratório, entre os municípios citados, passou, necessariamente, pela reconstrução dos caminhos e descaminhos que levaram sua população a traçar suas trajetórias migratórias vinculadas a espaços de vida (COURGEAU, 1988) longínquos de sua terra natal. Os caminhos que conduziram os migrantes a Matão foram muitos e formam inúmeros fios tecidos nas relações sociais das redes (VETTORASSI, 2010) sobre condicionantes macroestruturais (SINGER, 1979) postos no cenário em que se desenvolveram as migrações rurais e urbanas entre o Piauí e São Paulo.

Desse modo, a reconstrução das trajetórias migratórias demandou de Maciel (2016) e de Pereira (2015) uma série de aproximações e diversas estadas nas localidades referenciadas pelos migrantes. Houve também casos de localidades reconstruídas discursivamente, pois não remetiam diretamente a uma experiência vivenciada pela mobilidade. Dessa experiência, foram relatadas as estadas na cidade de São Paulo, por exemplo, chamadas pelos migrantes de “São Paulo mesmo”, em contraposição ao interior do estado de São Paulo, ou do município de “Matão”.

Já os casos de “São Paulo do Matão”, estes foram reconstruídos nas entrevistas em Jaicós e na própria cidade, o que nos exigiu uma série de contatos em diferentes momentos. As percepções das localidades variavam conforme os condicionantes sociais como de gênero e grupo etário. Os homens, por exemplo, valorizavam as espacialidades relacionadas à vida social festiva, espaços públicos, tais como a sociabilidade do bar e dos times de futebol formadas em ambas as cidades. Já as mulheres, valorizavam os ambientes das casas e vizinhanças em Jaicós e Matão. O que uniam ambos os grupos era o trabalho, pois, diferentemente de outras culturas, como a do corte da cana-de-açúcar, os trabalhos relacionados à colheita da laranja acolhem homens e mulheres.

As reconstruções das biografias eram profundamente impactadas pelos locais nos quais eram produzidas. Em Jaicós, o tempo era o tempo da entressafra, ou seja, o tempo de descanso e da vida contemplativa. Já em Matão, trazia o tempo do trabalho, e os (as) entrevistados (as) apresentavam-se sempre muito ocupados (as) e cansados (as). Muitas entrevistas com as mulheres, por exemplo, foram produzidas enquanto elas lavavam roupas ou faziam comida, bem como, cuidavam das crianças. Entrevistar os homens, também era difícil, pois o tempo livre que tinham era dedicado a auxiliar suas esposas no trabalho doméstico, ou frequentar espaços de sociabilidade como bares e feiras.

O próprio registro etnográfico também não se apresentava tranquilo. Estar nos espaços de estudo selecionado exigia que as pesquisadoras tentassem passar despercebidas. No entanto, eram constantes as perguntas sobre os porquês da escolha do objeto de pesquisa, inclusive suscitando desconfiança ou

interesse. Durante a pesquisa de campo, Maciel e Pereira, ao fazerem anotações em seus cadernos, em locais públicos, foram alvos de muita curiosidade e questionamentos. Houve situações nas quais os moradores se aproximaram e perguntaram às pesquisadoras se estas eram agentes da prefeitura municipal ou da empresa de processamento de cítricos de São Paulo que os contratava.

No entanto, foi a partir das idas e vindas, como os migrantes realizam, que Maciel e Pereira conseguiram mapear a construção dos espaços de vida dos migrantes, assim como as identidades que nasciam entre as espacialidades que compunham os espaços de circulação, entre a casa, a comunidade rural e a rua. Por isso, toda recusa e curiosidades demonstradas pela população sobre a pesquisa fizeram parte da própria dinâmica investigativa.

Os espaços eram construídos de maneira multissituada, fazendo referência a outras localidades já vividas. A partir do conjunto de descrições e fotografias, foi possível, para as pesquisadoras, uma aproximação com o contexto, considerando-o como partícipe do deslocamento relatado nas biografias famílias.

Era possível observar e descrever as novas rotas criadas nas comunidades rurais para beneficiar a circulação de carros e motocicletas. Esse aspecto alterava demasiadamente as estradas urbanas e rurais do município de Jaicós. Havia, por exemplo, a construção de novas cercas nas propriedades rurais para proteção dos animais que sofriam o risco de atropelamentos, como nos contou um dos moradores em entrevista em 2013, e mesmo a fixação de placas com avisos que pediam para o motorista a redução da velocidade.

A terra em Jaicós (PI) também ganhava novas funcionalidades. Era possível perceber o grande apreço à mesma com a composição de hortas para consumo doméstico, e o abandono da pequena agricultura. Os moradores relatavam que a renda era obtida em Matão, e agora a terra de Jaicós era para descansar. Assim, as casas eram reformadas, com destaque para as fachadas bem reformadas com dinheiro advindo da migração.

Em Matão, alguns bairros, ao ganharem novos moradores, mesmo temporários, também sofriam alterações, como os moradores “locais” afirmavam que, na época da pesquisa de campo, o comércio era aquecido, a feira ficava mais movimentada e era possível observar que muitos proprietários alugavam edículas de suas casas, onde moravam, para os trabalhadores rurais safristas, criando novas funções ao “fundo de quintal” antes utilizado como lavanderia.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo atentou para duas técnicas de pesquisa qualitativa em processos migratórios, as entrevistas e os relatos de campo multissituados (Etnografias). Nosso intuito foi demonstrar as potencialidades de ambas para a compreensão dos projetos e dos processos sociais da migração, na medida em que as abordagens qualitativas favorecem a recomposição da complexidade de que se reveste as experiências dos deslocamentos, sejam eles internacionais ou nacionais.

Reconhecendo as possibilidades e os limites do uso das técnicas, as entrevistas, por exemplo, servem como forma de unir informações sobre os projetos e os processos migratórios, partindo das experiências dos sujeitos que migraram. Isso ajuda o pesquisador a buscar as motivações (por que emigrar) e possibilidades e constrangimentos (por que naquele momento e por que para aquele destino) envolvidos no processo. Como destacado por Knowles (2017), a ideia de fluxo migratório pode ser irreal expressando uma facilidade muitas vezes inexistente.

Assim, as jornadas migratórias (KNOWLES, 2017), que podem conjugar solidariedade, disputas, constrangimentos e coerções, podem ser representadas nas falas dos sujeitos (migrantes), e melhor entendidas pelo olhar atento do pesquisador no “estar em campo”, nos diferentes espaços circulatorios. Desse modo, as etnografias multissituadas, unidas às entrevistas, auxiliam o/a migrantólogo/a na discussão sobre o processo social carregado de especificidades, idas, vindas e direções incertas.

Não se trata de desconsiderar os aspectos macroestruturais envolvidos na migração, nem atribuir ao indivíduo todo poder de orientação. O complexo processo migratório não se explica unicamente por motivações subjetivas captadas pelas técnicas discutidas, ainda que o indivíduo venha a organizar dessa forma sua experiência. Mas, é necessário ter a consciência que as experiências individuais, captadas qualitativamente, revelam aspectos da estrutura se assim forem analisadas e consideradas. Seguindo as orientações metodológicas de Norbert Elias, sociólogo alemão, “é necessário desistir de pensar em termos de substâncias isoladas únicas e começar a pensar em termos de relações e funções” (ELIAS, 1994, p. 22). Para este aspecto, as técnicas qualitativas mostram-se de grande serventia aos estudos migratórios, tanto no que se refere à compreensão dos fluxos (origem e destino) como para perscrutar a experiência do migrante, o que toca sua relação com as respectivas sociedades de origem e de destino com as ancoragens identitárias e com os projetos futuros de (i)mobilidade.

## NOTAS

<sup>1</sup> Aspecto conhecido neste caso é que, quando o entrevistado tem conhecimento sobre o enfoque da pesquisa, seu enunciado tende a ser afetado tanto naquilo que é dito quanto naquilo que é omitido (POUPART, 2010).

<sup>2</sup> No original: “L’enquête par entretien est ainsi particulièrement pertinente lorsque l’on veut analyser les sens que les acteurs donnent à leurs pratiques, aux événements dont ils ont pu être les témoins actifs. [...] Le valeur heuristique de l’entretien tien donc à ce qu’il saisit la représentation articulée à son contexte expérientiel et l’inscrit dans um réseau de signification. Il ne s’agit pas alors seulement de faire décrire, mais de faire parler sur.” (BLANCHET e GOTMAN, 2012, p. 24-25)



<sup>3</sup> No segundo capítulo da sua tese, Almeida (2013) apresenta uma reflexão em torno do fenômeno migratório que busca incorporar o peso dos constrangimentos macroestruturais na formação de condições que promovem a emigração na origem e a imigração no destino e, simultaneamente, reconhece o papel da agência dos migrantes nos deslocamentos.

<sup>4</sup> Togni (2014) aponta que estas categorias êmicas foram destacadas pelos/as próprios agentes, através de suas narrativas.

<sup>5</sup> No original: “Le etnografía multilocal es un ejercicio de mapear un terreno, su finalidad no es la representación holística ni gerar un retrato etnográfico del sistema mundo como totalidad. Más bien, sostiene que cualquier etnografía de una etnografía de una formación cultural en el sistema y que, por tanto, no puede ser entendida sólo en términos de la puesta en escena convencional de la etnografía unilocal, suponiendo realmente que el objeto de estudio se ala formación cultural producida en diferentes localidades, y no necesariamente las condiciones de un grupo particular de sujetos” (MARCUS, 2001, p. 113)

<sup>6</sup> No original: “Las historias de vida revelan yuxtaposiciones de contextos sociales mediante una sucesión de experiencias narradas individualmente, que pueden ser desconocidas en el estudio estructural de procesos de este tipo” (MARCUS, 2001, p. 121).

<sup>7</sup> No original: “Al tener una vida transnacional que les permite incorporar simultáneamente tanto a la sociedad de origen como a la de destino, los migrantes pueden ocupar un posicionamiento como subalternos en el país receptor y otro, a la vez, como nuevos líderes políticos económicos en sus lugares de origen” (HIRAI, 2012, p. 106).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. R. de. **Au revoir, Brésil**: um estudo sobre a imigração brasileira na França após 1980. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, IFCH/UNICAMP. Campinas: Unicamp, 2013.

BACELLAR, O. I. de B.; LIMA, G. P. **Causas e tendências do processo migratório piauiense**. Teresina, Fundação CEPRO, 1990.

BATTAGLIOLA, F. *et al.* A propos des biographies: regards croisés sur questionnaires et entretiens, **Population**, 48e année, n°2, 1993, pp. 325-346.

BLANCHET, A. **Dire et faire dire**: l’entretien. Paris: Armand Colin, 2003. 172 p.

BLANCHET, A.; GOTMAN, A. **L’entretien**: l’enquête et ses méthodes. Paris: Armand Colin, 2012. 126 p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil & Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: Amado, J.; Ferreira, M. M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. pp. 183-191.

- \_\_\_\_\_. Efeitos do lugar. In: Bourdieu, P. (coord). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2001, pp. 159-166.
- \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011.
- COURGEAU, D. “Concepts de base”. In: \_\_\_\_\_. **Methodes de mesure de la mobilite spatiale**: migrations internes, mobilite temporaire, navettes. Paris: Editions de l’Institut National d’Études Demographiques, 1988.
- DIAS, G.; SOUZA, C. N. Lidando com fronteiras móveis: um estudo sobre as táticas de mobilidade urbana de brasileiros em Londres. **Terceiro Milênio** - Revista Crítica de Sociologia e Política, v. 8, p. 186-209, 2017.
- DIMINESCU, D. Le migrant dans un système global de mobilités. In: CORTÈS, G.; FARET, L. (orgs) **Les circulations transnationales**: lire les turbulences migratoires contemporaines. Paris: Armand Colin, 2009, p. 211-224.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FREITAS, P. T. **Projeto costura**: percursos sociais de trabalhadores migrantes, entre a Bolívia e a indústria de confecção das cidades de destino. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, IFCH/UNICAMP. Campinas: Unicamp, , 2014.
- HIRAI, S. Siguelos símbolos del terruño: Etnografía multilocal y migración transnacional. In: ARIZA, M. e VELASCO, L. (org) **Metodologia Qualitativa para el estudio de las migraciones internacionales**. Cidade do México: UNAM, 2012.
- KNOWLES, C. **Nas trilhas de um chinelo**. Uma jornada pelas vias secundárias da globalização. São Paulo. Annablume, 2017.
- GRASMUCK S; PESSAR, P. **Between Two Islands Dominican International Migration**. Berkeley: University of California Press.1991.
- GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. New York: Aldine de Gruyter, 1967.
- HALL, S. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 24 (1), 1996, p.68-75.
- MARCUS, G. E. Etnografia en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. In: **Alteridades**, vol. 11, núm. 22, julio-diciembre, pp. 111-127.
- MACIEL, L. M. **Entre o rural e o urbano**: processos identitários na migração para região Central do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, IFCH/UNICAMP. Campinas: Unicamp, 2016.

- MA MUNG, E. “Le point de vue de l’autonomie dans l’étude des migrations internationales: ‘penser de l’intérieur’ les phénomènes de mobilité”. In: DUREAU, Françoise et HILY, M. A. (dirs). **Les mondes de la mobilité**. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2009. p. 25-38.
- MILLS, W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 246 p.
- PEREIRA, G. G. **Entre o partir e o chegar**: Os trabalhadores rurais migrantes em Matão/SP. Dissertação de Mestrado., Programa de Pós-Graduação em Demografia. Campinas: Unicamp, 2015.
- POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. *et al* (org) **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010, pp. 215-251
- SÁNCHEZ, L. R. Las trayectorias en los estudios de migración: Una herramienta para el análisis longitudinal cualitativo. In: ARIZA, M. e VELASCO, L. (org) **Metodología Qualitativa para el estudio de las migraciones internacionales**. Cidade do México: UNAM México, 2012.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., [1976]1988.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: CERU e FFLCH, 1983. 182 p.
- TOGNI, P. C.. **A Europa é o Cacém**: mobilidades, gênero e sexualidade nos deslocamentos de jovens brasileiros para Portugal. Lisboa: ISCTE-IUL, 2014. Tese de doutoramento. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/8679>. Acesso em 11 Jul 2018.
- VETTORASSI, A. **Laços de Trabalho e Redes dos Migrantes**: um estudo sobre as dimensões objetivas e subjetivas presentes em redes sociais e identidades de grupos migrantes de Serrana-SP e Guariba-SP Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, IFCH/Unicamp. Campinas: Unicamp, 2010.
- VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

## RESUMO

O artigo tem como objetivo discutir, a partir de duas experiências de pesquisas empíricas, as potencialidades e os desafios do uso de entrevistas qualitativas e descrições etnográficas nas pesquisas relacionadas aos processos migratórios contemporâneos. Salientamos que as duas técnicas, anteriormente citadas, estão em consonância com as definições e exigências dos objetos de pesquisa das investigadoras: os projetos de mobilidade, e, a construção de identidades sociais no processo migratório. O acesso às questões, de cunho estrutural e particular, vivenciadas pelos migrantes e suas famílias foi possibilitado pelo intensivo trabalho de campo que impôs às pesquisadoras diferentes desafios na busca de novas interpretações também problematizadas neste artigo. Assim, o intuito maior é colaborar com a discussão metodológica nos estudos de mobilidade na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** técnicas de pesquisa empírica, mobilidade, identidade, projetos migratórios.

## ABSTRACT

The article aims to discuss the potentialities and challenges of the use of interviews and ethnographic descriptions in research to contemporary migratory processes, from two empirical researches experiences. The methods were adequate for the requirements of the researches. The goal was to study the mobility projects and the construction of social identities in the migration process. The access to the structural and particular issues experienced by migrants and their families was made possible by field study research. Thus, the search for new interpretations for fieldwork data was also a challenge reported by the researchers in this article.

**Keywords:** empirical research techniques, mobility, identity, migration projects.

# A presença de imigrantes caribenhos em condição de irregularidade em São Paulo

*Fernando Neira Orjuela\**

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a presença latino-americana no Brasil cresceu e contribuiu para o crescimento da imigração, como um todo. Foram cerca de 900 mil imigrantes, no período de 2007 a 2014, no território brasileiro (Georg Uebel, 2016). Uma porcentagem importante dessa presença é composta por nacionalidades como argentina, chilena, boliviana, peruana, haitiana, venezuelana e colombiana. O maior número de migrantes latino-americanos tem a peculiaridade de que pouco sabemos sobre suas características; a falta de dados mais específicos por nacionalidade constitui uma das principais dificuldades.

Esse panorama é ainda mais complicado se o que se busca é fazer um trabalho comparativo entre os países - neste caso, os caribenhos - porque nos deparamos com dois problemas: por um lado, trata-se de uma pequena migração que não aparece nos registros estatísticos oficiais – nos quais são apresentados de forma agrupada por região ou sub-região – e, por outro, quando se trata de migrantes em condição jurídica irregular, é ainda mais difícil obter informações. Além disso, é necessário acrescentar que existem poucas instituições que partilham com o público em geral as informações estatísticas sobre a população atendida e, portanto, ao obter acesso a bancos de dados, os resultados obtidos tornam-se muito importantes.

O presente artigo tem como objetivo caracterizar os migrantes de alguns países caribenhos que chegam, vivem e transitam em situação irregular na cidade de São Paulo, com base nos dados oferecidos pelos arquivos de atendimento e pelos relatórios gerados na Missão Paz, uma comunidade scalabriniana que presta diversos serviços a imigrantes na cidade de São Paulo. Outro objetivo do texto é descrever os perfis de migrantes procedentes da região do Caribe (Colômbia, Cuba, República Dominicana, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Salvador, Venezuela) que foram, em algum momento, à Missão de Paz em busca de apoio.

---

\* Pesquisador CIALC-UNAM

Para este fim, o texto<sup>1</sup> é dividido em três seções da seguinte forma: a primeira seção analisa a importância dos dados institucionais como fontes de informação; em um segundo momento, é explicada a metodologia utilizada para a análise dos arquivos; e, por último, são relatados os resultados encontrados<sup>2</sup>.

## 2 BASES DE DADOS DE ORGANIZAÇÕES CIVIS COMO FONTES DE INFORMAÇÃO

Um dos problemas frequentes para os pesquisadores sociais, em geral, é a inexistência ou a dificuldade de acesso a bancos de dados sobre migrantes nos locais de destino, o que é ainda mais difícil no caso de migrantes considerados irregulares<sup>3</sup>. Portanto, se precisamos de dados para nossos estudos, devemos recorrer ao levantamento de nossas próprias informações, seja por meio de entrevistas ou, na melhor das hipóteses, pela realização de pequenas pesquisas.

Nesse sentido, é indubitável a importância do uso das informações que as instituições públicas e organizações civis capturam sobre migrantes. No entanto, o acesso a tais informações por pesquisadores é muito limitado, quando não impossível. Essa situação não surpreende se levarmos em conta que a harmonização do direito de conhecer e a proteção dos dados pessoais aparecem como um dos nós problemáticos e os principais desafios enfrentados pelos responsáveis por colocar em prática os conteúdos das leis sobre acesso às informações sobre migrantes (Torres, s/d, p. 2).

Quando se faz uma pesquisa sobre migrantes em geral, particularmente aqueles em condição de irregularidade, sempre se refere ao direito de obter dados sobre as pessoas atendidas em instituições governamentais e ONGs. Porém, também deve ser respeitado o direito à proteção dos dados daqueles migrantes que fornecem suas informações pessoais acreditando na boa fé das referidas instituições, confiando no bom uso que farão delas.

É relevante o uso que essas instituições fazem das informações que coletam. Por isso, querendo saber o que está acontecendo, as respostas a essa pergunta são as mais diversas. Alguns funcionários mencionam que, na maioria dos casos, os dados obtidos são usados para estatísticas internas, com o objetivo de fazer balanços anuais de gestão ou a fim de reportar a instituições de financiamento<sup>4</sup>. Qualquer que seja a utilidade, o uso e o destino dessas informações nem sempre são de acesso público e menos ainda para fins acadêmicos.

No entanto, existem instituições que entendem o valor da pesquisa social e permitem o acesso às suas informações. É o caso da Missão Paz, fundada em São Paulo em 1940 por padres scalabrinianos, que surgiu como escopo maior abrigando um conjunto de outras instituições, ou projetos, como o Centro de Estudos Migratórios (CEM), a Associação de Voluntários para a Integração dos

Migrantes (AVIM), o Centro de Pastoral e Mediação dos Migrantes (CPMM) e a Casa do Migrante que, desde os anos 1967, volta sua atenção para o acolhimento a migrantes e refugiados<sup>5</sup>. A Missão Paz faz um importante trabalho de atenção, recepção, apoio, assessoria e capacitação da população imigrante na cidade de São Paulo. Os migrantes chegam à organização através de vários meios. Dentre os mais importantes está o encaminhamento de instituições tais como a Agência para Refugiados da ONU - ACNUR, a prefeitura, outras organizações sociais ou por conta própria.

Como parte do trabalho de campo do projeto sobre a migração andina não documentada nas metrópoles da América do Sul, um dos diretores da Missão Paz, padre Paolo Parise, foi contatado em 2016 para uma entrevista, já que seu testemunho seria fundamental para explicar como a migração é abordada por organizações civis, um dos objetivos da investigação. O diretor da instituição scalabriniana mencionou a existência de arquivos cadastrais de migrantes em condição irregular que compareceram na instituição e sua disposição que fossem consultados e analisados por este autor. Esta instituição tem, entre suas instalações, uma biblioteca e um centro de documentação, onde há uma importante coleção bibliográfica onde se obteve as informações para o presente artigo. . A seguir, mostramos como foram tratadas as informações coletadas nos arquivos do Centro de Estudos Migratórios da Missão Paz.

### 3 ACESSO E TRABALHO COM OS ARQUIVOS

A biblioteca do Centro de Estudos Migratórios (CEM) da Missão Paz é dividida em dois espaços: um em que existem livros de todos os tipos, muitos deles relacionados - direta ou indiretamente - à migração e um segundo espaço onde todos os arquivos são organizados por semestre desde 1999 até 2013. Os registros mais recentes estavam em outra área da instituição à qual não tivemos acesso.

Um número aproximado de 20.000 documentos foi encontrado e foi necessário revisá-los cuidadosamente para se familiarizar com o conteúdo das informações registradas nos formulários e seus anexos. Esse processo prévio de revisão nos permitiu constatar que havia vários tipos de formatos contendo informações diferenciadas.

Como é comum no uso de fontes secundárias, vários problemas foram encontrados no registro das informações. O primeiro foi que um grande número de registros era manuscrito, muitos deles com caligrafia pouco legível, o que demandou tempo e esforço adicionais para decifrar os dados, além de uma grande perda de dados por estarem ilegíveis.

Um segundo problema é a linguagem e as convenções de registro das informações do país (Brasil, neste caso). Foi necessário fazer uma tradução de alguns dados e a busca de informações adicionais para decifrar, no caso

de variáveis como educação, qual sua correspondência com as classificações usadas internacionalmente. Em terceiro lugar, estão as diferenças entre os dados registrados nos diversos tipos de registros. Por exemplo, durante o período de anistia de 2004, foi utilizado um tipo de registro até então diferente, pois era necessário registrar dados básicos, uma vez que o volume de migrantes atendidos naquele período excedia a capacidade da instituição de reunir informações mais detalhadas.

Outra dificuldade enfrentada foi a escrita dos relatórios, condicionada à vontade da pessoa que recebeu o migrante, de escrever todos ou apenas alguns dados. Em alguns casos, apenas as informações básicas foram registradas, enquanto outros documentos tinham informações muito mais específicas, especialmente as mais recentes que foram preparadas em um computador, o que permite maior velocidade e maior clareza no registro das informações. Uma dificuldade adicional é que, às vezes, documentos mal classificados foram encontrados, como consequência de que aqueles que os consultaram não os deixaram no lugar correspondente.

Finalmente, decidimos projetar um banco de dados com as variáveis comuns a todos os tipos de fichas. Foram excluídas as que não continham informações suficientes ou estavam ilegíveis, assim como os registros de 1997 e 1998 que correspondiam aos migrantes internos brasileiros.

Do total de documentos encontrados na Missão de Paz (cerca de 20.000), apenas 7.560 registros foram incluídos no banco de dados, dos quais uma sub-base foi extraída com 639 registros correspondentes à população migrante dos países considerados caribenhos. Assim, foram incluídos os registros das seguintes nações: Colômbia, Cuba, República Dominicana, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Salvador, Venezuela. Os registros utilizados correspondem ao período de 2000 até 2012.

Foi efetuado um ajuste e depuração do registro de informações no banco de dados e elaborada a reclassificação de algumas variáveis, de acordo com os “padrões” internacionais de comparação para facilitar a apresentação dos dados. Por exemplo, a variável “escolaridade” foi reclassificada de acordo com a classificação do nível educacional que a maioria das pesquisas utiliza. Para a variável ocupação, foi utilizada a Classificação Internacional Padrão de Ocupações da OIT – Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2008). As ocupações incluíram as categorias “estudante” e “dona de casa” que, apesar de não serem categorias ocupacionais, foram importantes para os propósitos deste estudo. As demais variáveis foram reclassificadas tentando reduzir a variabilidade dos dados originalmente registrados nas fichas. A análise dos dados foi feita usando o Excel 2013 e o *Stata* 13.0. O relatório dos dados é feito em números absolutos ou proporções, devido a sua natureza descritiva.

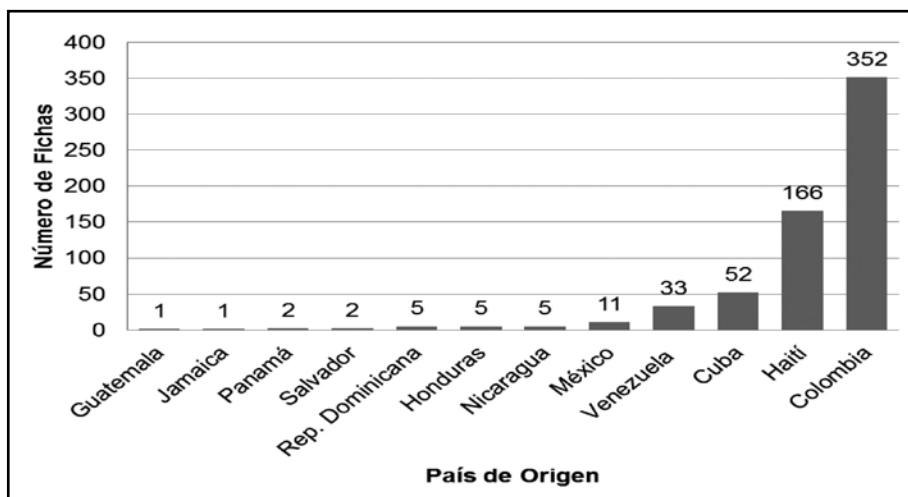


### 3.1 Resultados

A maior parte dos migrantes que procuraram a Missão Paz, entre 2000 e 2012 são colombianos e haitianos, seguidos pelos cubanos.

A proporção da migração varia entre 2000 e 2012. Em 2002, foram mais significativas as chegadas de pessoas oriundas da Colômbia e da Venezuela, juntamente com os migrantes do México e Nicarágua. Em 2009 se destacam as presenças migrantes da Colômbia, Venezuela e México se destaca. Entre 2010 e 2012, houve um aumento de migrantes dos países caribenhos, com destaque para a presença dos haitianos, derivada da crise humanitária causada pelo terremoto. Nos mesmos anos, há um pequeno aumento de colombianos e venezuelanos. Veja o Gráfico 1, abaixo, com os dados referentes ao período 2000 – 2012.

**Gráfico 1:** migrantes caribenhos e andinos, em situação jurídica irregular, que buscaram atendimentos na Missão Paz, no período 2000 – 2012.

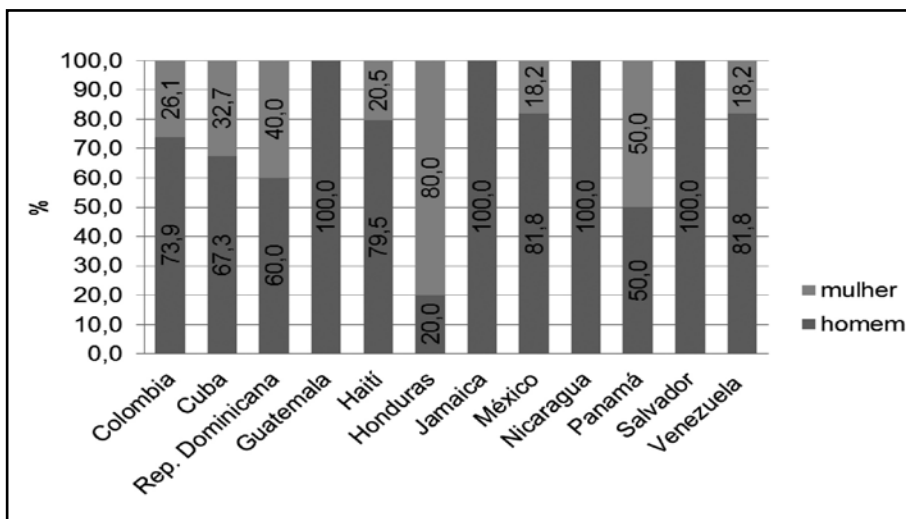


Fonte: Missão Paz

Ao olhar para a variável relacionada à presença desigual de homens e mulheres, é necessário considerar que quando se fala de uma feminização dos fluxos migratórios intrarregionais na América Latina (OEA; OECD, 2006), este não parece ser o caso dos migrantes caribenhos na Missão Paz, porque ao analisar o coeficiente de masculinidade (número de homens / número de mulheres \* 100) que permite ver a relação homem-mulher, observa-se que para Colômbia e Venezuela, no período de estudo, este é de 297, o que significa que para cada 100 mulheres migrantes existem 297 homens. Para o México, o referido

coeficiente é de 271 homens para cada 100 mulheres, e para os demais países analisados o coeficiente de masculinidade é de 323 homens para cada 100 mulheres. Ou seja, mais homens do que mulheres chegaram à Missão Paz no período analisado.

**Gráfico 2:** Imigrantes caribenhos e andinos que aparecem nas formas de registro na Missão Paz por sexo. 2000-2012



Fonte: Missão Paz

O exposto é corroborado ao se analisar as variáveis “faixa etária” e “gênero”, nas quais se destaca a presença de mais homens do que mulheres migrantes, pois eles constituem quase 70% em todos os países. Em relação à idade, a maioria dos migrantes têm entre 25 e 40 anos, o que corresponde à população economicamente ativa. Para a Colômbia e Venezuela, chama a atenção o fato de haver pessoas entre 5 e 14 anos, provavelmente relacionadas à migração de famílias inteiras. Para as demais nações caribenhas, o panorama é muito similar, embora sem uma participação significativa da população com menos de 14 anos de idade (ver Tabela 1).

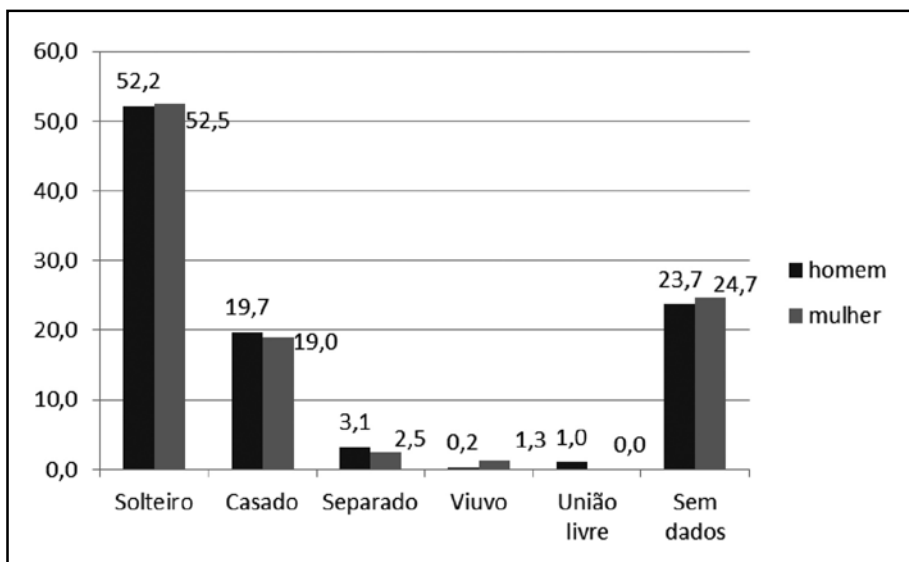
**Tabela 1:** faixa etária de migrantes andinos e caribenhos, em situação jurídica irregular, no Brasil. 2000 a 2012

Faixa etária	Países												Total geral
	Colômbia	Cuba	R. Dominicana	Guatemala	Haiti	Honduras	Jamaica	México	Nicarágua	Panamá	El Salvador	Venezuela	
<b>Homens</b>	260	35	3	1	132	1	1	9	5	1	2	27	477
999	55	3	1			1		1	3			1	65
> 65	2												2
0-4	4											1	5
10--14	4												4
15-19	11				1								12
20-24	23	2		1	16							4	46
25-29	39	1			48		1	6	2	1	1	4	103
30-34	22	7	1		41			1				3	75
35-39	34	4			18			1				5	62
40-44	27	7			7						1	5	47
45-49	20	9										1	30
50-54	10	1			1							3	15
55-59	5	1											6
5--9	3												3
60-64	1		1										2
<b>Mulheres</b>	92	17	2		34	4		2		1		6	158
999	13	5						1					19
0-4	3	2										1	6
10--14	7												7
15-19	4	2											6
20-24	12	1			6								19
25-29	8	1			11	3		1				1	25
30-34	16	1	1		8					1			27
35-39	10				7							3	20
40-44	6	2			2								10
45-49	4	1											5
50-54	1	2											3
55-59			1										1
5--9	6					1						1	8
60-64	2												2
<b>Total geral</b>	352	52	5	1	166	5	1	11	5	2	2	33	635

Fonte: Missão Paz.

Ao olhar para a variável “situação conjugal”, pode-se observar que, tanto no caso de homens quanto de mulheres, o maior número de pessoas é solteira e, em menor medida, aparecem as casadas (veja o Gráfico 3). Do Gráfico 3 ao Gráfico 7, as informações registradas não apresentarão os migrantes por nacionalidade, mas, sim, por gênero, tipos de serviços demandados, grau de instrução, profissão etc. No entanto, apresentaremos breves comentários descritivos sobre a nacionalidade dos migrantes e a sua relação com as informações ilustradas nos Gráficos.

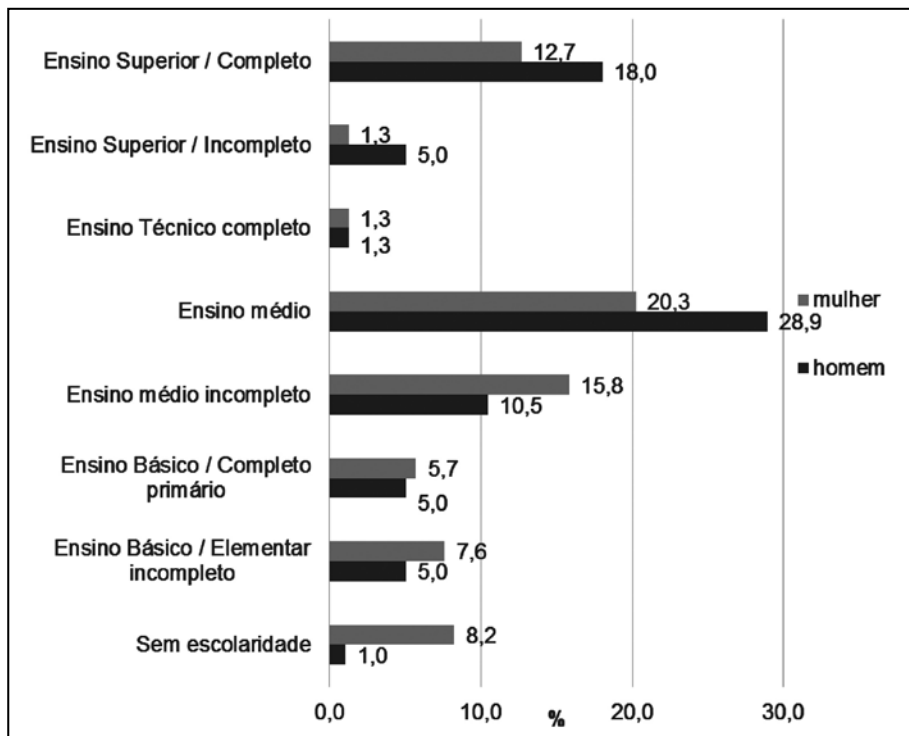
**Gráfico 3:** Imigrantes andinos e caribenhos, em situação jurídica irregular, por estado civil, com registro na Missão Paz, 2000-2012 (%)



Fonte: Missão Paz

Em relação à escolaridade, a maior proporção da população em todas as regiões possui ensino médio completo (ver gráfico 4). Há uma alta proporção de migrantes do Caribe com ensino secundário incompleto e um alto número de pessoas com educação superior da Colômbia, Venezuela e México. Em geral, pode-se dizer que a maioria da população migrante não possui um alto grau de qualificação profissional. Ao analisar os dados por país, os venezuelanos (30%) e os cubanos (42%) são os que apresentam o maior número de pessoas com ensino superior.

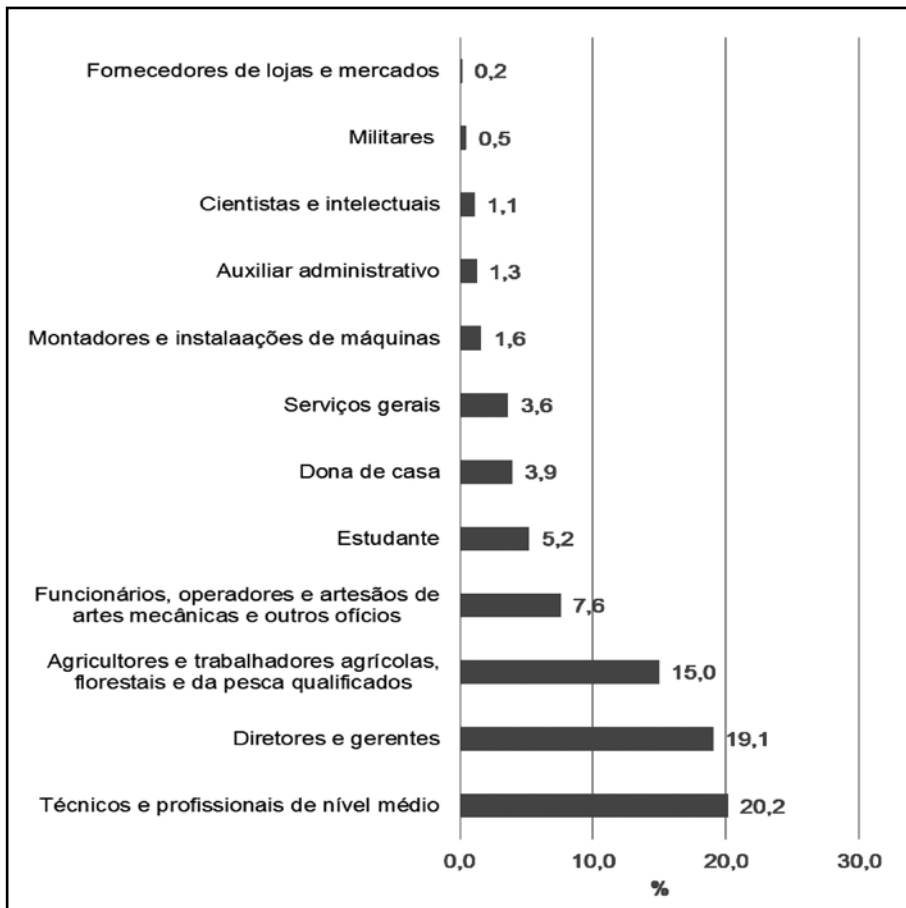
**Gráfico 4:** Grau de instrução escolar de imigrantes andinos e caribenhos, com situação jurídica irregular, na Missão Paz, 2000 - 2012



Fonte: Missão Paz

No caso da profissão dos migrantes caribenhos, ela não coincide diretamente com os dados de escolaridade. Em alguns documentos analisados havia os dados de profissão, mas não os dados de escolaridade, e para não incidir no viés de informação, não foi extrapolada para a variável “escolaridade”. A reclassificação de profissões foi feita utilizando-se a Classificação Internacional de Classificação de Profissões<sup>6</sup>, acrescentando-se as categorias estudante e dona de casa que não estavam na classificação, mas que foram consideradas importantes para os fins deste artigo. É claro que a profissão varia entre as regiões com maior ou menor grau de qualificação. No caso da Colômbia, Venezuela e México, destaca-se a participação de profissionais, cientistas e intelectuais. O próximo grupo em importância é o de “oficiais, trabalhadores e artesãos de artes mecânicas e outros ofícios”. Este grupo é seguido por “trabalhadores de serviços e vendedores de lojas e mercados”. Veja o Gráfico 5.

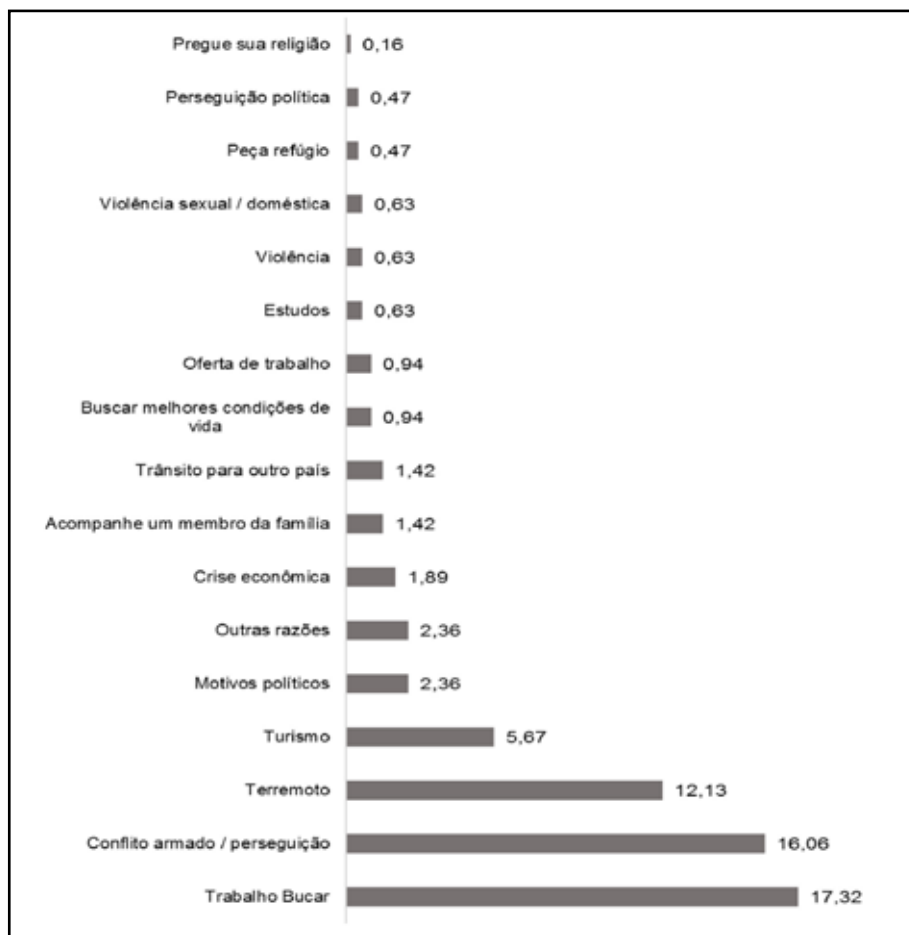
**Gráfico 5:** Profissão de imigrantes andinos e caribenhos, em situação jurídica irregular, na Mision Paz, 2000-20012



Fonte: Missão Paz

No que tange aos motivos de saída, os resultados são diversos. Veja o Gráfico 6. No entanto, foi feito um processo de reclassificação da variável. A busca por trabalho ou oferta de emprego são os motivos mais frequentes para deixar o país de origem entre os que vêm de Cuba, Costa Rica, Jamaica etc. Para os colombianos e venezuelanos, o conflito armado, a violência ou a perseguição são os motivos mais frequentes. Já no caso do Haiti, o terremoto foi a causa mais importante para pessoas emigrarem de lá.

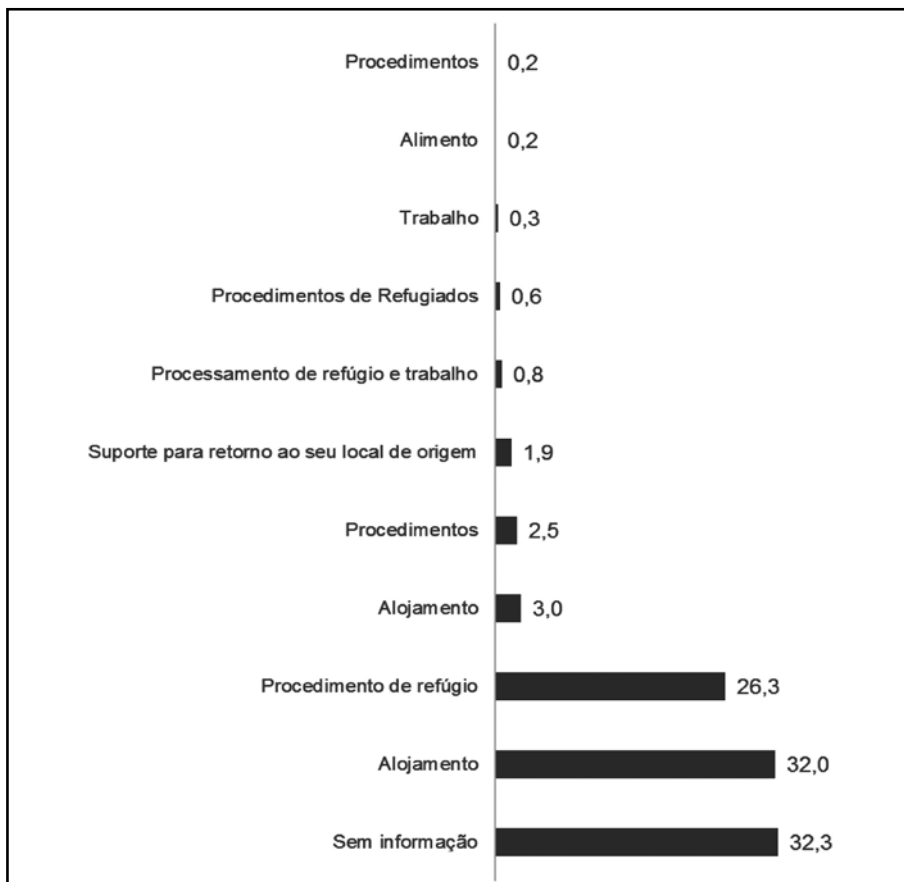
**Gráfico 6:** Motivação da emigração de imigrantes andinos e caribenhos, juridicamente irregulares, que aparecem nos formulários de registro na Misión Paz (%)



Fonte: Misión Paz

Por fim, a ajuda que os imigrantes mais buscam na Misión Paz é principalmente alojamento. Embora a opção de alimentação apareça junto com o alojamento, ela não representa o pedido mais frequente (Veja o Gráfico 7). Deve-se observar também a referência feita aos procedimentos de refúgio e a busca de documentos para poder deixar o país, entre outros.

**Gráfico 7:** Serviços mais comuns buscados por imigrantes andinos e caribenhos, em situação jurídica irregular, na Missão Paz (%)



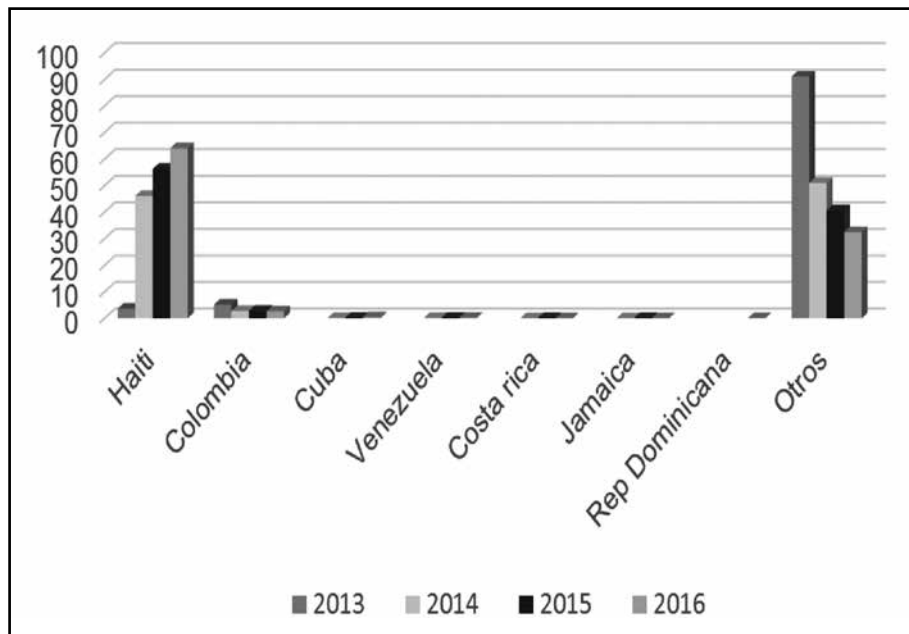
Fonte: Missão Paz

#### 4 DADOS RECENTES

No trabalho realizado na biblioteca do Centro de Estudos Migratórios da Missão Paz, não foi possível ter acesso aos arquivos correspondentes ao período de 2013 a 2016. Por isso, para obter informações mais recentes, foi necessário contar com os relatórios que a instituição publica anualmente na sua página web ([www.missaonspaz.org](http://www.missaonspaz.org)). No entanto, é necessário esclarecer que esses relatórios não são apenas gerenciados de forma agregada, mas que os dados que eles contêm são diferentes, pois não são os mesmos dados exibidos entre 2013 e 2014 como os que aparecem em 2015 e 2016. Deve-se notar que não há dados referentes à 2017 na página web, até a presente data. Veja o Gráfico 8.



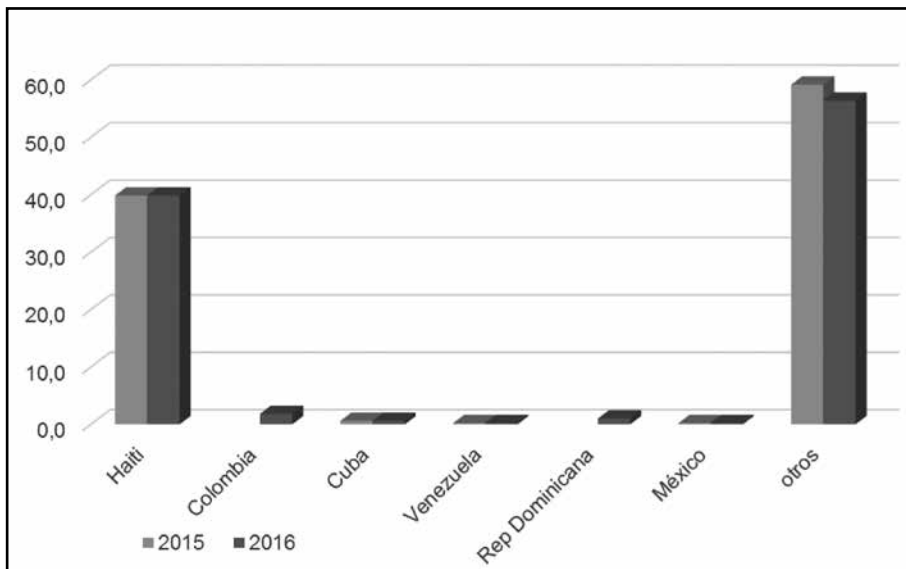
**Gráfico 8:** Imigrantes andinos e caribenhos, em situação jurídica irregular, que buscaram algum tipo de atendimento na Misión Paz entre 2013-2016 - (%)



Fonte: Misión Paz

Ao analisar a lista do número de imigrantes atendidos individualmente através dos serviços da Misión Paz (social, psicológico, saúde, documentação, legal, trabalho), em 2013, apenas Cuba é referenciada. Para 2014, a atenção individual mostra uma porcentagem maior de haitianos, seguida por uma porcentagem menor de colombianos. Os outros países mencionados, como Cuba, Venezuela, Costa Rica e Jamaica têm valores muito baixos. Em 2015, os imigrantes haitianos se destacam novamente; os colombianos aparecem quase na mesma porcentagem que em 2014; continuam com baixos índices Cuba, Venezuela, Costa Rica e Jamaica. Em 2016, o atendimento aos haitianos aumenta, seguido pelos colombianos e, em menor grau, pelos cubanos. Embora seja verdade que também emigram para o Brasil venezuelanos, dominicanos, costarriquenhos e jamaicanos, eles o fazem em uma porcentagem menor no período analisado. Veja o Gráfico 9.

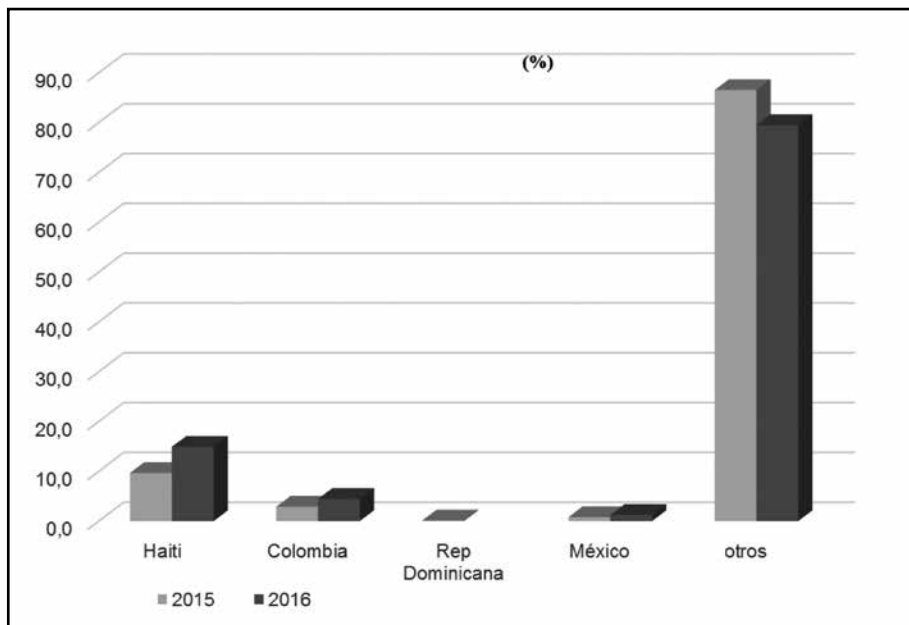
**Gráfico 9:** Imigrantes andinos e caribenhos, com situação jurídica irregular, que foram para a Misión Paz em busca de apoio legal entre 2015-2016 - (%)



Fonte: Misión Paz

Outro aspecto mostrado nos relatórios institucionais, na página web da Misión Paz, relaciona-se aos pedidos de ajuda em aspectos legais e questões relacionadas à saúde, que só aparecem nos anos de 2015 e 2016. No primeiro caso, em 2015, destaca-se o aumento de solicitações de haitianos, seguidos por colombianos, mexicanos e venezuelanos, sendo estes últimos com índices mais baixos. No ano seguinte, há mais pedidos de haitianos, seguidos de colombianos e, na sequência, dominicanos e cubanos. Veja o Gráfico 10.

**Gráfico 10:** Imigrantes andinos e caribenhos, em situação jurídica irregular, que compareceram à Misión Paz em busca de serviços saúde, entre 2015-2016 - (%)



Fonte: Misión Paz

Em relação à saúde, continua a tendência de maiores índices para os migrantes do Haiti, seguidos pelos da Colômbia, México e República Dominicana. Em 2016, apenas três países aparecem solicitando apoio; Haiti, Colômbia e México.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso, revisão e análise dos registros de atendimento aos migrantes caribenhos e andinos, em situação jurídica irregular, que chegam à Misión Paz, deixam várias contribuições que precisam ser destacadas.

É interessante notar como a questão do acesso à informação estatística de instituições públicas e privadas para fins acadêmicos é um debate que deve continuar a ser fomentado em diferentes áreas acadêmicas. Embora seja verdade que a privacidade e a proteção das informações pessoais dos migrantes que chegam a essas instituições devam ser garantidas, também está claro que o “direito de saber” da comunidade acadêmica deve ser garantido e, portanto, tornar públicas as informações estatísticas que nos permitam caracterizar mais esses fluxos migratórios sobre os quais pouco se sabe.

O que torna a situação clara é a necessidade de que a academia e as organizações sociais e civis trabalhem mais em conjunto, não apenas ajudando e identificando os problemas enfrentados pelos migrantes com situação jurídica irregular, mas também compartilhando as informações produzidas de forma séria e responsável. Este será, sem dúvida, um baluarte fundamental na luta para entender, explicar e contribuir para melhores condições de vida dos migrantes na região.

Se é difícil obter informações sobre migrantes com situação jurídica, isto é, documental, regularizada, é ainda mais difícil para aqueles que têm alguma condição jurídica irregular, já que não há números oficiais em nenhum lugar, e os números mencionados em cada contexto são suposições ou projeções feitas sem que haja uma base de identificação real. É aí que se destacam, ainda mais, os bancos de dados mantidos por instituições públicas e privadas que atendem a esse tipo de migrantes, e que os pesquisadores possam acessar esses bancos de dados, como foi feito com os arquivos analisados da Missão Paz.

Aqueles arquivos constituem um valioso recurso estatístico para caracterizar migrantes caribenhos e andinos em situação jurídica irregular e, com isso, contribuem para a identificação do fluxo migratório no Caribe e América Latina. Embora seja verdade que os arquivos analisados geralmente não mostram tendências diferenciadas do que é encontrado com a migração regular e com outros estudos sobre migrantes na cidade de São Paulo, eles nos permitem fazer perfis sobre população migrante na região.

Fornecemos um insumo analítico que facilita a reconstrução de processos migratórios e os problemas que eles enfrentam, o que, sem dúvida, é uma contribuição para a ideia de explicar as dinâmicas regionais da migração. Esta pesquisa foi desenvolvida com o intuito de mostrar as barreiras que nós, pesquisadores, temos que enfrentar no exercício acadêmico de acesso à informação, mas, por isso mesmo, a importância de insistir na busca de fontes originais, de difícil acesso, pela relevância que têm para tornar pública esta informação, seja com fins estatísticos ou em vista da explicação de problemas, contribuindo assim para a proposta de soluções.

## NOTAS

<sup>1</sup> Para os fins deste artigo, entenderemos que a região do Caribe será constituída pelas Antilhas e os países continentais que possuem costa ou ilhas no Mar do Caribe.

<sup>2</sup> Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla intitulada “Migração Andina Não Documentada em Buenos Aires, Santiago do Chile e São Paulo: Políticas Públicas e Atores Sociais”, financiada pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONACYT).

<sup>3</sup> A Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias, em seu Artigo 5, define migrantes não documentados ou em situação irregular como aquelas pessoas que não foram autorizadas a ingressar, permanecer ou exercer atividade remunerada no Estado de emprego, em conformidade com as leis desse Estado e os acordos internacionais que esse Estado seja signatário (ONU, 1990).

<sup>4</sup> Deve-se ter em mente que as fontes administrativas são elaboradas com o objetivo explícito de medir o fenômeno em questão, em nosso caso a migração. Já as segundas se baseiam em processos administrativos que são usados para extrair estatísticas, seja para o controle do próprio gerenciamento administrativo ou para propósitos de conhecimento mais amplos. Mas devemos ter em mente que os processos administrativos respondem à sua própria lógica, a da administração que eles servem e a dos próprios cidadãos que a usam, de modo que as estatísticas resultantes são condicionadas por essa lógica de uso e gerência (Susino, 2012; 53).

<sup>5</sup> Veja o histórico na página da web <<http://www.missaonspaz.org/menu/quem-somos/historia>> .

<sup>6</sup> Veja o histórico na página da web <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/isco/index.htm>> .

## REFERÊNCIAS

DURÁN, P. Los datos perdidos en estudios de investigación ¿son realmente datos perdidos? **Arch. Argent. Pediatr.**, 103(6), 566–568. |4, (2005).

OEA - Organización de los Estados Americanos, & OECD. **Migración internacional en las américas**. Tercer informe del Sistema Continuo de Reportes sobre Migración Internacional en las Américas (*SICREMI*) (p. 235). Washington D.C.: Organización de los Estados Americanos. Retrieved from, (2006). Disponível em: <<https://www.oas.org/docs/publications/sicremi-2015-spanish.pdf>> . Acesso em 20 de maio de 2019.

TORRES, N. (Comp). **Acesso a la información y datos personales: una vieja tensión, nuevos desafíos**. CELE. Retrieved from, s/d. Disponível em: <[http://www.palermo.edu/cele/pdf/DatosPersonales\\_Final.pdf](http://www.palermo.edu/cele/pdf/DatosPersonales_Final.pdf)> . Acesso em 19 de maio de 2019.

UNITED NATIONS. UNSD — Statistics Division. **Methodology**. Retrieved November 13, 2017. Disponível em: Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/methodology/m49/>> . Acesso em: 19 de maio de 2019.

SUSINO, J. Fuentes demográficas para el estudio de la migración en España. **Remhu**, Ano XX, Nº 39, p. 51-76, jul./dez. Brasília, 2012

UEBEL, G. ; RODOLFO, R. . Aspectos gerais da dinâmica imigratória no Brasil no século XXI. In: BAENINGER, R.; PERES, R. (Orgs.). Migrações internacionais, refúgios e políticas. Anais. São Paulo: Memorial da América Latina. 12 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/migracoesInternacionais.php>> . Acesso em 15 de maio de 2019> .

## RESUMO

Os caribenhos no Brasil são uma pequena imigração que não aparece nos registros estatísticos oficiais, especialmente quando se trata de migrantes em situação irregular. Além disso, deve-se acrescentar que existem poucas instituições que compartilham informações estatísticas sobre a população imigrante com o público em geral, e é por isso que, quando você tem acesso a esses bancos de dados, os resultados obtidos são importantes. O presente artigo, portanto, tem como objetivo caracterizar os migrantes de alguns países do Caribe que chegam, vivem e transitam em situação irregular na cidade de São Paulo, com base nos dados oferecidos pelos prontuários e nos relatórios gerados na Missão Scalabriniana, ou Missão Paz, em São Paulo.

Palavras-chave: andinos, caribenhos, irregularidade, Missão Paz

## ABSTRACT

The Caribbean in Brazil is a small migration that does not appear in official statistical records, especially when it comes to migrants in irregular status. In addition to the above, it should be In addition, it should be added that there are few institutions that share statistical information about the immigrant population with the general public, and that is why, when you have access to these data banks, the results obtained are important. . The present article, then, aims to characterize the migrants of some Caribbean countries who arrive, live and transit in an irregular situation in the city of Sao Paulo, based on the data offered by the care files and the reports generated at the Scalabrinian Mission, or Peace Mission, in São Paulo.

**Keywords:** Andean, Caribbean, irregularity, Missão Paz.

# Regularização migratória e segurança: a criação do acordo sobre “Residência do Mercosul”

*Caio da Silveira Fernandes\**

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas migratórias brasileiras e sul-americanas remetem às primeiras décadas do séc. XIX. As ações voltadas para a construção da nacionalidade nos países do continente, promoção da imigração e, posteriormente, restrição na entrada de estrangeiros atreladas a discursos nacionalistas destacam-se como as fases mais conhecidas e analisadas na literatura acadêmica.

A semelhança, no sentido das mudanças de postura frente ao fenômeno migratório nos países sul-americanos, alerta para um reconhecimento de mútuas influências e posturas comuns no trato do tema migratório. Guardando as óbvias peculiaridades de cada Estado, compreende-se que, a partir das décadas de 1970 e 1980, essa postura comum se torna mais evidente. Fluxos migratórios intracontinente, no período, passam a conviver com políticas migratórias cada vez mais restritivas e o resultado é uma produção elevada de migrantes em situação jurídica irregular, que aos poucos se transformam em protagonistas, tanto de discursos humanitários quanto securitários. Desse momento em diante, a migração internacional será concebida também como questão regional.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é emblemático nesse sentido, por ser o berço do Acordo sobre Residência para os Estados Parte do Mercosul, uma normativa simbólica para perspectivas mais entusiastas de um reconhecimento da migração como direito. Também o Acordo é a marca de um ponto de inflexão que, supostamente, significaria a transição de um paradigma securitário, até então presente no continente, para outro de trato mais humanitário. E, por fim, se consolidaria o primeiro Acordo “regional” migratório na América do Sul, em que vários países estariam regidos por uma mesma normativa.

Diante desse quadro, algumas indagações emergem como norteadoras do artigo: Há uma mudança de concepção no trato da migração internacional na América do Sul (e conseqüentemente no Brasil) no início dos anos 2000, ou o paradigma de segurança nacional ainda segue atuante sob novas formas? Como o Mercosul se tornou o centro desse debate? Como surgiu o Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Parte do Mercosul, e qual concepção migratória carrega? Como foi a participação dos países, em especial Brasil e Argentina, na elaboração do Acordo?

---

\* *Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*

Metodologicamente são utilizados dados provindos de fontes quantitativas da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH). As fontes qualitativas estão baseadas: i) na revisão de literatura sobre o bloco sul-americano, sobretudo em textos que debatem o tema da migração internacional; ii) na leitura de documentos oficiais do Mercosul, a destacar-se o Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e o Acordo sobre Residência do Mercosul; iii) na análise das Atas que correspondem aos anos de 1998 e 2015, tanto da Reunião de Ministros do Interior (RMI) quanto do Fórum Especializado Migratório (FEM), espaços institucionais nos quais se criou o Acordo sobre Residência e que, no período, carregou o protagonismo nos debates sobre a migração internacional no bloco. Ao todo foram analisadas 14 reuniões da RMI até 2003 e 53 reuniões do FEM<sup>1</sup>, sendo este último criado em 2003, mas com a realização da primeira reunião no ano seguinte<sup>2</sup>.

## 2 AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS BRASILEIRAS E A CONSTRUÇÃO DE POSTURAS SUL-AMERICANAS COMUNS

A história das políticas de migração internacional no Brasil remete ao período imperial, e é marcada por distintas fases e concepções acerca da construção do imigrante desejado e indesejado. As medidas iniciais levadas a cabo ao longo do século XIX possuíam como principais objetivos: a) a criação de colônias agrícolas baseadas no regime de pequena propriedade em parte do território do país, a se destacar áreas situadas na região sul; b) a atração de estrangeiros com experiência agrícola e militar para ocuparem porções do país em que conflitos geopolíticos eram iminentes (OBERACKER, 1982; SEYFERTH, 2002; IOTTI, 2010).

Na segunda metade do século XIX tais iniciativas passam a ser mais contundentes no que tange a elaboração de regulamentações migratórias, sobretudo na ampliação de estratégias para atração de população estrangeira. A colonização de territórios se intensifica por meio da atuação ativa do país em busca de imigrantes, em especial europeus. Nesse cenário, não somente as transformações internas em curso no país, mas também dinâmicas internacionais favoráveis contribuíram para que os países da América, e, dentre estes o Brasil, passassem a receber um contingente crescente de população estrangeira. Doravante os fluxos populacionais em direção ao território brasileiro não mais estarão desacompanhados de políticas de imigração.

À medida que se avança no séc. XX, sobretudo a partir de 1930, o Brasil passa de uma política explícita de atração de imigrantes, a uma postura passiva de controle das entradas e intervenção direta nas condições de permanência dessa população no país. Trata-se de um giro restritivo nas políticas migratórias que atingem sua grande expressão nos decretos 24.125 de 1934 e 3.010 promovidos durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) (KOIFMAN, 2012).



A tomar como referência comparativa as concepções migratórias do Brasil, sobretudo desde a década de 1930, nota-se que elaborações normativas colocadas em prática nos países da América do Sul, para o mesmo período, guardam semelhanças relevantes. Cabe recordar que o período de 1880 a 1930, aproximadamente, foi, não somente no Brasil, mas em boa parte do continente, marcado pela chegada de um grande afluxo de imigrantes.

Assim, seja no campo mais amplo da construção da cidadania e nacionalidade dos países sul-americanos, ou no sentido mais restrito das políticas migratórias, nota-se que as regulamentações geradas por países do continente desde o final do século XIX e início do XX, foram acompanhadas pelo Brasil (ACOSTA, 2018). Desse modo, o giro restritivo pelo qual passa o país na década de 1930, voltado a um discurso nacionalista e de fortalecimento das fronteiras, não foi isolado de processos restritivos que se passaram em outros países da América do Sul (DOMENECH, 2015).

Nesse sentido, os anos de 1970 a 1990 são paradigmáticos na identificação de certa postura comum dos países do continente frente à imigração internacional (PIZZARO e RIVERA, 2016). No Brasil, o regime militar em voga, como em grande parte da América do Sul, possibilita o surgimento do Estatuto do Estrangeiro, elaborado em 1980 e em estreita relação e colaboração com os governos ditatoriais em vigência no continente (SPRANDEL, 2015). Como aponta a autora, além do privilégio à mão de obra qualificada, o Estatuto do Estrangeiro possuía como alvo dois grupos principais: i) os religiosos estrangeiros atuantes no país que, na visão do governo, organizavam a resistência de povos tradicionais; ii) os grupos de “exilados políticos” dos países do Cone Sul. Um dos principais dispositivos de segurança para cumprir tal objetivo foi a proibição de participação em qualquer atividade de natureza política, previsto no art. 107 do Estatuto do Estrangeiro.

Os propósitos e efeitos do Estatuto do Estrangeiro passam a atingir diretamente os imigrantes que adentram o país em número crescente, a partir dos anos 1990, após a abertura democrática. Imigrantes que, em sua maioria, provêm de países fronteiriços. Trata-se de um fluxo, até então, não muito significativo no país, mas que desde então se mantém destacado. Segundo dados do IPPDH (2016), cerca de 20% dos imigrantes no Brasil são de países sul-americanos, aproximadamente 270.000 pessoas, das quais se destacam os bolivianos, argentinos e peruanos, respectivamente.

É importante evidenciar que o aumento do fluxo intracontinente não foi exclusividade brasileira, mas um processo que passou a atingir todos os países do continente, como ressaltam Patarra e Baeninger (2004); Patarra (2005); OIM (2009; 2012); Baeninger (2013); Oliveira (2015). De acordo com a OIM (2018), cerca de 70% dos fluxos migratórios na América do Sul provêm de sua dinâmica interna.

No entanto, ainda que o Brasil e outros países da América do Sul se destaquem pelo quantitativo migratório provindo do continente, os corredores migratórios mais significativos possuem como destaque absoluto a Argentina.

De acordo com o relatório da OIM (2012), com base no último censo do país, foi contabilizado um total de 550.713 paraguaios, 345.272 bolivianos, 157.514 peruanos, 191.147 chilenos e 116.592 uruguaios. Uma realidade expressiva que impulsionou uma série de questões com relação à migração nesse país, e com rebatimento direto nas instâncias do Mercosul e, por consequência, no Brasil.

Outro ponto a ser ressaltado é que, se no Brasil vigorava o Estatuto do Estrangeiro, na Argentina operava a Ley Videla de 1981<sup>3</sup>, constituída também sob o paradigma da segurança nacional. A conjunção desta concepção restritiva presente no continente, com o fluxo massivo de imigrantes na América do Sul, promoveu uma combinação drástica para boa parte daqueles que cruzaram as fronteiras, e que culminou em uma produção muito significativa de migrantes em situação jurídica irregular. Isto é, sem documentos reconhecidos como válidos nos países de trânsito ou de destino.

Com as poucas oportunidades de regularização, ao passar dos anos, profundas questões passam a insurgir no cenário migratório sul-americano. Boa parte dos imigrantes se tornou vulnerável a uma cadeia de exploração vinculada a trabalhos precários. O trânsito fronteiriço entre países de origem e destino tornou-se dificultoso. E sob o ponto de vista do Estado, gerou-se uma quantidade muito significativa de população estrangeira pouco conhecida, dada a dificuldade em se obter registros oficiais por conta da condição irregular. A migração internacional no continente se torna, desse modo, pouco a pouco, uma questão complexa, multilateral e sem respostas eficazes nas políticas migratórias vigentes.

À medida que os anos passam, o paradigma securitário se torna cada vez mais questionado. Em prol do direito à imigração, os próprios imigrantes e movimentos sociais apresentavam postura contrária à concepção daquele paradigma. Já do lado do Estado e daqueles mais receosos com sua segurança, nota-se que a regulação dos fluxos e o fechamento de fronteiras atuavam para o controle de uma quantidade considerável de estrangeiros desconhecidos. A irregularidade migratória e a segurança do Estado se tornam o centro da questão migratória desenhada no continente. Um problema que envolve tanto os países emissores de migrantes, como os de recepção.

### 3 A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO ACORDO SOBRE RESIDÊNCIA PARA NACIONAIS DOS ESTADOS PARTE DO MERCOSUL CONTADO PELOS REGISTROS OFICIAIS

Criado em 1991, a partir do Tratado de Assunção, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) é mais uma iniciativa no continente com propósitos voltados à integração entre os países da América Latina<sup>4</sup>. Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai são os países responsáveis por levar adiante tal projeto, em busca dos seguintes objetivos contidos em seu tratado fundador:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer medida ou efeito equivalente (Tratado de Assunção, 1991).

[...] a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados partes - de Comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial, e de capitais, de serviço, alfandegária, de transportes e comunicação que se acordem - a fim de assegurar concorrência entre os Estados partes” (Tratado de Assunção, 1991)

O fundamento mercadológico que guia as ações do bloco desde sua fundação, como se nota, não prevê qualquer horizonte que considere a migração internacional como um processo constituinte da integração entre os países do bloco. Ao contrário, se há qualquer possibilidade de enquadramento do fenômeno migratório no tratado, esse está referido na abstrata categoria de “fatores produtivos”.

Posteriormente, a partir do protocolo de Ouro Preto de 1994, documento que define as bases institucionais do Mercosul, consolida-se a tipologia interestatal do Mercosul. Tal modelo de integração postula que, para a aprovação e entrada em vigor das normativas criadas no bloco, há que se obter consenso entre os Estados partes. Com isso, a implicação principal de tal modalidade de agrupamento é o fortalecimento da independência e soberania de cada Estado parte, como aponta Costa (2013). Tal característica terá replicações importantes no tema da migração internacional, como será mostrado mais adiante.

Atualmente, o Mercosul conta com um total de 12 países em distintos graus de adesão. Como Estados partes temos; Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (1991), e Venezuela (2012)<sup>5</sup>. A Bolívia encontra-se em fase de adesão como Estado parte; Estados associados: Chile (1996), Peru (2003), Colômbia e Equador (2004), Guiana e Suriname (2013)<sup>6</sup>.

Ao longo desse período de expansão do Mercosul, o tema da migração internacional passou por alguns espaços até se consolidar na Reunião de Ministros do Interior (RMI) e, posteriormente, no Fórum Especializado Migratório (FEM), criado em 2003. Em todo esse processo, é importante reconhecer que houve continuidades e rupturas, ainda que a matéria tenha sido tratada em distintas instâncias.

Na primeira fase, que se inicia em 1992, o debate migratório estava contido no Subgrupo de Trabalho 11 (SGT11) extinto em 1995. Como afirmam Vichich (2007); Aguirre, Mera e Nejamkis (2010); Culpi (2015); Modolo (2015), os assuntos debatidos se vinculavam a dois aspectos principais: i) potencialização da mobilidade temporária do trabalho e do turismo, ou seja, circulação não voltada à residência; ii) desenvolvimento e harmonização de mecanismos fronteiriços para o controle da mobilidade populacional que não se enquadrava como temporária, potenciais migrantes.

A migração era considerada não como parte do processo de integração, mas um custo social da iniciativa de criação do bloco no qual a vigilância de fronteiras era vislumbrada como parte importante da solução. Nesse sentido, o campo de debates estava envolto por pautas restritivas e que colocavam a questão aduaneira em destaque, com privilégio à perspectiva do controle dos fluxos populacionais.

Posteriormente à extinção do SGT (11), a migração internacional passa a ser incorporada na pauta SGT (10), responsável por tratar das “Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social”. Foram poucos os avanços propostos ou conseguidos no período. Por outro lado, o que se consolida nesse processo é a concepção de que o tema oscilava entre a perspectiva da segurança centrada nas áreas de fronteira, e aquela que reduzia a figura do migrante a de trabalhador (SANT’ANA, 2001; GRANJA e VILLAREAL, 2017).

A maior atenção à questão migratória no Mercosul, no entanto, passa a acontecer a partir do ano de 1997 com a criação da Reunião de Ministros do Interior (RMI). A primeira reunião, que acontece em 30 de maio deste mesmo ano, passa a congregar os assuntos migratórios a serem debatidos no bloco.

No princípio das discussões contidas na RMI, o destaque, praticamente absoluto, foi a manutenção da concepção securitária em torno do tema. A pauta continha proposições voltadas a assuntos, como: o intercâmbio de dados e informações sobre a circulação populacional entre os países; selos nos passaportes de deportados e inadmitidos em países do bloco, para que se evitasse a entrada dessas pessoas em um terceiro país; preocupação com o controle e segurança das fronteiras em dois sentidos: i) controle conjunto em postos de fronteira com ênfase para a tríplice fronteira de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu e Ciudad del Leste, ii) criação de um documento que permitisse facilitar o trânsito da população residente das fronteiras, por meio do “Trânsito Vicinal Transfronteiriço”<sup>7</sup>.

Na medida em que as reuniões se sucedem, outros debates e abordagens de maior abertura se entrecruzam àquelas vinculadas à segurança estrita, provindas, sobretudo, da delegação argentina, como: canais exclusivos nos aeroportos e postos de fronteira para residentes dos países do bloco (2000); debates sobre a isenção de tradução de alguns documentos para a regularização migratória (2000); aceitação da dupla nacionalidade, ou seja, o migrante que optasse pela naturalização não perderia sua primeira nacionalidade (2000); e propostas de combate ao tráfico de pessoas e migração “ilegal” (2000)<sup>8</sup>.

Estas novas considerações sobre as migrações internacionais, que se iniciam no ano de 2000<sup>9</sup>, também coincidem com o primeiro registro de atividade elaborada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM)<sup>10</sup>. Desde então, a OIM passa a ser requisitada a prestar serviços com relação ao tema migratório no bloco, como: compilação e agrupamento de dados, cursos para formação de agentes, apresentações sobre panoramas migratórios nos países do Mercosul. A influência do órgão internacional se amplia tanto, que no ano

de 2014 a instituição é declarada como: “...o único órgão com competência no tratamento de todo tipo de questões (migratórias)<sup>11</sup> que impliquem cooperação técnica no âmbito do Mercosul” (Ata nº02/14 da Reunião da RMI e FEM)<sup>12</sup>.

Com efeito, cabe apontar que a migração “ilegal” ou “clandestina” conjuntamente com o “tráfico de pessoas”, será um eixo constante das preocupações da RMI e do FEM a partir deste período. Tais temas também são trazidos pela delegação argentina e conseguem rápido consenso dos países. Por outro lado, cabe destacar que perspectivas voltadas para a segurança das fronteiras, por meio de controles extraordinários, intercâmbio de dados sobre entradas e saídas e conhecimento sobre quem são os migrantes, não são substituídos. Ao contrário, a perspectiva de segurança passa a compor a agenda em nome do combate ao “tráfico de pessoas”, como mostra a Ata 01/2001 do Grupo Especializado Migratório no âmbito da RMI.

**Análise de uma estratégia comum frente ao tráfico de pessoas:** As delegações aprovaram o Anteprojeto de declaração sobre estratégia comum frente ao Tráfico de Pessoas e Migração Clandestina na região, elaborado pela Argentina (Ata, 01/01, da RMI, 2001).

Em outras palavras, ao contrário de fases sucessivas que culminam em um olhar não securitário para a migração internacional, aos poucos é evidenciada uma convivência entre concepções migratórias no bloco, que passam a dificultar uma análise binária do conteúdo das proposições.

Outra linha condutora que será constantemente debatida ao longo destes anos é a troca de informações sobre as características dos migrantes, e as causas e consequências das migrações em cada país. Há contínuos relatos de apresentações das delegações acerca, tanto da internalização das normativas ratificadas como do perfil migratório dos respectivos países. O objetivo, segundo o que consta nas Atas, é a busca por uma uniformização e harmonização das leis migratórias dos Estados para que fosse possível uma regulação conjunta dos fluxos de pessoas. Tal processo culmina, em 2002, na proposta de “Adecuación del Plan General de Cooperación y Coordinación recíproca para la seguridad regional entre los Estados Partes del MERCOSUR”, que não chegou a ser implementado.

Apesar do insucesso do plano, havia indícios de atividades mais amplas e transitórias no modo de conceber e tratar o tema migratório, ao passo que os principais avanços no tema se dão a partir do ano de 2002, mais uma vez com o protagonismo argentino. Neste ano são apresentadas propostas que vislumbravam canais permanentes da regularização migratória, rechaçando a manutenção das práticas de anistias migratórias.

A primeira vez que a expressão “regularização migratória” aparece nos registros das Atas é na reunião de comissão técnica da RMI, no ano de 2002, da seguinte maneira:

**Tratamiento diferencial favorable a los ciudadanos MERCOSUR y Asociados:** La delegación argentina presentó, como documento de trabajo, un anteproyecto de Acuerdo para el tratamiento diferencial de ciudadanos MERCOSUR y Asociados que quieran tramitar su *regularización migratoria*<sup>13</sup> en territorio de uno de los Estados Parte o Asociados, sin la necesidad de egresar del mismo. La delegación brasilera coincidió con la importancia de la iniciativa. Las delegaciones acordaron comenzar a desarrollar el tema propuesto, en el GT Migratorio (RMI, ata 01/02, 2002).

O tema da regularização passa a ser mais enfatizado e debatido também em 2002, durante a presidência *pro-tempore* do Brasil. Antes da mencionada concordância brasileira com a importância da iniciativa elaborada pela delegação argentina, como mencionado acima, houve algum descompasso no alinhamento de propostas. Segundo Alfonso (2012); Acosta (2018); Braz (2018), o então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, no final de seu segundo mandato, desejava deixar um legado voltado à integração social via Mercosul. A proposta apresentada na RMI foi de um período de anistia migratória de seis meses para os nacionais dos Estados do Mercosul. Em desacordo, a delegação argentina argumenta que anistias não eram capazes de solucionar o problema da migração irregular<sup>14</sup>. Eis o registro do processo em Atas:

**Amnistía Migratoria:** Las delegaciones debatieron respecto al término “Amnistía”. La delegación argentina propuso su modificación por “Regularización” dado que ésta última podía no tener límite temporal, contrariamente a lo que sucede con una “Amnistía”. Las delegaciones encontraron satisfactoria la posición argentina (RMI, Ata 03/02, 2002).

A contraproposta foi reforçada pelas demais delegações na mesma reunião da comissão técnica da RMI, realizada em agosto de 2002, com o seguinte registro em Ata:

**Acuerdo sobre Regularización Migratoria en el Estado de Residencia:** Las delegaciones manifestaron que un Acuerdo de tales características, que permitiría a nacionales de un país miembro o asociado al MERCOSUR que se encontrara en territorio de otro estado miembro o asociado regularizar su situación sin la necesidad de dejar el país, no implicaría modificar los criterios de admisión o permanencia (RMI, ata 03/02, 2002).

No entanto, a menção às Atas e aos seu conteúdo não traduzem o cenário mais amplo que se desenvolvia em torno do tema da regularização migratória, sobretudo na Argentina. De acordo com Alfonso (2012), intensos debates

ocorriam no período dentro da “Oficina de temas internacionais da Direção Nacional de Migrações Argentina”, local de onde saiu a proposta de canais de regularização permanente. Segundo a autora, três foram os principais argumentos levantados em favor do ponto de vista que a regularização migratória poderia ajudar a solucionar a questão de modo mais eficiente: i) dificuldade em patrulhar as fronteiras argentinas; ii) a importância de conhecer melhor os que residiam em seu território nacional; iii) oferecer tratamento igualitário entre migrantes e nacionais dos países para evitar a exploração laboral.

Ressalta-se que a perspectiva de segurança era central. Assim, Alfonso (2012) descreve parte dos argumentos utilizados:

Conociendo que los extranjeros estaban en el territorio y que su situación de irregulares los empuja a la clandestinidad y a convertirse fácilmente en víctimas de traficantes y empleadores inescrupulosos, sostenían que aún desde la óptica de la seguridad era conveniente permitir su regularización, registrar su huella dactilar, darle un documento y conocer su domicilio. Ello permitiría, incluso, ante la eventual comisión de un ilícito localizarlo, juzgarlo y, de preverlo la ley, expulsarlo (ALFONSO, 2012, p. 50).

A concessão e facilitação da residência, portanto, nunca esteve dissociada do tema da segurança. Também não houve, ao menos nos registros encontrados em Atas ou revisão bibliográfica, menção ao tema da regularização como “direito”. Ao contrário, chama atenção a associação entre regularização e segurança, desde o ponto de vista do controle e regulação da população. Aqui, restrita aos migrantes sul-americanos, passa-se a depender dos registros oficiais estatísticos para melhor se governar e controlar os fluxos de população, uma forma manifesta da governamentalidade biopolítica presente em Foucault, [1977] 2009.

#### 4 O ACORDO SOBRE RESIDÊNCIA DO MERCOSUL E AS MÚLTIPLAS ESCALAS DE INFLUÊNCIA

Para compreender a complementaridade de concepções migratórias aparentemente díspares (residência e segurança), e que estão presentes na proposta de regularização permanente, é necessário identificar processos em curso nas escalas globais, regionais e internas dos países, sobretudo da Argentina, no início dos anos 2000.

Na escala global, o início do século XXI é marcado como um ponto de inflexão no trato da migração internacional em vários espaços institucionais do mundo e da América do Sul. Ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000,

o fenômeno migratório começa a ser enquadrado dentro de uma perspectiva cuja regulação deveria ser bi/multilateral, compartilhada, portanto, pelos países de origem, trânsito e destino dos fluxos. Alguns espaços de diálogo se destacam nesse sentido, como: Simpósio sobre Migração Internacional (1999), a Iniciativa de Berna (2001), Comissão Mundial para as Migrações Internacionais (2004) e o Fórum Global sobre Migração e desenvolvimento (2007). Como consequência desse processo, passam a ganhar amplitude de ação os órgãos internacionais, dentre eles a Organização internacional para as Migrações (OIM), que ainda não fazia parte do sistema ONU<sup>15</sup> (DOMENECH, 2013; NICOLAO, 2015; ACOSTA, 2018).

Na América do Sul, as crises promovidas pelas reformas neoliberais no continente impulsionaram a busca por novos modelos de governança. Associadas a uma crescente ascensão de governos de centro-esquerda no continente, aos poucos, as reivindicações feitas por grupos políticos e movimentos sociais passam a receber mais atenção. Os efeitos imediatos para a migração internacional são a criação da Conferência Sul Americana de Migrações – CSM (2000); o Fórum Especializado Migratório em (2003) e o Fórum Andino de Migrações em (2008), esse último dentro da Comunidade Andina de Nações (CAN) (NICOLAO, 2015).

No contexto argentino, principal atuante nas propostas relacionadas à migração internacional através da RMI e FEM, Domenech (2013) e Braz (2018) apontam que já no final do séc. XX e início do XXI havia uma pressão de setores do governo argentino e da sociedade civil contra as ações securitárias voltadas à migração, com destaque para aquelas amparadas pela já citada Ley Videla (1981). Domenech (2013) coleta depoimentos de funcionários da Direção Nacional de Migrações (DNM), em que afirmam ser o ano de 2002 paradigmático para uma efetiva mudança no trato das migrações no país. Nesse processo, segundo o autor, é fundamental a participação da OIM, já atuante no país desde o final dos anos 1980, com a promoção de cursos de capacitação de agentes que, anos depois, assumiriam postos importantes no corpo institucional do DNM.

Diante de uma realidade transitória no que se refere à concepção migratória na Argentina, tanto a RMI, como posteriormente o FEM, se tornam espaços caros para esse país. O principal motivo era a possibilidade de articular, conjuntamente a outros países sul-americanos, um modo de regulação dos fluxos migratórios à partir do Mercosul. Como destaca Alfonso (2012) e Nicolao (2015), as migrações provindas da América do Sul para a Argentina correspondiam a cerca de 80% do seu total. Muitos desses migrantes encontravam-se em situação jurídica irregular e, como apontado anteriormente, se constituíam tanto um problema de vulnerabilidade social, como de segurança para o governo argentino.

É a partir de processos globais – já em curso desde o final dos anos 1990, conjuntamente ao protagonismo cada vez maior da Argentina nos espaços da RMI e FEM, e através de uma concepção de migração pautada na “governabilidade migratória”<sup>16</sup> liderada pela OIM, atuante no país desde a década de 1980 – que o tema da regularização migratória permanente ganha campo no bloco de países do Mercosul.



Diante da proposta apresentada nas reuniões do bloco, não foram muito combativas e duradouras as indagações e incertezas levantadas pelas delegações. A única grande ressalva reclamada pelos países do bloco diante do avanço na pauta de regularização migratória, e que constam nas Atas analisadas, era que fosse mantida a autonomia na definição dos critérios de aceitação e rejeição de cada país. Eis um efeito explícito de como o modelo intergovernamental de agrupamento de países e de reforço da soberania teve (e ainda tem) rebatimento direto no tema da migração internacional.

É importante ressaltar, porém, que ao mesmo tempo em que se caminha em direção a uma agenda de “abertura” e regularização migratória, as discussões sobre controle de fronteira, segurança “regional”, intercâmbio de dados e harmonização na regulação da população migrante não cessam. Em outras palavras, não houve, ou, ao menos, não foi explicitado nas Atas analisadas, uma mudança na concepção migratória cuja segurança é superada ou deixada de lado.

O importante papel que ganha a OIM através da delegação argentina, nos ajuda a compreender o tema da segurança associado a uma pauta de regularização migratória. Trata-se de uma abordagem que potencializa o consenso entre diversos atores migratórios, mas que agrupa, de modo indissociável, categorias de soberania/controlado com abertura/concessão humanitárias. Destaca-se, por exemplo, que a soberania dos países do Mercosul não foi, sequer, colocada em questão. Também a livre circulação, ambicionada por autores como Junior (1999), que analisou comparativamente o bloco sul-americano com a União Europeia através do espaço Schengen, foi muito pouco debatida, ao menos no material analisado<sup>17</sup>.

Assim, temas como o combate ao tráfico de pessoas passam a dar novo tom ao tema da segurança. Como aponta Domenech (2013), a governabilidade migratória, em associação ao lema da OIM de uma migração “ordenada”, “segura” e “regular”, ao contrário de romper com o paradigma de segurança, conduz a novas formas de controle migratório com rosto humano<sup>18</sup>.

A partir de então, em conjunto a outros debates já mostrados, a migração internacional no Mercosul passa a não ser mais enxergada enquanto um problema em si, em especial quando considerados dois princípios: i) manutenção das decisões de entradas, saídas e condições de permanência de cada Estado; ii) máximo de regularização migratória, enxergando o tráfico de pessoas e/ou migração “ilegal” e “irregular” como risco.

A regularização migratória se torna o grande avanço no campo da migração internacional no Mercosul. É em nome de uma gestão mais eficaz da migração no continente, que no ano de 2002 é gerado o grande marco migratório até hoje alcançado no bloco: o “Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul”. Este é levado ao Conselho do Mercosul na data de 08 de Novembro de 2002, e entra em vigor somente em 4 de Dezembro de 2009, após tardia ratificação pelo Paraguai.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Acordo sobre residência do Mercosul é um avanço importante para as migrações internacionais no continente, sobretudo para muitos imigrantes condicionados a viverem indocumentados devido às poucas possibilidades de regularização migratória. A novidade trazida pela normativa é que, pela primeira vez na história, vários países da América do Sul estão cobertos, ainda que com muitas lacunas a serem superadas, por um mesmo documento migratório<sup>19</sup>.

Tal ineditismo, no entanto, corrobora com as teses já defendidas por autores como Domenech (2007) e Acosta (2018). Os autores mostram que desde o final do séc. XIX houve concepções migratórias compartilhadas por vários países da América do Sul que guiaram ações normativas em concerto, com reflexo direto no Brasil. O Acordo sobre Residência é mais uma dessas propostas compartilhadas e que passa a compor o quadro normativo brasileiro.

No que tange ao protagonismo das iniciativas, o destaque é quase absoluto para a Argentina. Advêm de sua delegação as propostas mais concretas para a migração internacional na RMI e FEM em função de diversos fatores atuando em conjunto, mas que no início dos anos 2000 encontra campo fértil de propagação. O Brasil se mantém coadjuvante (ainda que mais atuante que os outros Estados Parte do bloco), o que, em parte, explica a convivência entre o Acordo e sua política migratória nacional restritiva por tantos anos. Não se nota, ao menos no âmbito dos espaços analisados, um movimento do país em tentar tomar a frente do tema da regularização migratória, com exceção da proposta de anistia migratória superada pela proposta de canal permanente provida da delegação argentina.

O modelo interestatal do Mercosul também é emblemático para que se compreenda a manutenção da soberania dos países e suas implicações diretas na migração internacional. A regularização migratória e a residência carregam dois sentidos indissociáveis: i) concessão de direitos para imigrantes; ii) possibilidade de maior controle e gestão desses fluxos por meio de registros administrativos de entradas, saídas e solicitações de residência. Tal pragmatismo confronta também o tema da livre circulação de pessoas, que pouco foi considerado como um horizonte almejado e possível na integração via Mercosul.

Por fim, ainda que internacionalmente a postura defendida pela América do Sul para as migrações fosse de ineditismo e exclusividade, o paradigma no qual se insere o Acordo sobre Residência está situado em uma ideia de regime global de controle das migrações. O discurso mais sutil com relação ao fenômeno e o viés humanitário dos posicionamentos rearranjam conexões e formulam consensos entre vários agentes, possibilitando a expansão do modelo de “governabilidade migratória”. Entretanto, distante de compor uma prática de superação do paradigma de segurança, compreende-se que tal concepção reconfigura as ações de controle da migração, ao passo que gera novos indesejados em nome do combate ao tráfico de pessoas e da migração irregular.

## NOTAS

<sup>1</sup> O Fórum Especializado Migratório (FEM) é um espaço institucional exclusivo de debate sobre migração, mas que orbita em torno da RMI.

<sup>2</sup> As Atas estão disponíveis em: <[http://www.migraciones.gov.ar/foro\\_migratorio/portugues/index.html](http://www.migraciones.gov.ar/foro_migratorio/portugues/index.html)>. e <[www.mercosur.int](http://www.mercosur.int)>. Acesso em 30/12/2018.

<sup>3</sup> A lei migratória argentina que substituiu a Ley Videla entrou em vigor no ano de 2004.

<sup>4</sup> Dentre esses processos de integração se destacam: Associação Latino Americana de Livre Comércio - ALALC, firmada por meio do Tratado de Montevidéu em 18/02/1960, que, posteriormente, em 1980 se transforma na Associação latino-americana de Integração - ALADI; Mercado Comum Centro Americano - MCCA, criado por meio do Tratado Geral de Integração Centro-Americana de Managua em 13/12/1960; Associação de Livre Comércio do Caribe, em dezembro de 1965 e que, em 1972, se transforma em Comunidade do Caribe - CARICOM; Grupo Andino de 1966-1969, que logo se converte na Comunidade Andina de Nações (NOVICK, 2010).

<sup>5</sup> Até o momento da escrita do artigo, a Venezuela estava suspensa do bloco sob argumentos de “Ruptura da ordem democrática”, devido aos impasses que envolvem o Governo de Nicolás Maduro.

<sup>6</sup> As diferenças entre o modo de adesão se resumem a praticamente dois aspectos: direito a voto, restrito aos Estados partes, enquanto os Estados associados possuem apenas direito a voz. E obrigatoriedade dos Estados Parte em internalizar as normativas aprovadas.

<sup>7</sup> Este último documento, que nunca chegou a entrar em vigor (nos moldes até então propostos), permitiria a circulação de residentes da fronteira por 72 horas entre os limites territoriais da faixa de fronteira dos Estados. Até aqui, a atenção era concedida majoritariamente ao controle do trânsito de indivíduos sem qualquer menção à residência e tampouco a uma livre circulação de pessoas. Posteriormente os acordos foram sendo feitos de maneira bilateral entre os países. Para mais detalhes desse processo, ver: Silva (2013) e Santos (2018).

<sup>8</sup> Cabe ressaltar que o termo “ilegal” descrito nas atas não representa o nosso ponto de vista.

<sup>9</sup> O ano de 2000 é um marco na aparição de propostas que concediam direitos aos migrantes, mas havia ainda idas e vindas no acúmulo desses debates. Exemplo é a última reunião da RMI, no ano de 2001, em que na Ata consta que não foi debatido nenhum assunto migratório. (Ata 02/01 da X reunião da RMI, 2001).

<sup>10</sup> A primeira menção publicada em Ata à OIM é do ano 2000, e coincide com a primeira aparição dos termos “Tráfico de Pessoas” e “Migração ilegal” levada pela delegação Argentina. Também ocorre em 2000 o primeiro registro em Ata de participação do ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

<sup>11</sup> Grifo do autor

<sup>12</sup> “Se consensuó el texto entre las Delegaciones de los Estados, para ser elevado a la Reunión de Ministros del Interior (RMI) para su firma como Acuerdo RMI, el que deberá ser posteriormente remitido al Grupo de Cooperación Internacional (GCI) del Grupo Mercado Común (GMC) como Proyecto de Resolución del Grupo para su tratamiento en dicho

âmbito en su carâcter de ânico ârgano con competencia en el tratamiento de todo tipo de cuestiones que impliquen cooperaci3n t3cnica en el âmbito del MERCOSUR” (Ata n302/14 - XLVIII Reuni3o FEM).

<sup>13</sup> Grifos do editor

<sup>14</sup> Como mostra Braz (2018), entre 1949 e 1995 a Argentina realizou um total de 6 anistias migrat3rias. Por outro lado, Patarra (2012) mostra que o Brasil realizou anistias desde 1981, tendo sido a âltima em 2009.

<sup>15</sup> A OIM passa a compor o sistema ONU apenas no ano de 2016.

<sup>16</sup> O tema da “governabilidade migrat3ria” tamb3m 3 conceituado como “migration management”. Para maiores detalhes sobre sua concepç3o, ver: GEIGER, M.; P3COUD, A. The politics of international migration management. In: GEIGER, M.; P3COUD, A. (Org.). The politics of international migration management Londres: Palgrave Macmillan, 2010. p. 1-20. <<https://link.springer.com/book/10.1057%2F9780230294882>>. Acesso em: 19/02/2016. Para uma abordagem cr3tica da governabilidade migrat3ria, ver: DOMENECH, E. “Las migraciones son como el agua”: hacia la instauraci3n de pol3ticas de “control con rostro humano”: la gobernabilidad migratoria en Argentina. *Polis*, n335, 2013.

<sup>17</sup> Somente no ano de 2006 a primeira menç3o ao tema de “livre circulaç3o” 3 feita, para depois ser retomada somente em 2010, mas sem grandes avanços.

<sup>18</sup> La OIM est3 consagrada al principio de que la migraci3n en forma ordenada y en condiciones humanas beneficia a los migrantes y a la sociedad. En su calidad de principal organizaci3n internacional para las migraciones, la OIM trabaja con sus asociados de la comunidad internacional para: i) ayudar a encarar los crecientes desaf3os que plantea la gesti3n de la migraci3n a nivel operativo; ii) fomentar la comprensi3n de las cuestiones migratorias; iii) alentar el desarrollo social y econ3mico a trav3s de la migraci3n; iiiii) velar por el respeto de la dignidad humana y el bienestar de los migrantes. Fonte: [www.iom.int](http://www.iom.int) (acesso em 24/08/2016).

<sup>19</sup> Para al3m dos in3meros problemas sobre a uniformizaç3o de sua aplicaç3o, faz-se a ponderaç3o de que cada um dos pa3ses possuem tamb3m suas pr3prias pol3ticas migrat3rias. Estas, por vezes carregam uma concepç3o mais fechada e contradit3ria à postura contida no Acordo do Mercosul. Este era, por exemplo, o caso do Brasil at3 2017, ano que o Estatuto do Estrangeiro foi substituído pelo que se convencionou cognominar de Nova Lei de Migraç3o, Lei 13.445/2017.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, D. **The National versus Foreigner in South America**. UK: Cambridge University Press, 2018.

AGUIRRE, O; MERA, G; NEJAMKIS, L. Pol3ticas Migrat3rias e Integraci3n Regional: la libre circulaci3n y los desaf3os a la ciudadan3a. In: Novick, S. **Migraciones y Mercosur: una relaci3n inconclusa**. 13 ed. Buenos Aires, Catalogos, 2010. p. 51-72.

ALFONSO, A. **Integraci3n y migraciones: el tratamiento de la variable migrat3ria en el MERCOSUR y su incidencia en la pol3tica argentina**. Buenos Aires (OIM), 2012.

- BRAZ, A. M. A governança migratória na América do Sul: a difusão de baixo para cima (bottom-up) do Acordo de Residência do Mercosul. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 52(2):303-320, mar. - abr. 2018
- BAENINGER, R. Notas acerca das Migrações Internacionais no século XXI. In: BAENINGER, R (Org). **Por dentro do estado de São Paulo: migrações internacionais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013. p. 9-22.
- COSTA, L. C. da. Integração regional e as mudanças no estado de bem-estar: reflexões sobre a União Europeia e o Mercosul. In: COSTA, L. C.; NOGUEIRA, M. R.; SILVA, V. R. da. **A política social do Mercosul: perspectivas e desafios no século XXI**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013. pg. 61-98.
- CULPI, L. A. A evolução da política migratória no mercosul entre 1991 e 2014. **Conjuntura global**, vol. 4. nº 3, set/dez., 2015. p. 424-437.
- DOMENECH, E. La agenda política sobre migraciones en América del Sur: el caso de Argentina. **Revue européenne des migrations internationales**, vol. 23, nº1, 2007. p. 71-94.
- \_\_\_\_\_. "Las migraciones son como el agua": hacia la instauración de políticas de "control con rostro humano": la gobernabilidad migratoria en Argentina. **Polis**, nº35, 2013.
- \_\_\_\_\_. O controle da imigração "indesejável": expulsão e expulsabilidade na América do Sul. **Deslocamentos/artigos**. vol.67, nº2. São Paulo, apr/jun., 2015.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, [1977] 2009.
- GEIGER, M.; PÉCOUD, A. The politics of international migration management. In: GEIGER, M.; PÉCOUD, A. (Org.). **The politics of international migration management**. Londres: Palgrave Macmillan, 2010. p. 1-20. Disponível em: < <https://link.springer.com/book/10.1057%2F9780230294882>>. Acesso em: 19/02/2016.
- GRANJA, L.; VILLAREAL, M. C. Mercosur migrante: enfoques y evolución del tratamiento de la movilidad humana en el MERCOSUR. **Terceiro Milênio. Revista Crítica de Sociologia e Política** v. 8. 2017. p. 49-78.
- IOTTI, L. H. A política imigratória brasileira e sua legislação - 1822 - 1914. In: X Encontro Estadual de História: **Anais** do "O Brasil no sul: cruzando fronteiras entre o nacional e o regional. 26 a 30 de julho de 2010; Universidade Federal de Santa Maria -UFSM; Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2010.
- JUNIOR, A. J. **Mercosul e a livre circulação de pessoas**. Dissertação de mestrado em Direito, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1999.
- KOIFMAN, F. **O imigrante ideal**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.
- NICOLAO, J. Las migraciones en la agenda del Mercosur. El rol de Argentina en el Foro Especializado Migratorio. **Revista Electronica de Estudios Internacionales (REEI)**, nº 29, 2015.
- MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. 26 de março de 1991. Disponível em: <[http://www.mercosul.int/t\\_generic.jsp?contentid=2639&site=1&channel=secretaria](http://www.mercosul.int/t_generic.jsp?contentid=2639&site=1&channel=secretaria)>. Acesso em: 30/12/2018.

- \_\_\_\_\_. **Acordo sobre a residência para nacionais dos Estados partes do Mercosul**. 6 de dezembro de 2002. Disponível em: <[http://www.mercosur.int/t\\_generic.jsp?contentid=2639&site=1&channel=secretaria](http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=2639&site=1&channel=secretaria)> . Acesso em: 30/12/2018.
- \_\_\_\_\_. FÓRUM ESPECIALIZADO MIGRATÓRIO. website: <[http://www.migraciones.gov.ar/foro\\_migratorio/portugues/index.html](http://www.migraciones.gov.ar/foro_migratorio/portugues/index.html)>. Acesso em: 30/12/2018.
- MODELO, V. O Mercosul importa. A política regional de mobilidade territorial. In. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 37, nº2, maio/agosto, 2015. p.571-595.
- OIM - Organização Internacional para as Migrações. **Perfil migratório do Brasil**. Suíça: Genebra, 2009. Disponível em: < <https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/publicaciones/Perfil-Migratorio-de-Brasil.pdf>>. Acesso: 19/02/2019.
- \_\_\_\_\_. **Perfil Migratório da América do Sul**. Buenos Aires: OIM, 2012. Disponível em: <<https://robuenosaires.iom.int/panorama-migratorio-de-am-rica-de-sur>> . Acesso em: 19/02/2019
- \_\_\_\_\_. **World Migration Report**, New York: OIM, 2018. Disponível em: < <https://www.iom.int/wmr/foreword>> . Acesso em: 19/02/2019.
- OBERACKER JR, C. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In. HOLANDA, S. B. de. **História geral da civilização brasileira**. Tomo II. São Paulo: Difel. 1982. p. 220-244.
- OLIVEIRA, A. T. O perfil dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos 2000 e 2010. In. **Cadernos Obmigra**, v.1, nº 2, 2015. p. 48-73.
- PATARRA, N. L. e BAENINGER, R. Migrações internacionais, globalização e blocos de integração econômica - Brasil no Mercosul. Trabalho apresentado no **I Congresso da Associação Latino Americana de População**, ALAP, realizado em Caxambu- MG, Brasil, de 18 a 20 de setembro de 2004. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_alap/pdf/alap2004\\_244.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/pdf/alap2004_244.pdf)>. Acesso em: 02/03/2017.
- \_\_\_\_\_. Migrações internacionais para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. In. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 3, jul./set. 2005. p. 23-33.
- \_\_\_\_\_. O Brasil: país de imigração? **Revista e-metropolis**, ano 3, n. 9, p. 6-18, jun. 2012
- SANT'ANA, M. R. Livre circulação de trabalhadores no Mercosul? In. CASTRO, M. G. (Org.) **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasil, 2000, Brasília: CNPD, 2001. p.73-93
- SANTOS, G. Migraciones fronterizas en la amazonia brasileña: La presencia de bolivianos en la ciudad de Guajará-Mirim, Rondonia, Brasil. In. SALAZAR, A. M (org.). **Los retos de la migración en el siglo XX**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. 2018. p. 55-70.
- SILVA, F. M. da. **Documento especial fronteiriço: acordos internacionais e desacordos locais**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Estudos Fronteiriços. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 2013. 84 p.
- SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. In. **Revista USP**, São Paulo, n.53, março/maio, 2002. p. 117-149.

## RESUMO

As políticas migratórias brasileiras e sul-americanas remetem às primeiras décadas do séc. XIX. As ações voltadas para a construção da nacionalidade nos países do continente, promoção da imigração e, posteriormente, restrição na entrada de estrangeiros atreladas a discursos nacionalistas destacam-se como as fases mais conhecidas e analisadas na literatura acadêmica. O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é emblemático nesse sentido, por ser o berço do Acordo sobre Residência para os Estados Parte do Mercosul, uma normativa simbólica para perspectivas mais entusiastas de um reconhecimento da migração como direito. O Acordo é a marca de um ponto de inflexão que, supostamente, significaria a transição de um paradigma securitário, até então presente no continente, para outro de trato mais humanitário. E, por fim, se consolidaria o primeiro Acordo “regional” migratório na América do Sul, em que vários países estariam regidos por uma mesma normativa. Diante desse quadro, algumas indagações emergem como norteadoras do artigo: Há uma mudança de concepção no trato da migração internacional na América do Sul (e consequentemente no Brasil) no início dos anos 2000, ou o paradigma de segurança nacional ainda segue atuante sob novas formas? Como o Mercosul se tornou o centro desse debate? Como surgiu o Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Parte do Mercosul, e qual concepção migratória carrega? Como foi a participação dos países, em especial Brasil e Argentina, na elaboração do Acordo?

**Palavras-chave:** Mercosul, políticas migratórias, acordo de residência, securitização

## ABSTRACT

Brazilian and South American migration policies refer to the first decades of the century. XIX. Actions aimed at building nationality in the countries of the continent, promoting immigration and, subsequently, restricting the entry of foreigners linked to nationalist discourses stand out as the most well-known and analyzed phases in academic literature. The Southern Common Market (Mercosur) is emblematic in this sense, as it is the cradle of the Agreement on Residence for the Mercosur States Parties, a symbolic norm for more enthusiastic prospects of recognizing migration as a right. The Agreement is the mark of an inflection point that, supposedly, would mean the transition from a security paradigm, hitherto present in the continent, to another one of more humanitarian treatments. And, finally, the first “regional” migratory agreement in South America would be consolidated, in which several countries would be governed by the same regulations. In view of this situation, some questions emerge as guiding the article: There is a change of conception in dealing with international migration in South America (and consequently in Brazil) in the early 2000s, or the national security paradigm is still active in new ways? How did Mercosur become the center of this debate? How did the Residency Agreement for nationals of Mercosur States Parties come about, and what migratory concept does it carry? How was the participation of the countries, especially Brazil and Argentina, in the elaboration of the Agreement?

**Keywords:** Mercosur, migration policies, residency agreement, securitization





# **TRAVESSIA** agora também ONLINE

## **Um acervo sem data de vencimento**

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

### **Valor da assinatura**

(3 números por ano)

#### Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

#### Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

### **Forma de pagamento**

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail  
cem@missaonspaz.org ou através  
do novo portal acesse os últimos números  
da revista **TRAVESSIA**

**www.revistatravessia.com.br**

Acesse também o nosso Facebook:

**Revista Travessia - Revista do Migrante**

**www.missaonspaz.org**



## NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

**A Revista Travessia publica:** dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

**ARTIGOS** - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**NOTAS DE PESQUISA** – Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**RELATOS** – Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**ENTREVISTAS** - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**RESENHAS** – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**CONTOS** – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas – 1,2, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

**Obs.** Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

### REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

**Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:**

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Mídias, Documentos eletrônicos, Discos e Fitras, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AU-

TORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.

b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.

c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.

3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

*Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.*

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). História dos jovens 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: \_\_\_\_\_ . **História do Amapá, 1º grau**.

2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <<http://www.>>. Acesso em: 30 set. 2007.

ARTIGO DE PERIÓDICO – revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação.* Exemplos: DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO – revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.*

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253-259, maio 2007. Disponível em: <[http://www.\\_\\_\\_\\_](http://www.____)>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.*

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <[http://www.\\_\\_\\_\\_](http://www.____)>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias:** mercados populares do centro de São Paulo. 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar:** comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar. 2006. 85p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão "In:", nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

– Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: “Disponível em....”, como no exemplo abaixo.

BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

**Proceedings...** Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <[http://www.\\_\\_\\_\\_\\_](http://www._____)>. Acesso em: 21 jan. 2004.

#### DOCUMENTO JURÍDICO

*Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.*

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex: legislação federal e marginalia**, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros

*Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.*

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

#### DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -

*Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros.*

Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERA VI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.

*Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.*

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

#### BÍBLIAS

*BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.*

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecu-  
mênica.

PARTES DA BÍBLIA: *Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.*

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

#### CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: “Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento

adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

#### CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Quando necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESTA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <<https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023referenciaeelaborao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:

<[http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT\\_6023.pdf](http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf)>.

Acesso em: 02 mar. 2018.



# Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que cantante: **Os migrantes**

**Politicamente.....** || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

**Culturalmente.....** || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

**Economicamente..** || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

**Teoricamente.....** || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

# dos seus estudos acadêmicos

# da sua produção literária

# da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,  
na gíngua da Travessia,  
as amostras da empiria,  
os embates da teoria,  
as lutas do dia a dia,  
os sonhos da poesia.*

[travessia@missaonspaz.org](mailto:travessia@missaonspaz.org)

[cem@missaonspaz.org](mailto:cem@missaonspaz.org)

[www.revistatravessia.com.br](http://www.revistatravessia.com.br)

[www.missaonspaz.org](http://www.missaonspaz.org)

# Sumário

APRESENTAÇÃO  
*José Carlos Alves Pereira*

## DOSSIÊ ABDELMALEK SAYAD

Colonização de ontem e imigração de hoje: crítica pós-colonial de Abdelmalek Sayad ao Estado-nação  
*Miles Reding*

A revolução copernicana de Abdelmalek Sayad  
*Sidi Mohammed Mohammedi*

O acesso ao trabalho de imigrantes na Região Metropolitana de  
Londrina-PR: divergências e convergências  
*Liria Maria Bettiol Lanza*  
*Julia Ramalho Rodrigues*

## DOSSIÊ MIGRAÇÕES E SAÚDE

De migrante para migrantes: o caso do serviço psicossocial da Missão Scalabriniana da Paz  
*Berenice Young*

Política pública de saúde à população em situação de rua: trajetória dos modos de sua organização na  
cidade de São Paulo  
*Danielle Davanço*  
*Nivaldo Carneiro Junior*

Saúde e migrações internacionais bolivianas no Brasil: revisão integrativa de literatura  
*Érico Francisco Vieira Ibiapina*

## ARTIGOS

As potencialidades da perspectiva qualitativa nas pesquisas sobre as identidades sociais e os projetos  
de mobilidade  
*Lidiane M. Maciel*  
*Gisele Maria Ribeiro de Almeida*

A presença de imigrantes caribenhos em condição de irregularidade em São Paulo  
*Fernando Neira Orjuela*

Regularização migratória e segurança: a criação do acordo sobre "Residência do Mercosul"  
*Caio da Silveira Fernandes*

[travessia@missaonspaz.org](mailto:travessia@missaonspaz.org)  
[www.revistatravessia.com.br](http://www.revistatravessia.com.br)  
[www.missaonspaz.org](http://www.missaonspaz.org)

ISSN 0103-5576



TRAVESSIA ONLINE  
ISSN 2594-7869